

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Débora Strieder Kreuz

**DA “MECA DA REVOLUÇÃO” A “UM PAÍS VAZIO”:  
O EXÍLIO BRASILEIRO NA ARGÉLIA (1965-1979)**

Porto Alegre  
2020

DÉBORA STRIEDER KREUZ

**DA “MECA DA REVOLUÇÃO” A “UM PAÍS VAZIO”:  
O EXÍLIO BRASILEIRO NA ARGÉLIA (1965-1979)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em História. Linha de pesquisa: Relações de poder político-institucionais.

Orientador: Dr. Enrique Serra Padrós.

Porto Alegre  
2020

#### CIP - Catalogação na Publicação

Strieder Kreuz, Débora  
Da "Meca da revolução" a "um país vazio": o exílio  
brasileiro na Argélia (1965-1979) / Débora Strieder  
Kreuz. -- 2020.  
224 f.  
Orientador: Enrique Serra Padrós.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto  
Alegre, BR-RS, 2020.

1. Ditadura de segurança nacional. 2. Exílio na  
Argélia. 3. Memórias. 4. Vigilância. I. Serra Padrós,  
Enrique, orient. II. Título.

DÉBORA STRIEDER KREUZ

**DA “MECA DA REVOLUÇÃO” A “UM PAÍS VAZIO”:  
O EXÍLIO BRASILEIRO NA ARGÉLIA (1965-1979)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em História. Linha de pesquisa: Relações de poder político-institucionais.

Orientador: Dr. Enrique Serra Padrós.

BANCA EXAMINADORA

---

Dr. Enrique Serra Padrós (orientador) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Dra. Silvina Inés Jensen – Universidad Nacional del Sur (UNS)

---

Dra. Teresa Cristina Schneider Marques – Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul (PUC-RS)

---

Dra. Alessandra Gasparotto – Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

---

Dra. Clarice Gontarski Speranza – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

## AGRADECIMENTOS

O ano em que concluo esse trabalho, 2020, entra para a História (com H maiúsculo) como o que o mundo viveu um momento *sui generis*: um vírus microscópico fez com que milhões de pessoas passassem a ficar em suas casas e uma nova palavra entrou para o vocabulário: o “isolamento”. Passei mais de quatro anos refletindo sobre o isolamento imposto a milhares de cidadãos brasileiros que, ao não compactuarem com uma ditadura foram alijados do seu país e tiveram que estabelecer novas formas de continuarem suas vidas e também resistir ao arbítrio. Ao mesmo tempo, estamos sob a égide de um governo que admira a ditadura e que incita ao não-isolamento, colocando a vida de todo um país em risco em um perceptível projeto genocida. Óbvio é que são situações sobremaneira diferentes, mas é inevitável não fazer uma comparação. Contudo, o que nos move é a esperança e, assim como os brasileiros exilados puderam retornar, penso que também teremos dias melhores, em que o compromisso com a democracia no seu sentido mais amplo e não apenas formal e os serviços públicos de qualidade serão valores inegociáveis. Mas, para que isso se concretize, é preciso lutar. Em alguma medida, essa tese é uma forma de combate, pois busca compreender como brasileiros passaram pela ditadura em um país cuja libertação foi inspiração para a luta em outros espaços. Percebemos que nenhum combate é solitário e aos/as companheiros/as devemos agradecer.

Inicialmente aos meus pais, Altair e Coreti, pelo incentivo na busca do conhecimento e por nunca medirem esforços para proporcionar tudo o que fosse necessário nessa jornada por diferentes espaços públicos de educação que começou em 1996, no meu primeiro ano escolar. Se cheguei até aqui é porque eles estiveram sempre comigo. Da mesma forma à minha irmã Bruna, que sempre compartilhou as felicidades e tristezas que a vida acadêmica proporciona. Agradeço imensamente por compartilhar os meses de isolamento comigo, que foram fundamentais para a finalização do trabalho. Ao não mais tão pequeno João Leopoldo preciso dizer “obrigada” por todos os momentos em sua companhia. Cada instante ao seu lado é um aprendizado dos mais valiosos.

Nesse período de doutorado, muitas foram as pessoas com quem dividi momentos os mais diversos. Quero agradecer inicialmente ao professor Enrique, por ter me aceito como orientanda e por ser tão generoso ao partilhar seu conhecimento, não só sobre os temas de pesquisa, mas sobre a vida, já que esta não se limita aos muros, às vezes tão altos, da academia. Seu comprometimento ético é um grande exemplo para todos aqueles que buscam um mundo mais justo e fraterno.

Da mesma forma, esse período não teria sido tão fundamental se não fossem os amigos que fiz. Agradeço à Dieni pelos quase dois anos de convívio “no apê da Demétrio”, em que, para além do frio e da umidade, conseguimos construir uma amizade que levarei comigo. Aos queridos Douglas e Franklin, do grupo “conversa paralela”, que desde 2016 compartilham suas *expertises* cotidianamente. Minha vida é mais “diver” com vocês. Também quero agradecer ao Lineker, ao Caio, à Marluce, à Iamara e ao Marcos por tantos momentos compartilhados na capital dos gaúchos, de preferência com um “churras na grêlha”, e em outras paragens.

Tenho que agradecer às professoras Alessandra Gasparotto, que desde a graduação é fundamental na minha trajetória de pesquisa e além dela, e Teresa Marques pela participação na banca de qualificação. Suas contribuições foram muito importantes para a continuidade do trabalho. À professora Clarice que me acompanhou durante o mestrado e que agora comporá a banca agradeço pelas sempre pertinentes considerações.

Agradeço à professora Silvana Jensen pela orientação, mesmo que em um curto período no segundo semestre de 2018, na Universidad Nacional del Sur, mas que foi muito importante para a reflexão teórica acerca dos exílios. Assim, estendo à Associação das Universidades do Grupo Montevideo pela bolsa recebida.

Tenho que agradecer às pessoas que desde fins de 2018 passaram a fazer parte da minha trajetória piauiense, amargando o “B-R-Ó – Bró”, mas que, com a primeira chuva passam a sorrir: Diná, Fúlvio, Gabriela, Lucivando, Marco, Pedrina, Rodrigo e Thiago, obrigada por afastarem a saudade quando essa se aproxima. À Karla, pelas angústias, risos, espetinhos e cervejas de todas as semanas. À Helissa, amiga de longa data, que adotou Oeiras como uma de suas casas e que desde então compartilha momentos de estadia na “Primeira Capital”, agradeço pela companhia e pelos momentos de reflexão acerca da dinâmica da vida.

Essa tese não teria sido possível sem as pessoas que dedicaram horas dos seus dias para me contarem um pouco das suas vivências em solo argelino. Preciso agradecê-las imensamente: Ana Angélica, Apolo Lisboa, João Carlos Bona Garcia, Carlos Fayal, Carmem Helena, Daniel Aarão, Liszt Vieira, Ladislau Dowbor, Luiz Claudio Arraes e Yara Gouvêa. Também agradeço aos funcionários dos arquivos nos quais pesquisei: Arquivo Nacional, Arquivo Histórico do Itamaraty e Instituto Miguel Arraes. É importante agradecer ainda a Maria Claudia Badan Ribeiro, que indicou inúmeras referências e possibilidades de contatos quando este trabalho se iniciava.

Agradeço à Cristiane Dias, colega que fez a leitura acurada da versão final do trabalho. Sua pesquisa sobre o exílio no Chile foi fundamental para a compreensão desse período.

Por fim, agradeço à CAPES pelo período de bolsa.

## RESUMO

A partir das premissas da segurança nacional, a ditadura brasileira, vigente entre 1964 e 1985, fez com que saíssem do país milhares de brasileiros: foram os exilados. Um dos países que os acolheu foi a Argélia. Independente da França em 1962, adotou uma política de não-alinhamento às duas potências que emergiram da Segunda Guerra, trazendo para o debate a ideia de solidariedade entre o Terceiro Mundo. Assim, a presente tese busca compreender o processo de exílio nesse país, desde as formas de saída do Brasil, as relações que lá se estabeleceram e a forma com que a ditadura brasileira monitorou os mesmos, a partir do prisma do inimigo interno. Por fim, busco analisar como que se desenrolaram as relações entre os estados brasileiro e argelino. Para a realização da proposta utilizei principalmente três tipos de fontes: memórias de exilados que em algum momento passaram pela Argélia (orais e escritas); documentos dos órgãos de informação da ditadura que se encontram no Arquivo Nacional e a documentação diplomática trocada entre a Embaixada do Brasil em Argel e Ministério das Relações Exteriores, conhecido como Itamaraty. Concluí que o país africano recebeu brasileiros em momentos distintos, com destaque para o intervalo entre 1965 e 1974, quando o fluxo de exilados ocorreu de maneira mais intensa. Foi possível identificar dois grupos: o primeiro vinculado ao governador deposto de Pernambuco, Miguel Arraes, que chegou ao país em 1965 e, a partir de então aglutinou pessoas sobretudo vinculadas ao seu governo; o segundo, identificado com a luta armada, e que utilizou a Argélia como um espaço para a obtenção de documentos e rearticulação política, com o objetivo central de retornar ao Brasil. Assim, compreendi a Argélia como um destino de exílio possível em distintos momentos e em cujo território os exilados encontraram um espaço seguro para se estabelecer. Diferentemente do que ocorreu em outros territórios, em que o aparato de vigilância brasileiro se estabeleceu de maneira ostensiva com o CIE, na Argélia a embaixada era um espaço de atuação mais restrita contra a comunidade exilada, basicamente de monitoramento, embora as relações diplomáticas entre os países tivessem se mantido por todo o período em análise.

**Palavras-chave:** Ditadura de segurança nacional; exílio na Argélia; memórias; vigilância.

## ABSTRACT

The Brazilian dictatorship, in force between 1964 and 1985, based on the premises of national security, made thousands of Brazilians leave the country: they became the exiles. One of the countries that welcomed them was Algeria. Independent of France in 1962, Algeria started a policy of non-alignment with the two powers that emerged from World War II, opening to the debate an idea of solidarity between the Third World. Thus, the present thesis seeks to understand the process of exile in that country, from the ways of leaving Brazil, the relations that were established there and the way in which the Brazilian dictatorship monitored the exiles, from the perspective of the internal enemy. Finally, I seek to analyze how the relations between the Brazilian and Algerian states unfolded. For the realization of the proposal, I mainly used three types of sources: memories of the exiles (oral and written), who at some point passed through Algeria; documents from the dictatorship's media that were obtained in the National Archives and diplomatic documents exchanged between the Brazilian Embassy in Algeria and the Ministry of Foreign Affairs, known as Itamaraty. I concluded that Algeria received Brazilians at different times, especially between 1965 and 1974, when the flow of exiles occurred more intensely. It was possible to identify two groups: the first group, linked to the deposed governor of Pernambuco, Miguel Arraes, who arrived in the country in 1965 and, since then, brought together people linked to his government; the second, identified with the armed struggle, which used Algeria as a space for obtaining documents and political articulation, with the main objective of returning to Brazil. In this way, I understood Algeria as a possible exile destination at different times and a territory where the exiles found a safe space to settle. Unlike in other places where the Brazilian surveillance apparatus was ostensibly established with the CIEEx, in Algeria the embassy was a more restricted area of action against the exiled community, basically of monitoring, although diplomatic relations between the two countries had remained throughout the period under review.

**Keywords:** National security dictatorship; exile in Algeria; memories; surveillance.



## LISTA DE IMAGENS

<b>Imagem 1:</b> Mapa da Argélia .....	67
<b>Imagem 2:</b> Principais cidades da Argélia .....	67
<b>Imagem 3:</b> Os 40 banidos antes do embarque .....	119
<b>Imagem 4:</b> Os banidos após a chegada .....	120
<b>Imagem 5:</b> Entrevista concedida pelos banidos na chegada em Argel .....	123

## LISTA DE SIGLAS

ACNUR: Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados.

ALN: Ação Libertadora Nacional.

CENIMAR: Centro de Inteligência da Marinha.

CBA: Comitê Brasileiro pela Anistia.

CIE: Centro de Inteligência da Aeronáutica.

CIEx: Centro de Informações do Exterior.

CISA: Centro de Informação e Segurança da Aeronáutica.

CNV: Comissão Nacional da Verdade.

COLINA: Comandos de Libertação Nacional.

DI-GB: Dissidência Comunista da Guanabara.

DOPS: Departamento de Ordem Política e Social.

DSI: Divisão de Segurança e Informações.

DSN: Doutrina de Segurança Nacional.

ELN: Exército de Libertação Nacional.

ESG: Escola Superior de Guerra.

EUA: Estados Unidos da América.

FBI: Frente Brasileira de Informações.

FLN: Frente de Libertação Nacional.

FRELIMO: Frente de Libertação de Moçambique.

MFPA: Movimento Feminino pela Anistia.

MPL: Movimento Popular de Libertação.

MPLA: Movimento Popular de Libertação da Angola.

MRE: Ministério das Relações Exteriores.

ONU: Organização das Nações Unidas.

PCB: Partido Comunista Brasileiro.

PCBR: Partido Comunista Brasileiro Revolucionário.

PCdoB: Partido Comunista do Brasil.

PDT: Partido Democrático Trabalhista.

PEI: Política Externa Independente.

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

POC: Partido Operário Comunista.

PSB: Partido Socialista Brasileiro.

PT: Partido dos Trabalhadores.

PUC: Pontifícia Universidade Católica.

SNI: Serviço Nacional de Informações.

TDE: Terrorismo de Estado.

UFF: Universidade Federal Fluminense.

UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

UNE: União Nacional dos Estudantes.

URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

VAR-Palmares: Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares.

VPR: Vanguarda Popular Revolucionária.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>1 A ditadura de segurança nacional brasileira e o exílio na Argélia .....</b>	<b>37</b>
1.1 A Doutrina de Segurança Nacional, a ditadura brasileira e a produção de informações....	37
1.2 “Não era só tirar do país, era tirar do tempo real que o país tava vivendo”: o exílio e a ditadura brasileira .....	49
1.3 A Argélia como destino de exílio .....	66
<b>2 “Um dos países mais originais no cenário internacional contemporâneo”: os primeiros anos do exílio de brasileiros na Argélia (1965-1970) .....</b>	<b>87</b>
2.1 “Meu pai não parava um dia de trabalhar... e de fazer política”: Miguel Arraes e a formação de um grupo de exilados brasileiros na Argélia .....	87
2.2 “Do Inferno ao Paraíso”: os banidos em solo argelino.....	109
2.3 “Criança mal educada no cenário internacional”: as tensões entre o Brasil e a Argélia em 1970 .....	137
<b>3 “Não dá pra querer comer feijão todo o dia”: a segunda fase do exílio em solo argelino (1971-1979) .....</b>	<b>147</b>
3.1 “Eu me sentia como um órfão sendo adotado com carinho”: o exílio entre 1971-1975 ..	148
3.2 “Não tinha tempo de ficar chorando exílio, não”: os anos finais do exílio na Argélia (1975-1979).....	174
3.3 “Voltar da Argélia pra que?”: o retorno ao Brasil.....	186
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>199</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>205</b>
<b>LISTA DE FONTES.....</b>	<b>216</b>

## INTRODUÇÃO

Pelotas, Rio Grande do Sul, 30 de junho de 2014. Acontecia a Copa do Mundo do Brasil e, nesse dia, se enfrentavam Argélia e Alemanha, pelas oitavas de final. Antes do início da partida, lia um dos capítulos, ainda durante a pesquisa de mestrado, da obra *Mulheres, ditaduras e memórias: “Não imagine que precise ser triste para ser militante”*<sup>1</sup>, em que a autora, Susel Oliveira da Rosa, tratava da relação estabelecida no exílio<sup>2</sup> entre Yolanda Cerquinho da Silva Prado, mais conhecida por Danda Prado<sup>3</sup>, que se encontrava na França, e Yara Gouvêa<sup>4</sup>, sobretudo enquanto esta vivia no mencionado país africano. Ao relacionar os dois eventos, o jogo da Copa e a leitura, apareceu o questionamento acerca da experiência exilar em solo argelino e, fazendo uma rápida pesquisa em algumas plataformas, percebi que o tema ainda não havia sido trabalhado em profundidade. A partir desses fatos surgiu o questionamento inicial para a elaboração da presente tese: não havia, até 2014, nenhuma pesquisa que compreendesse como ocorreu o exílio de brasileiros na Argélia.

O futebol pode ser relacionado com a experiência de brasileiros na Argélia ao menos em dois momentos: o primeiro em 1965, quando ocorreu a deposição do primeiro presidente do país, Ahmed Ben Bella; a seleção de Pelé lá se encontrava, de modo que a principal preocupação da representação diplomática brasileira sediada em Argel foi retirá-los de solo argelino em segurança<sup>5</sup>. A segunda ocorreu em junho de 1970, quando da ação que trocou o embaixador alemão Ehrenfried Anton Theodor Ludwig von Holleben por 40 presos políticos que foram enviados para o país. Novamente, uma das preocupações dos órgãos de segurança se relacionava com a possibilidade dos trocados tentarem desviar a rota do avião para a Cidade do México<sup>6</sup>, onde dois dias depois o Brasil se sagraria tricampeão da Copa do Mundo, fato amplamente utilizado pela ditadura como estratégia de propaganda do “país que vai pra frente”.

---

<sup>1</sup> ROSA, Susel Oliveira da. *Mulheres, ditaduras e memórias: “Não imagine que precise ser triste para ser militante.”* São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2013.

<sup>2</sup> O conceito de exílio será problematizado de forma mais detalhada no primeiro capítulo. Por ora, faz-se importante salientar que o mesmo foi utilizado como uma das estratégias de exclusão política da ditadura de segurança nacional brasileira.

<sup>3</sup> Intelectual feminista, filha do historiador Caio Prado Junior. Viveu exilada em Paris durante 10 (anos) e foi presidenta da Editora Brasiliense. Sua trajetória no exílio está presente em um dos capítulos de Rosa (2013).

<sup>4</sup> Yara Regina Gouvêa saiu do Brasil em 1969, exilando-se na Suíça e posteriormente na Argélia. Participou do movimento estudantil universitário e, no exterior, da Frente Brasileira de Informações (FBI), boletim de denúncia da ditadura brasileira, editado inicialmente a partir de Argel. Será melhor apresentada no decorrer desta introdução.

<sup>5</sup> Arquivo Ministério das Relações Exteriores. Embaixada do Brasil em Argel para a Secretaria de Estado. Telegrama. Situação interna na Argélia. Movimento Revolucionário de 19 de junho. 26 de junho de 1965.

<sup>6</sup> Arquivo Nacional. Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar. Centro de Informações da Aeronáutica. Transporte de Banidos para a ARGÉLIA. 08 de julho de 1970. Identificação: BR\_AN\_BSB\_VAZ\_109\_0139.

Com a defesa da dissertação<sup>7</sup>, que ocorreu em abril de 2015, iniciei uma incursão nos estudos acerca do exílio brasileiro e encontrei o que Jensen (2011) denomina de “não-lugar”, tendo em vista que, até o momento, poucas pesquisas no campo histórico haviam se dedicado ao tema. Embora terem de sair do seu país de origem em virtude da perseguição política característica daquele momento foi a alternativa encontrada por milhares<sup>8</sup> de brasileiros e brasileiras para preservar a vida e, muitas vezes, seguir denunciando a ditadura a partir de um local em que as liberdades não estavam totalmente cerceadas, poucas pesquisas ainda buscam compreender esse momento. De acordo com Carlos Eduardo Fayal de Lira<sup>9</sup> (2017), podemos inicialmente compreender a dinâmica do que ocorreu na Argélia: “Na Argélia a característica principal é sair do inferno e ir pro paraíso. Isso aí... realmente... foi quase aquela coisa de... quase como um pós-operatório... o negócio ali. E teve... o interessante... que houve toda essa discussão né. Das organizações.”<sup>10</sup>

A fala de Fayal contempla algumas das questões que buscaremos responder no presente trabalho. Para tanto, é fundamental levarmos em consideração três aspectos iniciais: o primeiro deles se relaciona com a saída do país em virtude da perseguição sofrida – o exílio. O segundo deles é a menção ao pós-operatório, tendo em vista o tempo que ficou em solo argelino se recuperando dos efeitos da violência cometida pelos agentes do Estado brasileiro, em especial a tortura. E por fim, a tentativa de rearticulação com a sua organização no exterior – quando da referência à discussão ocorrida nos grupos de resistência.

A partir desses elementos presentes na narrativa de Fayal, e partindo da compreensão de que o exílio foi uma prática decorrente do Terrorismo de Estado<sup>11</sup> implementado pela ditadura brasileira, a presente pesquisa busca investigar, responder e analisar algumas questões ainda pouco trabalhadas pela historiografia nacional, a saber: como se caracterizou o exílio brasileiro na Argélia? Quais os motivos da escolha do país (quando houve tal escolha)? Como

---

<sup>7</sup> Intitulada: “Elas têm um outro jeito de ser, de resistir”: a narrativa de mulheres sobre o feminismo e a sua militância durante a ditadura civil-militar brasileira. Foi defendida na Universidade Federal de Pelotas e orientada pela professora Clarice Gontarski Speranza.

<sup>8</sup> Não há um número preciso de exilados brasileiros, pois muitos permaneceram não eram possuíam o estatuto de asilado ou refugiado, permanecendo com a documentação legal no país de destino. Um número aproximado, de acordo com Rollemberg (1999) é de 10 mil cidadãos.

<sup>9</sup> O caso de Fayal, como será chamado, e de mais de uma centena de brasileiros é distinto: eles foram banidos do território nacional com base no Ato Institucional nº 13. Essa foi a pena daqueles trocados após os sequestros das autoridades diplomáticas. Entre 1969 e 1971 ocorreram 4 ações do tipo. O banido perdia a nacionalidade, ou seja, os indivíduos deixaram de ser considerados brasileiros. Embora seja uma pena proibida pelo direito internacional, foi utilizada pela ditadura. Para consultar o texto do AI-13: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/atoins/1960-1969/atoinstitucional-13-5-setembro-1969-363607-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 05 de maio de 2017.

<sup>10</sup> Entrevista concedida por Carlos Eduardo Fayal de Lira à autora. Rio de Janeiro, 21 de março de 2017.

<sup>11</sup> O Terror de Estado acontece quando o limite da coerção legal é extrapolado, de maneira que o Estado passa a atuar clandestinamente na repressão. Essa problemática será melhor desenvolvida no primeiro capítulo. Para maiores informações, consultar Padrós (2005).

ocorreu a permanência em solo argelino? Formou-se uma comunidade de exilados, a despeito das divergências entre as organizações de resistência existentes no Brasil? É possível afirmar que se constituiu uma comunidade de exilados na Argélia? Em caso de resposta afirmativa, de que forma se articulava (se é que ocorria tal articulação)? Havia intercâmbios com a sociedade argelina? De que forma? A partir das noções de fronteira ideológica<sup>12</sup> e de inimigo interno<sup>13</sup>, como ocorreu a vigilância sobre os exilados que lá se encontravam? Por fim, como se deram as relações diplomáticas entre o Estado brasileiro e o Estado argelino durante o período?

Com essas questões iniciais, os quais ainda não encontram uma resposta na historiografia nacional sobre o exílio, busco desenvolver a presente tese, que possui o recorte temporal presente no intervalo entre os anos 1965 e 1979, ou seja, do momento, ao que as evidências indicam, em que lá chegou o primeiro exilado, até a Lei da Anistia, quando a maior parte da comunidade exilada em diferentes locais pode retornar para o Brasil. A partir da análise das fontes elaborei o título do trabalho, que busca responder aos distintos momentos da presença de exilados na Argélia: inicialmente foi a “Meca da Revolução”, expressão cunhada por Amílcar Cabral<sup>14</sup>, que demonstra a importância do país para inúmeros movimentos de libertação do Terceiro Mundo e depois, já em fins da década de 1970, quando Argel tinha se tornado uma “cidade vazia” sem seus revolucionários de todo o globo, como afirmou Luiz Claudio Arraes. Pensei que, para dar conta da dinâmica, fosse adequado alterar para um “país vazio”, tendo em vista que os exilados circularam por distintos espaços, embora, na maioria do tempo tenham se concentrado na capital do país.

Objetivo assim, com a pesquisa e sua divulgação, compreender como que a ditadura, para além da perseguição realizada no território nacional, buscou excluir sistematicamente da vida política todos aqueles considerados indesejáveis, fosse por meio das cassações de mandatos, da perseguição física e psicológica ou ainda através do exílio, momento este em que atuou para cercear os direitos dos seus nacionais no exterior. Também faz-se necessário compreender como tal experiência aconteceu em espaços até então não analisados pela historiografia, mas que são importantes para darmos conta de um evento tão plural como foi o

---

<sup>12</sup> Decorrente da Doutrina de Segurança Nacional, problematizada inicialmente por Comblin (1978), onde o inimigo, por não mais ser o estrangeiro e sim, o nacional, precisa ser perseguido em qualquer local do globo em que se encontre. Tal definição será melhor problematizada no primeiro capítulo.

<sup>13</sup> Outro elemento que faz parte da DSN. Diferente das guerras tradicionais, onde o inimigo era de outro país, na disputa ideológica daquele momento o inimigo estava dentro das fronteiras do Estado e, mesmo quando sápsse, deveria ser perseguido (COMBLIN, 1978).

<sup>14</sup> Nasceu em 1924 na então colônia portuguesa de Guiné Bissau. Foi um dos líderes do processo de independência do país e um dos teóricos da luta de libertação africana. Foi secretário do PAIGC (Partido Africano pela Independência da Guiné e Cabo Verde). Assassinado em 1973, não pode ver o processo concluído, o que ocorreu a partir de 1975.

exílio. Da mesma forma, investigar as formas de resistência estabelecidas a partir do país, com destaque para a publicação de boletins e tentativas de retorno ao Brasil.

Esse trabalho parte da perspectiva histórica conhecida como História do Tempo Presente, na qual o historiador está próximo aos fatos analisados (HOBSBAWM, 2013). Ainda que o período da ditadura tenha acabado formalmente, seus efeitos permanecem e são objeto de traumas entre os que sofreram as implicações diretas e indiretas do Terrorismo de Estado. Entendo que a sociedade brasileira como um todo sofre tais efeitos, pois a violência institucional ainda é presente e estamos distantes de mudar tal realidade. Pelo contrário, os pedidos de aumento da repressão, especialmente contra camadas historicamente marginalizadas da população, assim como defensores de outros projetos políticos são cada vez mais constantes. Cardoso (2001) afirma que há uma normalização das práticas repressivas realizadas pelo Estado, o que influenciaria no próprio entendimento do período ditatorial, ao mesmo tempo em que este é interdito pela forma com que a transição foi realizada.

A análise sobre a ditadura brasileira não deve ficar isolada. Por isso, pretendo situá-la dentro dos governos de segurança nacional vigentes na América Latina, em especial no Cone-Sul na segunda metade do século XX. Após a Segunda Guerra Mundial e com a Guerra Fria, a bipolarização representada pelos projetos dos Estados Unidos da América (EUA) e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) foi a marca das disputas políticas na região, cujo acirramento levou a uma onda de golpes contra governos democráticos e a instalação de ditaduras. A Argélia, destino dos exilados brasileiros, não estava alheia a essa disputa, tendo em vista o violento processo de libertação que passou para tornar-se independente da França, que durou de 1954 a 1962. Após a independência passou a adotar um modelo de governo que denominou “socialismo árabe”, previsto na sua primeira constituição (CRUZ, 2016).

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) é entendida a partir da concepção de que a nação se constituiria de um todo homogêneo e assim deveria ser mantida. Aqueles que questionassem suas contradições deveriam ser eliminados do suposto corpo perfeito. Eles são considerados “inimigos” e “subversivos” (PADRÓS, 2005). Tais categorias foram compreendidas de maneira maleável pelo aparato repressivo estatal para enquadrar qualquer pessoa que viesse a resistir a tais imposições. Já o Terrorismo de Estado se estabeleceu quando “[...] o aparato estatal extrapolou os limites coercitivos constitucionais, desencadeando práticas e ações que acabaram configurando, um sistema de Terror de Estado.” (PADRÓS, 2005, p. 58). Em síntese, a partir de elementos como a violência irradiada; a diluição das responsabilidades dos agentes do Estado; a implementação da cultura do medo; a exploração da figura do inimigo interno; o caráter imprevisível da sua dinâmica; o isolamento dos sujeitos e a política do



controle realizada, o Terrorismo de Estado foi aplicado sistematicamente nas ditaduras latino-americanas (PADRÓS, 2006).

De forma a ampliar os elementos que constituem o Terrorismo de Estado entenderemos o exílio como uma das suas práticas decorrentes. Tal termo possui uma ampla gama de significados, desde literárias até psicológicas (JENSEN, 2011), mas deve ser melhor problematizado na disciplina histórica. Compreendo seu uso em tais espaços, mas ressalto que na pesquisa o analisarei enquanto um fenômeno político objetivo, embora em determinado momento do texto seus efeitos serão considerados individualmente, em especial no momento de compreensão da memória sobre a vivência fora do país. Justifica-se tal posicionamento pelo fato de que a “exclusão política” (SZNAJDER, RONIGER, 2013) foi prática da ditadura brasileira. Logo após o golpe muitas pessoas, em sua maioria vinculadas ao governo de João Goulart, tiveram que deixar o país para não serem presas, partindo principalmente para o Uruguai, país com forte vigência da democracia e, historicamente, acolhedor de perseguidos políticos. Constituiu-se, assim, a primeira geração de exilados<sup>15</sup> (ROLLEMBERG, 1999). Na sequência, milhares de outras pessoas tiveram de deixar o Brasil e se estabelecer em diversos países, sobretudo no Chile até 1973, quando do golpe, pois ainda havia a perspectiva de retorno ao país e continuidade da luta. Depois desse momento e a destruição de praticamente todos esses projetos, o exílio adquiriu os mais variados contornos. Importante ressaltar que o espaço de articulação transnacional será analisado, pois o objeto de pesquisa não está restrito às fronteiras do estado-nação. Pelo contrário, os atores circularam por diferentes países. Como afirma Jensen (2011, p. 02): “Al menos desde la segunda mitad del siglo XX, los exilios permiten pensar en un espacio público supranacional y en la constitución de solidaridades colectivas, redes intelectuales internacionales, protección universal de derechos y culturas políticas supranacionales”.

Deve-se reconhecer que, se a solidariedade adquiriu contornos internacionais, a repressão também. No caso dos banidos brasileiros, os mesmos foram avisados que, caso tentassem retornar ao Brasil, seriam sumariamente assassinados<sup>16</sup>, como ocorreu com José

---

<sup>15</sup> A ideia de geração de exilados é de autoria de Denise Rollemberg (1999). Para a autora, a primeira geração se constituiu de sujeitos com uma trajetória política já consolidada, sobretudo pertencentes ao governo deposto de João Goulart. Como dito, o destino de exílio principal seria o Uruguai. A segunda geração seria constituída em especial por jovens que aderiram à luta armada como estratégia de resistência e o destino principal passou a ser o Chile de Allende. Com o golpe naquele país, o continente europeu, com destaque para a França, transformou-se no principal polo de recepção de latino-americanos.

<sup>16</sup> Os relatos dos banidos trazem essa informação, da mesma forma que agentes da repressão indicam que o general Orlando Geisel havia determinado a criação da Casa da Morte de Petrópolis com o objetivo de assassinar os banidos presos em território nacional. Fonte: <http://memorialdademocracia.com.br/card/doi-mantem-casa-da-morte-em-petropolis>>. Acesso em 13/03/2018. Ainda recentemente tornou-se público um documento produzido pela *Central Intelligence Agency* (CIA) afirmando que os ditadores brasileiros tinham conhecimento da estratégia

Lavecchia, Aderval Coqueiro e Eudaldo da Silva, apenas para citar alguns dos banidos para a Argélia. Dentre esses, Joaquim Pires Cerveira foi sequestrado na Argentina e até o presente momento também integra as listas de desaparecidos políticos brasileiros. Seu sequestro em outro país demonstra a aplicação da categoria de “fronteira ideológica” pelos agentes do Estado brasileiro.

É importante destacar, a título inicial, que a historiografia brasileira sobre os exílios só recentemente tem se consolidado como um campo de estudos. A dificuldade do acesso às fontes documentais, assim como a perspectiva de análise focada em compreender o que ocorreu em solo brasileiro, associada às demandas de busca dos desaparecidos, fez com que o tema fosse alijado dos debates. Só recentemente, em especial com a descoberta da existência do Centro de Informações do Exterior – CIEEx<sup>17</sup>, atrelado ao Sistema Nacional de Informações – SNI, essa perspectiva vem se alterando.

Contudo, convém destacar que já em 1979 Cristina Pinheiro Machado produziu uma reflexão sobre *Os exilados: 5 mil brasileiros à espera da anistia*, na qual, a partir de relatos, buscou compreender a ditadura e a forma de saída do país. A autora, embora não tenha utilizado o conceito de geração, já compreendeu que o exílio passou por etapas, sobretudo relacionadas aos países de destino. Após 20 anos de tal publicação, é realizada a primeira pesquisa de fôlego no campo da História e que deu visibilidade à temática. É a tese de Denise Rollemberg, defendida em 1998 e publicada em 1999. Intitulada *Exílio: entre raízes e radares* o trabalho, a partir de uma ampla gama de fontes, tais como entrevistas, periódicos e fundos documentais de vários países latino-americanos e europeus, traça um panorama dos vários aspectos que compõem a experiência exilar. A autora analisa, a partir da reflexão sobre a condição do exílio, como ocorreu a partida do Brasil, as vivências em solo estrangeiro e o processo de retorno. Os sentimentos que envolvem a situação também merecem destaque no trabalho. É leitura fundamental para aqueles que desejam iniciar a pesquisa sobre o exílio. Na sua compreensão sobre o tema, o exilado é um excluído da sua sociedade de origem pela tentativa de mudar o *status quo* vigente. Sua perspectiva já mencionada de “gerações de exílio” continua a ser de importância para a compreensão do fenômeno.

---

de assassinato dos opositores. Para maiores informações, consultar: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/05/documento-da-cia-diz-que-geisel-manteve-execucoes-de-subversivos.html>. Acesso em: 30/11/2019.

<sup>17</sup> A existência do CIEEx tornou-se pública em 2007, a partir de uma série de reportagens produzidas pelo jornalista Cláudio Dantas Sequeira e publicadas no jornal *Correio Braziliense*. Atualmente, o acervo do Centro está disponível para consulta *online* no sistema de pesquisa do Arquivo Nacional.

Na sequência, outros trabalhos surgiram, destacando o exílio de certos indivíduos, a vivência em determinado país, ou de pessoas advindas de territórios comuns. A tese de Lucili Grangeiro Cortez, defendida em 2003 e intitulada *O drama barroco dos exilados do Nordeste*, com inspiração em Walter Benjamin, buscou analisar a questão da perda da identidade, a vida no exílio e o processo de retorno. Com a utilização de entrevistas realizadas pela autora e por terceiros, fonte principal do trabalho, a pesquisa é importante para o mapeamento de indivíduos que passaram pela Argélia, pois em torno de Miguel Arraes, o exilado de maior projeção em solo argelino, formou-se um grupo relativamente numeroso e atuante.

Teresa Cristina Schneider Marques se preocupou, em sua dissertação defendida em 2006 e intitulada *Ditadura, Exílio e Oposição: os exilados brasileiros no Uruguai (1964-1967)*, com as práticas dos exilados brasileiros no Uruguai entre 1964 e 1967, pois uma ampla comunidade brasileira se formou naquele país logo após o golpe, a qual reunia um grande setor de políticos até então atuantes no Brasil, tais como Leonel Brizola e João Goulart. Já na sua tese (2011), na área de Ciência Política, a autora estuda as redes de solidariedade que foram formadas entre exilados brasileiros no Chile e na França. Marques parte da categorização proposta por Denise Rollemberg (1999) de gerações do exílio, em que Montevideo e Santiago foram um dos principais destinos da primeira fase, enquanto Paris o centro aglutinador na segunda, após o golpe que derrubou Salvador Allende. A partir da análise de categorias como transnacionalismo e redes de solidariedade, a autora avalia como ocorreu a organização de tais grupos nos países de destino. Atualmente, a pesquisadora Maria Claudia Badan Ribeiro aponta essas redes de solidariedade como meio de uma nova atuação política entre os exilados, de caráter transcontinental. A autora menciona a existência de uma “cultura militante sem fronteira” (2014), comportamento assumido como uma nova forma de atuação. Sznajder e Roniger (2013) compreendem essa solidariedade e ação em espaços transnacionais como um dos elementos que caracterizam os exílios da segunda metade do século XX, pois passou a existir um cenário de atuação com a presença de órgãos transnacionais, como o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e a Anistia Internacional (AI).

A tese de Jorge Christian Fernandez, *Anclaus em Brasil: a presença argentina no Rio Grande do Sul (1966-1989)*, defendida em 2011, faz uma extensa análise da presença de exilados, políticos e econômicos, e da imigração de profissionais argentinos no Rio Grande do Sul entre 1966 e 1989, período de acirramento das tensões políticas e sociais no país vizinho, demarcado com a posterior instalação de duas ditaduras. Embora a tese não analise o exílio brasileiro, fornece elementos para pensar o fenômeno de maneira ampla. Ressalto que o trabalho é original no sentido de que não se preocupa somente com os exilados políticos do

período ditatorial, mas complexifica e problematiza a experiência dos argentinos em outros momentos, de forma que não encontra apenas um grupo homogêneo, mas sim muitos grupos, cujos laços que os uniam eram dos mais variados. O que Fernandez destaca é a formação de redes de solidariedade entre tais grupos, derivadas da condição em que se encontravam, sobretudo em relação aos perseguidos políticos a partir da Operação Condor<sup>18</sup>.

Em 2011 Desirée de Lemos Azevedo defendeu sua dissertação em Antropologia Social intitulada *Os melhores anos de nossas vidas: Narrativas, trajetórias e trajetos de exilados brasileiros, que se tornaram cooperantes na República Popular de Moçambique*. A autora trabalha com a perspectiva proposta por Rollemberg (1999) de terceira fase do exílio, pois os exilados brasileiros saem da Europa e partem aos países recém independentes do continente africano após suas guerras de libertação com o intuito de auxiliar na construção dos mesmos. Sua pesquisa é importante pois, além de ser a primeira dissertação que analisa as trajetórias de exilados em um país africano, mostra que apesar do golpe sofrido no Chile, em que a experiência socialista foi derrotada, o seu desejo de construção de um país com esse viés político ainda estava presente.

Em 2016, Fábio Lucas da Cruz defendeu sua tese intitulada *Brasileiros no exílio: Argel como local estratégico para a militância política (1965-1979)*. Na pesquisa o autor também trabalhou com a ideia de *redes transnacionais* com o objetivo central de investigar a sua formação para a oposição e denúncia em relação a ditadura brasileira. Utilizando-se de variados tipos de fontes, tais como os periódicos produzidos pela Frente Brasileira de Informações, a documentação do Instituto Miguel Arraes e os arquivos do CIEEx, Cruz traçou um panorama geral acerca da presença de brasileiros na Argélia. A partir da disponibilização da sua pesquisa, precisei reavaliar a proposta de tese. Após um período de reflexão concluí que as propostas diferem sobremaneira, pois Cruz busca trabalhar as formas de resistência política articuladas a partir de Argel, esta enquanto um espaço de articulação política, em especial de denúncias da ditadura e de passagem para outros locais. Já a presente pesquisa buscará compreender a dinâmica exilar, a partir de relatos baseados na História Oral, e a forma com que a comunidade de informações manteve a vigilância sobre os mesmos. É importante salientar que os dois trabalhos podem ser compreendidos como complementares, pois analisam um objeto em comum com olhares distintos.

---

<sup>18</sup> A Operação Condor foi formalizada em 1975 e previa a colaboração repressiva entre as ditaduras do Cone-Sul com o objetivo de sequestrar e assassinar militantes políticos. Para maiores informações, consultar: REIS, Ramiro José dos. *Operação Condor e o sequestro dos uruguaios nas ruas de um porto não muito alegre*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

Ainda em 2016 a pesquisa de pós-doutorado em Ciências Sociais de Mazé Torquato Chotil, realizada na França entre 2011 e 2014, foi publicada no Brasil. Intitulado *Trabalhadores exilados: a saga de brasileiros forçados a partir (1964-1985)*, o trabalho analisa “Entre os trabalhadores, escolhi o exílio dos de classes populares, urbanas e rurais, tendo empregos tais como operário, empregado, funcionário, suboficiais e técnicos médios [...]” (CHOTIL, 2016, p.20), pois as pesquisas até então existentes não privilegiavam a investigação sobre o exílio de trabalhadores. Esse é o único trabalho existente até então que busca compreender o exílio de uma categoria específica.

Existem outros trabalhos que objetivam analisar o exílio, tais como a dissertação de Lorenna Burjack da Silveira (2011) intitulada *Ditadura e desterro: trajetórias de exilados brasileiros do golpe de 1964 nos Estados Unidos (1964-1979)* na qual analisou como os exilados em tal país realizaram atos de denúncia à ditadura, tendo em vista o papel decisivo desempenhado pelos estadunidenses na articulação do golpe. Da mesma forma, procurou destacar as relações entre Brasil-EUA no contexto ditatorial. Também o trabalho de Tulio Augusto Samuel Custódio, no qual avalia e compreende em sua dissertação em Sociologia (2011), *Construindo o (auto)exílio: Trajetória de Abdias do Nascimento nos Estados Unidos (1964-1981)*, a relação entre o exílio e a emergência de um ativista político da causa negra. Como Rollemberg (1999) já salientava, o exílio propiciou o contato com novas formas de atuação política, como as redes de solidariedade analisadas por Ribeiro (2016).

Também é importante mencionar a existência de uma ampla produção sobre o exílio nos Estudos Literários<sup>19</sup> e na Psicologia<sup>20</sup>. As pesquisas analisam, em especial, a forma como o deslocamento atua sobre os indivíduos, influenciando sua produção e experiência de vida, assim como traumas causados pela brusca ruptura com o país. Tais pesquisas são importantes para a compreensão do fenômeno em escala individual, contudo, muitas vezes não o situam enquanto parte de uma política de Estado vigente durante longo período da história contemporânea.

Outro trabalho recente que buscou compreender o exílio em solo europeu é a pesquisa de doutorado de Rodrigo Pezzonia, publicada sob o título *Guarda um cravo para mim: os exilados brasileiros em Portugal (1974-1982)*<sup>21</sup>. Com um recorte que inicia no momento do

---

<sup>19</sup> A título de exemplo cito: COLOMBO, Natalia Ruggiero. *Exílio, Ficção e Memória em Mario Benedetti: uma leitura introdutória*. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária). Universidade Estadual de Campinas: Campinas, SP, 2013.

<sup>20</sup> Por exemplo: BERTA, Sandra Letícia. *O exílio: vicissitudes do luto, reflexões sobre o exílio político dos argentinos (1976-1983)*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade de São Paulo: São Paulo, 2007.

<sup>21</sup> PEZZONIA, Rodrigo. *Guarda um cravo para mim: os exilados brasileiros em Portugal (1974-1982)*. São Paulo: Alameda, 2019.

término da ditadura salazarista, o autor analisa a vivência dos exilados naquele país, que, junto com a França, tornou-se um centro de reflexões sobre o que acontecia no Brasil e tentativa de reorganização política. É importante lembrar que o congresso de criação do Partido Democrático Trabalhista, liderado por Leonel Brizola, aconteceu nesse país.

Percebe-se assim que os trabalhos sobre o exílio são recentes<sup>22</sup>, o que demonstra um crescente interesse sobre o tema. Da mesma forma, as relações que a ditadura estabeleceu com os diferentes países. Sabe-se que, inicialmente, houve uma maior aproximação com os EUA, deixando de lado a Política Externa Independente (PEI) que vinha se fortalecendo nos governos Jânio Quadros e João Goulart. Contudo, tal perspectiva foi se alterando, conforme uma maior necessidade de expansão de mercados. Essas relações é um tema de pesquisa em aberto e que só recentemente, em especial com a análise da documentação diplomática, tem sido objeto de reflexão. Nesse sentido, dois trabalhos auxiliaram a pensar as ações do Ministério das Relações Exteriores (MRE) em tempos ditatoriais: a primeira delas, intitula-se *Liberdade Vigiada: as relações entre a ditadura militar brasileira e o governo francês – do golpe à anistia*<sup>23</sup> e busca compreender, a partir da documentação diplomática e dos serviços secretos como se estabeleceram as relações entre os dois países, desde o golpe em 1964 até a anistia.

Outra pesquisa de profundidade sobre o tema e publicada pela primeira vez em 2017, intitula-se *Segredos de Estado: o governo britânico e a tortura no Brasil (1969-1976)*<sup>24</sup> de autoria de João Roberto Martins Filho. Este analisa a postura do governo britânico face as inúmeras denúncias de tortura que chegavam a partir de diferentes fontes: exilados brasileiros ou a Anistia Internacional, organização que passou a ocupar um espaço de destaque nesse aspecto. Ao analisar a documentação produzida pelo serviço secreto britânico, o M16, o autor percebe que, por mais que as denúncias da violência cometida pelos agentes do Estado chegassem ao país, era mais importante manter as boas relações econômicas. No prefácio da obra, Hector Luis Saint Pierre afirma: “[...] a defesa da ‘democracia’ é apenas um argumento para forçar governos a abrir suas economias e negociar, *independentemente* da forma com que estes conseguem sua legitimação e da sua relação com os alegados ‘direitos humanos’.” (2019, p. 13). Ou seja, não houveram rompimentos diplomáticos com a ditadura brasileira, de forma

---

<sup>22</sup> Nessa introdução busquei elencar os trabalhos produzidos em universidades brasileiras. Contudo, para uma compreensão do fenômeno exilar, os trabalhos de Jensen (2007; 2010); Lastra (2016) e Yankelevich (2010) foram fundamentais.

<sup>23</sup> GOMES, Paulo César. *Liberdade Vigiada: as relações entre a ditadura militar brasileira e o governo francês – do golpe à anistia*. Rio de Janeiro: Record, 2019.

<sup>24</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. *Segredos de Estado: O Governo britânico e a tortura no Brasil (1969-1976)*. Salvador: Sagga, 2017.

que a mesma foi vista como um meio para a consecução de interesses, na maior parte das vezes, econômicos.

Duas teses defendidas recentemente auxiliam na compreensão das relações estabelecidas pela ditadura com dois países do Cone-Sul: o Uruguai e o Chile. A primeira delas, de autoria de Ananda Simões Fernandes e intitulada *Burocratas da dor: as conexões repressivas entre os órgãos de informação das ditaduras brasileira e uruguaia (1973-1985)*<sup>25</sup>, analisa a forma com que o aparato repressivo dos dois países agiu na troca de informações para a perseguição daqueles que se encontravam em seu território. Com a utilização da documentação produzida pelos órgãos de monitoramento brasileiros e uruguaios, percebeu o quanto as duas ditaduras colaboraram entre si para a perseguição do chamado “inimigo interno”.

Por fim, Cristiane Medianeira Ávila Dias em sua pesquisa de doutorado, cujo título é *Minha terra tem horrores: o exílio dos brasileiros no Chile (1970-1973)*<sup>26</sup> buscou compreender a vigilância da ditadura brasileira sobre os exilados que se encontravam no Chile no período compreendido entre a eleição do socialista Salvador Allende e o golpe que o derrubou, instaurando uma nova ditadura. O recorte escolhido pela autora se situa entre duas ondas de exílio: a que se direciona ao Chile, em que a maioria dos exilados ainda possuía a perspectiva do retorno ao Brasil e outra, em que a busca pela manutenção da vida ao sair do Chile era elemento fundamental. Nesse momento, a maioria partiu para a Europa e o retorno ao Brasil tornou-se algo distante. Ao analisar a documentação produzida pelos órgãos de vigilância brasileiros no exterior e o Itamaraty a autora mostrou o quanto a ditadura agiu, por meio dos instrumentos legais e clandestinos, para vigiar os passos dos exilados e, quando possível, sequestrá-los e assassiná-los.

Contudo, é importante fazer uma ressalva inicial: a presente pesquisa não analisou a documentação diplomática produzida pela Argélia, apenas a do Brasil. Ou seja, apenas tive acesso a perspectiva dos agentes do Estado brasileiro. Esse é um elemento fundamental que deve ser levado em consideração, tendo em vista que a produção dos documentos diplomáticos é permeada, em grande medida, pelo olhar interessado do funcionário produtor e que representa os interesses do país a que serve.

---

<sup>25</sup> FERNANDES, Ananda Simões. *Burocratas da dor: as conexões repressivas entre os órgãos de informação das ditaduras brasileira e uruguaia (1973-1985)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

<sup>26</sup> DIAS, Cristiane Medianeira Ávila. *Minha terra tem horrores: o exílio dos brasileiros no Chile (1970-1973)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

Com a problematização exposta anteriormente e em diálogo com as referências citadas pretendo situar o exílio na sua especificidade: como uma prática decorrente do Terrorismo de Estado praticado pelas ditaduras de segurança nacional do Cone-Sul, com o objetivo de eliminar das fronteiras nacionais os considerados inimigos internos, e, ao mesmo tempo, a partir da categoria de fronteira ideológica, manter sob estreita vigilância aqueles que procuram refúgio ou um novo espaço de articulação. Nesse sentido, o diálogo com autores/as latino-americanos será fundamental, de forma a situar o Brasil na perspectiva regional, marcada pelas disputas da Guerra Fria<sup>27</sup>.

A partir de tais concepções e tendo em vista o objetivo central da tese utilizarei diferentes tipos de fontes, as quais serão problematizadas no decorrer de todo o texto, de modo que a discussão acerca da evidência e da teoria esteja presente em conjunto. Busco assim cercar o objeto de pesquisa com os cuidados teórico-metodológicos indispensáveis ao trabalho historiográfico. De maneira inicial, listo as fontes utilizadas no decorrer do texto:

1) Entrevistas de homens e mulheres que estiveram na Argélia: a partir da metodologia da História Oral busquei acessar narrativas de militantes e problematizá-las, pois nas formas de lembrar existem aspectos predominantes, os esquecimentos e silêncios, tendo em vista o seu caráter seletivo<sup>28</sup>. Dessa forma, as memórias serão fonte e objeto da pesquisa. Ao todo, foram entrevistados 10 (dez) exilados, os quais apresento a seguir:

- João Carlos Bona Garcia: gaúcho de Passo Fundo, Bona<sup>29</sup> iniciou sua militância no movimento secundarista, no início da década de 1960. Na sequência ingressou no Partido Operário Comunista (POC), participando da resistência armada, portanto. Em 1969 transferiu-se para Porto Alegre para cursar engenharia. Ao mesmo tempo, saiu do POC e ajudou a formar a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) no estado. Após a tentativa de sequestro do cônsul estadunidense em Porto Alegre e o acirramento da repressão, foi preso, passando pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), Presídio Central e Ilha do Presídio. Em 1971 foi um dos 70 presos políticos trocados após o sequestro do embaixador suíço, indo para o Chile. Com o golpe que derrubou Pinochet se refugiou na embaixada da Argentina, indo na

---

<sup>27</sup> Nesse sentido as Jornadas de Trabajo sobre Exilios Políticos del Cono Sur en el Siglo XX se tornaram um espaço privilegiado de troca entre os pesquisadores latino-americanos. São realizadas a cada dois anos desde 2012 em distintas universidades.

<sup>28</sup> Para tanto, utilizarei os seguintes autores que pensam tais especificidades da memória: Pollak (1989), Portelli (1997), Candau (2012), Jelin (2002), dentre outros.

<sup>29</sup> Bona ou Bona Garcia é a forma em que o mesmo é mais conhecido. No decorrer do texto assim me referirei a ele.



sequência para este país. Por meio de Miguel Arraes, conseguiu ir para a Argélia, onde ficou por volta de um ano, entre 1974 e 1975. Posteriormente foi para a França, onde ficou até a anistia. No retorno participou da articulação do Partido do Movimento Democrático do Brasil (PMDB). É juiz aposentado do Tribunal Militar do Rio Grande do Sul.<sup>30</sup>

- Apolo Heringer Lisboa: mineiro, iniciou sua militância na juventude da igreja presbiteriana no início da década de 60. Na sequência, quando entrou no curso de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) passou à política estudantil, de forma que foi vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE). Com a escalada da repressão se vinculou aos Comandos de Libertação Nacional (COLINA) e posteriormente à Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), organizações que resistiram via luta armada. A partir de 1968 passou à clandestinidade, indo residir no Rio de Janeiro. Em 1973, com a dizimação de praticamente todos os grupos de resistência, foi para o Chile, ainda durante o governo de Salvador Allende. Com o golpe de Estado naquele país, refugiou-se na embaixada da Argentina, de onde posteriormente se deslocou para a Argélia, com o status de refugiado. Retornou ao Brasil em 1979 com a aprovação da Lei da Anistia e passou a militar no Partido dos Trabalhadores (PT). Ainda nos anos 80 desfilou-se do partido e passou a atuar pelas causas ambientais. Atualmente é professor aposentado da UFMG e se define como pacifista e ambientalista.<sup>31</sup>

- Carlos Eduardo Fayal de Lyra: carioca de nascimento, de acordo com sua narrativa a participação política veio de casa, pois seu avô era nacionalista. Na adolescência, junto com amigos, passou a atuar politicamente, formando o grêmio estudantil da escola. Participou de “eventos fortes”<sup>32</sup> como as manifestações após o assassinato do estudante Edson Luis em 1968, atuando como segurança, da mesma forma que no congresso clandestino da UNE, realizado em Ibiúna. Com o acirramento da repressão decidiu entrar para a ALN ao mesmo tempo em que ingressava na faculdade de Odontologia. Após algumas ações o seu nome ficou “queimado”<sup>33</sup>, o que o levou para a clandestinidade, situação em que permaneceu um ano e meio. Em março

---

<sup>30</sup> A entrevista com Bona foi realizada na sua residência em Porto Alegre, no dia 03 de maio de 2016 e durou cerca de uma hora.

<sup>31</sup> A entrevista foi realizada em 02 de agosto de 2016 no Tênis Clube da cidade de Belo Horizonte e durou duas horas.

<sup>32</sup> Refere-se assim ao “Massacre da Medicina” e a “Sexta-feira sangrenta”, manifestações estudantis que ocorreram no Rio de Janeiro em 1968 e que foram violentamente reprimidas. Como reação a repressão seguiu-se a “Passeata dos Cem mil”.

<sup>33</sup> Quando o nome de um militante teria sido descoberta pelos órgãos de informação.

de 1970 foi preso, condição em que ficou até a troca após o sequestro do embaixador alemão. Passou pela Argélia, Cuba, Chile, Argentina e Suécia, onde adquiriu o estatuto de refugiado. Auxiliou na construção do Partido Democrático Trabalhista no exterior. Voltou para o Brasil após a anistia e foi eleito deputado estadual em 1982. Atualmente continua atuando como cirurgião dentista.<sup>34</sup>

- Daniel Aarão Reis Filho: iniciou a militância no movimento estudantil secundarista de Brasília, que se intensificou quando passou para o curso de Direito da UFRJ. Nesse momento sua militância ocorreu na Dissidência Comunista da Guanabara. No início de 1968 começou a fazer as primeiras ações armadas de resistência e, em 1969, participou do sequestro do embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick, posteriormente trocado por 15 presos políticos. Em março de 1970 acabou sendo preso e em junho foi um dos trocados pelo embaixador alemão, de forma que, integrou o grupo dos 40 enviados para a Argélia. Lá ficou em torno de um mês até ir para Cuba, onde fez treinamento de guerrilha com o objetivo de voltar para o Brasil. Nesse momento sua organização já se contava com uma base na Argélia, de forma que retornou para o posterior ingresso no Brasil. Depois do golpe no Chile se exilou na embaixada do Panamá, até sair para a França, onde estudou História. Posteriormente se dirigiu a Moçambique, onde trabalhou na Universidade de Maputo. Próximo da data de aprovação da anistia brasileira se deslocou para Portugal e, assim que aquela foi aprovada retornou para o Brasil, onde participou da fundação do PT. Atualmente é professor da Universidade Federal Fluminense e pesquisa temáticas relacionadas à ditadura brasileira e Revolução Russa.<sup>35</sup>

- Liszt Benjamin Vieira: iniciou sua militância política em 1968, quando era estudante de Ciências Sociais na UFF, embora já fosse formado em Direito. Passou a militar no COLINA e depois na VPR. Participou de ações armadas e do sequestro do cônsul japonês. Preso em abril de 1970 foi um dos “40 trocados”. Após um período na Argélia foi para Cuba onde fez treinamento de guerrilha, antes de sair para o Chile. Após o golpe naquele país se refugiou na embaixada da Argentina e, através de uma rede de solidariedade conseguiu asilo na França onde passou a trabalhar e estudar. Politicamente se ligou ao Comitê Brasileiro pela Anistia. Em 1979

---

<sup>34</sup> A entrevista com Fayal, como é mais conhecido, foi realizada no seu consultório em 21 de março de 2017 e teve a duração de uma hora.

<sup>35</sup> A entrevista foi realizada em 22 de março de 2017, na sua residência na cidade do Rio de Janeiro. Teve duração de uma hora.

retornou ao Brasil e participou da fundação do PT, partido pelo qual se elegeu deputado estadual em 1982, com uma plataforma voltada às questões ambientais, movimento no qual milita até o presente. É professor aposentado da PUC-RJ.<sup>36</sup>

- Ladislau Dowbor: nascido na França e filho de poloneses que fugiam do nazismo veio para o Brasil com 10 anos. Na juventude trabalhou como repórter em Recife onde, segundo sua narrativa, tomou consciência da desigualdade social existente no Brasil. Em 1963 foi para Israel encontrar sua namorada Pauline<sup>37</sup>. Na sequência foi estudar Economia na Suíça e conheceu um grupo de brasileiros na França que eram da VPR. Em 1968 decidiu voltar para o Brasil para se integrar na luta armada contra a ditadura. Foi preso uma primeira vez por ter estudado russo ainda quando morava em Recife. Em 1970 participou da ação de sequestro do cônsul japonês em São Paulo sendo preso logo após. Foi um dos “40 trocados” que foram para a Argélia. Posteriormente esteve na Polônia, em Portugal e na Guiné-Bissau, até retornar ao Brasil, em 1980. Atualmente é professor da PUC-SP.<sup>38</sup>

- Yara Regina Gouvêa: paulista de Campinas, afirmou que iniciou sua conscientização política a partir da observação da realidade da periferia local. A participação na militância organizada ocorreu com canais relacionados à Igreja Católica, com destaque para a JUC, o que lhe possibilitou contatos com militantes da AP e da ALN. Participou do Congresso de Ibiúna e esteve alguns dias presa na ala feminina do presídio do Carandiru. Logo após o AI-5, com a ajuda da Igreja Presbiteriana, saiu do Brasil e foi para a Suíça. Lá, começou a estudar e a organizar a denúncia da ditadura brasileira, em especial a partir de contatos na Anistia Internacional. Contatos pessoais, em especial com Pauline Reichstul, permitiram sua ligação com a VPR. Em 1970 foi ao encontro dos “40” em Argel e conheceu Miguel Arraes, que já publicava o boletim da Frente Brasileira de Informações. A partir da articulação de ambos, a FBI se internacionalizou. Com a vigilância dos órgãos de repressão brasileiros sobre os exilados que estavam na Europa fixou residência em Argel. Nesse país trabalhou na produção da FBI e

---

<sup>36</sup> A entrevista foi realizada no Shopping da Gávea, no Rio de Janeiro, em 22 de março de 2017. Durou 45 minutos. Além da entrevista também utilizo sua obra de memória *A busca: memórias da resistência*, publicado pela editora Hucitec em 2008.

<sup>37</sup> Pauline Reichstul foi militante da VPR e assassinada no episódio conhecido como “Massacre da Chácara de São Bento” por infiltração do agente conhecido como Cabo Anselmo.

<sup>38</sup> A entrevista foi realizada na residência de Marilinda, ex-companheira de Diógenes Oliveira (companheiro de militância) em Porto Alegre, em 19 de outubro de 2017 e durou uma hora e vinte minutos. De forma a buscar outros elementos de análise utilizarei seu livro de memórias *O mosaico partido: a economia além das equações*, publicado pela editora Vozes em 2000.

casou-se com um cidadão marroquino, também exilado, tendo dois filhos. Na sequência passou a dar aulas na Universidade de Argel, junto com Magdalena Arraes. Auxiliou na organização da embaixada portuguesa após a Revolução dos Cravos e, depois a anistia, transferiu-se para o Marrocos junto com o marido, onde também trabalhou na universidade após o término do doutorado. Voltou para o Brasil em meados dos anos 80 e, por convite de Arraes, ingressou no Partido Socialista Brasileiro, no qual continua trabalhando e militando até o presente.<sup>39</sup>

- Carmem Helena Barbosa do Vale: mineira de Governador Valadares, iniciou sua militância em Belo Horizonte, quando cursava Farmácia na UFMG, já durante a ditadura. Participou do diretório acadêmico dos estudantes do curso, e, posteriormente, do DCE. Iniciou a militância em uma célula do Partido Comunista, mas, segundo seu relato, devido à linha tomada pelo partido, passou a militar na POLOP. Em uma passeata, conheceu seu futuro marido, Apolo, já caracterizado anteriormente. Com a formação do COLINA, passaram para esse grupo, indo posteriormente para a Var-Palmares. Com a prisão e posterior libertação de Apolo entram para a clandestinidade e foram para o Rio de Janeiro. Com o desmantelamento da organização, saíram do país, indo para o Chile de Allende. Com o golpe de Pinochet estiveram um período na embaixada da Argentina, indo posteriormente para esse país, até conseguirem a passagem para a Argélia. Nesse país trabalhou no laboratório do Hospital Universitário de Argel, auxiliando na montagem de vários espaços específicos. Passou um curto período na Suíça fazendo cursos de aprimoramento. Com a anistia, retornou para o Brasil e formalizou a separação de Apolo. Aqui passou cinco anos e, após um novo casamento, retornou para a Suíça. Voltou definitivamente para o Brasil em 1994. Afirma que a reinserção profissional foi difícil, até conseguir trabalhar como docente na Universidade Vale do Rio Doce.<sup>40</sup>

- Luiz Claudio Arraes de Alencar: pernambucano de Recife, é o oitavo filho de Miguel Arraes. Quando criança, após a ida do pai para o exílio, viveu com a tia materna. Partiu em 1969, então com 10 anos, para a Argélia, junto com mais três dos seus irmãos, indo direto para a escola francesa. Em 1976 foi para a França cursar Medicina; segundo ele, esse o curso favoreceria a integração em qualquer lugar do mundo, diferentemente do que via em Argel com outros

---

<sup>39</sup> A entrevista foi realizada em Brasília, no dia 18 de fevereiro de 2019, na sede do PSB, e durou em torno de 4 horas.

<sup>40</sup> A entrevista foi realizada na sua casa, em Governador Valadares, MG, em 26 de fevereiro de 2019 e durou cerca de duas horas.

exilados. Em 1978 veio passar as férias no Brasil e então decidiu retornar. Atualmente é professor da Universidade Federal de Pernambuco.<sup>41</sup>

- Ana Angélica Lins de Albuquerque e Melo: também pernambucana, formou-se em Arquitetura e Urbanismo e participava da política estudantil, em especial das campanhas pelo voto nulo. Em 1968 mudou-se para o Rio de Janeiro para cursar o mestrado, quando conheceu o então deputado Maurílio Ferreira Lima<sup>42</sup>. Com a perseguição a este, decidiram ir para a Argélia, onde Ana já chegou com um emprego na equipe do arquiteto Oscar Niemeyer, que desenvolvia alguns projetos no país. Quando do término do projeto, continuou trabalhando para o governo argelino. Teve seus dois filhos durante o exílio e, com a anistia, retornou, junto com Maurílio, para o Brasil. Continuou trabalhando como arquiteta.<sup>43</sup>

Percebe-se que as entrevistas ocorreram entre 2016 e 2019 e, como é inevitável em qualquer trabalho que utilize a História Oral como fonte, foram permeadas de reflexões sobre o momento presente, com destaque para a crise política pela qual passava e segue passando o Brasil, como será possível perceber. Assim, em conjunto com as entrevistas, busquei obras de memória de indivíduos que, em algum momento, passaram pelo território argelino, de forma a identificar outros elementos que compõem as narrativas, tendo em vista que houveram algumas negativas de alguns ex-exilados em fornecer seu relato, com o argumento de “tudo está no livro”<sup>44</sup>, bem como o falecimento de alguns deles, dentre outros fatores. Utilizarei obras já publicadas, tais como a de Mauricio Seidl, Apolônio de Carvalho, Carlos H. Knapp, Cid Benjamin, Maurício Paiva, João Carlos Bona Garcia, Ladislau Dowbor, Almeri Bezerra de Mello e Yara Gouvêa. Também serão utilizadas obras biográficas sobre ex-exilados, como a

---

<sup>41</sup> A entrevista aconteceu no dia 15 de julho de 2019, na sua casa em Recife, e durou em torno de duas horas. Há uma discussão acerca da forma como nomear as crianças e adolescentes que saíram para o exílio em função dos familiares ou que nasceram no exterior (ALBERIONE, 2018), tendo em vista que possuem identidade e experiências próprias. No trabalho me referirei aos mesmos como exilados, embora leve em consideração na análise tais elementos. Alberione ainda afirma que são necessários trabalhos específicos para visibilizar tais experiências pois também são traumáticas e fruto da repressão nos países de origem.

<sup>42</sup> Maurílio Ferreira Lima, também pernambucano, assumiu uma vaga na Câmara dos Deputados em 1968, quando denunciou o caso “Para-Sar”, no qual um grupo de militares da Aeronáutica, vinculado a ações de salvamento, planejavam executar ações de terror e imputá-las aos grupos de esquerda. Em dezembro do mesmo ano, tem seus direitos políticos cassados com o AI-5. Como era vinculado a Miguel Arraes, decide, junto com Ana Angélica, a ir para a Argélia, onde viveu até a anistia, desenvolvendo trabalhos junto ao Ministério do Planejamento. Com o retorno, insere-se no MDB. Faleceu em 2017. Fonte: Maurílio Ferreira Lima. Verbete. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/maurilio-figueira-de-ferreira-lima>> Acesso em 08/07/2019.

<sup>43</sup> A entrevista ocorreu na sua residência, em Recife, no dia 20 de julho de 2019 e durou cerca de três horas.

<sup>44</sup> Tal afirmação necessita ser complexificada, pois, de acordo com Pollak (1989), caracteriza uma “memória enquadrada” dos militantes. Será melhor problematizada no momento oportuno.

escrita por Martha Vianna sobre Maria do Carmo Brito, que intercala relatos de Maria do Carmo e de narração da autora. É importante ressaltar que a maioria de tais obras busca abranger toda a trajetória dos sujeitos, e, muitas vezes, o espaço dedicado ao período exilar é curto e, como a Argélia foi um momento de trânsito, sobretudo para os banidos, tal momento é mencionado de maneira rápida.

Utilizaremos também outras fontes, como:

- Documentos produzidos pela “comunidade de informações”<sup>45</sup> da ditadura: compõem-se de dossiês, prontuários, informes e boletins produzidos por diferentes órgãos que a compuseram, tais como o CIEEx, a DSI/MRE, os setores de inteligência e informação das três Forças Armadas e o SNI. Todos esses documentos versam sobre os exilados. Tais fundos se encontram no Arquivo Nacional e foram consultados a partir do sistema digital de busca, que atualmente se encontra disponível para consulta *online*. Realizei a pesquisa a partir de palavras-chave, como “Argélia”, “Frente Brasileira de Informações” (periódico de denúncia da ditadura criado por Arraes e um grupo próximo) e “banidos” (de forma a encontrar referências àqueles trocados após o sequestro do embaixador alemão em junho de 1970). É importante salientar que evitei a busca por nome dos indivíduos, pois, no caso de Miguel Arraes foram encontradas mais de 1000 referências, o que inviabilizaria a análise mais ampla do exílio naquele território.

- Correspondência entre o Itamaraty e a embaixada brasileira localizada em Argel: logo após a independência da Argélia, em 1962, o Brasil passou a ter um encarregado de negócios no país magrebino<sup>46</sup>, e, em 1963, nomeou o primeiro embaixador. A documentação produzida nos dois espaços se encontra disponível para consulta no Arquivo Histórico do Itamaraty, em Brasília. Busquei entender, a partir da análise de memorandos, despachos e telegramas, a forma com que as relações entre os dois países ocorreram, da mesma maneira compreender como a embaixada atuou em relação aos exilados brasileiros no país africano.

---

<sup>45</sup> De acordo com Ishaq, Franco e Sousa (2012, p. 109) “A expressão ‘comunidade de informação’ apareceu pela primeira vez na linguagem política brasileira no livro *A produção de informações estratégicas*, do general americano Washington Platt (original de 1957), publicado pela Biblioteca do Exército em 1967, considerado obra fundamental para os alunos da Escola Nacional de Informações (EsNI).” De acordo com os autores, a comunidade reunia o Serviço Nacional de Informações (SNI), Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), Divisões de Segurança e Informações (DSI), Centro de Informações do Exterior (CIEEx), e os órgãos estaduais como os Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS).

<sup>46</sup> Magreb significa “poente” em árabe. É a região composta pela Argélia, Marrocos, Tunísia, Líbia e Mauritânia, localizada no noroeste da África. O adjetivo “magrebino” é utilizado nas referências aos países da região, no caso específico, a Argélia.

Percebe-se que a pesquisa utiliza, de maneira central, três tipos de fontes: orais, da comunidade de informações e diplomáticas. Cada uma delas necessita de um cuidado teórico-metodológico específico, o qual será mencionado no decorrer do texto. Contudo, faz-se necessário algumas considerações preliminares. A primeira delas se relaciona com a utilização da História Oral para analisar o exílio, pois é somente por meio dela que poderemos compreender uma das dimensões da experiência exilar, tendo em vista que esta, durante muito tempo, permaneceu à margem dos estudos sobre as ditaduras, pois analisar o que havia ocorrido em território nacional era considerado mais relevante. Yankelevich afirma que:

[...] a memória adquire uma centralidade indiscutível ao estudar o exílio enquanto espaço de interseção de horizontes culturais, formas e tomadas de consciência políticas, modalidades discursivas, ações e reflexões que se criam e recriam em um contexto assinalado pela perda dos até então referenciais da vida cotidiana. (2011, p. 23-24)

Assim, examinaremos também as especificidades do momento exilar para os sujeitos. Inserir o exílio na historiografia é deveras importante, pois o mesmo foi percebido muitas vezes como o abandono da luta, permanecendo como uma “memória subterrânea”<sup>47</sup>: “Esa dificultad para contar el destierro en clave política y colectiva retardó su inclusión en la historia dictatorial y sancionó el predominio de una memoria subterránea, habitada por recuerdos vergonzosos, prohibidos o indecibles.” (YANKELEVICH; JENSEN, 2007, p.10).

Inicialmente é importante salientar que todos os indivíduos são capazes de lembrar, contudo, o que lembram, o porquê lembram e também esquecem, sofre variações no momento em que a fala é articulada. Analisarei a memória a partir da perspectiva de Candau (2012, p. 61) que afirma: “Através da memória o indivíduo capta e compreende continuamente o mundo, manifesta suas intenções a esse respeito, estrutura-o e coloca-o em ordem (tanto no tempo como no espaço) conferindo-lhe sentido.” Assim, a memória organiza, seleciona e articula as vivências com o objetivo central de dar um sentido à vida individual, inserindo-a no contexto político ora analisado. É a partir dessa perspectiva que analisarei os testemunhos: levando em consideração a experiência anterior e também posterior dos entrevistados. Compreendo que as narrativas não devem ser compreendidas por si sós, mas a partir da forma como o indivíduo a constitui, buscando dar sentido ao que foi vivido, utilizando-se de referenciais que muitas vezes adquire *a posteriori*. É o que Pierre Bourdieu (2006) chama de “ilusão biográfica”.

Esse elemento surge com força quando analisamos os diferentes momentos em que foram formuladas algumas memórias do exílio. As primeiras obras memorialísticas acerca do

---

<sup>47</sup> Conceito criado por Pollak (1989), que afirma que determinadas memórias permanecem subterrâneas até encontrarem condições de emergir.

tema datam ainda do período ditatorial, ou seja, são memórias no exílio, diferentemente das memórias do exílio, que começaram a ser publicadas de maneira mais intensa a partir dos anos 2000. Como exemplo do primeiro grupo cito as obras *Memórias do exílio*<sup>48</sup> e *Memórias das mulheres do exílio*<sup>49</sup>, coletâneas publicadas inicialmente em Portugal. O complemento do título da primeira, *Brasil 1964/19??*, indica a indefinibilidade da condição enfrentada. Ambas as obras foram publicadas no exterior e buscavam denunciar a ditadura. Enquanto isso o aparato de propaganda do governo afirmava que aqueles que haviam deixado o país eram maus-brasileiros, ou seja, não colaboravam para o desenvolvimento nacional. De acordo com Jensen (2010) a atuação fora das fronteiras permitia que os exilados fossem ouvidos, a despeito da campanha de desqualificação realizadas pela ditadura. Nesse grupo de obras prevalece o caráter de incerteza sobre o que é enfrentado, as dificuldades de viver em um país distinto e a violência cometida em solo brasileiro. Já as memórias do exílio se caracterizam, de maneira geral, como uma análise das possibilidades que foram abertas, sobretudo em termos de conhecer outros países e possibilidades profissionais que se abriram, estas especialmente após o golpe que derrubou Salvador Allende, em 1973. Nas entrevistas realizadas, embora as dificuldades tenham sido lembradas, todos afirmaram que o exílio foi um espaço de descobertas de novas possibilidades, culturas e posições políticas. Ou seja, predominou uma avaliação positiva, de forma que quem era entrevistado afirmava que “outros” ficavam “chorando o exílio”, mas nunca a pessoa que lembrava.

Nesse sentido, para compreendermos o exílio na sua totalidade, para além da documentação produzida, o contato com narrativas se torna indispensável, de forma a entender as especificidades que a ruptura com o país de origem produziu nos sujeitos que passaram por esse momento, que avaliamos como traumático, tendo em vista o processo violento que o cercou. Sznajder e Roniger (2013) também mencionam o quanto o exílio foi responsável, muitas vezes, pela redefinição de perspectivas, sobretudo políticas, ante a derrota do projeto político anteriormente defendido:

La experiencia del exilio reta a las personas desplazadas a reconsiderar los ideales con los que llegaron al país anfitrión, así como sus ideas sobre éste y sobre la patria que dejaron atrás. Un profundo proceso de redefinición de supuestos culturales, sociales y políticos se lleva a cabo de este modo, y resulta crucial recorrerlo cuando se analizan las transformaciones posteriores en estos países. (SZNAJDER; RONIGER, 2013, p. 23)

---

<sup>48</sup> CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino. *Memórias do exílio, Brasil 1964-19??* São Paulo: Editora Livramento, 1978.

<sup>49</sup> COSTA, Albertina de Oliveira; et.al. *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.



Essa redefinição pode ser exemplificada, de maneira inicial, pelo que aconteceu com inúmeros entrevistados após o golpe no Chile, em 1973, e a ida para alguns países europeus, com destaque para a França: o abandono da luta armada enquanto estratégia de luta e a adoção, ao menos de maneira retórica, de práticas relacionadas com a denúncia dos crimes contra os direitos humanos, que promoveram, inclusive, diferentes formas de críticas à utilização das armas enquanto um meio de enfrentamento. Dessa maneira, ainda que seja fundamental analisar o exílio enquanto um fenômeno coletivo, que atingiu milhares de cidadãos, a utilização da História Oral e das memórias publicadas, embora se tratem de produções em momentos distintos, são sobremaneira importantes para dimensionarmos os seus efeitos em níveis individuais, os quais também compõem a perspectiva histórica.

Como mencionado, a ditadura não se preocupou somente em perseguir os militantes que se encontravam em território nacional. Para tanto montou um eficiente sistema de monitoramento em relação àqueles que se encontravam no exterior, coordenado pelo Sistema Nacional de Informações (SNI), criado ainda em 1964 e que respondia diretamente ao ditador que ocupava a Presidência.

O SNI, portanto, foi o órgão central da chamada “comunidade de informações”, conjunto de órgãos que atuavam cooperativamente como fornecedores de informação ao presidente e às principais autoridades de primeiro escalão, relativas a quaisquer questões ou pessoas que de alguma forma interessassem ao regime. (SETEMY, 2018, p. 164)

Para tanto, foi criado, em 1966 o Centro de Informações do Exterior (CIEEx), o qual era, de acordo com Fernandes:

[...] vinculado ao SNI e subordinado à Secretaria Geral de Relações Exteriores, em 1966. O CIEEx contava com o apoio dos agentes do SNI e dos adidos militares que serviam nas embaixadas e consulados brasileiros – geralmente vinculados aos serviços de inteligência de suas Forças. Seu âmbito de atuação ultrapassou o Cone Sul, estendendo-se até a Europa, inclusive. (FERNANDES, 2015, p. 148).

Ou seja, a produção da informação, com o objetivo de neutralizar as ações daqueles considerados inimigos do regime, tinha uma importância fundamental na ditadura, não importando em qual local estes estivessem. É a partir de tal documentação produzida por esses órgãos que conseguimos compreender o funcionamento da vigilância sobre os exilados. Tais fundos documentais são chamados de “arquivos da repressão” assim definidos por Ludmila Catela:

[...] llamamos archivos de la represión al conjunto de objetos secuestrados a las víctimas o producidos por las fuerzas de seguridad (policías, servicios de inteligencia,

fuerzas armadas) en acciones represivas (allanamientos, persecución, secuestros, tortura, desaparición, asesinatos, etc.) perpetradas durante las últimas dictaduras militares en los países del Cono Sur. (CATELA, 2002, p. 209-210)

Assim, ao utilizarmos tais fontes, precisamos ter uma série de cuidados. A mesma autora faz algumas advertências acerca da análise de tais documentos, tendo em vista que os mesmos refletem tensões e disputas daquele momento, sendo fruto de instituições cuja violência estatal era a base e, muitas vezes, a sua própria existência estava condicionada à eficácia da sua atuação. Dessa forma, a dúvida deve ser o ponto de partida:

‘Dudar’, preguntar sobre los archivos como instituciones con tensiones, jerarquías y luchas, es restituirles el carácter histórico y cultural, viéndolos en su carácter de espacios complejos que deben ser aprehendidos como objetos de reflexión a partir de problemas y punto de vista analíticos. (CATELA, 2002, p. 197).

Os documentos produzidos pelos órgãos de informação nem sempre estiveram a disposição dos pesquisadores<sup>50</sup> e sua abertura completa é uma demanda social, tendo em vista o direito inalienável que as sociedades possuem de conhecer, integralmente, a sua História. O argumento, muitas vezes utilizado, de que a segurança nacional deve ser preservada com a manutenção do sigilo, não deve se sobrepor ao direito da coletividade sobre a ação dos agentes imbuídos do poder de agir em nome do Estado, poder que, como mencionado, foi utilizado para extrapolar os limites legalmente permitidos, caracterizando o Terrorismo de Estado.

O trabalho historiográfico para com esse tipo de arquivo exige que as perguntas aos documentos sejam bem formuladas e, a partir da interpretação, encontrar possibilidades para a compreensão da realidade do período ditatorial. O pesquisador deve estar atento a sua dinâmica de produção, aos agentes envolvidos e à finalidade. Eles não dirão a “verdade” sobre os fatos analisados, mas refletem o ponto de vista do agente (vinculado a algum órgão de informação e segurança específico), com o objetivo central de monitorar os exilados que se encontravam residindo em solo argelino ou muitas vezes apenas de passagem. Camargo diz que os documentos: “[...] são sempre parciais em relação à entidade produtora, isto é, são partes constitutivas de sua lógica interna; e são, simultaneamente, imparciais em relação ao pesquisador, isto é, não são partes constitutivas da lógica da pesquisa.” (CAMARGO, 2009, p. 435). Ou seja, as perguntas realizadas não serão imediatamente respondidas pelos documentos, por isso faz-se fundamental cruzá-los com os produzidos por outros órgãos e também com os relatos dos exilados.

---

<sup>50</sup> Muitos documentos produzidos pelos órgãos repressivos continuam com o seu paradeiro desconhecido, com destaque àqueles produzidos pelas Forças Armadas. Para maiores informações sobre o tema, consultar: Figueiredo (2015).

Jensen pondera acerca da necessidade de utilizar tais fontes para compreender o quanto o exílio tornou-se um momento de continuidade da perseguição, além de um espaço de articulação de denúncia, o que também justificava o monitoramento dos exilados:

Estas fuentes permiten explicar el lugar del exilio en la lógica represiva del Estado terrorista, al menos desde el reconocimiento de la concatenación de acciones violentas que incluyeron el secuestro, la detención ilegal, la existencia de centros clandestinos, la desaparición, el blanqueo de los detenidos, su liberación o la aplicación discrecional e intermitente del derecho de «opción de salir del país» para los presos detenidos a disposición del Poder Ejecutivo. (JENSEN, 2010, p. 143).

Por último, mas não menos importante, utilizaremos a documentação produzida pelos órgãos diplomáticos<sup>51</sup>, os quais são responsáveis por manter a relação entre os países e atuar pela defesa dos nacionais no exterior. Tais documentos, embora possuam classificação de sigilo, são de caráter oficial, ou seja, entendidos como a “verdade” produzida por agentes do governo acerca dos fatos ocorridos. Percebe-se, a partir da sua leitura, que há a utilização de uma linguagem supostamente técnica, mas que deixa perceber nuances valorativas sobre a forma com que os fatos se desenrolam no país africano.

Durante muito tempo, em especial a partir da construção de uma memória pelo próprio Itamaraty, imaginou-se que tal espaço tivesse ficado alheio a perseguição promovida pela ditadura, mantendo seu profissionalismo, em especial por se estruturar a partir de funcionários de carreira (SETEMY, 2013; GOMES, 2019). Contudo, tal premissa se tornou insustentável, sobretudo a partir do conhecimento dos arquivos do CIEx e da atuação dos próprios funcionários na produção de informações. Para Gomes, imediatamente após o golpe: “[...] a diplomacia brasileira exerceu um papel fundamental na tentativa de ocultar, no âmbito externo, esse aspecto constitutivo do longo regime que se iniciava.” (2019, p. 73). O relatório final da Comissão Nacional da Verdade demonstrou o quanto esses espaços se articularam com a política repressiva<sup>52</sup>:

Todas as missões diplomáticas e repartições consulares brasileiras estiveram integradas, de alguma forma, à política repressiva da ditadura. Documentos localizados pela CNV nos arquivos do MRE e no Arquivo Nacional (AN) comprovam que o monitoramento de brasileiros no exterior não ficou limitado ao trabalho do Ciex

---

<sup>51</sup> É necessário diferenciar os serviços consulares dos diplomáticos: os consulados são responsáveis por oferecer apoio aos nacionais no exterior, ao renovar documentos, realizar registros; já os diplomáticos, representados pelas embaixadas, são responsáveis por manter as relações entre os Estados.

<sup>52</sup> Contudo, é necessário fazer uma ressalva inicial: ao mesmo tempo em que as embaixadas tornaram-se um braço do aparato repressivo, também poderiam ser um espaço de resistência ao arbítrio. No momento do próprio golpe de Estado em 1964 ocorreram demissões e pedidos de exoneração. Em 1969 um Inquérito Policial Militar (IPM) demitiu inúmeros diplomatas, por não se comportarem de acordo com as regras do novo governo, fato que atingiu particularmente aqueles embaixadores que agiram na defesa dos direitos dos nacionais, e também àqueles que utilizaram a mala diplomática para o envio de denúncias do que ocorria no país, como foi o caso de Miguel e Rosiska Darcy de Oliveira.

ou dos funcionários lotados na DSI, tampouco ficou adstrito ao fornecimento das informações periódicas estipuladas no Plano Nacional de Informações (PNI), implementado a partir de 1970. Por meio de instruções vindas, em certos casos, diretamente da alta chefia do MRE ou da própria DSI, ou ainda por iniciativa de diplomatas de serviço nas embaixadas e consulados, o MRE pôs sua rede de postos no exterior a serviço da política repressiva. Muitos diplomatas e funcionários de outras categorias do Serviço Exterior desempenharam funções de espionagem de brasileiros que se opunham ao regime: restringiram-lhes o exercício dos direitos fundamentais, criaram embaraços à sua vida cotidiana nos países em que residiam, impediram seu retorno ao Brasil, mantiveram os órgãos repressivos informados de seus passos e atividades no exterior, e chegaram a interagir com autoridades de outros países para que a repressão brasileira pudesse atuar além-fronteiras. Inegavelmente, o MRE funcionou, naqueles anos, como uma das engrenagens do aparato repressivo da ditadura. (CNV, 2014, p. 176).

A partir da análise da documentação, percebeu-se que o MRE foi o único ministério a contar com dois órgãos de informação: o CIEEx e a Divisão de Segurança e Informação (DSI/MRE). Embora, até o presente não se tenha conhecimento de nenhuma base do CIEEx no continente africano, esse espaço não ficou fora das análises produzidas. A partir disso, dentro da lógica repressiva, percebe-se uma maior importância do que foi produzido a partir da embaixada na Argélia, tendo em vista a ausência de uma base do CIEEx.

Conclui-se, inicialmente, que o monitoramento da comunidade exilada brasileira na Argélia, em virtude da suposta liberdade de articulação que a mesma teria neste país, tornou-se um importante elemento da prática repressiva da ditadura, a partir da articulação do binômio “inimigo interno – fronteira ideológica”. Contudo, diferentemente do que ocorreu em outros países, como no Chile (DIAS, 2019) e na França (GOMES, 2019), em que o CIEEx teve uma ampla atuação, na Argélia percebemos que a embaixada brasileira ficou mais restrita a um centro de vigilância.

A partir de tais considerações preliminares, a presente tese se divide em três capítulos: no primeiro deles busco compreender - de maneira ampla e situando-a na conjuntura internacional - a estrutura da ditadura de segurança nacional. Da mesma forma, caracterizo o exílio enquanto alvo da estrutura repressiva, assim como avalio o porquê da Argélia se tornar um destino de exílio (que nomeio como “destino possível” naquele momento). De maneira a compreender as relações estabelecidas entre o Brasil e o país, analiso inicialmente a documentação diplomática produzida pelos órgãos brasileiros antes e no imediato pós golpe, de maneira a identificar alguma eventual mudança de posicionamento.

No segundo capítulo, que compreende a análise do período de 1965 a 1970, busco analisar a chegada dos primeiros exilados, as estratégias de articulação política realizadas no país e como a ditadura brasileira estabeleceu a vigilância sobre os mesmos. Nesse período, dois

são os momentos de maior importância: o primeiro, em 1965, quando Miguel e Magdalena Arraes chegam ao país e, a partir de então, começam a articular em torno de si, um pequeno grupo de brasileiros, na maioria ligados ao governador cassado de Pernambuco. O segundo momento é em 1970, quando chegam os 40 banidos após a troca com o embaixador alemão. O curto período em que a maioria dos membros do grupo ficou no país foi utilizado para denunciar o que estava ocorrendo no Brasil e pensar um possível retorno para a continuidade da luta. Esse período foi o de maior tensão entre os dois países, tendo em vista que a Argélia almejava consolidar-se como uma liderança do chamado bloco dos países não-alinhados e o Brasil, visava reprimir qualquer manifestação que pudesse prejudicar sua imagem no exterior. Procuo dialogar com as fontes supracitadas, de maneira a abarcar o maior número de aspectos possíveis acerca do momento.

No terceiro, e último capítulo, abarco a análise do período compreendido entre 1971 e 1979, ou seja, após a partida da maior parte do grupo dos 40 e a anistia<sup>53</sup>, quando a maior parte dos exilados pode retornar para o Brasil. Em 1974, meses depois após o golpe de Estado contra o governo de Salvador Allende no Chile, mais um pequeno grupo de brasileiros desembarcou em Argel, os quais, já vivendo o segundo exílio, buscaram integrar-se profissionalmente naquele espaço, embora algumas vezes com pouco sucesso. Nesse período, percebe-se que, embora a vigilância continuasse, houve uma maior aproximação, sobretudo comercial, entre os dois países. Por fim, avalio como ocorreu o processo de retorno ao Brasil, ou seja, o fim do exílio, no qual os sujeitos deixam de ter essa caracterização e voltam ao seu país de origem. É importante ressaltar que a ditadura no Brasil permaneceu por mais 6 anos e a vida desses sujeitos, em maior ou menor medida, continuou sendo objeto de preocupação por parte dos órgãos de informação.

Busco assim, com a presente pesquisa, contribuir para os estudos sobre a ditadura brasileira, em especial no que se refere a um aspecto, como já mencionado, pouco trabalhado pela historiografia: o exílio. Ao privilegiar a análise da experiência em território argelino, objetivo visibilizar tais configurações, pois muitas vezes o debate sobre o mesmo fica restrito a países que receberam um maior número de exilados, como o Chile e a França. Evidente é o fato de que esses dois espaços devem ser valorizados, pois a grande maioria daqueles que saíram do Brasil passou por esses países. Contudo, a Argélia foi um espaço privilegiado de articulação política, sobretudo quando o projeto de retornar ao Brasil ainda estava em curso, devido à

---

<sup>53</sup> A lei da Anistia foi promulgada em 28 de agosto de 1979 e, a partir de então, a maioria dos brasileiros então condenados por crimes contra a segurança nacional pode retornar para o país.

simpatia do seu governo com os grupos revolucionários do então chamado Terceiro Mundo. Por fim, é importante salientar que identifiquei em torno de 150 pessoas que, em algum momento do exílio passaram pelo referido país. Embora não seja um número tão expressivo, o que foi realizado desde o território e a inserção em uma sociedade tão distinta deve ser objeto de compreensão histórica, para ampliarmos o conhecimento acerca do que foi o exílio brasileiro.

## **1 A ditadura de segurança nacional brasileira e o exílio na Argélia**

O objetivo do presente capítulo é entender a extensão no Brasil da Doutrina de Segurança Nacional, característica das ditaduras latino-americanas, percebendo também a montagem do aparato de informação e vigilância existente no Brasil e fora dele. Na sequência, buscarei definir teoricamente o exílio e analisá-lo enquanto uma prática dos regimes repressivos aqui instalados. Por fim, a ideia é compreender historicamente o destino de exílio que foi a Argélia, país do norte do continente africano e pouco conhecido pelos brasileiros de maneira geral, assim como aproximá-la, a partir da análise da documentação diplomática, do Brasil de meados da década de 1960. Dessa forma, com predominância de revisão bibliográfica sobre os temas, buscarei construir uma reflexão que possibilite interpretar o exílio como não somente a saída do país em virtude das condições políticas enfrentadas naquele momento histórico, mas de entendê-lo de maneira total, tendo em vista que o mesmo também foi utilizado como uma estratégia de resistência, sobretudo a partir de campanhas de denúncia do que ocorria em solo brasileiro. Argumento no sentido de que a política da ditadura era de perseguição, direta e indireta, de forma a tornar insustentável a permanência no Brasil de determinados sujeitos e grupos políticos e, mesmo com a saída, manter o controle sobre os mesmos, sobretudo àqueles que intentavam retornar ao país e continuar a luta contra a ditadura, assim como em relação aos que articulavam formas de denúncia, em nível internacional, do que aqui acontecia.

### **1.1 A Doutrina de Segurança Nacional, a ditadura brasileira e a produção de informações**

E eu sou profundamente grata à ex-presidente do Chile, Michele Bachelet, que no início do ano (2019) ao tomar posse como alta comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos... ela disse que negar a ditadura no Brasil é um erro histórico. A ditadura existiu. Negar as torturas é um erro gravíssimo, porque as torturas existiram. Então eu sou muito grata a ela por ter tido a coragem de que no momento da sua posse nas Nações Unidas ela tenha se lembrado do Brasil e desse momento terrível que nós estamos vivendo. (GOUVÊA, 2019)

Para Yara Gouvêa, no cenário político em que estávamos no momento da entrevista<sup>54</sup>, e que continuamos vivendo, em que alguns setores afirmavam que a ditadura nunca existiu no Brasil, reafirmar categoricamente o contrário e que a tortura foi uma prática sistemática é necessário e motivo de agradecimento, sobretudo por Bachelet ser uma figura com posição de

---

<sup>54</sup> A entrevista ocorreu em 18 de fevereiro de 2019, ou seja, pouco mais de um mês após a posse de Jair Bolsonaro na Presidência da República.

destaque internacional. Yara fez esse trabalho de denúncia do governo ditatorial brasileiro durante todo o seu exílio e o considera como algo fundamental para combater o arbítrio.

Esse debate, sobre a existência ou não da ditadura brasileira, não está presente na historiografia. O que é motivo de intensa discussão se relaciona com outros elementos e distintas formas de análise<sup>55</sup>. Contudo, para compreendermos a dinâmica da ditadura no país e inseri-la no cenário internacional, é necessário remontar ao término da Segunda Guerra Mundial, a partir do momento em que se configurou uma bipolaridade: Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), lideravam projetos de sociedade distintos e antagônicos e os demais países poderiam estar alinhados a uma ou outra proposta. Foi o período de disputa conhecido na História como Guerra Fria. Hobsbawm (1995) afirma que o momento inaugural ocorreu em 1947 com o discurso do presidente estadunidense Henry Truman, no qual dizia que uma “Cortina de Ferro” havia caído sobre parte da Europa. A América Latina não ficou imune a essa disputa, em especial após 1959, quando ocorreu a Revolução Cubana e, na sequência, a sua adesão ao socialismo. Segundo Padrós (2005) a América Latina passou a ter uma maior visibilidade a partir da Revolução Cubana, de forma que precisamos compreender a organização da política externa estadunidense a partir de algumas premissas, como:

[...] a contenção da expansão da URSS e do comunismo; a organização da economia capitalista em volta da sua liderança e interesses; a abertura dos impérios coloniais e das metrópoles europeias ocidentais aos seus investimentos e comércio, além da derrota da onda revolucionária anticapitalista na Europa, no Extremo Oriente e, depois, na América Latina e África. (PADRÓS, 2005, p.124)

Era fundamental para os Estados Unidos, sobremaneira após o sucesso da Revolução Cubana, impedir a expansão do socialismo pela América Latina e que esta caísse sob a órbita da URSS. Para tanto, a intensificação do anticomunismo<sup>56</sup> seria uma estratégia adotada e

<sup>55</sup> Para uma síntese das discussões, consultar: JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 204-251, jan./mar. 2018.

<sup>56</sup> É importante conceituarmos o anticomunismo. De acordo com Bobbio, se fossemos analisá-lo apenas pelo seu significado semântico, seria a oposição às ideias comunistas. Contudo, para o autor, após a Revolução Russa, sua definição passou a englobar diversos matizes distintos, desde religiosos até políticos, variando conforme o país e seu sistema de organização. Em regimes nazi-fascistas, por exemplo, é violentamente reprimido, enquanto em democracias pode fazer parte do jogo político (com a ressalva de que não represente uma ameaça ao *status quo*). No plano internacional o autor menciona que o anticomunismo: “é o critério inspirador de uma política de alcance planetário, cujos objetivos são simultaneamente: 1) contenção do influxo dos Estados socialistas; 2) interferência nos negócios internos de cada um dos países, a fim de prevenir e/ou reprimir os movimentos de inspiração comunista (ou tida como tal).” (BOBBIO, 1998, p. 35). No Brasil, ideias anticomunistas cimentaram o caminho para o golpe de 1964. A formação de um sentimento anticomunista é vista desde as primeiras notícias que chegaram ao país por Andrade (2017). Para a ditadura de segurança nacional, comunista era todo aquele que representava alguma ameaça ao governo. Para tanto, seu conceito deveria ser o mais elástico possível. No imediato pós-golpe, os apoiadores do regime deposto, dentre eles militares nacionalistas e religiosos progressistas foram os



espalhada pelos mais diversos meios, tendo em vista a nova compreensão de conflito instaurada a partir de então e na qual nos deteremos adiante.

Após a deposição de Getúlio Vargas, em 1945, o Brasil passou a viver a sua primeira experiência democrática efetiva, com ascensão de inúmeros movimentos sociais. O início da década de 1960 viu movimentos urbanos e rurais tornarem as contradições do Brasil latentes, assim como movimentos de libertação espalhados pelo mundo, os quais também influenciaram a organização social, sobretudo de setores à esquerda. Para Lemos (2018) a Revolução Cubana deve ser compreendida como um momento em que o anticomunismo foi reatualizado, ao mesmo tempo em que ofereceu uma nova perspectiva para os movimentos de esquerda. Junto a isso, a crise política de 1961 instalada após a renúncia de Jânio Quadros e a posse negociada de João Goulart fez com que antagonismos se acentuassem e o caminho para a conspiração golpista fosse trilhado. No mesmo ano, a proposição, pelos EUA, da Aliança para o Progresso, objetivava instaurar uma política de contenção da suposta expansão comunista. Nas palavras de Maria Helena Moreira Alves, o golpe não pode ser analisado se não levarmos em consideração os seguintes elementos:

O desenvolvimento dependente e os específicos interesses internacionais e nacionais a ele associados formam o pano de fundo indispensável à avaliação da conspiração civil e militar que derrubou o governo constitucional de João Goulart, no Brasil a 31 de março de 1964. Esta conspiração foi consequência direta de uma série de tendências e contradições que vinham ganhando vulto nos anos anteriores. O governo de Goulart promovera uma série de restrições aos investimentos multinacionais, configuradas, entre outras medidas, numa severa política de controle das remessas de lucros, de pagamento de *royalties* e de transferências de tecnologia, assim como em legislação antitruste e em negociação para a nacionalização de grandes corporações estrangeiras. Adotou também uma política nacionalista de apoio e concessão de subsídios diretos ao capital privado nacional, sobretudo aos seus setores não vinculados ao capital estrangeiro. (ALVES, 1984, p. 21)

Ou seja, a adoção de uma política interna nacionalista associada com uma política externa relativamente independente, como problematizaremos adiante, fez com que o golpe, ancorado nos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional, fosse justificado pela grande maioria das Forças Armadas e apoiado pela classe dominante nacional. A autora segue:

A tomada do poder de Estado foi precedida de uma bem orquestrada política de desestabilização que envolveu corporações multinacionais, o capital brasileiro associado-dependente, o governo dos Estados Unidos e militares brasileiros – em especial um grupo de oficiais da Escola Superior de Guerra (ESG). [...] A necessária justificação ideológica da tomada do Estado e da modificação de suas estruturas para

---

principais alvos da perseguição. Após isso, os militantes da luta armada. Com a dizimação desses grupos, a perseguição voltou-se para os membros do Partido Comunista Brasileiro, o qual, de maneira geral, defendia a oposição pacífica à ditadura. Para um maior compreensão do anticomunismo no Brasil, consultar: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva/Fapesp, 2002.

impor uma variante autoritária foi encontrada na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento ministrada na Escola Superior de Guerra. (ALVES, 1984, p. 23)

A Doutrina de Segurança Nacional foi uma das ferramentas utilizadas para justificar o golpe no Brasil e nos países latino-americanos, e a perseguição sistemática a toda pessoa que supostamente ameaçasse suas diretrizes<sup>57</sup>. Elaborada a partir da nova modalidade de conflito instaurada com as guerras de libertação nos continentes asiático e africano – a guerra de guerrilhas<sup>58</sup> – foi desenvolvida e aprimorada por setores das Forças Armadas francesa e estadunidense.

Faz-se importante ressaltar que imediatamente após o término da Segunda Guerra, inúmeras colônias de países europeus entraram em um processo de luta pela independência. Com a derrota do exército francês para o Viêt-minh na Indochina e o início da Guerra da Argélia (1954-1962), alguns oficiais franceses passaram a se preocupar em elaborar uma nova teoria da guerra, tendo em vista que essa não estava ocorrendo da maneira tradicional – com dois exércitos de nações distintas. Segundo Martins Filho a derrota no Vietnã e o desencadeamento de processo de libertação argelino, fez com que fosse construído um “[...] corpo de ideias destinadas a unificar o pensamento e estimular a ação de seus homens.” (2012, p. 520). Era a guerra contrarrevolucionária.

Marie-Monique Robin (2014) afirma que um dos primeiros teóricos da guerra contrarrevolucionária foi o coronel francês Charles Lacheroy que ainda durante a guerra da Indochina, mais precisamente em 1952, passou a utilizar, nas suas conferências para o Estado Maior do Exército francês tal expressão<sup>59</sup>. Já em 1961 é publicado o livro *La guerra moderna*, escrito pelo tenente-coronel Roger Trinquier, que esmiuçou as especificidades da nova modalidade de conflito e que posteriormente, segundo a autora, seria referência obrigatória nas escolas militares latino-americanas. Nas palavras de Duarte-Plon:

---

<sup>57</sup> A DSN possuía um “núcleo duro” de características, tais como a importância da obtenção da informação no conflito. Contudo, em cada país latino-americano, teve alguma especificidade. Não é objetivo do presente trabalho problematizar seus aspectos em cada local, assim, quando nos referirmos a ela, estaremos falando do caso brasileiro.

<sup>58</sup> Marie-Monique Robin (2014) afirma que podemos encontrar a estratégia de guerrilha sendo utilizada durante a Revolução Francesa, com camponeses se utilizando de ataques surpresa para a destruição de provisões do exército. Da mesma forma, há evidências concretas da sua existência, nas lutas de independência do continente americano. Contudo, a utilização efetiva de tal método de combate foi desenvolvida especialmente durante o século XX, nas lutas de independência afro-asiáticas.

<sup>59</sup> Em 1958 é publicado o relato do jornalista francês Henri Alleg, que denuncia a tortura a que foi submetido na guerra da Argélia. Dois elementos são destaque: a comparação com a violência utilizada pela polícia nazista e as lições do conflito na Indochina. Em um dos diálogos rememorados, o torturador teria afirmado: ‘-Escuta aqui seu sujo. Estás no fim. Vais falar? Ouves-me? Vais falar? Mantinha seu rosto muito perto do meu, quase me tocava e gritava: - Vais falar? Todo mundo tem que falar aqui. Fizemos a guerra da Indochina e aprendemos a conhecer vocês. Esta é a Gestapo. Sabes o que é a Gestapo. E depois irônico: - Escreveste artigos sobre as torturas, hein seu sujo? Pois então. Agora a 10ª D.P. está exercendo-as em ti.’ (ALLEG, 1959, p. 64).

Roger Trinquier burilou a teoria da ‘guerra moderna’ numa França profundamente dividida entre os partidários da colonização e os gaullistas, que apoiavam o general De Gaulle na decisão de conceder a independência à Argélia, em sintonia com o processo de descolonização e autodeterminação dos povos. (DUARTE-PLON, 2016, p. 104)

No caso francês, a ideia central do conflito é a de que não estaria ocorrendo uma guerra clássica, pois os territórios sublevados fariam parte do seu território. Assim, o exército agiria preventivamente para evitar os focos de agitação, de forma a manter o território tal como se encontrava naquele momento. É importante ressaltar que a luta pela independência não era vista a partir desse aspecto, mas seria influenciada a partir de Moscou, com vistas a infiltração dos comunistas no mundo considerado livre (ROBIN, 2014).

Nessa nova compreensão da guerra, de acordo com Comblin (1978), Alves (1984), Robin (2014) e Tapia (2018), pesquisadores que buscaram compreender as especificidades das ditaduras latino-americanas, o principal elemento que a comporia seria a concepção da mesma como “total”, ou seja, que abarcaria todos os aspectos da sociedade, não ficando limitada ao campo de batalha. A ideia central era de que a nação seria como um corpo, compreendida enquanto um ser vivo homogêneo, em que não existiriam classes sociais, de modo que todos os questionamentos deveriam ser extirpados, tais como células nocivas ao organismo. Aqueles que se atrevessem a questionar a ordem imposta eram considerados perigosos à segurança nacional (PADRÓS, 2005). Num mundo, como já mencionado, dividido a partir da lógica da Guerra Fria, qualquer perspectiva de mudança do *status quo* passava a ser combatida como “comunismo”. A teoria da guerra contrarrevolucionária, que viria a influenciar a formulação dos preceitos da DSN, foi elaborada a partir da leitura e compreensão de textos escritos por líderes das lutas de libertação, tais como Mao Tsé-Tung e Ho Chi Minh. Com essa nova estratégia de guerra, o inimigo não seria facilmente identificado, pois poderia ser um nacional que portaria a ideologia a ser combatida: o comunismo.

Segundo Comblin (1978) dois são os elementos fundamentais para compreendermos a ideia de segurança nacional: geopolítica e bipolaridade. A primeira preocupava-se com o conflito entre as nações, que estariam agrupadas conforme seus naturais interesses, dentro da lógica bipolar: o ocidente cristão e civilizado em luta contra o comunismo ateu e bárbaro. Como o inimigo seria portador de uma ideia estranha ao ocidente, o conflito ocorreria em todos os âmbitos da sociedade. Para o autor: “A Guerra Fria é uma guerra permanente: trava-se em todos os planos – militar, político, econômico, psicológico -, porém evita o confronto armado. A

segurança nacional é exatamente uma resposta a esse tipo de guerra.” (COMBLIN, 1978, p. 39).

Assim, todos os fenômenos políticos do período eram interpretados a partir dessa lógica, desde as guerras de libertação até as eleições de presidentes reformistas. Ou seja, qualquer tentativa de crítica ao imperialismo era vista como comunista e, portanto, passível de ser criminalizada e exterminada. Segundo Comblin:

Nessas condições, a guerra dos franceses na Indochina será considerada como uma guerra contra o comunismo e não como a última fase de uma guerra colonial. Do mesmo modo, a guerra da Argélia e todas as guerras de libertação nacional: Bandoeng é uma infiltração comunista; a ‘perda’ da China é uma expansão do poder soviético; a invasão da Coreia do Sul é uma prova manifesta do desejo de expansão mundial do comunismo. (COMBLIN, 1978, p. 40-41)

Nessa chave analítica, tudo o que os EUA e seus apoiadores considerassem uma ameaça era visto como perigoso para a sobrevivência do Ocidente. O Brasil, como dito anteriormente, estaria sob a sua esfera de influência, de maneira que era fundamental mantê-lo sob a sua órbita, sobretudo após o sucesso da Revolução Cubana. Para combater o inimigo, que poderia estar em todos os lugares, seriam necessárias novas estratégias, contempladas na concepção de guerra total, que englobaria todos os aspectos da sociedade.

Assim, o inimigo não só representaria outra nação, como estaria infiltrado dentro do próprio território nacional, portando uma ideologia estranha. Passaria a ser, portanto, um “inimigo interno”. Para Borges (2014, p. 30): “A principal razão da figura do inimigo interno é manter a coesão e o espírito de corpo do grupo que mantém o poder.” Consequentemente, quanto mais elástica fosse a sua definição, maior as chances de combatê-lo. No Brasil, inicialmente o “inimigo interno” foi identificado como aqueles setores que apoiavam o presidente deposto João Goulart; na sequência foi direcionado aos militantes que aderiram à luta armada; quando esta tinha sido aniquilada, direcionou-se aos membros do Partido Comunista e, no momento da abertura política, aqueles setores que reivindicavam pela saída dos militares<sup>60</sup>. A ampliação e o deslocamento da noção de “inimigo interno” a outros setores foi uma necessidade para a própria ditadura, que assim podia justificar a sua permanência, assim como a atuação dos seus órgãos de segurança. De acordo com Mariano (2009), essa preocupação com a suposta expansão da ideologia estranha aos preceitos ocidentais/cristãos iniciou ainda durante a década de 1940, a partir de militares brasileiros que haviam lutado contra o nazi-fascismo na Europa. Assim, em 1949 passou a ser objeto de estudo de maneira

---

<sup>60</sup> É importante ressaltar que o conceito de inimigo era tão variável que políticos que inicialmente apoiaram os golpistas, tais como Adhemar de Barros e Carlos Lacerda, posteriormente foram perseguidos.

sistemática, com a criação da Escola Superior de Guerra (ESG), de forma que no decorrer das décadas de 1960 e 70, oficiais brasileiros foram enviados para treinamento na Escola das Américas, naquele momento localizada no território do Canal do Panamá, administrado pelos EUA. Duarte-Plon afirma que a construção da DSN foi um processo triangular, pois adveio de perspectivas de vários espaços:

Todo o *savoir-faire* da ‘guerra contrarrevolucionária’ foi transmitido pelos franceses, num percurso triangular que chegou à América Latina passando pelos Estados Unidos. Associados na formação dos militares para o combate à subversão, americanos e franceses eram, no entanto, concorrentes na venda de armas ao novo poder instalado no Brasil e, posteriormente, nos outros países. (2016, p. 39)

Os manuais da ESG foram utilizados por Alves (1984) e Fernandes (2018) para compreender de maneira detalhada a DSN no Brasil. Ainda antes do golpe, o seu principal teórico, Golbery do Couto e Silva<sup>61</sup>, já articulava um eficiente sistema de coleta de informações, um dos elementos fundamentais para a manutenção do controle sobre a sociedade e que se transformaria, no Serviço Nacional de Informações – SNI. Para Silveira:

[...] a geopolítica em Golbery é a matriz teórica básica a partir da qual se pensa e se projeta a Segurança Nacional, o que aparece no Planejamento Estratégico, construído e posto em prática em seus variados níveis – econômico, psicossocial, militar – pelo Estado, objetivando a realização do potencial da nação e o confronto permanente com seus inimigos e obstáculos. (SILVEIRA, 2013, p. 160)

Percebe-se que três seriam os níveis fundamentais para a manutenção da Segurança Nacional: econômico, psicossocial e militar. No primeiro, a ideia de desenvolvimento nacional, através da manutenção de um capitalismo associado-dependente, com forte participação do Estado, privilegiando a elite dos setores industriais; no segundo a ação sobre a população, com estratégias de propaganda anticomunista e a ação social e, no militar, a preocupação com a nova modalidade de conflito. Assim, era fundamental a manutenção da coesão interna: “[...] um Estado forte, autoritário, estável e militarizado era considerado o melhor antídoto contra o inimigo à espreita.” (PADRÓS, 2005, p. 186). De maneira sintética, Borges (2014, p. 29) assim caracteriza a ideia de segurança nacional: “A essência da Doutrina de Segurança Nacional reside no enquadramento da sociedade nas exigências de uma guerra interna, física e psicológica, de característica antissubversiva contra o inimigo comum.”

---

<sup>61</sup> Gaúcho da cidade de Rio Grande, nascido em 1911, Golbery do Couto e Silva teve uma trajetória entre o Exército e a política. Serviu na Força Expedicionária Brasileira (FEB) e esteve envolvido na conspiração golpista contra Juscelino Kubistchek. Publicou duas obras fundamentais para a compreensão da geopolítica brasileira durante a ditadura: *Planejamento Estratégico* (1955) e *Geopolítica do Brasil* (1958). Foi um dos que elaboraram a solução parlamentarista para a crise de 1961. Participou diretamente do governo ditatorial entre 1964 e 1967 e 1974 e 1981 (SILVEIRA, 2013).

Para o combate ao inimigo, foi montado um eficiente aparato de informação e repressão. Mesmo que os agentes da ditadura brasileira se preocupassem com a manutenção de uma aparente legalidade para seus atos, na grande maioria das vezes, a violência utilizada passou dos limites do poder constitucional de coerção estatal, a chamada “guerra suja”, de maneira que surgiram as práticas de Terror de Estado. Fernandes (2018, p. 17) afirma: “O terrorismo de Estado é percebido como fundamental para defender o capitalismo na América Latina, ameaçado pelas revoluções e reformas nacionalistas. Seu principal objetivo político é a destruição dos movimentos sociais organizados.” O TDE, que marcou as ditaduras do Cone-Sul, teve peculiaridades em cada país, mas pode ser caracterizado, de maneira geral, como:

Na sua dinâmica de funcionamento, o TDE procurou agredir tanto alvos selecionados (líderes políticos, militantes sociais, intelectuais) quanto outros indiscriminados. Isto ocorreu pela existência de um grande número de ‘inimigos’ reconhecidos como tais e localizados em ‘zona de combate’ – área guerrilheira, bairros populares, instituições universitárias e secundaristas – e pela identificação da população, em geral, como potencial inimigo. O ponto de partida foi a percepção da existência de um conflito interno contra um inimigo infiltrado por toda a sociedade, que era agente da conspiração internacional solapadora dos valores e princípios da ordem vigente. (PADRÓS, 2014, p. 17)

As práticas do TDE variaram de intensidade conforme o país latino-americano, mas possuem os mesmos elementos: sequestro, tortura, assassinato, desaparecimento. Padrós (2005) também afirma que a estratégia do desaparecimento foi uma das utilizadas a partir da experiência francesa. Além dos opositores diretamente visados, ele agia em espiral, atingindo as pessoas que se encontravam no entorno do perseguido. Era a lógica da “pedagogia do medo”. O autor também afirma que a aplicação dessa estratégia foi responsável pela criação de uma “cultura do medo” de forma a induzir ao auto-silenciamento e auto-isolamento. Assim, o objetivo seria “[...] ‘educar’ na atitude passiva, submissa, indiferente e, se for possível, cooptar para o colaboracionismo.” (PADRÓS, 2014, p. 22)

Podemos verificar na sociedade brasileira contemporânea resquícios das práticas repressivas, quando o debate político não ocorre por medo das consequências que possa vir a ter. Dessa forma, percebemos o quanto as práticas de TDE foram eficazes no que tange a exclusão de gerações com propostas revolucionárias ou simplesmente reformistas, com intuito de minimizar a desigualdade estrutural que sempre foi característica do Estado brasileiro.

Como mencionado anteriormente, o inimigo a ser combatido estaria dentro das fronteiras do território nacional, sendo portanto, interno. Na geopolítica da segurança nacional as fronteiras deixariam de ser físicas e passariam a ser ideológicas. Comblin analisa:

[...] a segurança nacional desfaz a distinção entre política externa e política interna. O inimigo, o mesmo inimigo, está ao mesmo tempo dentro e fora do país; o problema, portanto, é o mesmo. Dependendo das circunstâncias, os mesmos meios podem ser empregados tanto para os inimigos externos quanto para os internos. (COMBLIN, 1978, p. 56)

Assim, a repressão deixou de ser puramente interna e passou a atuar internacionalmente também, tendo em vista que o inimigo agiria indiscriminadamente em todos os países. Surgiu a colaboração repressiva entre as ditaduras do Cone-Sul, cujo ápice ocorreu com a formalização da Operação Condor, no Chile, em 1975. Convém ressaltar, porém, que mesmo antes da sua efetivação, ações conjuntas já eram realizadas, como evidenciado por Dias (2019). No momento do acordo, o estado ditatorial brasileiro já tinha eliminado praticamente toda a resistência via luta armada, de maneira que a partir de então poucas ações em conjunto foram realizadas.

Para além da repressão direta, era fundamental manter a vigilância sobre aqueles que representassem alguma ameaça à ditadura. Nessa perspectiva, o sistema de informação possuía um papel central para DSN, não só no território nacional, mas também no exterior, tendo em vista as constantes campanhas de denúncia do que ocorria no Brasil. Ou seja, assim como a repressão se internacionalizou, os exilados latino-americanos também se utilizaram de tal ferramenta como estratégia de ação política. Padrós afirma que:

[...] a ditadura não conseguiu evitar a latino-americanização do exílio por ela produzido; em termos práticos, consistiu em jogar a luta de resistência e denúncia para um patamar mais articulado, solidário e de maior ressonância, pois gerou crescente impacto na Europa, nos Estados Unidos e em países democráticos da América Latina (México, Venezuela e Costa Rica). (PADRÓS, 2013, p. 137-138)

Com esses pressupostos, compreenderemos o exílio enquanto uma das práticas que também compõe as práticas de TDE, tendo em vista que o objetivo central da sua aplicação era afastar do país aqueles considerados indesejáveis para a segurança nacional. A partir da noção de “fronteira ideológica” era fundamental manter a vigilância sobre a comunidade que se formava fora do país, não importando em que espaço do globo estivesse. Aí encontramos a importância da vigilância que ocorria a partir das representações diplomáticas da ditadura no exterior e dos órgãos que foram aprimorados para cumprir tal função. Contudo, tais espaços de monitoramento não se configuraram em uma novidade nesse sentido, tendo em vista que a vigilância a alguns sujeitos ocorria mesmo em períodos democráticos. O que houve foi um aprimoramento. É importante ressaltar, inicialmente, que a obtenção da informação por vias sigilosas, para qualquer Estado, é um dos seus elementos constitutivos, tendo em vista a ideia inerente de segurança (SETEMY, 2018).

A primeira tentativa de organizar um serviço secreto ocorreu durante o governo Dutra, em 1946 e denominava-se Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI) e é considerado o primeiro órgão do tipo no Brasil (CNV, 2014, p. 114). Ou seja, mesmo durante a primeira experiência democrática no país, o monitoramento sobre os cidadãos, com destaque para os comunistas, tendo em vista o início da Guerra Fria, tornou-se um plano do governo. Contudo, o mesmo só seria implementado, de maneira efetiva, no governo Kubitschek.

Com o golpe em 1964 e, a partir das premissas da DSN, a obtenção da informação para o monitoramento e repressão aos considerados subversivos, tornou-se um elemento central da ditadura. Para tal, e aproveitando-se de todo um extenso material que já existia, Golbery do Couto e Silva idealizou e organizou o SNI, criado oficialmente em 13 de junho de 1964<sup>62</sup>, a partir da Lei 4.341/64. O SNI possuía uma agência central, que se localizava em Brasília e agências regionais, localizadas em quase todas as capitais do país. De acordo com o relatório final da CNV:

À agência central do SNI cabia, entre outras competências, estabelecer a ligação com as outras agências, com órgãos cooperadores; processar informes e informações e difundi-los; planejar e implementar os planos de informação e de contrainformação; acionar seus órgãos de busca; instruir e treinar pessoal; arquivar a documentação de modo a permitir consulta rápida e manter seus fichários atualizados. As agências regionais tinham atribuições semelhantes e complementares, já que se reportavam à agência central. (CNV, 2014, p.118)

O SNI respondia diretamente à Presidência da República e o seu chefe possuía *status* de ministro de Estado. Era, dessa forma, o topo da chamada “comunidade de informações” da ditadura. A partir dessa e outras medidas, tais como a autonomia financeira, o SNI teria um “[...] poder quase infinito.” (FIGUEIREDO, 2005, p. 124). Setemy (2018) complementa que o Serviço era o topo da cadeia de uma ampla rede de informações que atuava cooperativamente, ou as vezes até concorrentemente. Essas foram as principais características do SNI: organizar a informação coletada em nível interno e repassar aos órgãos de segurança para o monitoramento e perseguição aos considerados perigosos à segurança nacional da ditadura. É importante salientar que as três Forças Armadas possuíam serviços de informação próprios, os quais muitas vezes, além de colaborar, também competiam entre si, com o propósito de demonstrar maior eficiência. Figueiredo (2015, p. 17) afirma: “Apesar de atuarem em faixas próprias e de manterem certa rivalidade entre si, os serviços secretos militares conservavam um relacionamento estreito. Trocavam informações e análises, dividiam nichos no sistema da

---

<sup>62</sup> BRASIL. Lei nº 4.341/64. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4341.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4341.htm)>. Acesso em: 03/05/2017.



repressão e protegiam-se mutuamente”. O mesmo autor afirma que o SNI não atuava na repressão. Essa afirmação, contudo, deve ser vista com cautela, tendo em vista que a informação que subsidiava as ações repressivas provinha, sobremaneira, do referido órgão.

Assim, foi montado um sistema de informação para monitorar aqueles que, de alguma forma, apresentassem ameaça à segurança nacional. Contudo, como já mencionado, não bastava apenas manter esse controle em território nacional. Era necessário que a vigilância se estendesse para além das fronteiras, tendo em vista o exílio de muitos dos opositores e as constantes tentativas de retornar ao Brasil para a continuidade da luta. Para alcançar tal propósito se fez necessário organizar uma estratégia eficaz de monitoramento dos exilados. Dessa maneira, em 1966, a partir da experiência adquirida em vigiar os exilados brasileiros no Uruguai, Pio Corrêa, que havia assumido a Secretaria Geral do Itamaraty, idealizou o CIEEx – Centro de Informações de Exterior, órgão especializado na busca<sup>63</sup> de informações acerca dos exilados. Contudo, é fundamental compreendermos que essa vigilância não se iniciou com a criação do órgão, tendo em vista que, de acordo com Gomes (2019), as representações diplomáticas brasileiras no exterior funcionaram como informantes das ações realizadas pelos nacionais no exterior. Ou seja, diferentemente da memória construída pelo próprio Itamaraty, de que o mesmo seria um órgão de Estado e seus funcionários agentes a seu serviço, a análise da sua própria documentação fez com que tal mito fosse destruído<sup>64</sup>.

Setemy (2018) demonstra que o anticomunismo já permeava as ações dos seus funcionários desde meados da década de 1930, com o monitoramento dos exilados do Estado Novo. No relatório final da CNV (2014), ao realizar um histórico do CIEEx, encontramos a menção ao ano de 1925, com a troca de informações entre grupos internacionais, sobretudo como forma de combater o comunismo. Ou seja, é importante percebermos que o monitoramento de indivíduos com projetos distintos de sociedade, notoriamente revolucionários, já era uma realidade. O que ocorreu, com a formalização do CIEEx foi um aprimoramento, em virtude de um acúmulo de experiência, inclusive advinda do período democrático. Até o presente, foram identificadas bases do referido órgão em países como o Uruguai, Chile, Portugal e França, as quais variaram temporalmente conforme a movimentação da comunidade exilada. Percebe-se que conforme a maior presença de brasileiros, mais ocorria

---

<sup>63</sup> Faz-se necessário diferenciar, de acordo com a nomenclatura da comunidade de informações, as ações de “coleta” e “busca”. A primeira se relaciona com a organização de materiais disponíveis, tais como recortes de jornais. A segunda pressupõe uma ação do agente, tal como interceptação de correspondências. Assim, segundo a CNV (2014), o CIEEx fazia ações de busca, enquanto a DSI/MRE realizava a coleta.

<sup>64</sup> Essa é uma lacuna historiográfica que aos poucos vem sendo preenchida, sobretudo a partir de trabalhos como o de Fernandes (2018), Dias (2019), Pezzonia (2019) e Gomes (2019).

a produção de informes, com vistas a subsidiar eventuais ações repressivas, as quais eram realizadas por agentes específicos, e, de acordo com Dias (2019), que não faziam parte do Centro.

No âmbito dos ministérios, a partir do decreto 60.940/67 também foram criados órgãos específicos para a produção de informações: as Divisões de Segurança e Informação (DSI): “[...] como órgãos de assistência direta e imediata aos ministros civis, [...]” (CNV, 2014, p.120) e seus diretores “[...] era escolhido entre cidadãos civis diplomados pela Escola Superior de Guerra, ou oficiais superiores da reserva das Forças Armadas, de preferência com curso de comando e Estado-Maior ou equivalente.” (CNV, 2014, p. 121) Ou seja, os ministérios também continham estruturas para a coleta de informações e a chefia de tais órgãos deveria estar de acordo com as diretrizes da DSN, dados que deveriam ser repassados aos titulares da pasta e ao SNI (ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012). O Ministério das Relações Exteriores não ficou alheio a tal normativa e a DSI/MRE foi uma das responsáveis pela organização sistemática de dados acerca da comunidade brasileira exilada. A importância dada aos exilados foi tão significativa que o MRE foi o único dos ministérios a contar com dois órgãos específicos de monitoramento. Nas palavras de Gomes:

De modo geral, entre as atividades que esses dois órgãos exerciam rotineiramente, estavam a produção de relatórios sobre a conjuntura internacional; o monitoramento no exterior de inimigos do regime vigente, brasileiros ou estrangeiros; o controle estrito da emissão de passaportes e vistos; a vigilância de estrangeiros no território nacional; a regulação do fluxo de pessoas nas fronteiras aéreas, marítimas e terrestres; a fiscalização de seu próprio corpo de funcionários no exterior; a investigação de crimes de brasileiros na esfera internacional, enfim, tudo o que, em sua ótica, pudesse colocar em risco a segurança nacional. (GOMES, 2019, p. 99)

É importante salientar que o SNI não ficava alheio ao que ocorria a nível internacional. Em 1970 passou a circular entre dirigentes, civis, militares e religiosos, um documento intitulado “Comunismo Internacional – Sumário de Informações”, o qual era de caráter mensal e teve circulação até setembro de 1973. Na publicação, que continha em média 120 páginas, eram detalhadas as atividades atribuídas ao movimento comunista internacional e nacional. Para Samways (2014) o objetivo era acompanhar a estratégia dos grupos considerados comunistas em todos os espaços do globo.

Os *Sumários* possuíam informações diversas, sempre preocupadas com a possível influência do que era denominado “movimento comunista internacional” no país. Assim como em outros países, o que ocorria na Argélia, em virtude da sua posição de acolhida aos movimentos revolucionários de todo o mundo, era objeto de preocupação por parte dos órgãos de informação. Contudo, grande parte do que era publicado provinha de traduções realizadas,

especialmente de periódicos da Europa Ocidental, e da troca de informações entre embaixadas, sobretudo dos Estados Unidos.

De maneira geral a Argélia era vista como um local em que indivíduos tidos como perigosos encontravam-se livres para planejar ações violentas em seus países de origem, objetivando a instalação de um regime comunista. Em dezembro de 1970 encontramos uma reportagem sobre a presença de militantes, intitulada “Argélia: Oásis do Terror”, traduzida de uma revista peruana. O título já é indicativo de uma percepção sobre os indivíduos e o país, pois o oásis é o espaço de descanso e alimento em meio às areias do deserto. Ou seja, após certo período de dificuldades e perseguição, os grupos lá encontrariam a paz para a sua rearticulação política e militar. No texto são mencionadas as organizações que possuíam atividades no país, dentre elas os Panteras Negras, dos Estados Unidos, a Al Fatah, da Palestina, e diversos grupos de países africanos que tentavam a articulação para lutar pela independência, como nos casos de Angola e Moçambique<sup>65</sup>.

Assim, a produção da informação para a repressão aos indivíduos considerados nocivos à segurança nacional foi um dos elementos constitutivos da ditadura brasileira. Essa produção não ficou restrita ao âmbito interno, pois, articulando as perspectivas de *inimigo interno* com a de *fronteira ideológica* a vigilância deveria se estender a todos os espaços onde houvessem exilados e a Argélia não ficou alheia a tal fenômeno. Contudo, é importante realizarmos uma ressalva inicial: poucos foram os documentos encontrados que tratam de ações dos exilados que ocorreram exclusivamente dentro do referido território, de maneira que a maior parte deles se relaciona com viagens de indivíduos ou boletins produzidos a partir do solo argelino mas que foram encontrados em outros lugares. Isso pode ser uma evidência de uma eventual dificuldade encontrada pelos agentes brasileiros para realizarem ações naquele espaço. Assim, muita informação foi produzida e difundida a partir dos canais da embaixada, como será problematizado.

## **1.2 “Não era só tirar do país, era tirar do tempo real que o país tava vivendo”: o exílio e a ditadura brasileira**

**Exílio: substantivo masculino:** ato ou efeito de exilar

1. expatriação forçada ou por livre escolha; degredo
2. lugar em que vive o exilado
3. lugar longínquo, afastado, remoto
4. isolamento do convívio social; solidão (Dicionário Houaiss)

---

<sup>65</sup> Escrevi um artigo que reflete de maneira mais específica sobre os *Sumários* e o que era publicado sobre a Argélia: Kreuz, 2019.

O exílio nos compele estranhamente a pensar sobre ele, mas é terrível de experienciar. Ele é uma fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal, entre o eu e seu verdadeiro lar: sua tristeza essencial jamais pode ser superada. (SAID, 2003, p. 46)

- O exílio é não estar em lugar algum.
  - É como se houvesse o tempo; o espaço não existindo.
  - O exílio é estar sem chão para pisar, muito menos caminho para trilhar.
  - É como um corpo que já fosse o espírito. É a ausência do corpo, a sua não localização no espaço. Uma alma pendente.
  - O exílio é uma merda.
  - A saudade é do espírito, mas porque dói no corpo, se acabo de dizer que não há corpo?
  - Terá o exílio definição? Existem palavras a que não correspondem nada, como exigir coisas a que não correspondem palavra alguma.
- Faz-se, urgente, substituir a palavra exílio por outra.  
(Dois exilados a pensarem em algum lugar. Perdidos. Pequenas vidas) (ARRAES, 2008)

1º de setembro de 2018. Durante a campanha eleitoral para a Presidência da República do Brasil, o candidato Jair Bolsonaro, em um discurso para apoiadores realizado no estado do Acre, sugeriu que toda a “petralhada”<sup>66</sup> saísse do Brasil para a Venezuela, ao não apoiar seu projeto político. Junto a isso, fez uma simulação de fuzilamento do mesmo grupo. Janeiro de 2019. Uma manchete tomou conta dos veículos de comunicação brasileiros: o deputado federal eleito pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) do Rio de Janeiro, Jean Wyllys, decidiu renunciar ao mandato e sair do Brasil em virtude de ameaças que vinha sofrendo<sup>67</sup>. Menos noticiada na mídia, mas não de menor importância, no mês anterior a professora da Universidade de Brasília Débora Diniz também havia deixado o país. Ao defender publicamente a interrupção voluntária da gestação até a 12ª semana em uma sessão do Supremo Tribunal Federal, ela passou a ser alvo de intensos ataques, o que a motivou a deixar o Brasil<sup>68</sup>. Ou seja, em tempos de ameaças concretas à democracia, discursos que falam da expulsão da oposição e a saída do estado nacional e a busca por proteção em outros espaços – fenômeno conhecido como exílio -, retornaram à agenda política brasileira.

A partir da anterior definição do dicionário Houaiss podemos ter uma compreensão inicial do que é o exílio: se relaciona com afastamento, isolamento, estar a distância do seu lugar de origem. Essas são algumas características do fenômeno, e, no decorrer do tópico

<sup>66</sup> O termo “petralha”, criado pelo jornalista Reinaldo Azevedo, passou a ser utilizado nos últimos anos pejorativamente para designar todos aqueles que defendem reformas sociais no estado brasileiro.

<sup>67</sup> BARROS, Carlos Juliano. Com medo de ameaças, Jean Wyllys, do PSOL, desiste de mandato e deixa o Brasil. São Paulo: Folha de São Paulo, 24 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/com-medo-de-ameacas-jean-wyllys-do-psol-desiste-de-mandato-e-deixa-o-brasil.shtml>. Acesso em: 30/01/19.

<sup>68</sup> Ativista de direitos humanos ameaçada de morte deixa o Brasil. 17 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/direitos/ativista-de-direitos-humanos-ameacada-de-morte-deixa-o-brasil/> Acesso em: 30/01/19.

buscaremos aprofundar a sua compreensão, sobretudo como chave analítica para a disciplina histórica. Da mesma forma, a fala de Lula Arraes, menciona que, para além da saída do país, o exilado se torna alijado do próprio tempo vivido no seu local de origem, elemento que, em alguns casos, será difícil de ser superado, em virtude do tempo decorrido e das novas vivências. Said menciona que é uma “fratura incurável”. Já no diálogo reproduzido por Arraes, ele e um irmão conversam sobre o tema, refletindo acerca da impossibilidade de conceituar o fenômeno que estavam vivendo desde a infância.

A expulsão de determinados sujeitos de espaços onde não eram tolerados encontra vários exemplos em diferentes momentos. A narrativa bíblica nos fornece uma gama de fenômenos desse tipo: ainda durante a criação, Lúcifer já queria subverter a ordem e por isso foi expulso do céu, indo criar o inferno; Adão e Eva, ao comerem do fruto proibido, quebraram uma regra e foram obrigados a sair do paraíso, devendo se submeter aos desígnios terrestres para sobreviverem. Yankelevich afirma que o fenômeno se confunde com a própria história da humanidade: “O exílio, os deslocamentos ou migrações forçadas são tão antigos quanto a própria humanidade. Desde a bíblica expulsão do paraíso até o atual conflito em Dafur, a história poderia ser relatada como uma inesgotável sucessão de desteros.” (2011, p. 11). Esses são apenas dois dos inúmeros exemplos que encontramos em livros sagrados em relação aos desobedientes que são obrigados a deixar seu espaço. Percebemos, de maneira introdutória, que a expulsão é compreendida como um castigo, em virtude do não cumprimento de regras pré-estabelecidas.

Em Atenas, cidade-estado que fazia parte do que conhecemos como “Grécia Antiga”, a figura do *ostracismo* – a expulsão por 10 anos de alguém que havia atentado contra a segurança pública – também representava seu isolamento da coletividade de origem. Ainda hoje utilizamos popularmente a expressão “cair no ostracismo” para designar alguém que simplesmente saiu do meio social e foi relegada ao esquecimento. Groppo (2002, p. 20) também menciona o caso romano – *exilium* – que “Significó primero alejamiento voluntario de la ciudad, posibilidad ofrecida a los ciudadanos romanos de escapar a la pena de muerte antes de que la sentencia fuera pronunciada, y luego toda forma de expulsión, temporal o permanente”. Ou seja, a utilização da exclusão enquanto pena para o indivíduo que havia cometido uma ação que atentasse contra a sociedade.

Roniger (2014) em uma tentativa de caracterizar historicamente o fenômeno faz uma análise detalhada da utilização da exclusão como estratégia em diversos momentos e locais: na Rússia czarista, nos impérios chinês e britânico. Seu uso transcendeu a política, pois também

teve uma funcionalidade social, ante as mudanças trazidas pela modernidade, em especial o aumento da massa populacional:

En Inglaterra, así como en la China, el sistema de destierro y trabajo forzado fue concebido como una solución a un problema del cambio social en la modernidad: la creciente masa de pobladores desahuciados y marginalizados por los cambios rurales, la industrialización y su consecuente masa de clases populares desempleadas y hacinadas, y por tanto propensas al robo y al pequeño crimen al fin de sobrevivir en condiciones paupérrimas. (RONIGER, 2014, p. 57)

Na sequência, analisa essa figura como também fazendo parte da política expansionista ibérica: “[...] el destierro cumple así una función doble: de control social del territorio dejado atrás y mecanismo de dominación a futuro del territorio hacia el cual los desterrados son trasladados” (RONIGER, 2014, p. 59). Ou seja, a exclusão fez parte, desde o início da conquista, da forma com que os estados latino-americanos passaram a se constituir. Sznajder e Roniger afirmam: “[...] las dinámicas del exilio recurrente han sido componentes principales de las democracias limitadas o excluyentes en América Latina.” (2013, p. 24).

Os autores sustentam que, no século XIX, a partir das independências, o exílio tornou-se elemento do fazer política no continente, com a constante movimentação para além das fronteiras dos projetos políticos, mesmo que momentaneamente derrotados. O século XX é considerado o século dos grandes deslocamentos forçados da população: a Primeira Guerra Mundial, a Guerra Civil Espanhola, a Segunda Guerra Mundial e a criação do estado de Israel, com a expulsão de milhares de palestinos, são apenas alguns exemplos do que ocorreu. Diferentemente do século anterior, o caráter massivo desses deslocamentos fez com que este adquirisse outro significado, inclusive com uma organização internacional para enfrentar o problema, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados (ACNUR). Recentemente, os conflitos no Oriente Médio e a situação econômica em inúmeros países do continente africano, fizeram com que ocorresse uma nova onda migratória em direção a Europa o que motivou alguns países a fecharem fronteiras e a xenofobia alcançasse níveis alarmantes.<sup>69</sup> Da mesma forma os deslocados em virtude de fenômenos naturais, como os haitianos que após terremotos e furacões tem se deslocado para o Brasil. Said (2003, p. 47) afirma que “[...] a diferença entre os exilados de outrora e os de nosso tempo é de escala: nossa época, com a guerra moderna, o imperialismo e as ambições quase teológicas dos governantes totalitários, é, com efeito, a era do refugiado, da pessoa deslocada, da imigração em massa.” Contudo, é necessário diferenciar e conceituar os fenômenos migratórios, tendo em vista que possuem

---

<sup>69</sup> A foto do menino sírio Aylan morto em uma praia turca após o naufrágio do navio em que se encontrava tornou-se emblema desse momento, assim como as embarcações à deriva no mar Mediterrâneo.

diferenças substanciais entre si, embora muitas vezes sejam utilizadas como sinônimos, inclusive no trabalho histórico. Fernandez afirma:

Embora ‘exilado’, ‘refugiado’ e ‘imigrante’ pareçam conceitos auto-explicativos e sejam consolidados no aspecto linguístico, jurídico (exceto o termo ‘exílio’, que não possui valor jurídico) ou político-institucional, notamos que o uso operacional direto destes conceitos no trabalho histórico, sem uma prévia análise que paute e delimite sua instrumentalização para o trabalho acadêmico, pode gerar algumas omissões, distorções e problemas metodológicos e epistemológicos. (FERNANDEZ, 2011, p. 84)

Como mencionado, a migração é tão antiga quanto a humanidade, sendo intrínseca a própria condição humana. Os indivíduos migram por diferentes razões: sociais, econômicas, climáticas, etc., de maneira que podem ocorrer movimentos voluntários ou forçados. Esse processo pode ocorrer de duas formas: dentro das fronteiras do Estado, fenômeno conhecido como migração interna<sup>70</sup>, ou entre estados nacionais. Com a sua formação tornou-se necessário regulamentar esse fenômeno, pois passou a existir o conceito de nacionalidade, onde o sujeito, a partir de critérios como o *jus soli*<sup>71</sup> e/ou *jus sanguinis*<sup>72</sup> passaria a fazer parte da comunidade imaginada<sup>73</sup> denominada nação. Ou seja, é um vínculo político-jurídico entre o indivíduo e o Estado do qual faz parte. Com a grande crise de migrantes forçados e apátridas<sup>74</sup> desencadeada, sobretudo durante e após a Segunda Guerra Mundial, a comunidade internacional, a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos, afirmou em seu artigo XV que “todo indivíduo tem direito a uma nacionalidade”. Antes dele, no artigo XIII, o direito de migrar é garantido: “1. Toda pessoa tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado. 2. Toda pessoa tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.” Pereira afirma:

O ponto mais importante diz respeito a ideia de ‘o direito de migrar’ ser um direito humano pelo fato de a ‘nacionalidade’ ser nada mais do que uma mera ‘ficção’, criada pelo homem e pelo direito; pelo fato de sermos todos humanos (independente da origem planetária) e, acima de tudo, pela questão das migrações forçadas se posicionar como uma questão de *alteridade* – ou seja, uma questão que deve ser mais relacionada ao terreno da *justiça* do que ao terreno do *direito*, por trazer à tona a *responsabilidade* e a *hospitalidade* perante o *totalmente outro*, de forma independente ao plano jurídico. (PEREIRA, 2019, p. 14)

<sup>70</sup> O caso mais paradigmático dessa migração em solo brasileiro se refere à intensa mudança de pessoas de estados da região nordeste para o sudeste.

<sup>71</sup> “Direito de solo”: princípio pelo qual um sujeito adquire a nacionalidade ao nascer em determinado território.

<sup>72</sup> “Direito de sangue”: princípio pelo qual um sujeito adquire a nacionalidade a partir da nacionalidade dos pais. É importante ressaltar que, no Brasil, a matéria é regida pelo artigo 12 da Constituição Federal, que conjuga elementos de *ius solis* e *sanguinis*.

<sup>73</sup> Utilizo-me do conceito de Benedict Anderson (2008).

<sup>74</sup> Apátrida é o fenômeno pelo qual o indivíduo não possui nenhuma nacionalidade. Mesmo condenado pela ONU, ainda é um fato presente, sobretudo entre pessoas que nascem em campos de refugiados.

Ou seja, segundo a provocação do autor, o direito à mobilidade deveria se sobrepor aos empecilhos criados em virtude da ideia de nacionalidade, tendo em vista que a nacionalidade é uma ficção jurídica. Contudo, como dito, não é essa ideia que prevalece, de maneira que existem mais instrumentos de exclusão do que o contrário, inclusive com o argumento de que o Estado é soberano, amparado pelo direito internacional clássico, contrariando a normativa contemporânea. Atualmente “Aceitar estrangeiros, sejam quais forem os motivos que os levem a migrar (voluntários ou forçados), a partir do paradigma dos direitos humanos, passa a ser interpretado como um dever do país e não mais como um elemento discricionário adstrito a sua soberania.” (PEREIRA, 2019, p. 23). Assim, ocorre uma mudança na compreensão da análise das migrações enquanto política de segurança do Estado para a de prevalência da perspectiva dos direitos humanos e do direito de migrar como fundamental na sociedade contemporânea.

Primeiramente, precisamos analisar a *imigração* enquanto conceito histórico e diferenciá-la do *exílio*, o qual é o objeto central do trabalho. Schwarztein (2001 (2), p. 255) afirma que “Los inmigrantes dejan su país en general de manera voluntaria para realizar un cambio permanente de residencia, aun si algunos retornan.” Ou seja, diferentemente do exílio, que teria um caráter forçado<sup>75</sup>, a imigração seria um fenômeno voluntário, em que os sujeitos envolvidos teriam a intenção de fixar-se no país de destino, geralmente em busca de melhores condições econômicas para sobrevivência. Falar em imigração, de maneira ampla, de acordo com Fernández (2011) nos remeteria às imagens dos homens e mulheres europeus chegando à América entre fins do século XIX e início do XX, as quais seriam, algumas vezes, um tanto estereotipadas, tendo em vista o imaginário que se criou em torno do fenômeno. O autor, a partir de uma extensa revisão bibliográfica, ainda analisa a migração a partir de dois fatores que atuam em conjunto: um que expulsa e outro que atrai os indivíduos. Assim, conforme as circunstâncias em um país mudem, ele pode passar de expulsor a receptor de população. Podemos compreender parte do continente europeu dessa forma: durante a Segunda Guerra Mundial milhões de pessoas foram dele expulsas; no início do século XXI, milhares tentam adentrar suas fronteiras todos os dias.

Por mais que muitas vezes se compreenda os processos migratórios como individuais, baseados na experiência pessoal dos sujeitos, sua análise mais ampla, enquanto fenômeno coletivo, enriquece o trabalho histórico. Afirma-se isso pela compreensão que a migração, como um todo, é um “fato social total”, tendo em vista que abrange todos os elementos da vida,

---

<sup>75</sup> Problematizaremos essa concepção de exílio enquanto fenômeno forçado mais adiante.



havendo uma radical mudança das perspectivas social, econômica e psicológica – pois mesmo voluntariamente, a migração causa traumas, muitas vezes não superados. A relação de alteridade muda substancialmente, pois ao estar em um novo espaço, o sujeito precisa se adaptar a novos códigos e, muitas vezes, a xenofobia passa a fazer parte do seu cotidiano<sup>76</sup>.

A criação de um modelo de proteção àqueles deslocados de maneira forçada – os refugiados -, ocorreu efetivamente após a Segunda Guerra Mundial. Antes disso, contudo, uma primeira tentativa foi posta em prática após a criação da Liga das Nações, circunstância essa que visava a proteção dos cidadãos russos que saíam do país durante e depois do processo revolucionário de 1917. Tal proteção foi estendida, em 1923, para os armênios, que haviam sofrido o massacre por parte do estado turco<sup>77</sup> (PEREIRA, 2019). Na América Latina, em virtude da sua particular dinâmica de deslocamentos políticos, os primeiros tratados regulando o asilo político foram a Convenção de Havana (1928), a Convenção de Montevideo (1933) e a Convenção de Caracas sobre asilo diplomático (1954). Segundo Pereira (2019, p. 33) “O asilo diplomático nasceu no contexto costumeiro regional latino-americano no século XIX, e em virtude desse fato sua aplicação só ocorre de forma regularizada na América Latina.”

Nesse momento faz-se necessário diferenciar os dois institutos, asilo e refúgio: este é uma figura jurídica de proteção coletiva, criada em 1951, junto com o Estatuto dos Refugiados. Um pouco antes, em 1950, foi criado o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)<sup>78</sup>, responsável por analisar os pedidos de refúgio. Inicialmente ele possuía um critério limitador em relação aos indivíduos que poderiam solicitá-lo: somente aqueles deslocados pelos eventos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 no continente europeu. Para tanto o indivíduo deveria possuir um “fundado temor de perseguição” fundado em raça, religião, nacionalidade, pertencimento a grupo social ou opinião política. A partir da análise do texto percebe-se que o mesmo, em virtude das restrições impostas era carregado de eurocentrismo e também de anticomunismo, em virtude do cenário da Guerra Fria que se desenhava a partir de então (FERNANDEZ, 2011). Em virtude das críticas recebidas, o mesmo foi reformulado em 1967, ampliando seu critério geográfico de abrangência. Contudo, esse

---

<sup>76</sup> A construção de muros na fronteira entre Israel e Palestina, e Estados Unidos e México é uma explícita demonstração da xenofobia presente nas políticas de determinados Estados. Para Said (2003) o objetivo maior da xenofobia é negar a identidade do outro, assim como manter as relações de dependência entre os nações capitalistas do centro e da periferia.

<sup>77</sup> Nesse caso, tanto os russos citados quanto os armênios foram privados da sua nacionalidade. Para resolver esse problema, a Liga das Nações criou os “Passaportes Nansen”, cujo objetivo era fazer com que essas pessoas pudessem circular. A preocupação com a documentação para ir de um país ao outro ocorreu com o fortalecimento dos estados-nação e se tornou um dos grandes problemas enfrentados pelos exilados (GROPPO, 2002).

<sup>78</sup> A previsão de seu funcionamento era de 3 anos. Porém, o aumento da crise dos levou a prorrogar sua existência a cada 5 anos. Atualmente o ACNUR está presente em 120 países e suas atividades estão presentes na vida de mais de 65 milhões de pessoas (dados de 2018), de acordo com Pereira (2019).

reformulação só foi ratificada pelo Brasil em 1972 e até 1989 o país só aceitou pedidos de refúgio vindos da Europa, o que demonstra a política restritiva da ditadura em relação ao tema (PEREIRA, 2019).

O asilo se difere do refúgio em vários aspectos: o primeiro deles é que é concedido a uma pessoa específica a partir de ato do Chefe de Estado provocado, em virtude de injusta perseguição que possa sofrer no país de origem. Tal normativa está prevista no artigo XIV da Declaração de 1948 da ONU e, no Brasil, no artigo 4º, inciso X da Constituição Federal<sup>79</sup>. Pode ocorrer de duas formas: por meio de asilo territorial ou diplomático. O primeiro acontece dentro do território do país; o segundo, nos espaços em que exerce jurisdição, caso de embaixadas e consulados (PEREIRA, 2019). No momento do golpe de Estado no Chile, em 1973, milhares de pessoas, inclusive brasileiros, foram protegidos a partir do asilo diplomático. Embaixadas de inúmeros países se transformaram em locais com centenas de pessoas compartilhando pequenos espaços<sup>80</sup>, até conseguirem, na grande maioria dos casos via ONU, deixarem o país. O asilo não está regulamentado internacionalmente, sendo um instrumento utilizado discricionariamente por cada país. Assim, tal instrumento recebe inúmeras críticas pelo seu uso político e pelo fato de que, alteradas as condições nas quais foi concedido, os indivíduos que possuem o status de asilado poderem ter sua condição abruptamente interrompida<sup>81</sup>.

Neste momento chamamos a atenção para a questão do instituto do banimento. Primeiramente faz-se necessário dizer que este não é uma categoria jurídica, apesar de que, durante muito tempo foi utilizado como pena para os que não se enquadrassem socialmente. O indivíduo banido perde a sua nacionalidade, tornando-se apátrida. Contudo, mesmo proibida pelo direito internacional, a apatridia é um fenômeno ainda presente na sociedade contemporânea e atinge, sobretudo, minorias étnicas que não tem seus direitos reconhecidos por nenhum Estado. Em 1969, a ditadura brasileira, indiferente à legislação internacional, instituiu o Ato Institucional nº 13, que previa a pena de banimento para aqueles sujeitos considerados nocivos à segurança nacional. Tal pena foi aplicada quatro vezes entre 1969 e 1971<sup>82</sup>, após as ações dos grupos de resistência armada que sequestraram autoridades

---

<sup>79</sup> A concessão do asilo não está regulamentada, mas passa pelo Ministério da Justiça e é avaliada pelo/a Presidente, sendo uma decisão discricionária, baseada em critérios de conveniência

<sup>80</sup> Algumas autoridades diplomáticas, como o embaixador da Suécia Herold Edelstan, se destacaram pelo esforço de proteção aos perseguidos.

<sup>81</sup> Talvez o asilado mais notável no momento de escrita desse texto seja Edward Snowden, que, após denúncias de vigilância em massa por parte do governo dos Estados Unidos, encontrou asilo na Rússia.

<sup>82</sup> A aplicação da pena pela primeira vez aconteceu em setembro de 1969, após o sequestro do embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick, quando foram trocados 15 presos, os quais foram enviados para o México. Tal evento foi objeto do documentário de 2007, “Hércules 56”, de Silvio Da-Rin. O segundo banimento ocorreu em março de 1970, quando 5 presos foram trocados pelo cônsul japonês em São Paulo Nobuo Okuchi e novamente foram enviados ao México. O terceiro ocorreu em junho do mesmo ano, quando 40 presos foram trocados pelos

diplomáticas e, como condição para a soltura dos mesmos, buscavam a troca de prisioneiros políticos e o seu envio para o exterior. Dessa forma, ao longo dos dois anos em que as ações ocorreram, foram libertados 130 adultos e 10 crianças<sup>83</sup>, que passaram a ser apátridas e, mesmo no exterior, continuaram sistematicamente vigiadas, tendo em vista o status de “terroristas” que possuíam. Percebeu-se, a partir da análise da documentação, que os estatutos asilados, refugiados e exilados eram utilizados indiscriminadamente pelos produtores de informações, contudo, os banidos possuíam a identidade bem definida e a preocupação com seu eventual retorno era uma constante. Tal estatuto só foi revogado em 1978, conjuntamente com os outros Atos Institucionais. Atualmente, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, inciso XLVII, proíbe a pena de banimento.

O exílio, diferentemente das categorias anteriores, não se refere a um instituto jurídico. É uma condição – a de exilado - na qual o sujeito se encontra, em virtude do cenário político no seu país de origem, em outro local, portanto além das fronteiras territoriais e políticas. Inicialmente é importante ressaltar que o exilado pode ter a proteção de outro país, seja como asilado, seja como refugiado. Essa situação esteve presente entre inúmeros exilados brasileiros da ditadura, como demonstraremos no decorrer do trabalho. Ou seja, os exilados podem estar protegidos internacionalmente, mas tal fato não retira a condição de exilado.

Na historiografia brasileira sobre o tema, poucos são os trabalhos que buscam problematizar o conceito de exílio e as suas características. A maioria o utiliza como uma categoria dada, o que entendemos ser um equívoco, tendo em vista que para a análise do objeto a compreensão teórica de análise deve ser definida. Rollemberg, com o primeiro trabalho de fôlego sobre o tema, anunciou o exílio da seguinte maneira:

O exílio é fruto da exclusão, da negação, da dominação, da anulação, da intolerância. [...]

O exílio tem, na história, a função de *afastar/excluir/eliminar* grupos ou indivíduos que, manifestando opiniões contrárias ao *status quo*, lutam para alterá-lo. O exilado é motivado pelas questões do país, envolve-se em conflitos sociais e políticos, diz *não* a uma realidade. [...] Sobre os pilares - *afastamento/exclusão/eliminação e castigo* – o universo do exilado se constrói. O afastamento causará a despersonalização e o anonimato, próprios do exílio, devido à “ruptura narcísica”, produzindo, por sua vez, a crise de identidade. A ruptura tem a dimensão de um traumatismo, porque o exílio rompe com o movimento que constrói o homem a partir de seus projetos e ilusões, renovado, permanentemente, na convivência com os outros. O exílio rompe com o conforto de relação na qual o homem é reconhecido, o que evita o sentimento de precariedade. (ROLLEMBERG, 1999, p. 24-25)

---

embaixador da Alemanha Ocidental, Ehrenfried von Holleben, e enviados para a Argélia (esse sequestro será melhor analisado no capítulo seguinte). O último episódio de banimento ocorreu em janeiro de 1971, quando 70 presos foram trocados pelo embaixador suíço Giovanni Bucher e enviados para o Chile. Esse último foi objeto do filme de 2014 e intitulado “Setenta”, sob a direção de Emilia Silveira.

<sup>83</sup> As crianças se incluíam na lista dos trocados, geralmente acompanhando alguém da família.

A partir da percepção da pesquisadora, vemos como se dá o processo exilar e sua função enquanto parte constitutiva da História, assim como as consequências individuais do fenômeno, tendo em vista o componente traumático da brusca ruptura que o mesmo ocasiona. Importante ressaltar que há o elemento político que o caracteriza, tendo em vista o desejo do exilado de alterar a situação no seu espaço de origem. Essa é uma característica fundamental para compreendermos o exílio derivado da ditadura: o de contestação, ou aproximação a sujeitos que contestaram, de diferentes maneiras, o projeto da ditadura de SN. Fernandez também elenca a crise de identidade provocada:

Essa capacidade intrínseca e certa de fraturar a identidade das pessoas, de ‘romper a ancoragem narcisística’ na linguagem da psicanálise, talvez explique porque o exílio enquanto prática punitiva é tão antiga quanto à própria história da humanidade. Do ponto de vista de quem o gera é eficiente; logo, do ponto de vista de quem o sofre é demolidor. (FERNANDEZ, 2011, p. 70)

Ambos autores se referem ao exílio enquanto uma prática que permeia a História, ou seja, a intolerância com aqueles que não se adequam ao sistema faz com que sejam excluídos da sua sociedade. Como já mencionado, a formação dos Estados-nação, fez com que a problemática atingisse outro patamar, em virtude do estabelecimento de dificuldades para sair e/ou deixar um país e entrar em outro. A partir disso, Sznajder e Roniger buscam desvelar como esse fenômeno se estruturou na América Latina, tendo em vista que a própria independência de muitos países ocorreu em decorrência dos efeitos da exclusão realizada pela metrópole, considerando os cidadãos das colônias indivíduos de segunda categoria<sup>84</sup>. Os autores propõem dois momentos de reflexão: um primeiro, em que o alijamento do país estava relacionado com as elites políticas, as quais, diante de projetos derrotados deveriam sair das fronteiras da nação com o objetivo de preservar a vida. Politicamente, para os vencedores, era vantajoso a manutenção dos inimigos com vida, diferentemente dos setores menos abastados. Os autores afirmam:

Identificamos en esta etapa una estructura del exilio de tres niveles, en la que los individuos y las comunidades de desterrados jugaban un papel de creciente importancia. Las clases políticas intervenían en la configuración de las facciones políticas de otros países, de acuerdo con sus propios intereses. (SZNAJDER, RONIGER, 2013, p. 102)

Uma das suas características foi a permanência dos sujeitos em território próximo ao de origem, pois, caso as condições políticas se alterassem, seria fácil retornar. Os autores caracterizam esse momento como tendo uma estrutura tríplice de composição: país expulsor,

---

<sup>84</sup> Essa é uma explicação genérica. Não pretendo me aprofundar na análise da independência de cada país, sobretudo os latino-americanos, que possuem muitas especificidades nos processos de luta pela autonomia.

sujeito expulso e país anfitrião. Contudo, Fernández faz uma ressalva que devemos levar em consideração, tendo em vista o olhar a apenas um grupo específico, relacionado a sua classe social: “Contudo, ao exílio dos ‘próceres notáveis’, seguia-se geralmente o desterro de um sem-número de anônimos, seguidores e simpatizantes daqueles chefes e que tiveram um destino análogo, porém, bem menos glorioso e às vezes sequer lembrado pelas histórias oficiais.” (FERNANDEZ, 2011, p. 74). Ou seja, apesar da saída não ser massiva, como acontece no século XX, esse fato não acontecia apenas com os próceres, mas englobava um número de apoiadores, elemento difícil de quantificar.

No século XX, a partir da instauração das ditaduras de segurança nacional, o exílio passou a ter proporção massiva, tendo em vista que o número de atingidos cresceu sobremaneira. Marques (2011, p. 37) o caracteriza como um estratégia de exclusão: “O exílio foi uma das formas de exclusão política instituídas pelo regime militar, que forçou centenas de militantes a deixar o país, ao colocar a vida destes em risco no território nacional.” Percebemos, nas análises, o componente político do mesmo, ou seja, como estratégia de afastar para além das fronteiras do Estado nacional àqueles que se opõem, que pode ser estendida aos familiares dos militantes políticos. Contudo, devemos atentar para o elemento subjetivo que compõe a análise, pois muitos exilados não sofrem ameaças diretas e, mesmo assim, o sentimento de medo os faz buscar proteção em outro espaço. É o que Padrós (2005) chama de “círculos concêntricos da propagação do medo”, estratégia utilizadas pelas ditaduras para frear qualquer forma de enfrentamento. Fernández (2011, p. 65) afirma que “[...] o exílio pode tanto ser fruto de uma ameaça real e concreta a pessoa quanto pode ser desencadeado apenas por uma percepção subjetiva de ameaça que, no entanto, pode ser sentida como muito ‘real’ pela pessoa atingida.”. Deve-se atentar para esse elemento, tendo em vista que muitas vezes, pesquisadores e ex-exilados, sugerem que possa existir uma espécie de exílio voluntário. Compreendemos tal perspectiva como problemática para a pesquisa histórica, tendo em vista que, caso não ocorressem as circunstâncias motivadoras da saída, tal fato, provavelmente, não ocorreria.

Sznajder e Roniger (2013) atribuem mais um elemento que se faz presente nesse momento, além do país expulsor, exilado e país receptor: são as organizações transnacionais de proteção aos refugiados e redes de solidariedade integradas também por eles, atuando na esfera internacional com o objetivo de proteção aos perseguidos, dando uma maior visibilidade à questão. Roniger afirma:

Gera-se, assim, uma estrutura quádrupla, em que os exilados somam potencialidade por meio das redes transnacionais, cuja presença permite a cristalização de coalizões políticas portadoras de nova voz na esfera internacional e com maior poder de pressão

tanto sobre os estados expulsos quanto sobre os estados anfitriões. (2010, p. 104-105)

Entre essas organizações se destacam o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados e a Anistia Internacional, as quais, a partir das suas ações deram visibilidade às denúncias feitas por exilados. Esse elemento será sobremaneira importante para a atuação política dos sujeitos no cenário internacional de forma a criar no cenário mais amplo um espaço de articulação política.

Os autores supracitados caracterizam os exílios provocados pelas ditaduras de segurança nacional da América Latina como massivos, tendo em vista que provocaram o deslocamento de milhares de pessoas. Contudo, no caso brasileiro, essa afirmação deve ser vista com restrições pois, se compararmos numericamente com outros países a quantidade é bem menor. Dias (2019, p. 27) traz alguns números: “[...] no Chile, o exílio atingiu cerca de duzentas mil pessoas, de 1973 até 1990; na Argentina, o número de exilados no período da ditadura, de 1976 até 1983, girou entre trezentas e quinhentas mil pessoas.” Ou seja, o número absoluto de exilados foi bem maior que em relação ao Brasil. Contudo, podemos fazer algumas reflexões com o objetivo de problematizar esse dado: muitas pessoas não estavam sob nenhuma proteção no exterior, ou seja, sua situação era regular, de maneira que não foram contabilizadas. Mesmo com essa ressalva, ainda pensamos que a perspectiva do exílio massivo deve ser relativizada para o caso brasileiro, pois considerando o tamanho da população, a porcentagem de exilados, comparativamente em relação à Argentina e ao Chile é bem inferior. De acordo com Machado (1979), o número de exilados brasileiros girava em torno de 10.000 pessoas. Marques também percebe dessa forma:

Compreendemos que o exílio brasileiro, embora tenha atingido cidadãos de diferentes classes sociais, em si não pode ser considerado massivo. Todavia, consideramos que ele é parte do exílio latino-americano, que foi marcado pelo transnacionalismo, não apenas dos migrantes, como também da repressão a eles direcionada. (MARQUES, 2011, p. 44)

Podemos dizer, inicialmente, que o exílio é a saída forçada de um país, em virtude das condições políticas que o mesmo enfrenta. Nas palavras de Yankelevich e Jensen (2007, p. 15): “Los exilios reconocen el mismo punto de partida: huir de la represión, preservar la libertad, salvar la vida. Sin embargo, el sentido de esas vidas en el exilio no pudo más que ser plural.” Para os autores, a justificativa da saída geralmente é a mesma, contudo, as formas encontradas para sobreviver e continuar a militância são difíceis de caracterizar em um único grupo. A preservação da liberdade não deve ser entendida somente como o direito de ir e vir, mas também

com o da criação, da expressão, do pensamento. É notório o caso de artistas e professores que se exilaram em virtude da ausência da possibilidade de continuar normalmente suas atividades de cunho intelectual, muitos dos quais, inclusive, expurgados dos seus ambientes de trabalho. Sznajder e Roniger propõem a compreensão do fenômeno exilar nos indivíduos a partir de três elementos:

Los elementos analíticos más amplios que denotan a los exiliados son, en primer lugar, su exclusión y desplazamiento institucional forzados y su fuerte voluntad de mantener el control sobre sus decisiones de vida, todo bajo condiciones restrictivas y de persecución. En segundo lugar, su mudanza a un ambiente extraño y la recreación de estrategias de vida e imágenes de una patria desde lejos. El tercero es su persistente aunque fallido deseo de volver a su país de origen. (SZNAJDER; RONIGER, 2013, p. 44)

Assim, os autores reforçam a ideia de que a saída do país ocorre de maneira forçada, junto com o fato de que a mudança acontece geralmente para um ambiente estranho, articulada com a necessidade de encontrar estratégias de sobrevivência. Por fim, quase sempre persiste o desejo de voltar ao país, o que podemos caracterizar como a “síndrome das malas prontas”, ou seja, que os sujeitos não conseguem se estabelecer em um local, imaginando que o retorno ocorreria em breve. Faz-se presente em inúmeros relatos a ideia de que o exílio seria por um curto período de tempo que logo acabaria e, com a mudança nas circunstâncias, a volta aconteceria, devendo as pessoas estarem sempre preparadas. Assim, formavam-se guetos de nacionais que não buscavam a integração, estando sempre prontos para retornar. Groppo (2002, p. 39) faz um adendo relacionado ao tempo, pois a duração do período exilar é incerta, podendo ser de meses ou décadas: “[...] el exilio debe ser considerado como un itinerario no sólo en el espacio, sino también en el tiempo, que puede desembocar en toda una serie de transformaciones”. Nesse interregno há espaço para todos os tipos de mudanças, inclusive quanto ao posicionamento político que o fez tornar-se exilado. Novamente podemos retomar a afirmação de Lula Arraes no início da seção, de que o exílio é também ser retirado do tempo do próprio país. Groppo ainda faz a diferenciação entre o exílio, enquanto migração forçada, e os outros fenômenos:

El exilio es una forma de migración que se distingue de las llamadas migraciones económicas por su carácter forzado: el exiliado es un migrante involuntario que habría deseado quedarse en su país, pero que fue expulsado de él o debió dejarlo para escapar de persecuciones o amenazas graves. El objetivo de esta migración forzada es salvaguardar la vida y la libertad. (GROPPO, 2002, p. 20)

Contudo, nesse momento, temos que fazer uma ressalva: nem sempre a migração econômica é voluntária, tendo em vista as contradições inerentes ao capitalismo que faz com

que trabalhadores busquem em outros locais melhores condições de sobrevivência. Esse movimento é visto, geralmente, de países dependentes em relação aos considerados desenvolvidos, ou dentro de regiões de um mesmo espaço nacional. O movimento contrário também é analisado por Fernández (2011): o de técnicos que saem do centro capitalista para os países em desenvolvimento, os quais almejam colocar-se profissionalmente, tendo em vista que possuem uma formação considerada de excelência. O autor analisa, a partir dessa perspectiva, a “fuga de cérebros” que aconteceu na Argentina durante a ditadura e o posterior período de profunda crise econômica. A diferença dos exilados, para estes, a ideia de retorno não se faz tão presente, pois na maior parte das vezes almejavam a integração com a nova sociedade. Groppo afirma:

Los militantes políticos exiliados se caracterizan, en general por tener un vínculo muy fuerte con el país de origen, hacia el cual siguen mirando, y por la voluntad de continuar luchando contra el régimen responsable de su exilio: emigrados involuntarios, aspiran al retorno, y, si continúan la lucha en su país de recepción, es precisamente con el objetivo de cambiar la situación política en el país de origen con el fin de poder regresar. Esta actitud no favorece una integración definitiva en el país de recepción. (GROPPO, 2002, p. 29)

A partir do exposto até aqui podemos elencar alguns elementos que compõem o exílio: a forma como acontece a saída (vinculada a um Estado persecutor), a perspectiva de retorno (que pode ou não se concretizar a partir da mudança das circunstâncias políticas no país). Essas são duas características fundamentais para compreendermos a dinâmica do exílio brasileiro. Sznajder e Roniger propõem uma forma de análise:

Definimos el destierro o exilio político como un mecanismo de exclusión institucional, no el único, mediante el cual alguien involucrado en la política y la vida pública, o alguien al que quienes detentan el poder perciben de ese modo, es forzado o presionado a abandonar su país de origen o lugar de residencia, imposibilitado de regresar hasta que haya una modificación en las circunstancias políticas. (SZNAJDER, RONIGER, 2013, p. 31)

É dessa forma que analisaremos o fenômeno para o presente trabalho, ou seja, enquanto uma estratégia utilizada pela ditadura para fazer com que abandonassem o país aqueles considerados indesejados, mesmo que indiretamente, pelo regime de força. Sobre a identificação do exilado com essa nomenclatura, Yankelevich, afirma: “Difícilmente um exilado se percebe como um ‘emigrante’, sobretudo quando o termo ‘exílio’, por sua força simbólica, outorga identidade ao perseguido destravando subjetividades que o historiador está obrigado a considerar.” (2011, p. 17). A análise da dimensão individual desse processo é importante, mas não devemos abandonar a perspectiva de que o exílio decorreu de uma



dinâmica histórica específica, que fez com que os sujeitos fossem alijados política e socialmente, pela discordância acerca do projeto em curso. No caso brasileiro o projeto em curso estava vinculado a ideias anticomunistas e visando à manutenção do capitalismo dependente. Rollemberg afirma que:

O exílio dos anos 1960 e 1970 foi uma tentativa de afastar e eliminar as gerações que contestavam, a partir de um projeto, a ordem política e/ou econômica identificada à ditadura militar. O *slogan* do governo Médici, “Brasil, ame-o ou deixe-o”, é emblemático. É preciso, portanto, compreendê-lo na mesma lógica da prisão política, dos assassinatos, da imposição à clandestinidade; como mais um esforço dos militares para controlar a liberdade de expressão e a manifestação intelectual; de destruição de toda criação contestatória e de uma determinada experiência política. (ROLLEMBERG, 1999, p. 47-48)

Para a análise do fenômeno, a autora propôs a ideia de “ondas”, já problematizada anteriormente, sendo momentos mais intensos na saída de pessoas do Brasil rumo a outros países, que atingiram pessoas de distintos grupos sociais, assim como de distintas gerações. A forma como o conceito de inimigo interno se estruturou facilitava para o aparato repressivo a perseguição, pois o mesmo era adaptado conforme a mudança das circunstâncias. Sznajder e Roniger afirmam que:

Los gobiernos militares y autoritarios reformularon los criterios de inclusión y exclusión según sus propios principios ideológicos. Desde el principio crearon categorías de individuos y organizaciones a excluir por completo, como entes ajenos a la nación, a su espíritu, tradición, bienestar y futuro. Se debía marginar o eliminar el marxismo, el leninismo, trotskismo, socialismo, comunismo, el liberalismo de izquierda, la izquierda cristiana, algunas formas de populismo, y a quienquiera que promoviera estas ideologías o tan sólo simpatizara con ellas, debido a la amenaza que planteaban a la nación y sus ‘valores’. (2013, p. 178)

Imediatamente após o golpe amplos grupos sociais foram imediatamente alijados do cenário político. Com o Ato Institucional nº1 e a cassação de mandatos, suspensão dos direitos políticos e expurgos que se seguiram, centenas de indivíduos partiram para o exílio. Maria Helena Moreira Alves afirma: “O nome do ex-presidente João Goulart encabeçava a lista, seguido por 40 membros do Congresso Nacional. Outras 100 pessoas mencionadas perdiam seus direitos políticos por dez anos.” (ALVES, 1985, p. 55)<sup>85</sup> Esses primeiros momentos, identificados como “Operação Limpeza”, foram responsáveis pela instauração de centenas de Inquéritos Policiais Militares que vasculharam a vida de um número indefinido de pessoas. Qualquer suspeita de “comunismo” era motivo para a perseguição. Nessa ampla caracterização, incluíram-se, de maneira principal, os membros do governo deposto, com destaque para os

---

<sup>85</sup> É importante fazer a correção de que João Goulart era o segundo da lista dos cassados, o primeiro era Luiz Carlos Prestes.

setores reformistas, identificados com projetos nacionalistas. Nesses primeiros meses após o golpe o destino principal dos exilados foi o Uruguai. Para Marques:

O exílio político foi visto pelo novo governo como uma eficiente maneira de desarticular a oposição ao regime, pois objetivava afastar os principais líderes da oposição, e concomitantemente, servir de exemplo àqueles que se propusessem a ingressar na luta contra a Ditadura Militar. Portanto, o exílio era um dos mecanismos de controle utilizados pelos militares, pois, ao isolar, afastar e segregar opositores, contribuía para a desarticulação dos grupos de esquerda. (2006, p. 20).

Nesse primeiro momento Montevideú foi a cidade que mais recebeu exilados brasileiros, pois se imaginava que a interferência militar em pouco tempo cessaria e esse grupo poderia retornar. A intenção do governo, mencionada por Marques, de que a partir da segregação, fossem desarticulados os grupos de resistência, surtiu um efeito inicial. Contudo, em especial após os questionamentos e rompimentos com a linha política do PCB, sobretudo a partir de 1968, a luta armada se transformou em uma das principais estratégias de resistência à ditadura<sup>86</sup>. Com a violenta repressão que se abateu sobre tais grupos o exílio, novamente, foi uma estratégia de sobrevivência utilizada. Essa foi a segunda geração, ou onda, de exilados. Os principais destinos nesse momento foram o Chile (antes do golpe de Pinochet) e, posteriormente, Paris. Entre 1969 e 1971 as organizações armadas que lutavam contra a ditadura brasileira realizaram quatro ações de sequestro de representantes diplomáticos em troca da libertação de presos políticos. O exílio destes últimos derivou do banimento imposto pela ditadura.

É importante destacar que muitos militantes, com destaque para os banidos, apesar de estarem no exílio, não se consideravam exilados, tendo em vista que o desejo predominante era o de retornar imediatamente para o Brasil e continuar a luta. Consideravam-se militantes em processo de rearticulação política; portanto o espaço cubano, argelino ou chileno cumpria um papel fundamental: eram pátrias socialistas que recebiam lutadores de toda a América Latina. O Chile de Allende tornou-se um espaço especial de destino. Entretanto, depois do golpe de Estado em 1973 e da frustração do projeto revolucionário, houve a dispersão por diversos locais do globo, com destaque para a França, que aglutinou um número grande de exilados. Em função da nova conjuntura, muitos passaram a atuar na denúncia internacional da ditadura, ou seja, a partir daí, um grande número de militantes até então vinculados à luta armada, assumiram uma mudança de estratégia política de enfrentamento à ditadura. Na década de 1970, com as lutas de libertação nacional e a posterior independência ocorrida no continente africano, em especial

---

<sup>86</sup> Para uma análise detalhada da luta armada contra a ditadura, consultar: Aarão (1989); Ridenti (1993); Gorender (2014).

nos países até então dominados por Portugal, inúmeros brasileiros deslocaram-se até Angola e Moçambique para participarem do denominado de “construção do socialismo”. São essas as perspectivas de deslocamentos propostas por Rollemberg (1999).

Contudo, o fato de ser um exilado não garantia proteção aos indivíduos. Mesmo com a saída do país, tais pessoas não estavam em completa segurança. Um dos elementos que fazem parte da Doutrina de Segurança Nacional e já mencionado é a noção de “fronteira ideológica”: num mundo dividido entre capitalismo e comunismo, as fronteiras nacionais não eram mais o limite para a perseguição. O inimigo deveria ser buscado onde estivesse. Para Padrós:

[...] o braço da violência estatal atingiu o interior das embaixadas, as fronteiras vizinhas e os territórios de outros países. Através de esquemas repressivos binacionais ou de sofisticada coordenação repressiva, como no caso da Operação Condor, as comunidades exiladas foram ameaçadas, perseguidas, infiltradas e brutalmente golpeadas. (PADRÓS, 2014, p. 24)

Assim, mesmo fora das fronteiras físicas do estado brasileiro, aqueles considerados inimigos internos deveriam ser controlados onde estivessem. A criação, em 1966, de um centro especializado em coletar informações sobre os exilados, o CIEEx, reflete essa tentativa de monitorar a movimentação daqueles que estavam fora do Brasil, mas que, na concepção da DSN, continuavam a representar um perigo para a segurança nacional. É preciso dizer, contudo, que essa análise não estabelecia uma regra. Eram apenas movimentos gerais percebidos conforme as circunstâncias se alteravam. Existiram pessoas vinculadas à primeira onda de exilados que participaram dos movimentos armados. Da mesma forma, os países de destino variaram sobremaneira: identificamos que a Argélia, por exemplo, recebeu exilados em diversos momentos, desde 1965 até 1973. Ou seja, é difícil estabelecer uma regra para um processo tão complexo como foi o exílio. Contudo, é fundamental visualizá-lo como um dos componentes da DSN, responsável por fazer com que saíssem do país milhares de brasileiros. Mesmo assim, o exílio enquanto tal, transfigurou-se, muitas vezes, em espaço de resistência, e a partir dele se criaram campanhas de denúncia internacional do que se passava no Brasil. Inclusive um periódico editado no Chile, *Campanha*, possuía o lema “Fazer do exílio uma campanha” (CRUZ, 2011). Já o governo ditatorial argumentava que os exilados eram “maus brasileiros” e mencionava a existência de “uma campanha difamatória no exterior”<sup>87</sup>. Percebemos que, agindo na arena transnacional, o exílio deu visibilidade às demandas de vários grupos que não podiam retornar.

---

<sup>87</sup> Essa expressão é utilizada em inúmeros documentos estatais que mencionam os boletins e palestras realizadas por diferentes exilados em vários países.

Os relatos acerca da situação exilar são muito diversos entre si: sentimentos como a angústia ante as incertezas e o medo sempre transparecem. Contudo, no momento presente, as memórias acessadas tem um componente positivo: um mundo novo teria sido descoberto pelos indivíduos. Fundamental é compreender que essa é uma avaliação *a posteriori*, mas se percebe, inicialmente, o quão plural foi tal momento, de forma que o país e as condições de recepção, a forma de inserção, a classe social, o gênero, a raça e a geração devem ser levados em consideração no momento da análise, pois são categorias que permeiam as falas. Yara Gouvêa rememora o processo de saída, a chegada no país de acolhida, assim como o estranhamento decorrente:

A consciência de ser estrangeira passa a tomar forma, a música de Vandrê soa alto e forte em sua cabeça: ‘*somos todos iguais braços dados ou não*’, mas vai dizer isso ao cidadão do Primeiro Mundo. Vai, Sussu, vai se meter a besta para ver no que dá! Apesar de a proibição não estar mais em vigor, alguns cafés ou restaurantes ainda mantêm à porta o letreiro que diz: ‘*Proibida a entrada de cães, negros, árabes...*’ (GOUVÊA, 2007, p. 35)

Como mencionado no início do presente tópico, nos últimos anos do século XX, com a ascensão de grupos autoritários às esferas de poder, a saída do país foi a forma encontrada por alguns sujeitos para preservar a vida e demonstrar ao mundo o que acontece no Brasil. São exilados? A pergunta é complexa e necessita mais que algumas linhas para ser respondida. Em 2016 tivemos um golpe jurídico-midiático-parlamentar que destituiu uma presidenta legitimamente eleita e fez com que grupos representantes da burguesia nacional e internacional se colocassem como representantes da maior parte da população. Nada mais enganoso. A partir de então, a democracia brasileira, que já era frágil, passou por um processo de desgaste que, ante a conjuntura atual, só se deteriora cada vez mais.

Por fim, a pergunta que fazemos é: por que a Argélia foi o destino de exílio dos brasileiros? É o que responderemos a seguir.

### **1.3 A Argélia como destino de exílio**

A Argélia pagou um preço muito alto pra achar uma identidade. (GOUVÊA, 2019)

Os franceses exploraram a Argélia durante mais de um século. E quando saíram, os franceses destruíram todo o sistema de água, o sistema de educação, bibliotecas, né. Pra deixar mesmo sem nada. (BONA GARCIA, 2016)



Imagem 1: Localização da Argélia. Fonte: Google Maps



Imagem 2: Principais cidades da Argélia

Por que exilar-se na Argélia? Essa é a primeira pergunta que surge quando se apresenta a pesquisa. O atual território argelino, que é o de maior extensão do continente africano (um pouco mais de 2 milhões de quilômetros quadrados), não havia sido um espaço único, nem cultural, nem geograficamente, até a guerra de independência. Nos mapas apresentados visualizamos uma breve faixa litorânea, onde, a partir do segundo mapa, percebe-se que se concentram a grande maioria das cidades, de maneira que o restante do país é marcado pela presença do deserto do Saara. Os idiomas oficiais são o árabe e o berbere, embora grande parte

da população também fale francês, em virtude da colonização. Há também uma religião oficial, o islamismo, que foi um dos fatores de aglutinação dos diferentes grupos na luta contra o imperialismo francês. Em 1965, ano da chegada dos primeiros exilados brasileiros, a população do país girava em torno de 12,5 milhões de habitantes, concentrados na faixa litorânea, em virtude das já mencionadas condições desérticas do restante do território. A economia é dependente da exportação de petróleo e derivados, tendo em vista as grandes reservas que se encontram no país. A exploração do mesmo é controlada pela estatal Sonatrach, 11ª companhia petrolífera do mundo. O que conhecemos assim, como Argélia, encontrava-se sob domínio do Império Turco-Otomano até a conquista francesa em 1865.

A afirmação que inicia este tópico, dita por Yara Gouvêa durante a sua entrevista para a pesquisa, refere-se à guerra de libertação nacional argelina que matou milhares de pessoas e escancarou a violência colonial. Esse elemento, também é lembrado por todos os que passaram pelo país, tendo em vista o trauma causado pelo século de domínio imperialista, e a violenta guerra de libertação. As memórias acerca de mutilados e famílias com entes desaparecidos, que os aproximava dos brasileiros, também estão presentes. Para Bona Garcia, a destruição a que foi submetido o país é marcante, pois a Argélia teve que se reconstruir após a saída francesa e, esta reconstrução só foi possível através da cooperação de técnicos de muitos países, em especial de exilados do Terceiro Mundo, inclusive brasileiros. O próprio Bona, durante o seu exílio no país, participou de projetos que visavam a melhoria da infraestrutura, que se encontrava praticamente toda destruída.

Para responder a questão do porquê a Argélia faz-se necessário remontar ao século XIX, quando do início da invasão francesa. A tomada do território pelo país europeu foi justificada a partir de um litígio econômico em que os argelinos eram os credores de uma dívida de trigo (GODOY, 2004). Contudo, devemos compreender a política expansionista europeia a partir do fenômeno histórico conhecido como imperialismo, onde esses países, com o desenvolvimento do capitalismo, necessitavam da expansão de mercados, fornecedores de matérias-primas, bem como espaço para realocar o excedente populacional. Foi assim que grande parte do continente asiático e africano foi subjugado a partir de violentos processos de dominação. Memmi (2007, p. 15) caracterizou a relação colonial como “[...] situação explosiva por natureza”, tendo em vista o processo de desumanização completa a que eram submetidos os habitantes originários do território. O médico psiquiatra dominicano Frantz Fanon<sup>88</sup>, que

---

<sup>88</sup> Para compreender a produção de Fanon a partir da guerra de libertação argelina, consultar: Lippold, 2019.

participou da guerra da Argélia e que escreveu grande parte da sua obra durante o conflito, também analisou o colonialismo:

Porque é uma negação sistematizada do outro, uma decisão obstinada de recusar ao outro todo atributo de humanidade, o colonialismo obriga o povo dominado a perguntar-se constantemente: ‘Quem sou eu, na verdade?’ [...] É sempre preciso lembrar que um povo colonizado não é apenas um povo dominado. Sob a ocupação alemã, os franceses permaneceram homens. Sob a ocupação francesa, os alemães permaneceram homens. Na Argélia, não há apenas dominação, mas, literalmente, decisão de ocupar, afinal, somente um terreno. Os argelinos, as mulheres de ‘haik’, os palmeirais e os camelos foram o panorama, o pano de fundo *natural* da presença humana francesa. (FANON, 2005, p.288).

Ou seja, a forma como a dominação colonial se deu foi tão violenta, no sentido físico e psicológico, que havia uma completa desumanização dos habitantes, sendo estes considerados elementos naturais daquela paisagem, junto com os animais e a natureza. Nesse sentido, ambos autores consideravam a impossibilidade da assimilação à sociedade francesa e defendiam que a libertação só ocorreria com a ruptura da relação colonial.

No contexto imperialista, a anexação oficial da Argélia à França aconteceu em 1865. Aos poucos, os argelinos tiveram suas terras tomadas e foram submetidos às piores condições de vida e trabalho. O colonialismo legalizou essa situação a partir da Lei Warnier, de 1873 (YAZBEK, 2010). Chaliand, ao buscar compreender a exploração e a posterior libertação dos países submetidos ao imperialismo, analisa a situação colonial argelina como um dos processos mais violentos:

O contexto colonial da Argélia, com características bastante particulares, fazia da sociedade argelina uma das mais espoliadas do mundo, do ponto de vista político, econômico e cultural. Ao contrário do Marrocos e da Tunísia, onde o Estado, apesar de dependente, era reconhecido juridicamente, a Argélia tinha o estatuto de departamento francês. A Argélia era a França, mas uma França povoada em sua maioria por cidadãos de segunda classe, que, imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, tinham menos peso eleitoral do que os 10% da população representados pelos colonos europeus. Negados na sua identidade e na sua representatividade, os argelinos, que eram chamados de ‘muçulmanos’, viam-se impedidos legalmente de estudar, nas escolas públicas, a língua da maioria deles: o árabe. Durante a colonização por povoamento, um milhão de cidadãos, na maior parte franceses, chamados, segundo o costume da época colonial, de ‘europeus’, tinham monopolizado e exploravam três milhões de hectares das melhores terras de planície e ocupavam inúmeros empregos na cidade, principalmente as funções públicas, a que os ‘muçulmanos’ não podiam pretender. (CHALIAND, 1977, p. 79)

Contudo, tal dominação não ocorreu sem resistência, mesmo que a ideia nacional<sup>89</sup> ainda não estivesse presente. Um dos símbolos dessa luta, posteriormente considerado herói

---

<sup>89</sup> Não pretendo fazer uma discussão do nacionalismo enquanto conceito histórico. Contudo, é importante destacar que este possui alguns elementos intrínsecos, tais como o sentimento de pertencimento a um determinado espaço geográfico. Por mais que os indivíduos possuem múltiplas identidades, não só a nacional, esta foi fundamental

nacional pelos argelinos foi o emir Abdel Kader, que contestou a presença francesa na Argélia desde o seu início. Para Hobsbawm (1988, p. 117), a maneira como agiu o imperialismo francês criou as condições para o fortalecimento de uma identidade nacional árabe, reforçada durante as guerras de libertação, pois, pelo fato das elites conhecerem o processo educativo ocidental, perceberam a desigualdade entre os estatutos pessoais.

Yazbek (2010) afirma que as primeiras manifestações de setores da sociedade argelina não eram necessariamente contra a metrópole, mas buscavam a assimilação dos norte-africanos em relação à sociedade colonial, desejando um status que os equiparasse, em termos políticos e jurídicos, tendo em vista que possuíam menos direitos que os franceses. Essas iniciativas partiam de uma classe média letrada que participava da vida na metrópole, inclusive. Memmi (2007, p. 165) percebeu a impossibilidade dessa ação: “Ora, no âmbito colonial, a assimilação se revelou impossível.” Impossível pois a essência do colonialismo é a dicotomia que dele deriva. E continua: “O candidato à assimilação termina, quase sempre, por se cansar do preço exorbitante que precisa pagar, e que continuará pagando indefinidamente. Descubra também com horror todo o sentido de sua tentativa” (MEMMI, 2007, p. 165). Assim, percebe-se que o imperialismo, enquanto sistema econômico de dominação, necessita dessa dicotomia para a sua manutenção. Tendo em vista a impossibilidade da assimilação ao sistema colonial, a emergência do componente nacional passa a ser um elemento de busca de autonomia, mesmo com eventuais diferenças entre os grupos. Oloruntimehin (2010) afirma que o elemento aglutinador de diferentes grupos foi o fato de estarem sujeitos a um mesmo colonizador.

Roberta Vicenzi (2006) analisou o nacionalismo árabe de maneira ampla como um fenômeno que possuiu três momentos principais. O primeiro deles, entre fins do século XIX até o término da Primeira Guerra Mundial, que caracterizou-se pela solidariedade religiosa, com a preponderância de um elemento de cunho cultural. Tal identificação abrangia também os espaços do Oriente Médio, que hoje correspondem aos países da Síria, Jordânia, dentre outros. Contudo, essas manifestações eram de cunho assimilacionista, ou seja, buscavam uma maior integração da população local com a francesa, o que, como já mencionado, demonstrou-se impossível.

O segundo momento, em que o sentimento nacional apareceria, ocorreu após o término da guerra com o enfraquecimento dos estados colonialistas e, sobretudo, o esfacelamento do Império Otomano, ganhando um componente político. Após o Egito se tornar semi-

---

para a aglutinação de vários grupos que viviam no território argelino para a luta pela independência. Para maiores detalhes sobre a ideia da construção do nacionalismo, consultar: Hobsbawm (1990).



independente<sup>90</sup> da Grã-Bretanha o fenômeno ganhou mais força. Para a autora, perdurou até a criação do estado de Israel e se caracterizou, sobretudo, pela presença do elemento anticolonial. No caso argelino, em 1926 foi criada, a partir de estudantes que haviam ido estudar na metrópole, uma tentativa de organização, a Estrela Norte-Africana, que em seguida foi declarada ilegal pelo governo francês. Paralelamente, a religião, que havia sido considerada relevante no momento anterior, passou a ser um aspecto secundário.

A eclosão da Segunda Guerra Mundial e o seu desfecho foi crucial para o envolvimento de grande parte da população argelina na luta anticolonial, tendo em vista os desdobramentos que ocorreram em diversas cidades. De acordo com Yazbek:

Logo que a guerra acabou, por ocasião da libertação da França em maio de 1945, foram realizadas grandes manifestações na Argélia, da mesma forma que na metrópole. Em Sétif, a leste de Argel – e também em Guelma -, os nacionalistas transformaram tais manifestações em demonstrações de protesto e passeatas pela libertação argelina. Faixas, cartazes e bandeiras foram levados às ruas, com a população gritando palavras nacionalistas de ordem. O evento, a princípio pacífico, foi interrompido pela intervenção inesperada do Exército francês, reforçado pela participação de soldados senegaleses. A comemoração transformou-se em tragédia assim que as forças francesas abriram fogo contra a multidão, provocando inúmeras mortes. A permissão de abater os nativos nas ruas foi estendida também aos colonos, aliados à Legião Estrangeira no saque e no assassinato. (YAZBEK, 2010, p. 38)

Percebeu-se que a libertação da metrópole não teria os mesmos efeitos na colônia. Ou seja, o término da Segunda Guerra teve um importante papel no fortalecimento da luta pela independência, tendo em vista que os efeitos na França não foram sentidos em solo argelino. Tentativas de uma maior autonomia eram buscadas pela via legal e eleitoral, mas sistematicamente reprimidas pelo Estado francês, que usava do poder de polícia para intimidar os nacionalistas. Embora houvesse representação formal dos argelinos nos espaços decisórios, sobretudo com a promulgação do Estatuto da Argélia, em 1947, esta, numericamente, era irrisória e, na sua maioria, representava os interesses dos cidadãos franceses que viviam na colônia, os quais controlavam os postos-chaves do governo, as principais atividades comerciais e eram proprietários das melhores terras. Um dos maiores representantes dessa vertente, Messali Hadj e seus seguidores, conhecidos como messalistas, foram duramente criticados, tendo em vista a ineficácia das suas ações.

Ante a impossibilidade de ação legal, em 1954, criou-se no Cairo, a partir de líderes exilados e que inicialmente possuíam perspectivas de luta diferentes – os nove dirigentes históricos, o CRUA – o Comitê Revolucionário Unidade e Ação, cujo objetivo era organizar a

---

<sup>90</sup> Estabeleceu-se um sistema parlamentarista monárquico, embora os britânicos mantivessem o controle militar do território.

luta pela independência e dar visibilidade internacional ao que se desenrolava em solo argelino. A estratégia era atuar em duas frentes, a política e a militar, formando-se assim a Frente de Libertação Nacional (FLN) e o Exército de Libertação Nacional (ELN), a partir da confluência de grupos de vertente nacionalista. Com o esgotamento das formas de negociação pacíficas, os rebeldes partiram para a insurreição armada<sup>91</sup>. Assim, em 1º de novembro de 1954 iniciou a guerra de libertação argelina, com atentados simultâneos em áreas francesas. Segundo Cancela (2014) a FLN estabeleceu como estratégia a atuação no campo externo e interno: o primeiro dando visibilidade à causa e o segundo às ações militares.

Em 1955 aconteceu a Conferência de Bandung, ou Conferência dos Não-Alinhados, onde um grupo de países, na sua maioria recém independentes da África e Ásia, buscava estabelecer outras diretrizes que não aquelas alinhadas diretamente aos pressupostos da Guerra Fria. De acordo com Bissio (2015, p. 62-63): “O ‘espírito de Bandung’ marcou o processo de libertação do mundo colonial e mostrou o caminho para a inserção internacional do Movimento dos Países Não Alinhados, que explicitamente condenava o racismo, o colonialismo e o imperialismo.” A Argélia, em processo de independência, enviou observadores para tal momento, de maneira a se colocar politicamente e visibilizar a causa. Chaliand (1977, p. 32) reforça: “Embora tenha sido uma conferência totalmente asiática, a Conferência de Bandung (1955) marca, pela primeira vez, a emergência política de um mundo que, até pouco antes, estivera totalmente submetido.” Assim, percebe-se que os países que compunham parte do mundo até então completamente alijados de qualquer protagonismo, buscaram, a partir de Bandung, elaborar estratégias próprias de ação conjunta no cenário internacional.

É importante destacar que, enquanto a guerra ocorria, os combatentes buscavam elaborar um projeto de país para depois que a independência acontecesse. Hobsbawm afirma que a revolução argelina foi autóctone, tendo em vista que não havia a presença de um partido comunista que dirigisse o processo, como poderia parecer em virtude do momento histórico. Esse, inclusive, era alinhado com o Partido Comunista Francês, que dizia que o país, enquanto território francês, deveria auxiliar na luta revolucionária em solo europeu. Para Araújo:

Enquanto na Indochina o PCF fizera sabotagens, provocara motins e deserções, dando franco apoio a um movimento dirigido por comunistas, na Argélia o apoio comunista teve menor importância. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial o Partido Comunista Argelino (PCA) estava diretamente vinculado ao PCF e seguia orientações de Moscou. Os movimentos de libertação nacional eram encarados como mero instrumento para enfraquecer o campo imperialista. O PCA defendia assim o projeto de assimilação da Argélia à nação francesa, ao afirmar que a independência não era a

---

<sup>91</sup> É importante ressaltar que a França não reconhecia o que estava acontecendo como uma guerra. As ações das forças repressivas eram sempre nomeadas como de “manutenção da paz e da ordem”. Só recentemente a expressão “Acontecimentos da Argélia” foi nomeada, no estado francês, como uma guerra.

prioridade e estava condicionada à evolução do socialismo na França. O PCA criticou em 1954 a FLN quando esta escolheu a opção armada. (2017, p. 405-406)

Ou seja, diferentemente de outros processos revolucionários, que tinham partidos comunistas fortes a sua frente, a luta pela independência argelina se consolidou a partir de um grupo que, embora alinhado a demandas terceiro-mundistas, não se vinculou imediatamente a projetos do socialismo real. A maior força política era a FLN, e essa deu-se a conhecer quando do início da luta, com um manifesto ao povo argelino. A estratégia da FLN foi dividir o país em *willayas*, espaços geográficos específicos, onde existiam células responsáveis pela informação, propaganda, organização de assembleias, finanças. Era a compartimentação da informação, para que, no caso de prisão pela repressão, não se soubesse quem eram os membros dos outros grupos. A compartimentação chegou inclusive ao exército de libertação, onde existiam os combatentes integrados – *moudjhidines*, os responsáveis por atos de sabotagem nas comunicações, transporte de armas e feridos – *moussebilines*, e aqueles que sabotavam locais nas cidades realizando explosões e incêndios – *fedaiynes*. A participação feminina como *fedaiyn* foi muito importante, pois o uso da *burka* facilitava que esconder armas e artefatos incendiários.

No manifesto anteriormente citado havia o direcionamento das ações que seriam realizadas a partir daquele 1º de novembro de 1954: “[...] nossa ação é dirigida, unicamente, contra o colonialismo, inimigo único e cego, que sempre se recusou a conceder a mínima liberdade pelos meios da luta pacífica.” (Comunicado da FLN *apud* POERNER, 1966, p. 46). Na sequência, elencava os objetivos da luta interna, na ação internacional e as estratégias para a consecução dos objetivos.

Em 1956 aconteceu o Primeiro Congresso de Soumann, que deliberou pela adoção do socialismo como horizonte político, com a realização de uma reforma agrária radical e a defesa da nação árabe (CRUZ, 2016). Ou seja, a organização social após a libertação passou a estar vinculada a um projeto político específico. Embora estivesse obtendo sucesso no plano político, na ação militar, sobretudo com o início da Batalha de Argel<sup>92</sup> e a nova estratégia repressiva posta em prática pelos franceses, os argelinos conheceram inúmeras derrotas. Embora as greves organizadas pela FLN fossem eficazes, pois conseguiam parar o país, a repressão era atroz. O estudo da estratégia revolucionária fez com que alguns membros das Forças Armadas francesas

---

<sup>92</sup> O filme *A Batalha de Argel* (1966), do diretor italiano Gillo Pontecorvo, registra magistralmente esse episódio. Segundo Duarte-Plon (2016), ainda é utilizado em aulas de militares para combater a insurgência popular. Segundo a autora, antes de partir para o Afeganistão, em 2002, a sua exibição ocorria na formação dos soldados estadunidenses.

elaborassem a já mencionada Doutrina da Guerra Contrarrevolucionária, onde a obtenção da informação era um elemento crucial para a derrota do inimigo. Nas palavras de Padrós:

A avaliação da derrota e a tentativa de compreensão da estratégia implementada pelo inimigo levou os especialistas franceses à elaboração de um sistema de luta que seria testado contra o movimento rebelde que lutava pela independência da Argélia desde 1954. A experiência francesa contra a Frente de Libertação Nacional (FLN) argelina acabou sendo a base da concepção contra-revolucionária (contra-insurgente ou anti-subversiva) que acabou sendo divulgada a outros exércitos como Doutrina Francesa. (2005, p. 629)

Assim, a tortura, os desaparecimentos e os vãos da morte foram estratégias utilizadas para “quebrar” os combatentes e, posteriormente, foram incorporadas como estratégias operacionais, dentro das formulações gerais da DSN. Em 1958, o citado Henri Alleg, jornalista francês e simpatizante da libertação argelina publicou as denúncias de tortura que sofreu. A obra escancarou o que já se especulava: que a tortura era uma prática sistemática dos militares franceses na busca de informações para desarticular a luta:

Meu caso, embora pareça excepcional pela repercussão que teve, não é absolutamente o único. O que disse na minha petição, o que direi aqui, serve de exemplo para mostrar qual é a prática corrente nesta guerra atroz e sangrenta. Há mais de três meses que me prenderam. Durante esse tempo sofri tantas dores e tantas humilhações que já não me atreperia a tornar a falar desses dias e dessas noites de suplícios se não soubesse que isso pode ser útil, que propagar a verdade é também uma maneira de ajudar a cessação das hostilidades e a estabelecer a paz. Noites inteiras, durante um mês, ouvi o urrar dos homens que eram torturados e seus gritos ressoarão para sempre na minha memória. Vi prisioneiros atirados de um andar ao outro, a cacetadas. Atordoados pela tortura e pelos golpes, só sabiam murmurar em árabe as primeiras palavras de uma antiga prece. (ALLEG, 1959, p. 50)

O autor coloca a sua denúncia como uma das estratégias para sensibilizar a sociedade francesa de então para que as hostilidades fossem cessadas e a independência se concretizasse. Contudo, o que ocorria era que o conflito seguia sendo encarado como uma questão política interna. Mesmo assim, em 1958 foi formado na Tunísia o Governo Provisório da República Argelina (GPRA), cujo nome central era Ferhat Abbas, mas com a presença de outros conselheiros, ou seja, uma direção colegiada. Esta tinha como objetivo central negociar com o governo francês capitaneado por Charles de Gaulle, que se mostrava mais aberto ao diálogo, tendo em vista a crise política que havia sido enfrentada pela França, com o fim da Quarta República, e a ascensão daquele ao poder. O governo provisório recebia ajuda de países como Cuba, que recentemente havia passado pelo processo revolucionário e o imediato

reconhecimento da Tunísia, Marrocos, Yemên, República Árabe Unida<sup>93</sup>, Líbia e Iraque (POERNER, 1966).

Contudo, a negociação não ocorreu de maneira simples. O fato da guerra se estender e setores radicais de direita, que compunham a Organização Secreta do Exército (OAS), utilizarem estratégias terroristas como forma de tentar dissuadir tais ações, atentando inclusive contra a vida do presidente francês, após a assinatura dos acordos que puseram fim à guerra<sup>94</sup>, fez com que o processo fosse tenso e cheio de reviravoltas. Um dos lemas dessa organização era “A Argélia é francesa e continuará sendo” (ROBIN, 2004).

Em 1960, a partir dos princípios da sua carta de criação, a ONU reconheceu o direito da Argélia à auto-determinação, demanda que havia sido capitaneada pelo Marechal Tito, da então Iugoslávia, numa demonstração da articulação entre os chamados países do Terceiro Mundo. Em outro encontro dos países não alinhados, ocorrido em 1961:

A par de todos estes acontecimentos entre a França e os representantes de ambos os nacionalismos presentes na colônia, realizou-se entre 1 e 6 de Setembro de 1961, a 1ª Conferência de Chefes de Estado dos Países Não-Alinhados, preocupados desde Bandung com o problema argelino e fazendo dele uma bandeira para as suas pretensões anticoloniais e anti-hegemônicas. Comandada por Josip Broz (Tito), integrava 25 chefes de Estado e de governo, entre os quais o indiano Nehru e o egípcio Nasser, e também 19 movimentos de libertação, como a FLN. A obrigatoriedade da não aproximação a nenhum dos blocos existentes à época, nomeadamente o norte-americano e o soviético, confirmava-se da forma mais radical com a exclusão do Paquistão devido às suas dúvidas e equívocas aproximações aos EUA e à URSS. (CANCELA, 2014, p. 29)

Pouco depois, em 1962, após um referendo na França em que a esmagadora maioria votou pela independência argelina, foram assinados os acordos de Évian, em que o país europeu reconhecia a independência da Argélia. Tal processo não ocorreu tranquilamente, tendo em vista os constantes atentados praticados pela OAS e a indisposição da França em deixar a região do deserto do Saara – no qual recentemente haviam sido descobertas grandes jazidas de petróleo. Nas palavras de Poerner: “A assinatura dos Acordos de Evian provocou um derradeiro estertor terrorista da O.A.S., numa tentativa vã de reiniciar o conflito. Instalações petrolíferas e industriais foram sabotadas. Escolas francesas e a Faculdade de Argel incendiadas. O povo massacrado nas ruas.” (1966, p. 95)

Contudo, mesmo com as garantias para os franceses que viviam na Argélia, após a independência, milhares voltaram para a Europa, fazendo com que o novo país se tornasse um espaço carente de técnicos nas mais variadas áreas, pois esses postos eram ocupados, na

<sup>93</sup> Durante dois anos, Síria e Egito formaram um só país – a República Árabe Unida (RAU).

<sup>94</sup> Diferentes foram as sanções aplicadas aos membros da OAS após seus julgamentos: desde a prisão até a anistia.

maioria, pelos europeus. Chaliand sintetiza os desafios enfrentados, já que além daqueles de ordem material, havia as disputas internas pelo comando:

A Revolução Argelina chegou à independência em plena crise e cheia de esperanças contraditórias. Durante a guerra, muitos *slogans* contraditórios haviam sido lançados: as massas aspiravam à justiça social e a uma vida melhor, depois de sete anos de uma guerra que tinha custado a vida de centenas de milhares de argelinos. A luta pelo poder que imediatamente monopolizou as diversas facções da FLN iria adiar a questão jamais abordada pela Frente: a do conteúdo social da independência. (CHALIAND, 1977, p. 80)

Além do conteúdo social da independência, havia a disputa pelo comando do país. Inicialmente é importante destacar que a Constituição aprovada definia o país como uma “república popular, democrática e socialista” (CRUZ, 2016, p. 57), ou seja, alinhava-se, pelo nome, ao bloco socialista, como havia sido preconizado a partir de 1956. Contudo, o modelo argelino diferia sobremaneira dos existentes até então, tendo em vista a adoção de características particulares da sociedade. Segundo Cruz:

O modelo socialista argelino assumiu características distintas do modelo marxista. Em geral, o socialismo árabe rejeita o ateísmo e a ditadura do proletariado, defende a participação das classes num governo que se declara democrático, afirma a necessidade da confiança em dirigentes legítimos e na unidade árabe. O socialismo na Argélia caracterizou-se pela revolução armada de trabalhadores islâmicos e pelo total controle político pela FLN, capaz de garantir a democracia e a defesa dos valores islâmicos. (CRUZ, 2016, p. 59)

Assim, o modelo socialista argelino manteve algumas características presentes no modo de vida da maioria da população. Mesmo com a adoção de medidas que lembravam os modelos comunistas europeus, como a existência de um partido único, a manutenção de uma religião oficial e a luta pela valorização das características nacionais, como a língua árabe, fez com que o processo diferisse dos demais, tendo em vista que as condições eram sobremaneira diferentes. Dessa forma, buscou-se construir uma alternativa, pois “Nem a Europa liberal nem os países comunistas representavam fontes de inspiração para as nações que emergiam das ruínas do colonialismo” (ARAÚJO, 2017, p. 403).

Junto com a vitória da Revolução Cubana em 1959, e da Revolução Vietnamita em 1954, o processo revolucionário argelino passou a ser um modelo de libertação para outros países do globo, os quais passavam por um processo de efervescência social. Para Araújo (2017, p. 403): “[...] a Argélia refletia as principais lutas dos anos 50 e 60: direito dos povos à autodeterminação, independência política e econômica, novas vias para se chegar ao socialismo.” Contudo, devemos fazer uma reflexão: em que medida a guerra de libertação argelina repercutiu e influenciou as formulações das esquerdas latino-americanas,

especialmente as do Brasil? Esse debate é difícil de ser mapeado, mas podemos, a partir de pesquisas já realizadas, elencar alguns elementos importantes. Rodrigo Araújo aponta que, ainda durante a guerra e buscando apoio da comunidade internacional, dando visibilidade à causa, alguns líderes revolucionários passaram pela América Latina:

Entre julho e agosto de 1957, Ferhat Abbas, Hassan Trik e Ait-Ahcene percorreram a América Latina em busca de apoio. Abbas era o primeiro líder argelino a viajar pela América Latina, e seu objetivo era sondar a opinião de intelectuais e militantes de esquerda. Os líderes argelinos fizeram um discurso na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Clube Homs e no XX Congresso anual da União Nacional dos Estudantes. Por onde passavam, pediam a união dos povos contra a opressão colonial, recorrendo às tradições de luta do povo brasileiro para sensibilizar a opinião pública. (ARAÚJO, 2017, p. 412)

Da mesma forma, em 1959 aconteceu a tradução para o português da já mencionada denúncia de Alleg. No ano anterior, Paulo Castro, pseudônimo do jornalista português Francisco Cachapuz, publicou a obra *Terceira Força*, que refletia sobre a emergência das demandas de países do chamado Terceiro Mundo. Contudo, não podemos medir o alcance de tais obras e o conhecimento das esquerdas sobre o que de fato se desenrolava no país africano. Assim, por mais que a ação de propaganda ocorresse em alguns círculos nacionais, o governo brasileiro de João Goulart continuou votando pela não intervenção internacional na Argélia (ARAÚJO, 2017). Mesmo com tal política, em 1962 reconheceu a independência do novo país e, no ano seguinte, passou a contar com uma representação diplomática em Argel, nomeando o embaixador Luiz Roberto Assumpção de Araújo, que lá permaneceu até julho de 1966. Quando ocorreu a sua entrega de credenciais pelo governo argelino, representado por Ahmed Ben Bella, então Presidente, Araújo enviou um telegrama para o Brasil, no qual fazia um resumo de uma conversa que teve com o então presidente e analisava as relações entre os dois países:

[...]

13. Ao encerrar a audiência não foi difícil constatar a identidade de vistas que preside a política exterior do Brasil e da Argélia em suas grandes linhas: auto-determinação e não intervenção, anti-colonialismo, desarmamento geral e completo, não discriminação racial, solidariedade econômica e comercial dos países em vias de desenvolvimento.

14. posso assegurar a Vossa Excelência que o Chefe do Governo deste país tem pelo Brasil consciente admiração e confiança no papel que podemos desempenhar na África.<sup>95</sup>

Faz-se necessário compreender que, naquele momento, a Argélia buscava parceiros, com destaque para os países em desenvolvimento e que também não estivessem alinhados

---

<sup>95</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty. Embaixada brasileira em Argel para Secretaria de Estado. Telegrama. Entrega de credenciais. 27 de julho de 1963.

diretamente a nenhum dos blocos dominantes. Mesmo que o Brasil não tivesse uma posição tão incisiva no cenário internacional, o governo João Goulart também buscava novas parcerias. Iniciada com Jânio Quadros, a Política Externa Independente (PEI) foi adotada com o objetivo de expandir os mercados (VIZENTINI, 1998). De certa forma, é possível afirmar que os dois países buscavam uma identidade autônoma, com reformas sociais que estavam se encaminhando. Na Argélia, imediatamente após a independência, formaram-se, onde foi possível, comitês de fábrica para tentar organizar a produção, tendo em vista o abandono realizado pelos franceses. Nesses primeiros anos inúmeras medidas foram tomadas. Destaca-se a adoção da reforma agrária, com a criação de comitês de gestão, a partir do decreto que estabeleceu como bens vacantes aqueles que, em sua maioria, haviam sido abandonados pelos franceses, tais como fábricas e propriedades agrícolas<sup>96</sup>, demandas levantadas pelos movimentos dos trabalhadores sem-terras no Brasil de então. É fundamental compreender que o país africano se encontrava destruído após a guerra e que sua reconstrução seria fundamental.

Ainda em 1963 o governo argelino convidou o então Senador Afonso Arinos<sup>97</sup> a fazer uma visita ao país. O convite foi aceito e, em novembro daquele ano, a visita ocorreu. O mesmo resumiu seu encontro da seguinte forma<sup>98</sup>:

Cheguei ontem Argel onde fui recebido honras chefe estado, tendo por residência privativa palácio governo. Observo fato apenas para salientar importância Argélia atribui neste momento suas relações Brasil. Fui recebido hoje por Ben Bela. Audiência durou mais de hora e meia na qual seguindo instruções Presidente República procurei proceder análise tanto quanto possível aprofundada posições nossos países no tocante problemas descolonização desarmamento desenvolvimento econômico. Afonso Arinos.<sup>99</sup>

Sobre a política externa argelina, Arinos escreveu que Ben Bella: “Disse que não é neutralista, mas africano e subdesenvolvido e que estas são as bases em se que funda sua

---

<sup>96</sup> É importante ressaltar que a grande maioria dos trabalhadores argelinos de então se concentravam no trabalho agrícola, de maneira que o processo de formação de uma classe operária urbana recém iniciava.

<sup>97</sup> Afonso Arinos de Melo Franco nasceu em Belo Horizonte em 1905 e participou de atividades políticas desde 1930, mobilizando a campanha que levou Getúlio Vargas ao poder. Com a implantação do Estado Novo, divulgou uma carta, junto com outros intelectuais, criticando a forma tomada pelo governo Vargas. Participou da organização da União Democrática Nacional (UDN), participando ativamente do partido. Foi Ministro das Relações Exteriores do Governo Jânio Quadros e durante o período parlamentarista, quando criou a divisão África no MRE. Apoiou o golpe de 1964, mas em 1967, com o término do seu mandato de senador, afastou-se da cena política, retomando em 1986. Faleceu em 1990. Fonte: Afonso Arinos. Verbete. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

<sup>98</sup> Faltam alguns conectivos à frase. Contudo, é característica da linguagem telegráfica. No título do telegrama, inclusive, afirma-se que Arinos era Embaixador, fato que não procede, tendo em vista que o mesmo ocupou tal cargo até o ano de 1962. Naquele momento ele ocupava o cargo de senador. No documento citado na sequência, o erro foi corrigido.

<sup>99</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty. Embaixada brasileira em Argel para Secretaria de Estado. Telegrama. Viagem do Embaixador Afonso Arinos a Argel. Audiência com o Presidente da República. 20 de novembro de 1963.



política.”<sup>100</sup> Percebe-se, como afirmado anteriormente, que Ben Bella buscava trazer para o cenário internacional um novo ator político: os países do então chamado Terceiro Mundo, auxiliando nos seus processos de libertação. De acordo com Araújo:

Ben Bella tinha a ambição de exportar a revolução a todos os países coloniais ou semicoloniais, coordenando a luta, dando refúgio a guerrilheiros, recebendo militantes e políticos do mundo inteiro, buscando transformar Argel em capital da contestação. A libertação da Argélia não podia parar em suas fronteiras, era uma revolução, e era universal. (ARAÚJO, 2017, p. 418)

Essa aproximação também tinha o intuito de fortalecer as relações comerciais entre os países, num processo de mútuo interesse. Assim, em 20 de dezembro de 1963, o embaixador Assumpção de Araújo solicitava uma ampliação da rede de comunicações da embaixada, com a compra de uma máquina de cifração e um telex. Justificava:

1. Irregularidade dos serviços postais deste país, especialmente nos períodos de crise, e segurança precária dos mesmos em virtude do sistema político aqui reinante; 2. Natureza confidencial ou secreta de parte substancial da correspondência desta Missão, em razão dos problemas políticos internos e externos da Argélia e da extrema importância das nossas negociações sobre café e petróleo [...]. Creio que as despesas imediatas resultantes da presente sugestão seriam largamente compensadas pelo aumento do rendimento desta Missão em todos os setores.<sup>101</sup>

Dois são os argumentos utilizados pelo embaixador para convencer o Estado brasileiro a melhorar a estrutura física da embaixada: o primeiro se relaciona diretamente com a recente independência, pois o país ainda não possuía serviços, como os postais, adequados. Da mesma maneira, apontava a existência de instabilidade, em virtude, provavelmente pela falta de maior consolidação do novo governo. Essas justificativas podem ter sido também um pouco superdimensionadas, tendo em vista o interesse da representação em ter equipamentos modernos. Por fim, o argumento de vantagem econômica para o Brasil: a importância das negociações correntes. Os dois produtos, café e petróleo, são os que são mencionados de maneira mais corrente na documentação diplomática e acordos de compra e venda foram sendo assinados no decorrer dos anos.

---

<sup>100</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty. Embaixada brasileira em Argel. Telegrama. Missão do Senador Afonso Arinos. Posição Argelina quanto aos problemas da política mundial. 22 de novembro de 1963.

<sup>101</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty. Embaixada brasileira em Argel para Secretaria de Estado. Telegrama. Comunicações da Embaixada em Argel. 20 de dezembro de 1963.

Em março de 1964 foi feito o convite<sup>102</sup> pelo governo argelino, por intermédio da embaixada, para que Josué de Castro<sup>103</sup>, então representante brasileiro junto à Organização das Nações Unidas, fosse ao país fazer uma visita e expor seu trabalho. Contudo, com o golpe que derrubou Goulart, tal convite não foi respondido. A partir da derrubada do presidente João Goulart, percebeu-se, de maneira inicial, que as relações entre os dois países, que estavam em ritmo de aproximação, foram mudando. Mesmo que Assumpção tenha permanecido no posto, a política externa do Brasil, com a mudança de regime, se alterou. Como Gomes (2019) mencionou, as embaixadas brasileiras tiveram um papel legitimador do governo golpista ante os países em que estavam sediadas. Em 23 de abril de 1964<sup>104</sup> foi enviado um telegrama para a Secretaria de Estado contendo recortes de jornais argelinos que mencionavam a tomada do poder pelos militares. Como resposta, o embaixador buscou dirimir as impressões negativas:

Enviei, novamente, à imprensa uma exposição dos acontecimentos políticos no Brasil. A cerimônia oficial a que me abstive de comparecer, e a única realizada nesse período, foi a inauguração do Congresso da Frente de Libertação Nacional, [...] e, em ambiente propício a provocações e incidentes, pois estavam presentes os representantes de movimentos revolucionários do Líbano e dos africanos.<sup>105</sup>

Assim, supôs o embaixador que sua presença no evento poderia desencadear reações hostis de grupos revolucionários e eventualmente simpáticos ao governo deposto. Contudo, tal estratégia foi considerada como equivocada pelo Itamaraty, que respondeu alguns dias depois: “Não vejo conveniência de Vossa Excelência abster-se de comparecer a cerimônias oficiais. Vossa Excelência deverá aproveitar-se de todas as oportunidades para conversas com elementos influentes com vistas a esclarecer o sentido real que tiveram os acontecimentos no Brasil, [...]”<sup>106</sup>. Ou seja, recomendava-se aproveitar toda oportunidade para demonstrar o que “de fato” havia ocorrido no Brasil e a suposta legitimidade do golpe. Em julho do mesmo ano Assumpção se encontrou com Ben Bella:

---

<sup>102</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty. Embaixada brasileira em Argel para Secretaria de Estado. Telegrama. Convite ao embaixador Josué de Castro para expor tese brasileira. 16 de março de 1964.

<sup>103</sup> Josué Apolônio de Castro nasceu em Recife, em 1908. Formado em medicina, sua pesquisa buscou compreender o problema da fome no Brasil, análise que, até então, se baseava em perspectivas deterministas, publicando, em 1964, a obra que se tornou clássica *Geografia da Fome*, seguido pela *Geopolítica da Fome*. Ganhando visibilidade internacional, ocupou espaço na Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura entre 1952 e 1956. Na sequência é eleito deputado federal por Pernambuco, cargo que exerceu por duas vezes, até 1963, quando passou a ser o embaixador brasileiro junto a ONU. Com o golpe, teve seus direitos políticos cassados e passou a viver exilado em solo francês até a sua morte, em 1973. Fonte: Josué de Castro. Verbete. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

<sup>104</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty. Embaixada brasileira em Argel para Secretaria de Estado. Telegrama. Situação política do Brasil. Imprensa argeliana. 23 de abril de 1964.

<sup>105</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty. Embaixada brasileira em Argel. Telegrama. Situação interna do Brasil. 14 de maio de 1964.

<sup>106</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty. Secretaria de Estado para Embaixada brasileira em Argel. Telegrama. Situação Interna do Brasil. 28 de maio de 1964.

[...] Expliquei minuciosamente as origens, o desenvolvimento e a consolidação da revolução no Brasil de acordo com as circulares do Itamaraty. Salientei, especialmente, o sentido reformista que o Governo imprimiu à sua atuação no plano interno e a linha mestra da política externa. Acentuei as razões do rompimento das relações entre Brasil e Cuba, caracterizando a ofensa a honra nacional nos assuntos internos, a atividade de propaganda e entendimentos com os grupos da minoria.<sup>107</sup>

A partir do elencado pelo embaixador, percebe-se que o Itamaraty, desde o início da ditadura, foi um dos espaços atuantes na busca da legitimação desse governo. O documento intitulado “circulares do Itamaraty” remete a uma deliberada ação do MRE de maneira a atuar no espaço externo de forma a convencer os países com os quais o Brasil mantinha relações diplomáticas de que o que ocorria no país era um movimento reformista, de valorização nacional. De acordo com Gomes, o recém empossado ministro Vasco Leitão da Cunha:

[...] o recém ministro havia difundido um boletim para as representações do Brasil no exterior no qual explicava as novas diretrizes da política externa nacional. Ao assegurar a permanência das alianças internacionais do Brasil, a declaração teve o efeito de garantir a transição pacífica para o novo regime, buscando evitar a perda de confiança e os efeitos negativos do golpe sobre as relações externas brasileiras. (GOMES, 2019, p. 67)

É importante também compreender a menção ao rompimento das relações com Cuba, ocorrido logo após o golpe de 1964, as quais só foram restabelecidas em 1986; tal fato evidencia a política de alinhamento com os EUA<sup>108</sup>, característica dos primeiros anos do período ditatorial, quando a segurança nacional era um dos pilares fundamentais do novo modelo de nação (VIZENTINI, 1998).

Essa transformação da Argélia em um núcleo de apoio a movimentos de libertação do Terceiro Mundo foi importante para a articulação dos mencionados grupos, tendo em vista a perseguição que sofriam nos seus espaços de origem. A solidariedade internacional passou a ser uma bandeira de ação do governo Ben Bella. No primeiro ano de aniversário da revolução houve uma grande comemoração, inclusive com a presença do líder da Revolução Cubana Ernesto “Che” Guevara. A questão que se colocava, naquele momento, se relacionava com o perfil do país a ser construído e a ‘argelinização’ teve um papel muito importante:

Inspirada no nacionalismo árabe pregado por Gamal Abdel Nasser, presidente do Egito, a revolução argelina rejeitou oficialmente as ideologias leninistas e marxistas, apesar da escolha de certas idiosincrasias comunistas durante o processo revolucionário. Optou pela declaração de vontade de implementar um socialismo,

<sup>107</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty. Embaixada brasileira em Argel para Secretaria de Estado. Telegrama. Entrega da Carta da Chancelaria ao presidente Ben Bella. Comentários sobre política externa. 14 de julho de 1964.

<sup>108</sup> É importante salientar que Cuba e Argélia mantinham uma política de aproximação, embora também disputassem a influência sobre os movimentos de libertação, sobretudo após a Conferência Tricontinental, realizada em 1966, em Havana.

uma reforma agrária e acima de tudo a “argelinização” da sociedade, nomeadamente através da prevalência do islamismo sobre as restantes formas de religião e a implementação do arabismo na educação. (CANCELA, 2014, p. 45)

Contudo, acusado de centralizador, Ben Bella<sup>109</sup> sofreu um golpe de Estado em 1965, de maneira que em seu lugar assumiu seu antigo aliado Houari Boumediene, que continuou e aprofundou as medidas nacionalistas. Aquele, aos poucos, havia encarcerado os chefes históricos divergentes e acumulava funções, divergindo do propósito inicial de direção colegiada. Em um comunicado à nação argelina, o intitulado Conselho da Revolução, formado por líderes que até então apoiavam Ben Bella mencionou:

O poder pessoal, hoje em dia consagrado, todas as instituições nacionais e regionais do partido e do Estado se acham à mercê de um só homem, que confere responsabilidades a seu modo, faz e desfaz, segundo uma tática improvisada, os organismos dirigentes, impõe as opções e os homens, conforme o humor do momento, os caprichos e ao bel-prazer. (Comunicado à nação *apud* POERNER, 1966, p. 5)

No início de 1965, meses antes do golpe realizado pelo exército – que havia adquirido grande prestígio pelo papel desempenhado na guerra de libertação -, e em que nada se relacionava à onda golpista latino-americana<sup>110</sup>, havia chegado ao país o primeiro exilado da ditadura brasileira: o capitão da Aeronáutica, Mauricio Seidl. Em missão no Zaire, em 1964, soube que seu nome se encontrava em uma lista de expurgados. Assim, ficou sem a função e sem poder voltar ao Brasil. Após uma temporada na Europa em busca de trabalho como piloto comercial, foi convidado para ser piloto do presidente Ben Bella. Ele narra:

Eles me transmitiram a ideia e eu pedi 48 horas para pensar. Depois de discutir com o Claude voltei a esse membro do birô político e disse que preferia não aceitar, porque ser piloto do presidente traria um envolvimento com a política argelina, o que eu não queria sobretudo por não conhecê-la. Eu pretendia ficar em compasso de espera para poder voltar ao meu país, que atravessava uma fase difícil, e preferia trabalhar como cooperante técnico, numa empresa civil, como piloto civil.

Foi uma das coisas mais acertadas que eu fiz na minha vida. Dois meses depois, em 18 de junho, houve um golpe de estado, o Ben Bella foi derrubado e ficou quatorze anos preso, isolado, numa residência guardada. Se eu fosse o piloto dele, iria junto, sobraria também para mim. (s/d. p. 56)

Houari Boumediene ficou no comando do país até sua morte, em 1978, pouco antes do início do retorno ao Brasil dos exilados que permaneciam na Argélia. Ou seja, praticamente

<sup>109</sup> Ahmed Ben Bella foi posto em prisão domiciliar até 1979. Depois passou a viver na França e, posteriormente, na Suíça. Em 1990 conseguiu retornar para a Argélia.

<sup>110</sup> Poerner (1966) faz uma importante diferenciação entre as Forças Armadas argelinas e as latino-americanas: as primeiras não haviam sido formadas em nenhuma escola militar, portanto, ainda não existia o sentimento de grupo social específico. Para o autor era “o povo fardado”, por isso a crítica ao centralismo de Ben Bella foi tão presente. Já as segundas eram formadas no espírito da defesa de uma suposta sociedade cristã ocidental, a partir de princípios como a manutenção da hierarquia.

todo o exílio de brasileiros nesse país se confunde com a presença de Boumediene na presidência, fato que contribuiu para manter a estabilidade nacional. Os anos 1970, assim, foram a consolidação do sistema argelino, com a completa nacionalização das reservas de petróleo em 1971 e o seu controle pela empresa estatal Sonatrach. Para Svartman:

Ao longo dos anos 70, o modelo político argelino amadurece por completo. Calcando a sua legitimidade na nobre herança da guerra de independência, numa política externa atuante anticolonialista e anti-imperialista e num arrojado desenvolvimentismo que sustentara um crescimento médio do PIB entre 1975 e 1985 de 6,2%, o exército tornou-se a espinha dorsal do regime argelino. As escolhas presidenciais e as linhas de política interna e externa obedecem particularmente à dinâmica dos diferentes grupos de oficiais que compõe o exército e os demais aparatos armados como a gendarmeria nacional. Em síntese, consolida-se um sistema político modernizante que conjuga uma versão estatal e militarista do socialismo com base numa identidade terceiro-mundista. (1998, p. 231)

A partir dessas características o país foi apelidado por Amílcar Cabral, como a “Meca dos revolucionários”, tendo em vista a política de recepção a sujeitos que, nos seus países de origem lutavam pela libertação a partir, essencialmente, de um projeto político socialista. Em 1973<sup>111</sup>, Argel sediou a IV Conferência dos Países Não-Alinhados:

A IV Conferência de Cúpula do movimento, realizada entre 5 e 9 de setembro de 1973, em Argel, é considerada uma das mais importantes. Os motivos são vários, entre eles, o grande comparecimento: 75 países membros de pleno direito; da América Latina, a Argentina e o Peru participavam pela primeira vez e o Chile socialista liderado por Salvador Allende, que seria derrocado dois dias depois do término da Conferência, também esteve representado. (BISSIO, 2015, p. 70)

Assim, desde a independência do país até parte da década de 70, a Argélia foi o espaço de articulação de grupos que buscavam alterar o *status quo* nos seus espaços de origem. Economicamente, o país se desenvolvia com base nas receitas provenientes dos negócios dos hidrocarbonetos. Para Svartman: “[...] os lucros do petróleo foram capazes de sustentar o nacional-desenvolvimentismo terceiro-mundista do regime de partido único da FLN até o final dos anos 80” (1998, p. 232). É importante salientar, entretanto, que embora o país fosse alinhado ideologicamente a grupos considerados revolucionários, buscava a manutenção de relações diplomáticas com países de todos os blocos, inclusive com o Brasil<sup>112</sup>:

Embora mantivesse relações com os países comunistas, o governo argelino desenvolvia uma política exterior que evitava um único direcionamento, estimulava

<sup>111</sup> Contudo, nesse momento, a presença de brasileiros no país já havia diminuído.

<sup>112</sup> Essa postura também foi adotada pela ditadura brasileira. É notório o fato de que, após a independência das colônias portuguesas na África, o país tenha sido um dos primeiros a reconhecê-las enquanto novos estados. É a política externa conhecida como pragmática.

variadas relações diplomáticas com o intuito de assumir também uma liderança, principalmente na região africana e entre os países árabes. O apoio às lutas contra o colonialismo foi o principal objetivo nos discursos iniciais. (CRUZ, 2016, p. 62)

Após a morte de Boumediene e a ascensão de Chadli Benjedid ao poder, ocorreu uma maior abertura do país ao capital privado, com destaque para empresas francesas e estadunidenses. A crise desencadeada a partir de meados dos anos 80 fez com que grupos integristas se fortalecessem, acusando o regime de “ocidentalização”. O descontentamento popular fez com que o governo alterasse a constituição, com a adoção do multipartidarismo em 1989. A Frente Islâmica de Salvação (FIS) passou a atuar sistematicamente com o uso da violência contra civis, o que fez com que fosse colocada na ilegalidade (GODOY, 2004).

Os anos 1990 foram de profunda instabilidade. O país passou a ser um centro de atentados, tanto nos centros urbanos quando em comunidades rurais, onde massacres de grupos inteiros ocorriam. Após anos de negociação, onde se sucediam governos provisórios que não conseguiam contornar a situação, em 1999 foi eleito Abdelaziz Bouteflika, líder histórico da Revolução e ministro das Relações Exteriores do governo Boumediene, e que ficaria no poder até 2019. Nesse período o integrismo foi derrotado e o país viveu um período de crescimento econômico e social. Em 2005, Bouteflika fez uma visita oficial ao Brasil, com o intuito de estreitar os laços entre os países. Ao recebê-lo, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva rememorou o momento em que os brasileiros mais estiveram próximos do país árabe:

Excelentíssimo senhor Bouteflika, presidente da República Argelina Democrática e Popular,

[...]

Meu caro companheiro deputado Miguel Arraes, de tantas lembranças boas da Argélia e más, também, porque estava exilado,

[...]

A Argélia tem particular significado para nós, brasileiros. Seu país acolheu solidariamente muitos compatriotas nossos que foram forçados a deixar o Brasil em tempos sombrios da nossa história. Dentre eles, encontravam-se inúmeros companheiros que vieram desempenhar relevante papel na vida social, política e cultural do Brasil. Alguns deles integraram as fileiras de meu partido e de partidos aliados. Quero deixar aqui aos irmãos argelinos, uma vez mais, nosso agradecimento por essa solidariedade.

[...]

Celebro, portanto, este encontro de amigos e parceiros no Palácio Itamaraty. Esta é uma obra do grande arquiteto Oscar Niemeyer, construtor de Brasília e que deixou também as marcas de sua genialidade nas cidades da Argélia.<sup>113</sup>

<sup>113</sup> Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante almoço oferecido pelo Presidente da República Argelina Democrática e Popular, Abdelaziz Bouteflika. Palácio Itamaraty, 12 de maio de 2005. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2005/12-05-2005-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-almoco-oferecido-pelo-presidente-da-republica-argelina-democratica-e-popular-abdelaziz-bouteflika>> Acesso em: 20/08/2019.

Três são os elementos a destacar na fala do então presidente Lula: em primeiro lugar a relação de Arraes, que naquele momento era deputado federal, com a Argélia na condição de exilado, envolvido em boas e más recordações. Para Miguel Arraes, o exílio foi um momento de articulação, política e econômica, tendo em vista a intermediação que realizava entre empresas e o governo argelino e a criação de espaços de denúncia do que ocorria no Brasil. Em segundo lugar, a menção à solidariedade existente no recebimento dos brasileiros no país, pois Bouteflika fazia parte, naquele momento, do governo argelino. Por fim, recordar que o encontro estava ocorrendo em um local repleto de simbolismo, pois reportava a Niemeyer, quem, mesmo vivendo na França, havia passado longos períodos em solo argelino desenvolvendo projetos arquitetônicos, nos quais também estava Ana Angélica Lins de Albuquerque e Melo.

Esse país e sua história ainda são pouco conhecidos do Brasil, embora, no ano de 2012 tenha sido nosso 25º parceiro comercial, sobretudo no setor dos hidrocarbonetos. Contudo, a informação que nos chega sobre o Grande Oriente Médio provem, quase que na totalidade, de veículos de comunicação europeus e estadunidenses, tais como a BBC e a CNN o que faz com que a análise seja permeada pela posição desses grupos (NASSER, 2013), fazendo com que as peculiaridades culturais muitas vezes sejam vista a partir da óptica eurocêntrica e com resquícios de colonialismo. Para buscar uma maior divulgação acerca do país, em 2011 a embaixada argelina, em parceria com a Fundação Alexandre de Gusmão, publicou um pequeno boletim com algumas informações, disponível para download<sup>114</sup> no seu site, em uma série intitulada “A Diplomacia ao alcance de todos”.

Por fim, na data de 1º de novembro de 2019, dia que lembra o início da Guerra de Libertação, a Argélia voltou a ser sacudida por protestos que pediam a renúncia de Bouteflika e “uma nova independência”, manifestações essas que acontecem desde o início do ano.<sup>115</sup>

\*\*\*\*\*

Esse capítulo objetivou situar o objeto de pesquisa da presente tese: inicialmente apresentar a Doutrina de Segurança Nacional, suas principais características, o exílio dentre elas, e a forma com que foi aplicada no Brasil. Na sequência, busquei conceituar o fenômeno exilar, diferindo-o de outras categorias com as quais muitas vezes é confundido, tais como asilo

---

<sup>114</sup> Embaixada da Argélia no Brasil. O livro na rua: Argélia. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca/download/793-Livro-na-Rua-Argelia.pdf>. Acesso em 13/02/20.

<sup>115</sup> Multidão toma as ruas na Argélia. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/11/multidao-toma-as-ruas-na-argelia-contra-o-governo-e-pede-nova-independencia.shtml>. Acesso em: 20/02/20.

e refúgio. É importante salientar que o exílio não é uma categoria jurídica, é um estado no qual o sujeito, perseguido direta ou indiretamente no seu país de origem se encontra. Como mencionado, a DSN produzia uma “espiral do medo” de maneira que, mesmo não sendo militantes políticos, os indivíduos viam-se ameaçados e buscavam sair do Brasil. A partir disso percebe-se que não existe “exílio voluntário”, embora muitos sujeitos se caracterizem dessa maneira. Assim, também busquei demonstrar como as pessoas entrevistadas que passaram pelo exílio na Argélia compreendem o seu significado. Por fim, busquei situar para o leitor o país em que ocorreu o exílio, ainda pouco conhecido. Diferentemente do que Rollemberg preconiza, a Argélia não foi um país que viveu ondas de exílio, mas sim recebeu exilados de todos os momentos: após o golpe de 1964, da geração de 1968 e daquela que saiu do Chile após o golpe em 1973. Também busquei caracterizar as primeiras relações estabelecidas pelo Brasil e pelo país recém independente, tanto antes quanto depois do golpe que depôs João Goulart. Tal elemento será, também, desenvolvido nos próximos capítulos.



## **2 “Um dos países mais originais no cenário internacional contemporâneo”: os primeiros anos do exílio de brasileiros na Argélia (1965-1970)**

“Um dos países mais originais no cenário internacional contemporâneo”<sup>116</sup>: foi assim que a secretaria de Estado do Itamaraty se referiu à Argélia quando deu instruções de trabalho para o novo embaixador brasileiro naquele país, José Jobim<sup>117</sup>, em 1966. As tentativas de articulação política que aconteciam em solo argelino eram objeto de atenção da representação diplomática brasileira, fato que aumentou com a chegada dos primeiros exilados. Percebemos, como mencionado, uma mudança na política externa nacional relacionada ao que acontecia em solo argelino, passando da Política Externa Independente a um alinhamento no que tange ao conceito de fronteira ideológica, característica da ditadura durante o período de Castelo Branco. (VIZENTINI, 1998).

Como demonstrado no capítulo anterior, o primeiro exilado brasileiro em solo argelino identificado, Mauricio Seidl, chegou ao país no início de 1965. Nesse mesmo ano, em junho, chegaram Miguel e Magdalena Arraes e, a partir de então, outros brasileiros, ligados sobretudo ao governador deposto de Pernambuco. Nesse momento, o país passou a ser um espaço de presença de exilados, portanto, de inimigos internos e por causa disso, tornava-se objeto de atenção pelos órgãos de segurança da ditadura. Nesse capítulo buscarei analisar a dinâmica do exílio brasileiro no período compreendido entre 1965 e 1970. Justifico tal recorte tendo em vista essa primeira formação de um grupo de brasileiros até o momento em que a maioria dos 40 banidos de lá saíram, como veremos no decorrer do texto.

### **2.1 “Meu pai não parava um dia de trabalhar... e de fazer política”: Miguel Arraes e a formação de um grupo de exilados brasileiros na Argélia**

A frase que inicia essa seção foi proferida por Luiz Claudio Arraes, oitavo filho de Miguel Arraes com sua primeira esposa, Célia de Souza Leão, a qual faleceu em 1961. Essa é uma das imagens que Lula, como é conhecido, possui do pai, do qual ficou distante 4 (quatro)

---

<sup>116</sup> Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Estado. Telegrama. Instruções para o Embaixador do Brasil em Argel. 03 de novembro de 1966.

<sup>117</sup> Nasceu em Ibitinga, SP, em 1909. Foi jornalista antes de ingressar na carreira diplomática em 1938. Desempenhou funções nas embaixadas do Equador, da Colômbia, da Jamaica, até ir para a Argélia, onde ficou de 1966 a 1968. Foi assassinado em 1979, quando preparava um dossiê com as denúncias de corrupção ocorridas na construção de Itaipu. Sua certidão de óbito, na qual constava *causa mortis* como suicídio, só foi retificada em 2018. Fonte: José Jobim, Verbete. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

anos, antes de ir para a Argélia em 1969, após o falecimento da tia que era responsável por ele e outros três irmãos. Miguel Arraes iniciou sua trajetória política institucional em 1951, como deputado estadual pelo estado de Pernambuco, passando pela prefeitura municipal e, em, 1964, no momento do golpe, era governador do Estado, período no qual conseguiu um acordo inédito entre trabalhadores rurais e os usineiros<sup>118</sup>. Foi retirado do Palácio das Princesas, sede do governo do Estado, direto para a prisão na ilha de Fernando de Noronha no dia 1º de abril de 1964. Com a promulgação do AI-1 teve seus direitos políticos cassados e, em seguida foi transferido para uma prisão em Recife. Em 1965, ocorre nova transferência, desta vez para a Fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro (ROZOWYKWIAT, 2006). Seu advogado de então era Sobral Pinto<sup>119</sup>, que conseguiu um *habeas corpus* para que o governador cassado pudesse responder aos processos em liberdade. Contudo, alguns dias depois, foi novamente enquadrado na Lei de Segurança Nacional por criticar a forma com que os IPMs eram conduzidos<sup>120</sup>, de forma que, para não ser preso novamente passou em torno de um mês clandestino até conseguir asilo na embaixada da Argélia, que ainda se encontrava no Rio de Janeiro. Nas palavras de seu filho:

Aí Sobral Pinto assumiu o caso... conseguiu o habeas corpus com as relações dele, de direita... porque queriam manter um estado de direito... fingir, né. Aí teve um dia que ele chegou lá e não deixaram falar com papai. Aí ele disse “E como?” [...] “Como é que eu vou dizer a meu cliente? Que o habeas corpus tá na mesa do ministro tal? Que vai durar só 24 horas?”. Aí ele negociou, junto com amigos do Rio... com o embaixador da Argélia. (ARRAES, 2019)

É importante mencionar que Sobral Pinto inicialmente apoiou a tomada do poder pelos militares. Contudo, nesses primeiros momentos, havia uma suposta preocupação com a manutenção de determinados procedimentos, o que foi utilizado como argumento para a soltura de Arraes. Como mencionado, este ficou preso entre 1964 e 1965, ou seja, nos anos iniciais da ditadura. Segundo seu filho, esse elemento – a prisão ter ocorrido no imediato pós golpe - auxiliou na libertação, tendo em vista que a possibilidade da concessão de *habeas corpus* ainda existia, diferentemente do que iria acontecer a partir da decretação do AI-5. A irmã do ex-

---

<sup>118</sup> Para maiores informações sobre o período de Arraes no governo do Estado de Pernambuco, consultar: Barros (2013).

<sup>119</sup> Heráclito Fontoura Sobral Pinto era mineiro de Barbacena, nascido em 1893. Formou-se em Direito em 1918. Tornou-se conhecido em 1945 ao defender Luis Carlos Prestes invocando a Lei de Proteção aos Animais. Mesmo apoiando o golpe de 1964, devido ao seu anti comunismo, logo percebeu as arbitrariedades cometidas, de forma que passou a denunciar a violência do Estado e defender presos políticos. Passou alguns dias preso após a decretação do AI-5. Participou da luta pela abertura, sempre com crítica ao comunismo, mas não aos comunistas. Faleceu em 1991. Fonte: Heráclito Fontoura Sobral Pinto. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

<sup>120</sup> Miguel Arraes de Alencar. Verbete. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

governador, Violeta<sup>121</sup>, já estava exilada na França, exílio facilitado pelo fato de ser casada com um cidadão francês, Pierre Gervaiseu. Contudo, tal decisão ocorreu após a ameaça de expulsão realizada, em função do trabalho em projetos de educação popular e nas frentes de cultura que ela e seu esposo desenvolviam junto com populações carentes (CORTEZ, 2003). A partir de então, a sua residência em Paris passou a ser um ponto de referência para os brasileiros que lá se encontravam. De acordo com Lula: “A casa de Tia Violeta era uma espécie de embaixada dos exilados, não só brasileiros, mas de outros países da América Latina. Lá, o português era mais falado que o francês.” (ARRAES, 2008, p. 28) Esse fato também é rememorado por Carlos Knapp<sup>122</sup> (2013) quando saiu do Brasil e foi para a França em 1969, passando, após um tempo, a viver em Argel.

Arraes e sua esposa naquele momento, Magdalena<sup>123</sup>, após inúmeras tratativas, viajaram acompanhados pelo chefe da representação argelina no Brasil, Tayebi Larbi. Sobre esse momento, Mada, como era conhecida, afirma: “O próprio embaixador argelino, Tayebi Larbi, um homem de estatura baixa, educado, moreno, foi quem veio nos buscar e levar para a Embaixada. Ele percebeu o jogo político que havia por trás de tudo aquilo e que nos apoiou.” (ARRAES *apud* CAVALCANTI, COLARES, 2015, p. 86). Contudo, um elemento pode chamar a atenção: o porquê do líder pernambucano ter ido para um país tão distante do seu. Primeiro, é importante destacar que a saída não foi uma escolha, tendo em vista a iminência de nova prisão e, a embaixada argelina, era uma das poucas que ainda se encontrava no Rio de Janeiro, tendo em vista a transferência das outras para a nova capital, Brasília. Magdalena reflete:

Possivelmente foi discutida a possibilidade de irmos para o Chile, pois muita gente foi para lá naquele momento. Mas a história da independência da Argélia ajudou na

---

<sup>121</sup> Violeta Arraes Gervaiseau, nasceu em 1926 e formou-se em Sociologia, sendo presidente da Juventude Universitária Católica (JUC) entre 1948-50. Ao estagiar na França, conheceu seu futuro marido, Pierre. Em 1962 os dois mudaram-se para Recife, de maneira a participarem da gestão de Arraes. Com o golpe e a perseguição imposta, foram para Paris ainda em 1964. De acordo com Gomes (2019), em virtude de suas ações de acolhida aos exilados naquela capital, tornou-se conhecida como a “Rosa de Paris”. Retornou para o Brasil com a anistia onde viveu até o seu falecimento em 2008.

<sup>122</sup> Desing gráfico que apoiava a ALN. Após uma ação, teve seu nome descoberto pela repressão e teve que sair do Brasil. Sua obra de memória utilizada é: KNAPP, Carlos H. *Minha vida de terrorista*. São Paulo: Prumo, 2013.

<sup>123</sup> Maria Magdalena de Saboya Fiúza nasceu em 1928 em Fortaleza. Ainda criança mudou-se com sua família para o Rio de Janeiro, onde formou-se em Letras Clássicas em 1946, conhecendo também Violeta Arraes. Posteriormente passou 3 anos na França, aprimorando-se. No retorno ao Brasil passou a dar aulas. No início dos anos 1960 retornou a França e conheceu Miguel Arraes, que acabara de perder a esposa. Em 1962 se casaram e Magdalena passou a ser Dona Magdalena Arraes. Nesse momento sua vida sofreu uma grande mudança, assumindo os 8 filhos anteriores de Arraes e acompanhando o então marido. De acordo com a mesma: “Foi uma mudança muito grande, mas minha vida sempre foi muito cheia de mudanças. Os oito filhos que Miguel já tinha foram como uma continuação da minha experiência familiar. Tive um pouco de dificuldade com eles no princípio, claro, mas logo tudo ficou normal. Foi um processo natural.” (ARRAES *apud* CAVALCANTI, COLARES, 2015, p. 61).

escolha, pois ela é muito interessante e foi uma história que Miguel acompanhou muito bem e acho que ele ficou sensibilizado com ela.

Sabíamos que era um país que tinha uma posição anticolonialista – o que já era um dado positivo – e que tinha lutado para conseguir a sua independência e já tínhamos algum contato com a Embaixada. Isso tudo facilitou esse encaminhamento e os argelinos nos ofereceram todo o apoio. (ARRAES *apud* CAVALCANTI, COLARES, 2015, p. 86)

A memória, como dito, articula a experiência *a posteriori*, a partir do vivido. O Chile, naquele momento ainda não foi destino de tantos exilados brasileiros, pois sua experiência socialista só iniciaria em 1970. O Uruguai seria uma hipótese pois foi o país que mais recebeu brasileiros naquele momento, sobretudo os vinculados ao governo deposto, como Jango e Brizola (MARQUES, 2011). Contudo, no país vizinho, dificilmente Arraes teria um livre espaço de articulação e seria uma referência. A possibilidade de ir para a França, onde já se encontrava sua irmã, teria sido prejudicada pela ação do governo brasileiro:

O embaixador lembrava que, na ocasião da partida para Argel, ele havia procurado o ministro dos Negócios Estrangeiros francês para manifestar a preocupação do governo brasileiro com as possíveis atividades de Arraes na França e, ainda expressar sua oposição a que ele fosse admitido nesse país, podendo ali permanecer. Segundo Mendes Viana embora não tenha feito nenhum compromisso formal, Couve de Murville teria dado a entender que o governo francês não aceitaria receber Arraes. (GOMES, 2019, p. 158)

O fato é que o casal necessitava sair do país e a Argélia foi o país que aceitou recebê-los. Uma hipótese que pode ser levantada se relaciona com a proximidade do continente europeu, onde sua irmã se encontrava, o que facilitaria seu trânsito. Em uma entrevista com Arraes, datada de 1979, encontramos a seguinte reflexão sobre a distância, quando questionado sobre ela: “Argel dista de Paris tanto quanto Recife de Brasília.”. (ARRAES *apud* PEREIRA [et.al], 1997, p. 168). A saída de Arraes e Magdalena da embaixada foi tensa, inclusive com a ameaça, por parte do embaixador argelino Tayebi Mohamed, de negar os vistos de saída da seleção brasileira de futebol que se encontrava no país africano (GOMES, 2019). Essa viagem é vista por Poerner, que, enquanto jornalista, acompanhava o desenrolar dos fatos no país africano:

No Rio, atribui-se grande importância à insistência do embaixador Tayebi Mohamed Bel Hadj, chefe da representação diplomática da República Argeliana Democrática e Popular, em apressar a concessão do salvo-conduto do Itamarati para o ex-governador do Estado de Pernambuco, Sr. Miguel Arraes. O diplomata, amigo particular de Boumedienne, apesar de fazer questão de levar consigo o asilado político brasileiro, ameaçou, ante a morosidade do processamento do salvo-conduto, não poder fazê-lo, pois teria que viajar, urgentemente para Argel. Afinal, Arraes e o embaixador Tayebi viajaram juntos, chegando à Argélia no dia 17 de junho. (POERNER, 1966, p. 11)

Mada rememora a chegada: “Lá, primeiro ficamos alojados no Hotel Saint George e depois fomos para uma casa que os argelinos providenciaram. Ficamos sempre em lugares sob a supervisão do governo argelino, nunca escolhemos o lugar para morar, fomos sempre para onde eles determinavam.” (ARRAES *apud* CAVALCANTI, COLARES, 2015, p. 87). Essa vinculação com o governo argelino é um dos elementos mais importantes relacionado ao exílio de Arraes. O argumento utilizado pelo país era o da proteção, mas, ao mesmo tempo, podemos conjecturar que seria importante manter o “ilustre hóspede” sob controle, com o propósito de evitar indisposições com o governo ditatorial brasileiro. De toda forma, Arraes recebeu um passaporte diplomático argelino e realizava constantes visitas ao continente europeu, as quais eram observadas de perto, tanto pelos agentes brasileiros, quanto pelos franceses (GOMES, 2019). A sua chegada em solo africano é rememorada por Seidl:

Na sua chegada, ainda no aeroporto perguntei-lhe: “Por que o senhor escolheu a Argélia para seu asilo político?”. Ele deu uma gargalhada gostosa, riu de chorar. “Fiz uma análise, com meus amigos; para o Chile, não, já foram muitos; para Cuba não, pois não sou engajado; nós achamos melhor eu vir para a Argélia, pois é o país mais estável do terceiro mundo e está inaugurando uma via nova para o socialismo, com muitas experiências.” No dia 18 houve o golpe, e todo mundo achando que era de direita, pronto, vai começar tudo de novo.

Nesse dia à noite fui ao Hotel São Jorge, onde estava hospedado. “Que análise foi essa?”. Eu é que estava às gargalhadas. “Vamos ver como é que fica, agora”. O embaixador de Alger em Brasília, que acompanhou na viagem, Taiebi Larbi, certamente já estava informado da conspiração, pois participou diretamente do golpe. Talvez até tenha escolhido a data da viagem com o Arraes para Alger. Foi nomeado ministro da Agricultura, e foi sempre um elemento muito importante no governo do Boumedienne.” (s/d. p. 58-59)

Imediatamente após a chegada de Arraes, Ben Bella foi destituído e o até então embaixador no Brasil passou a fazer parte do novo governo. É provável que o mesmo tenha participado ativamente desse processo, tendo em vista a coincidência das datas de viagem e o seu posterior engajamento. Arraes, aos poucos, foi aglutinando em torno de si um grupo de brasileiros, passando a atuar como consultor de negócios do governo Boumediene (CRUZ, 2016), residindo nas proximidades do Palácio do Governo e possuindo, como dito, um passaporte diplomático para viagens. Devido a sua projeção como governador que havia tido seus direitos cassados, logo após a chegada ao país, já concedeu entrevistas ao jornal francês *Le Monde* sobre a situação em que o Brasil se encontrava (GOMES, 2019). Contudo, algumas dificuldades de adaptação foram sentidas no novo país:

Miguel Arraes enfrentou na Argélia sérias dificuldades de adaptação. Como não possuía uma pronúncia perfeita do francês, somente três semanas depois de lá chegar começou a se comunicar. Ressentia-se da ausência dos filhos e da atividade política que havia nortado sua vida até então. Os contatos com o Brasil eram escassos, pois

a censura instituída no país violava a correspondência e era preciso aguardar portadores que trouxessem cartas e notícias. (ROZOWYKWIAT, 2006, p. 97).

Como mencionado, a maioria dos filhos de Arraes ficou no Brasil. O mais velho, José Almino foi imediatamente para a França cursar o ensino superior, passando a viver com Violeta. A seguinte, Ana, já estava casada e ficou no Brasil. Restavam sete, entre crianças e adolescentes, os quais foram sendo levados aos poucos, na medida em que o casal conseguia se instalar. Ainda em 1966 nasceu, em Paris, Pedro, o mais novo, que foi sendo criado como filho único até a ida dos outros. Assim, a família só se reuniu em 1969. Mariana, a primeira filha de Magdalena que nasceu em 1965 e não tinha memória dos pais, rememora a chegada a Argel:

“Eu não me lembrava mais deles”, conta Mariana. “Para mim, eu ficava comparando com contos infantis. Será que na Argélia teria gigantes? Era aquela coisa de um país bem distante, do era uma vez... Era uma coisa meio irreal. Eu tomei meio que um choque. Eu também não falava francês, ia para a escola mas não falava nada, fiquei três meses sem dizer uma palavra. Até que um belo dia eu disse uma frase e aí pronto.” (ARRAES *apud* CAVALCANTI, COLARES, 2015, p. 96)

Podemos questionar se Magdalena e os filhos, os quais saíram do país em situação regular, eram de fato, exilados. Pensamos que tal situação se configura, tendo em vista o medo presente e a ausência da possibilidade de ficar no Brasil, mesmo que sem nenhum problema burocrático, embora a vigilância fosse constante. A separação da família durante anos, foi apenas um dos elementos presentes no exílio dos Arraes. Mesmo sendo uma figura proeminente do cenário político até 1964, o fato de ter de deixar o território brasileiro sem a companhia dos filhos, e considerando as dificuldades com o idioma, fez que o governador cassado sentisse as dificuldades impostas pelo exílio. Contudo, como mencionado por Lula no título da seção, Arraes, mesmo exilado, não deixaria de fazer política, articulando, inclusive, um pequeno grupo de brasileiros também exilados no país africano, tais como Everardo Norões<sup>124</sup> e Almeri Bezerra de Mello<sup>125</sup>. Esses indivíduos se relacionavam, sobretudo, com o seu governo de Pernambuco. Assim, estratégias de resistência ao regime foram sendo realizadas, com a formação de grupos de oposição e publicações de denúncias. Para Cruz (2016) uma das primeiras iniciativas foi o apoio econômico aos recém chegados, como forma de facilitar a instalação. Tais ferramentas

<sup>124</sup> Cearense do Crato, nasceu em 1944. Primo de Miguel Arraes participou do seu governo em Pernambuco. Saiu do país junto com Violeta, indo posteriormente para a Argélia, onde participou ativamente da construção da Frente Brasileira de Informações. Posteriormente viveu em Moçambique. Atualmente se dedica à literatura e vive em Portugal.

<sup>125</sup> Pernambucano de Escada, nasceu em 1927 e, desde os anos 1950, participou da Ação Católica. Após o golpe, saiu do país com Violeta Arraes e, com a chegada de Miguel Arraes, exilou-se na Argélia, indo, posteriormente, trabalhar em Angola, com alfabetização. Utilizo sua obra de contos: MELLO, Almeri Bezerra de. *Para além dos verdes mares*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Editora Massangana, 2006.

foram se alterando no decorrer do tempo, conforme as mudanças ocorriam no Brasil e também no cenário internacional.

Tais ações foram acompanhadas de perto, tanto pelos representantes diplomáticos, quanto pelos órgãos de informação que compunham o SNI. A preocupação acerca da atuação de Arraes não ficava limitada às denúncias realizadas, mas a articulação do mesmo na formação de uma ampla frente de oposição, tendo em vista as eleições programadas para 1966. Nesse sentido, um documento originado no Ministério da Guerra e cuja difusão deveria ocorrer para o MRE e SNI, datado de 26 de outubro de 1965, afirmava:

Segundo informes de fonte fidedigna, organiza-se na Argélia, sob a liderança do Sr. MIGUEL ARRAIS, um Governo Brasileiro no exílio, o qual, após o seu lançamento, seria imediatamente reconhecido pelos Países socialistas da linha Chinesa. Consta que todos os exilados do governo JG estão se encaminhando para aquele país africano a fim de constituírem a cúpula do referido Governo Brasileiro no Exílio. [...]  
Cabe ao governo uma ação imediata e decisiva fazendo nomear sem perda de tempo, um adido militar e mudar o nosso atual encarregado de negócios, que, segundo o informante que esteve na Argélia, é sem nenhuma expressão e completamente alheio a tudo o que ocorre presentemente em Argel.<sup>126</sup>

Percebe-se a preocupação do Ministério em chamar a atenção para a atuação do governador cassado, com destaque para o que poderia estar ocorrendo sem o conhecimento das pessoas responsáveis, justificado com o pedido de nomeação de um adido militar e a mudança do encarregado de negócios. Contudo, a veemência do pedido também pode ser interpretada como uma estratégia para a nomeação de alguém de interesse do grupo que estava na embaixada. Camargo (2002) afirma que a análise de tal tipo de fonte deve ser observada a partir da lógica produtora, tendo em vista que os agentes do Estado responsáveis pelos órgãos também possuíam interesses específicos e precisavam constantemente reforçar a necessidade da sua própria existência.

Baseado na documentação analisada, nesses primeiros anos após o golpe, a concepção de “inimigo interno” da ditadura continuou sendo relacionada de maneira mais intensa aos personagens políticos identificados com o governo deposto, representantes da institucionalidade democrática. Contudo, mesmo com o fortalecimento de outros grupos de resistência, sobretudo os que defendiam a via armada, armados, esses sujeitos, no caso específico de Miguel Arraes, continuaram com uma intensa vigilância sobre suas ações. De

---

<sup>126</sup> Arquivo Nacional. Ministério da Guerra. Organização de Governo Brasileiro no exílio. 26 de outubro de 1965. Identificação: BR\_DFANBSB\_Z4\_SNA\_OEP\_0013\_4p.

acordo com Rozowykwiat (2006), o dossiê<sup>127</sup> do ex-governador continuou a ser alimentado até 1987, o que demonstra a periculosidade atribuída ao mesmo.

Como mencionado, em 1965 o embaixador José Jobim foi designado para atuar em solo argelino e, dentre as instruções que recebeu, encontramos uma que merece destaque:

[...]

15. [...] aspecto mais delicado da missão de Vossa Excelência, que é o de acompanhar com interesse, mas com discrição que lhe é própria, o desenvolvimento dessa política argeliana de apoio a ‘movimentos de libertação’, sobretudo no tocante aos territórios ultramarinos portugueses e à América Latina. Aspecto de máxima importância, que exigirá todo o tato de Vossa Excelência e uma atenção de todos os instantes, é o da presença, na Argélia, de um grupo de pouco mais de uma dezena de asilados brasileiros. Nos últimos meses, tiveram as autoridades brasileiras conhecimento de reuniões realizadas na Argélia entre esses asilados e outros políticos nacionais, que para ali viajaram especialmente. Toda movimentação desse tipo interessa, evidentemente, aos organismos encarregados da segurança nacional, havendo razões para que Vossa Excelência esteja sobretudo alerta para eventuais contactos [sic] dos asilados brasileiros com a Itália, ou através daquele país. De tudo deverá a Secretaria de Estado ser mantida minuciosamente informada.

16. Apesar dessa situação, potencialmente perigosa para as relações entre os dois países, Brasil e Argélia tem tido até agora uma convivência cordial. O crédito do Brasil é muito grande, entre os argelianos, e as possibilidades de intercâmbio comercial são das melhores, na África. O petróleo poderá mostrar-se base efetiva para o desenvolvimento das relações comerciais brasileiro-argelinas.<sup>128</sup>

Dois são os aspectos que podemos analisar detidamente: o primeiro é a preocupação do Itamaraty com os movimentos de libertação que encontravam uma maior margem de atuação em solo argelino, os quais poderiam auxiliar inclusive os exilados brasileiros que lá se encontravam. A preocupação com a eventual relação de apoio que poderia acontecer entre os grupos era vista como ameaçadora à segurança nacional, tendo em vista o potencial fortalecimento de tais grupos a partir dos contatos estabelecidos. Ao mesmo tempo, a preocupação com a manutenção das relações entre os dois países ocorria, tendo em vista as possibilidades econômicas que representavam para o Brasil. Esse aspecto foi constante durante todo o período: a preocupação com a permanência e fortalecimento das interações comerciais. Percebe-se que, mesmo antes da criação dos órgãos especializados da ditadura para a vigilância no exterior, o CIEx e a DSI/MRE, as embaixadas já eram instruídas a manterem a vigilância sobre os indivíduos considerados perigosos. É importante ressaltar que, essa perseguição, mesmo que velada, a sujeitos portadores de ideologias supostamente estranhas ao interesse nacional não se configurou numa novidade ditatorial. Setemy (2013), ao analisar a trajetória do

<sup>127</sup> Para o trabalho não analisamos o dossiê completo relativo a Miguel Arraes, apenas alguns documentos que constam no acervo disponível no acervo do Arquivo Nacional. Ao realizar uma busca por nome “Miguel Arraes”, no recorte temporal de 1964 a 1979, encontramos 1.376 registros.

<sup>128</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty. Secretaria de Estado. Telegrama. Instruções para o embaixador do Brasil em Argel. 03 de novembro de 1966.



Itamaraty, o situou enquanto um polo de ação anticomunista e, na ditadura, como mencionado, a própria ideia de quem seria comunista era alterada conforme o momento. A colaboração entre as embaixadas também ocorria. Cruz (2016), a partir da análise da documentação da representação diplomática estadunidense, demonstrou que a embaixada brasileira em Argel pediu auxílio para o levantamento de informações sobre Arraes.

Entre os anos de 1965 e 1967, houve forte movimentação no sentido de articular uma frente ampla de oposição à ditadura, a qual se concretizou sem a participação de Arraes e, na sequência, foi colocada na ilegalidade pelo governo brasileiro. De acordo com um documento da 2ª Seção do Ministério da Aeronáutica, no início de 1966 teria ocorrido uma reunião em Argel com representantes de Jango e Brizola com o objetivo de articular uma frente<sup>129</sup>. É importante ressaltar que é provável que a cidade tenha sido escolhida em virtude da segurança que dispunha, o que, em tese, dificultaria o monitoramento da ditadura. Em outro documento, produzido pelo CIEEx, menciona-se a atuação de Edmundo Moniz<sup>130</sup> como um "pombo correio"<sup>131</sup> de articulação:

1. Está prevista para os dias 18 ou 20/OUT/66 a chegada a Montevidéu (ROU) do Jornalista brasileiro EDMUNDO MONIZ.
2. Moniz chegará a MVD procedente de ARGEL.
3. Em Montevidéu, MONIZ estabelecerá contato com o asilado João Goulart onde lhe serão entregues cartas de JUSCELINO e de MIGUEL ARRAES, cartas essas relacionadas com a 'FRENTE AMPLA DE OPOSIÇÃO'.
4. Consta ainda que o citado 'pombo-correio' seria o intermediário de uma elevada quantia em dinheiro, oriunda de Argel, para um grupo de asilados no Uruguai.<sup>132</sup>

Percebe-se que, mesmo estando na Argélia, espaço mais distante da ditadura brasileira que o Uruguai, por exemplo, os contatos estabelecidos eram monitorados, embora, como já mencionado, Arraes, por fim, não tenha participado desse projeto. Pode-se inferir que a vigilância tenha sido realizada a partir do Uruguai, espaço em que se concentravam inúmeros agentes da ditadura. Cruz, ao analisar a mobilização política realizada a partir de Argel,

---

<sup>129</sup> Arquivo Nacional. Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar. Ministério da Aeronáutica. Encontro de exilados brasileiros na Argélia (Março de 1966). 4 de abril de 1966. Identificação: BR\_AN\_BSB\_VAZ\_026\_0061.

<sup>130</sup> Arquivo Nacional. Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar. Centro de Informações do Exterior. Viagem de MONIZ a Montevidéu. Asilados na ROU. Asilados na ARGÉLIA. JOÃO GOULART. 17 de outubro de 1966. Identificação: BR\_AN\_BSB\_IE\_001\_006\_p33.

<sup>131</sup> Assim eram denominados aqueles que iam de um país para o outro levando informações acerca das ações em planejamento.

<sup>132</sup> Arquivo Nacional. Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar. Centro de Informações do Exterior. Viagem de MONIZ a Montevidéu. Asilados na ROU. Asilados na ARGÉLIA. JOÃO GOULART. 17 de outubro de 1966. Identificação: BR\_AN\_BSB\_IE\_001\_006\_p33.

utilizando-se sobretudo da correspondência trocada entre Arraes e diferentes personalidades, menciona que:

O primeiro projeto liderado por Miguel Arraes e com ampla participação destes primeiros exilados foi a composição de um órgão de assistência financeira aos exilados. A Argélia acabara de conquistar sua independência e necessitava de mão de obra qualificada para o trabalho nas grandes obras de infraestrutura, nas empresas nacionais e centros de ensino.

O objetivo de Miguel Arraes era manter relações com o governo e oferecer formação técnica e profissionais por meio de uma empresa formada e voltada aos exilados brasileiros. Arraes manteve estreito contato com o assistente do ministro da Indústria, Hocini Abdalah, interessado em compor uma equipe para um trabalho de formação de operários de quadros de nível médio. (CRUZ, 2016, p. 82)

Essa articulação não passou despercebida por outros exilados. Em sua obra de memória, Ruy Mauro Marini<sup>133</sup>, então no México, afirmou que a partir da troca de correspondência com Arraes havia decidido deixar o país centro-americano para se deslocar até a Argélia. Contudo, essa movimentação não foi permitida pelas autoridades mexicanas, pois existiriam acordos de cooperação com a ditadura com o objetivo de cercear o deslocamento de asilados brasileiros para “centros de reunião de exilados” (MARINI, 2005, p. 80). De acordo com sua narrativa, abdicou da proteção e, a partir de contatos, conseguiu inserir-se na Universidade de Concepción, no Chile. Mesmo com a ida para a Argélia prejudicada, percebemos que o país, em virtude das maiores possibilidades de ação que oferecia, era uma alternativa para diferentes sujeitos que buscavam estabelecer estratégias de resistência à ditadura.

É importante destacarmos que se Miguel Arraes pode se dedicar a articulação política, foi porque Magdalena organizou a vida privada, inclusive com uma rede de apoio aos que chegavam ao novo país. Percebemos que o gênero (SCOTT, 1995) demarcou as posições sociais, fazendo com que a esfera pública ficasse sob a influência de Arraes e a privada de Magdalena. Ela rememora, inclusive afirmando que era pouco o que fazia: “Nos primeiros tempos eu não fazia muita coisa, me ocupava um pouco dos brasileiros que estavam lá exilados mais ou menos na mesma condição que nós, procurando sobreviver, procurando trabalhar, procurando encaminhar os filhos, essas coisas.” (ARRAES *apud* CAVALCANTI, COLARES,

---

<sup>133</sup> Mineiro de Barbacena, nasceu em 1932. Graduou-se em Administração e, após passar um tempo na França, retornou ao Brasil e aproximou-se de um grupo que viria a formar a Política Operária (POLOP). Iniciou a carreira universitária como professor na UNB. Com o golpe de Estado de 1964 se exilou no México, de onde posteriormente partiu para o Chile até o golpe contra Allende. Retornou para o México e se tornou professor da Universidade Autônoma do México (UNAM). Junto com Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos é um dos criadores da Teoria Marxista da Dependência. Faleceu em 1997.

2015, p. 88) Ela segue na descrição do cotidiano que se estabeleceu, inclusive demonstrando a preocupação com a saúde do companheiro, que poderia se deteriorar em virtude do exílio:

Eu não participava das reuniões políticas, mas elas eram muito boas para Miguel, pois ele encontrava pessoas que tinham posições semelhantes às dele e outras que nem tanto, mas fazia bem a ele participar de todas. Ele também passou a fazer alguns trabalhos para o governo da Argélia. (ARRAES *apud* CAVALCANTI, COLARES, 2015, p.91)

A análise das fontes disponíveis, permite constatar que os anos iniciais do exílio de Miguel Arraes foram marcados por diferentes iniciativas em torno da resistência à ditadura: o auxílio aos exilados, que muitas vezes chegavam ao país sem nada, a tentativa de formação de uma frente que congregasse vários setores da oposição, denunciando a ditadura, e, por fim atuando junto ao governo argelino com o objetivo de, na medida do possível, oferecer o apoio possível àqueles que lá desejassem se estabelecer e, organizar o reencontro com a sua família. A cooperação com o governo foi analisada por Cruz:

A principal função exercida por Arraes durante anos foi a de consultor de negócios do governo argelino. O país estava em reconstrução e necessitava importar equipamentos, alimentos e tecnologias. Com seus contatos na Europa, Arraes conseguia dados de empresas que pudessem estabelecer ligações comerciais com o governo da Argélia. (2016, p. 78)

A movimentação crescente de exilados não passou despercebida pela representação diplomática brasileira no país. Novamente há reclamações no tocante ao número de funcionários e preocupação com a segurança do espaço:

[...] 8. É, pois, dentro desse contexto que devem ser encarados os problemas de segurança decorrentes da nossa própria posição política e da presença de exilados brasileiros aqui que, sem dúvida tornam a nossa Missão diplomática alvo de especial interesse por parte dos serviços especiais deste país.  
20. Para concluir, tomaria a liberdade de lembrar a Vossa Excelência que as peculiaridades da conjuntura política argeliana, a natureza do regime aqui vigente e 'last but not least' a nossa posição com asilados políticos neste país tornam imperativo que qualquer funcionário para aqui designado seja possuidor de antecedentes acima de qualquer suspeita.<sup>134</sup>

Percebe-se, novamente, a mudança do tom em relação às relações do Brasil com o país magrebino, em virtude da nova configuração, em especial a partir da presença dos exilados. Também se inicia a preocupação com uma eventual vigilância que poderia ocorrer na embaixada e nos seus funcionários. Por isso, a necessidade de que qualquer nova designação que ocorresse para o país deveria atentar para os antecedentes do indivíduo, tendo em vista,

---

<sup>134</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty. Embaixada do Brasil em Argel para Secretaria de Estado. Telegrama. Medidas de segurança na Embaixada em Argel. 18 de fevereiro de 1966.

que, caso contrário, a estrutura da representação e seus agentes poderiam ser utilizados para ações consideradas subversivas.

A ação argelina em prol dos movimentos de libertação, sobretudo africanos, era observada com atenção pela embaixada, tendo em vista que esses poderiam agir em apoio aos exilados brasileiros no país. Em dois telegramas enviados ao Brasil, percebemos esse elemento. No primeiro deles, intitulado “Viagem de Amilcar Cabral a Argel”: “[...] 2. A notícia em apreço põe em flagrante evidencia o propósito deste Governo de não mais perder oportunidade alguma de manifestar por todos os meios a sua solidariedade ostensiva aos chamados movimentos de libertação nacional.”<sup>135</sup> No telegrama seguinte, há novamente a menção a tal hipótese: “[...] A viagem do senhor Mondlane a Argel, logo após a partida do Senhor Amilcar Cabral [...], vem demonstrar que esta capital se converteu realmente numa espécie de meca dos movimentos revolucionários deste e de outros continentes”<sup>136</sup>. Percebe-se que a representação, portanto, acompanhava a movimentação de tais líderes terceiro-mundistas, considerando perigosas os seus possíveis encontros com brasileiros.

No início de abril de 1967, uma entrevista dada por Miguel Arraes foi objeto de um telegrama para o Itamaraty:

Seria ocioso salientar a Vossa Excelência o caráter insólito e abusivo de que se reveste essa entrevista que contraria as normas universalmente consagradas em matéria de asilo político, com o agravante de haver sido concedida à agência noticiosa oficial e publicada em órgão da imprensa que é pura expressão do pensamento deste Governo.<sup>137</sup>

A preocupação com a publicação de denúncias por exilados foi uma constante durante o período ditatorial. No caso em tela, dois são os argumentos utilizados para buscar pressionar pelo fim de tais atitudes: o primeiro, relacionado à concessão do asilo, no qual o indivíduo que obteve o benefício deveria abster-se de atuar politicamente, o que não estava ocorrendo. O segundo, de caráter mais grave ainda, segundo o telegrama, seria o fato de que a entrevista teria sido concedida ao jornal oficial do país, *El Moudjahid*<sup>138</sup>, de maneira que o governo argelino endossaria, mesmo que implicitamente, as denúncias realizadas por Arraes. Esse último argumento foi utilizado diversas vezes pela representação brasileira, quando da publicação de

<sup>135</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty. Embaixada do Brasil em Argel para Secretaria de Estado. Telegrama. Viagem de Amilcar Cabral a Argel. 21 de fevereiro de 1967.

<sup>136</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty. Embaixada do Brasil em Argel para Secretaria de Estado. Telegrama. Chegada de Eduardo Mondlane a Argel. 21 de março de 1967.

<sup>137</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty. Embaixada do Brasil em Argel para Secretaria de Estado. Telegrama. Entrevista do Senhor Miguel Arraes à ‘Algérie Presse Service’. 07 de abril de 1967.

<sup>138</sup> O periódico foi criado durante o processo revolucionário argelino e transformou-se no maior do país. Para maiores informações sobre o mesmo, consultar: Lippold (2019)

alguma notícia que denunciasse o Brasil. Países como a Inglaterra e a França, por exemplo, agiam de forma bem diferente, preferindo não tratar publicamente de tais assuntos, alegando que se tratavam de problemas de política interna brasileira, de maneira que não caberia interferência. Para os governos desses países as denúncias realizadas eram manifestações intrínsecas à liberdade de expressão da sociedade civil. Tal posicionamento foi demonstrado por Martins Filho (2017) e Gomes (2019), quando da análise das relações de ambos os países com o Brasil. Ora, tais ações eram realizadas por exilados, ou seja, não era possível fazê-las no Brasil, portanto, sem a presença de liberdade interna. É importante ressaltar que as denúncias foram sendo realizadas por grupos de variados matizes políticos, desde liberais até os Partidos Comunistas de distintos espaços e se intensificaram na década de 1970, com publicações específicas, como se verá adiante.

Como mencionado, até o presente momento não foi identificada nenhuma base do CIEEx nas embaixadas ou consulados presentes no continente africano. Dessa forma, pressupõe-se que as informações acerca dos exilados provinham sobretudo do monitoramento realizado pela própria embaixada. Também não foi possível identificar quem eram os adidos militares da representação, tendo em vista que estes respondiam diretamente para a sua arma de origem e, a documentação produzida pelos serviços de inteligências destas não está disponível, até o presente, para a consulta a pesquisa. Ainda é importante mencionar que a documentação relacionada a presença de brasileiros na Argélia, com exceção do que estava sendo desenvolvido por Arraes, sempre se relaciona com viagens a outros países, com destaque para a França, o Chile, Cuba e Portugal, variando conforme o número de brasileiros que se encontravam nos respectivos países. Isso nos faz inferir que a Argélia, em si, não era objeto central de preocupação pelo governo da ditadura ou que não era possível fazer um trabalho de vigilância específico, tendo em vista as especificidades políticas do país. Assim, são inúmeros os informes do Ciex acerca da presença, mesmo que por um curto período de tempo, de militantes, das mais variadas matizes políticas, em solo argelino. Um deles foi Cândido Aragão<sup>139</sup>.

Nesse contexto, Arraes foi aglutinando em torno de si um grupo de apoiadores (e seus familiares), passando a ser também uma referência para aqueles que transitavam pelo solo argelino, com destino a Cuba ou ao Chile, especialmente. Em 1969 Lula conheceu pessoalmente seu irmão Pedro, quando chegou ao país africano. Em relação à saudade do pai, comentou:

---

<sup>139</sup> Para maiores informações sobre sua trajetória, consultar: Almeida (2017). Arquivo Nacional. Acerto dos Órgãos de Informações do Regime Militar. Centro de Informações do Exterior. Atividades de CÂNDIDO ARAGÃO. 02 de setembro de 1968. Referência: BR\_AN\_BSB\_IE\_003\_009\_p17.

“Uma vez pequeno, eu recebia fotos da Argélia... eu morando aqui ainda... E eu me dei conta que eu não me lembrava da voz dele. E isso me deu uma grande angústia. Ele soube disso e mandou uma fita, é... conversando comigo.”<sup>140</sup> A relação com o pai foi mantida por meio das cartas: “Semanalmente a gente escrevia e papai respondia” (ARRAES, 2019). Sobre a chegada, o mesmo afirma: “Senti dois grandes choques na chegada a Argel. O primeiro foi constatar que se tratava de uma cidade grande e moderna (mais do que o Recife). O segundo foi a visão de uma mulher vestida de véu.” (ARRAES, 2008, p. 29). O estranhamento em relação à mulher na sociedade argelina é um dos elementos marcantes nos relatos, assim como em relação a alguns costumes, como alimentar-se com as mãos e os ritmos musicais. Esse abrupto desenraizamento é o que Mauren e Marcelo Viñar (1992) relacionam com o componente traumático do exílio, tendo em vista a brusca mudança sofrida. Como mencionado anteriormente, a irmã de Lula não se lembrava dos pais e, como veremos, no momento de retorno ao Brasil, não lembrava do país de origem, o que lhe provocou nova ruptura.

Meses antes havia ocorrido a chegada de outros dois brasileiros: Ana Angélica e Maurilio Ferreira Lima<sup>141</sup>. Após o AI-5 e a impossibilidade de permanecer no Brasil, os dois decidiram pela saída. A escolha do país se deu pela presença do ex-prefeito:

Como Dr. Arraes tava na Argélia e Maurilio tinha trabalhado com ele quando ele foi prefeito, aí muita gente disse “Porque você não vai pra Argélia?”  
Aí ele [Maurilio] me disse “Oh Ana, tá pintando talvez... tô querendo ver a Argélia. O que você acha?” Eu conhecia muito pouco da Argélia... eu sabia que era um país que tinha feito uma guerra, mas eu não tinha um conhecimento muito profundo. Mas aí disse: “Vamos”. Jovem né... achei até uma coisa meio romântica assim. (MELO, 2019)

Com o falecimento de Maurilio Ferreira Lima em 2017, Ana Angélica busca articular a sua memória e a do esposo, tornando-se uma espécie de guardiã. A entrevista sobre seu exílio foi marcada pela menção às duas trajetórias nesse período. Sua saída do Brasil ocorreu de maneira legal, após o casamento religioso. Ou seja, civilmente os dois não eram casados, sendo que uma estratégia de saída foi montada:

<sup>140</sup> ARRAES, Luiz. Entrevista concedida ao Diário de Pernambuco (webdocumentário Filhos do Golpe). Direção: Silvia Bessa e Juliana Colares. Disponível em: <http://hotsites.diariodepernambuco.com.br/1964/filhosdogolpe.shtml>. Acesso em: 05/08/19.

<sup>141</sup> Pernambucano de Limoeiro, nasceu em 1940. Em 1958 passou a atuar junto a gestão de Miguel Arraes na Prefeitura de Recife. Em 1966 foi eleito deputado federal suplente pelo MDB, assumindo uma vaga em 1968. Em outubro desse ano denunciou na Câmara o caso Pára-Sar e, devido a ameaças, saiu do Brasil. Com o AI-5 teve seus direitos políticos cassados. Viveu na Argélia até 1979, quando pode retornar após a anistia. No exílio atuou junto ao governo argelino. Com o retorno, vinculou-se ao PDT e depois ao PMDB. Foi deputado constituinte e, em meados dos anos 90 transferiu-se para o PSDB. Fonte: Maurilio Ferreira Lima. Verbete. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Para maiores informações sobre o caso Para-Sar, consultar: Maia, 2014.

Maurilio tinha um passaporte diplomático e nunca pegaram ele. E eu, como só casamos no religioso, eu vim pra Recife, tirei o passaporte aqui. Aqui eu era limpa totalmente. Saí como se eu fosse dependente de meu pai pra fazer um curso na Europa. Ninguém falou em Argélia. Lá no Rio é que o pessoal que já tinha... que fez a ligação de Arraes com a embaixada, foi essa mesma pessoa... que era um jornalista, escritor... Artur José Poerner. Foi ele quem nos introduziu na embaixada da Argélia, pra fazer um visto. Mas que não era um visto dentro do passaporte, era um papel. (MELO, 2019)

O jornalista Artur José Poerner era vigiado pelos órgãos de informação da ditadura e sua relação com a embaixada argelina, no Rio de Janeiro, conhecida. Ainda no ano de 1965, um extrato do seu prontuário produzido pelo SNI afirmava que o mesmo:

JULHO: viajou para a Argélia a fim de participar do CONGRESSO MUNDIAL DA JUVENTUDE, planejado, financiado e executado pelo comunismo internacional, e encontrar-se com ARRAES. [...]  
[...] atuou como elemento de ligação entre ARRAES, ÊNIO DA SILVEIRA e BRIZOLA [...]  
Tido como peça importante da frente-única das esquerdas, em construção na ARGÉLIA, visando ao desencadeamento da insurreição armada no BRASIL.  
Mantém ligações com a Embaixada da ARGÉLIA no BRASIL, através da qual se comunica com asilados e exilados políticos brasileiros naquele país.<sup>142</sup>

É importante salientar que esse documento apresentava, de forma resumida, as atividades de Poerner durante 1965. Observa-se que as publicações do jornalista consideradas subversivas, mês a mês, foram objeto de análise para compor o prontuário. A preocupação, nos anos iniciais após o golpe, era, como mencionado anteriormente, com os políticos pertencentes ao grupo próximo do governo deposto. O fato de Poerner ter viajado para a Argélia em 1965 pode ter contribuído também para um maior detalhamento acerca das suas atividades.

Como já foi dito, Ana Angélica saiu regularmente do Brasil, indo até a França, onde Maurilio estava a sua espera. Mesmo assim, o visto argelino concedido em um documento a parte, não constando no passaporte, foi motivo de alívio, pois se imaginava que, se as autoridades soubessem o seu destino final, poderiam relacioná-la com a subversão. Maurilio saiu do Brasil em um esquema que passava pelo Uruguai:

Existia um problema. A saída de Maurilio daqui pra chegar na Argélia. Aí foi quando... um esquema montado pelo pessoal de Jango e do antigo PTB. Montaram um esquema pra ele ir por terra, atravessar do Rio Grande do Sul... porque tem Rivera e Livramento né... Então ele foi de ônibus, chegou em Livramento e atravessou pra Rivera. Em Rivera já tinha uma pessoa de Jango pra levar ele pra uma fazenda que Jango tinha pra eles conversarem. E, eu vim pra cá, pra Recife... Maurilio... eu soube depois... foi para o Uruguai, encontrou Jango. Depois foi para o Chile, teve na casa de Marcio Moreira Alves e de lá pegou o voo que não atravessava

<sup>142</sup> Arquivo Nacional. Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar. Serviço Nacional de Informações. Extrato de prontuário Artur José Poerner. BR\_DFANBSB\_N8\_0\_PSN\_AAI\_0010\_d110014\_p1-2

o Brasil. Porque podia ter uma falha técnica alguma coisa e pegarem ele. (MELO, 2019).

A preocupação com o fato de se utilizar de rotas aéreas que não passassem pelo espaço aéreo brasileiro era uma constante em relação aos que desejavam se deslocar, tendo em vista a possibilidade de prisão caso alguma falha ocorresse e houvesse necessidade de pouso. A utilização do Rio Grande do Sul para a saída, por via terrestre, com destaque para as fronteiras secas (ASSUMPÇÃO, 2014) foi um elemento importante no exílio brasileiro, o que fazia com que a vigilância também aumentasse. A saída de Maurilio foi monitorada pelo CIEx:

1. Em MAR/69 teria transitado por Livramento (RS)-Rivera (ROU), com destino à Argélia, via Montevidéu, o ex-deputado brasileiro MAURILIO FILGUEIRAS FERREIRA LIMA.
  2. O mandato do marginado foi cassado em 30/DEZ/68 pelo Governo brasileiro.
  3. FERREIRA LIMA apresenta como documentação de viagem o passaporte diplomático brasileiro nº 017495, expedido pelo MRE/DF em 16/08/68.
- NOTA DO CIEX – Já foram tomadas providências no sentido de apurar a veracidade dos fatos constantes do parágrafo 3. Em caso de se confirmarem serão tomadas medidas para a anulação do referido documento de viagem.<sup>143</sup>

Podemos destacar alguns elementos presentes no texto: a vigilância da fronteira e a menção ao documento de viagem que o deputado cassado possuiria. A viagem ao Chile, mencionada por Ana, não é referenciada, talvez porque esse país ainda não fosse monitorado de maneira mais intensa, tendo em vista que o fluxo maior de exilados que para lá se destinavam passou a aumentar com a eleição de Allende, em 1970 (DIAS, 2019). Esse elemento também foi demonstrado por Sznajder e Roniger: “Chile se volvió aún más atractivo para los exiliados izquierdistas brasileños cuando se eligió presidente a Allende en 1970.” (2013, p. 135). Mesmo já estando com o mandato cassado, Maurilio continuava a usar seu passaporte diplomático fornecido pela Câmara dos Deputados, como diz Ana:

Maurilio usou o passaporte dele, diplomático, mas que só valia 1 ano. Então a gente saiu em março de 69 e o passaporte dele era de agosto de 68. Que ele tinha ido ao Uruguai e podia ter ido de identidade. Mas ele, já pra se prevenir, resolveu, já que tava no Congresso, tirar um passaporte diplomático. Aí quando chegasse em agosto ele não ia mais ter validade. (MELO, 2019)

Uma questão que podemos fazer nesse momento, é a seguinte: tanto Ana quanto Maurilio saíram do Brasil legalmente, ela sem nenhuma acusação formal. O mandato de Maurilio seria cassado somente em dezembro, com o AI-5. Portanto, seriam exilados? Como mencionado em outros momentos do texto, o TDE atua a partir dos círculos concêntricos do

---

<sup>143</sup> Arquivo Nacional. Acervo dos Órgão de Informações do Regime Militar. Centro de Informações do Exterior. Atividades de Maurilio Ferreira Lima. 08 de abril de 1969. BR\_AN\_BSB\_IE\_004\_004\_2p.



medo, onde as pessoas próximas a eventuais subversivos também eram caracterizadas como inimigos. Ana, mesmo atuando só no movimento estudantil relata essa sua proximidade com pessoas que viriam a ser presas em seguida, já no Rio de Janeiro. Ainda enquanto namorava Maurílio ela foi questionada sobre a possível mudança:

Foi quando ele viu que ia ter que sair mesmo e aí disse “Como é que a gente vai ficar? Você viria comigo?”. E eu fiquei assim, pega de surpresa. Aí eu disse “Sim”. Porque eu morava com duas colegas... uma é irmã de um dos desaparecidos políticos... que inclusive mês passado a mãe dela morreu... Elzita. Fernando Augusto. Uma era Rosalina Santa Cruz. E a outra era Vitória Pamplona, que era uma psicóloga, que depois casou-se com Geraldo Azevedo, compositor, cantor. Que naquela época também foi perseguido, com o grupo de Vandrê. Então no nosso apartamento era onde ensaiavam e tinha gente das organizações que elas pertenciam. Então as duas foram presas. Se eu tivesse lá, eu também seria, entendeu? (MELO, 2019)

Percebe-se que a memória de Ana realça alguns fatos que justificam sua saída, mas que ocorreram *a posteriori*, com destaque para a prisão das colegas, o que lhe permite concluir que ela também poderia ter sido detida. Embora no momento da partida o elemento preponderante poderia ter sido o fato de não se separar do então namorado, o “algo romântico” mencionado anteriormente, o desencadear dos fatos fez com que o elemento da violência fosse também incorporado no seu relato. Ou seja, a saída foi percebida posteriormente como uma necessário naquele momento. Dessa forma, após passarem um período na Europa, pois possuíam algumas reservas em dinheiro, os dois foram para a Argélia:

Argel fomos por navio. [...] Quando a gente vai se aproximando, eu enjoiei terrivelmente, mas... A gente não vinha em cabine, não sabia comprar direito os bilhetes. [...] A gente foi num negócio que era um salão enorme, cheio de camazinhas assim... mais homens argelinos. E quando ia chegando em Argel, foi assim... o dia amanhecendo. E esse pessoal, como eu tava enjoando muito, eles fizeram... nos isolaram assim, botaram uns lençóis pra eu ficar mais a vontade. Foram muito legais. Era tudo trabalhador emigrado na França que vinham de vez em quando pro país. E quando ia se aproximando... aí eles cantavam, eles dançavam, eles choravam. Foi um espetáculo tão bonito que eu já tava assim... já não tinha mais o que vomitar. Aquele espetáculo tão bonito. Argel é linda, belíssima, branquinha. E aí o sol nascendo, batendo naquele casario. Aí eu olhei e disse “Eu vou me dar bem nesse lugar”. Foi bonita a recepção, sabe? Eu disse “Eu tenho certeza que eu vou me dar muito bem aqui.” Já entrei assim... com vontade de conhecer o país, de usufruir. (MELO, 2019)

A memória acerca da chegada em solo argelino é preponderantemente positiva, assim como a de outras pessoas, como veremos no desenrolar do texto. Os relatos sobre a sensação de alívio demonstram o quanto o país era visto como seguro, distante e sem a presença da violência promovida pelo Estado brasileiro. Mesmo que o exílio se configurasse como um evento limite como apontado por Marques (2012, p.123), pois “Ao privar a pessoa do meio social, cultural e afetivo que ajudavam a compor a sua identidade e a constituir o referencial

habitual da vida, o exílio se torna uma experiência limite”, há um afeto na lembrança, sobretudo em relação à preservação da vida e às possibilidades então abertas.

Inicialmente Ana e Maurílio viveram na casa de Arraes: “Maurílio teve essa conversa com Arraes. Ele disse mais ou menos como eram as normas lá do país. As pessoas quando chegavam o governo dava... uma mesada mais ou menos assim. Pra pessoa poder sair... cinema, remédio.” (MELO, 2019). Essa ajuda financeira foi negada pelo casal, tendo em vista que Ana já estava contratada para trabalhar na equipe de Niemeyer pelo país. O arquiteto havia sido convidado por Boumediene para atuar em solo argelino em 1967, projeto no qual Ana também se engajou. A partir do relato de Luiz Hildebrando Pereira da Silva<sup>144</sup> podemos verificar minimamente essa articulação:

Em 1967 ele [Oscar Niemeyer] fora chamado por Boumediene. O presidente lhe explicara que a Argélia estava engajada num projeto ambicioso de modernização econômica e social e colocava na ordem do dia, nesse sentido, a criação de três grandes universidades: em Constantine, em Argel e em Oran. Explicara ainda que os projetos submetidos por assessorias europeias tendiam a reproduzir os esquemas das velhas universidades francesas e que ele os tinha recusado. Concluiu dizendo que a Argélia tinha interesse em aproveitar a experiência de outros países do Terceiro Mundo, empenhados num projeto de afirmação nacional e modernização da sociedade. Como o Brasil de antes do golpe de 64. Por isso mandara chamar Oscar. (SILVA, 1990, p. 162)

A partir de então, formou-se um grupo atuante no trabalho desenvolvido na Argélia. Silva rememora: “Talvez numa reação nascida da frustração de impotência diante do que os militares, no Brasil, faziam contra as universidades, em particular à de Brasília, nos tornamos militantes da reforma universitária argelina” (SILVA, 1990, p. 159). Ou seja, ante a impossibilidade de ação nas universidades brasileiras a partir de 1964, foi possível, ali, retomar uma atuação militante com o deslocamento, fruto do exílio para a Argélia. Contudo, as diferenças culturais também foram sentidas: em determinado momento, Niemeyer teve que adaptar o projeto dos dormitórios da Universidade de Constantine, incluindo uma barreira entre o feminino e o masculino (SILVA, 1990).

Percebe-se também, a partir de outros relatos, como a presença de Arraes era uma referência. De acordo com Almeri Bezerra de Mello:

---

<sup>144</sup> Luiz Hildebrando Pereira da Silva nasceu em Santos, SP e, aos 16 anos passou a militar no Partido Comunista. Em 1953 se formou em Medicina na USP, onde também fez o doutorado. Passou a lecionar na referida instituição em 1956, e, em 1964 foi atingido pela primeira onda de expurgos nas universidades. Foi para a França e trabalhou no Instituto Pasteur até retornar para o Brasil em 1968, quando foi trabalhar na USP em Ribeirão Preto. No mesmo ano foi atingido pelo AI-5, de maneira que retornou para a França. Sua obra de memória utilizada é: SILVA, Luiz Hildebrando Pereira. *O fio da meada*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

Dr. Arraes tinha sua casa dentro dos muros do Palácio Presidencial. Nos primeiros tempos, a comida vinha da cozinha do Palácio. A velha Abibah, diziam, era da serventia do Palácio, posta à disposição de Dona Madalena. O governo garantia uma pensão que permitia ao Dr. Arraes comprar as suas sandálias, os seus Gauloises... e, sobretudo, acolher os que o procuravam. (MELLO, 2006, p. 35)

Essa espécie de ritual de acolhida aos recém-chegados é uma característica nos relatos, assim como a admiração pelo ex-governador. Contudo, o mesmo não era unanimidade, especialmente entre os 40 trocados, parte do grupo que passou a trabalhar com Niemeyer e entre seus próprios sócios, como veremos adiante. Ainda no ano de 1969, outros quatro filho de Arraes chegaram. Luiz chegou e foi direto para a escola:

Cheguei e fui pra escola. Foi difícil. A Argélia era outro mundo. [...] Nós estudávamos... pra ser muito franco, a gente circulava muito na colônia estrangeira. O mundo árabe é muito impermeável. [...] A gente vivia numa espécie de gueto. Do colégio francês, que era não somente dos franceses que tinham ficado, mas dos franceses que vieram, como cooperantes técnicos. (ARRAES, 2019)

Percebe-se, a partir do relato em tela, que a inserção social se restringiu, tendo em vista a suposta dificuldade cultural encontrada. Na escola, em virtude da educação francesa, o convívio também ocorria de maneira restrita. É perceptível que o exílio de, ao menos, parte da família ficou restrito a algumas esferas, tendo em vista o próprio controle realizado pelo governo argelino. Outro elemento importante que Luiz menciona é o conselho do pai para que não pensassem no retorno, tendo em vista que o exílio poderia perdurar por muito tempo. Contudo, mesmo com as restrições e com a suposta impossibilidade de penetração no mundo predominante no país, o árabe, Said (2003) afirma que o exílio possibilita a ampliação do horizonte de mundo, tendo em vista que os exilados passam a ter, pelo menos, a consciência de duas culturas, diferente do que ocorre com a maioria das pessoas que vivem em relação a uma só. Essa é uma característica dos relatos do exílio: a ampliação dos horizontes, sobremaneira os culturais, atentando para as diferenças das partes constitutivas de cada sociedade. Contudo, para Luiz, mesmo com a dificuldade de adentrar no mundo árabe, outras culturas, além da francesa, estavam disponíveis em Argel e frequentavam sua casa:

As pessoas eram muito desgarradas. Então cê vai ver depoimento de pessoas... tirando Ana que já era casada [...]. Era uma casa que tinha uma estrutura de família... então tinha almoço no domingo. Então iam os angolanos, os moçambicanos, pessoal de Cabo Verde, tinha até um pessoal das Ilhas Canárias, que tinha até o movimento de libertação das Ilhas Canárias! [...] Aí tinha essa reunião. Realmente era o central. E acho que também meu pai tinha mais trânsito com o governo argelino. Facilitava. (ARRAES, 2019)

A casa de Arraes, situada próxima ao Palácio do Povo, sede do governo argelino, passou a ser um grande local de encontro dos diferentes grupos que se lá se encontravam, particularmente dos que falavam português. Outros aspectos da sua fala também merecem destaque para a análise: a menção ao desgarramento das pessoas, pois não se encontravam em família e poderiam buscar um espaço no qual sentir a sensação do acolhimento. Poucos foram os casos de indivíduos que foram para o exílio com a família e conseguiram, imediatamente, ter essa estrutura. A solidão, aliada à distância, fazia com que o componente traumático do exílio pudesse ser acentuado e gerasse quadros depressivos (VIÑAR; VIÑAR, 1992). Assim, a casa de Arraes, tornou-se uma espécie de grande família e, nas narrativas dos exilados que por lá passaram, esse elemento é marcante. Gouvêa rememora: “Miguel Arraes e sua família são exemplos de solidariedade naquela comunidade disparatada. É em sua casa que se reúnem diariamente os brasileiros, muitas vezes ficando, sem serem convidados, para as refeições, servidas numa grande mesa.” (2007, p. 58).

Outro componente da fala de Luiz se relaciona à quantidade de movimentos de contestação que ali coexistiam. A Argélia, como mencionado, era conhecida pelo aparato de segurança de vários países, como “Oásis do Terror”, tendo em vista que, pelo menos até meados da década de 1970, não oferecia maiores empecilhos para a presença de tais grupos em seu território. Cruz também menciona o trânsito de Arraes por entre diferentes líderes dos grupos de libertação: “Também mantinha diálogos com líderes dos movimentos de libertação das colônias portuguesas na África, como Amílcar Cabral, Samora Machel e Eduardo Mondlane. (2016, p. 78). Além dos estrangeiros, a menção à presença de brasileiros, mesmo que temporariamente, é notória:

Na casa de Arraes, assim como em torno de sua mesa, sempre cabe mais um. Lá, há sempre um hóspede, famoso ou não. O velho Gregório Bezerra, um dos militantes comunistas mais torturados pelos militares em 1964 e libertado em 1969 no sequestro do embaixador americano, que vem descansar do frio de Moscou [...] (GOUVÊA, 2007, p. 59)

Percebe-se, até aqui, que nos primeiros anos de exílio a estratégia de Arraes de resistência à ditadura brasileira, era atuar em duas frentes: a primeira delas buscando a articulação de uma ampla frente política, fato monitorado de perto pelos órgãos de segurança e, a segunda, de denunciar o que ocorria. A primeira não se concretizou e, a segunda, ganhou força a partir dos anos 1970. Cruz afirma que a aglutinação não vingou em virtude de inúmeras divergências:

Em diversos artigos publicados no exílio, Arraes defendeu a aglutinação das forças de esquerda e o fim dos sectarismos. O ex-governador considerava que a mobilização dos exilados em torno de um projeto comum possibilitaria a efetivação de uma ação popular, por meio do debate e da criação de estratégias que envolvessem o maior número de pessoas fora e dentro do Brasil, capazes de concretizar uma revolução contra os militares que estavam no poder. Este projeto de unificação norteou suas relações com os demais grupos de esquerda, mas as divergências ideológicas entre os exilados e os grupos políticos no Brasil inviabilizaram a concretização daquele princípio. (CRUZ, 2016, p. 79-80).

Fábio Cruz, a partir da análise da correspondência trocada entre Miguel Arraes e dezenas de pessoas durante os anos iniciais do seu exílio, investiga a criação de empresas, em especial a INTRADE S.A e a SERT<sup>145</sup>, que teriam seus lucros destinados a manutenção de exilados e do Movimento Popular de Libertação (MPL)<sup>146</sup>. Contudo, em 1970, devido à divergências e acusações de desvios de fundos o projeto foi extinto. Knapp, ao analisar ironicamente a implosão do MPL, afirma: “Formada por tanta gente distinta e ilustre, o MPL também trabalhava pela derrubada da ditadura e nisso conseguia ser mais anônimo do que as organizações de luta armada” (2013, p. 97). Knapp afirma que, ao se inserir entre os membros do grupo, passou a compreender a sua dinâmica:

Aos poucos fui me informando e compreendendo o que acontecia. Não se tratava apenas da disputa pelo controle da empresa, importante fonte de renda – esse não era o centro da questão. Estava em curso uma cisão política. Arraes queria deixar o MPL, ou fazer com que deixassem a organização os que não concordassem com ele. Cacique político, o Doutor não se conformava com a marginalização que o exílio lhe impunha e por isso aderira ao MPL, organização com suposta ação política no interior do país. Entretanto, o surgimento da luta armada levava Arraes a pensar que estava na canoa errada, que devia era se alinhar com a ALN ou a VPR. Ao mesmo tempo que desejava se desmarcar das ações demasiadamente tímidas e comportadas do MPL, procurou um entendimento com Marighella. Na mesa de negociações ele colocara a sua ‘capacidade instalada’ de produzir dinheiro – daí a briga pelo controle da Intrade. A resistência que encontrou no MPL para tal aliança era lógica: a organização era integrada por vários egressos do PCB que se não estavam na ALN ou na VPR, é porque se opunham à luta armada. A morte inesperada de Marighella frustrou em parte os planos de Arraes, mas a luta interna estava desencadeada. (KNAPP, 2013, p. 98)

Algumas observações devem ser feitas: a primeira delas é que não há evidências suficientes para afirmar que Arraes almejava apoiar a luta armada desencadeada no Brasil. O que havia era o apoio aos indivíduos, tendo em vista as situações difíceis nas quais muitas vezes

<sup>145</sup> Esta foi criada em sociedade com os irmãos, também exilados, Arnaldo e Dirceu Mourthe, que passaram alguns anos na Argélia. Junto com as famílias de Bayard Demaria Boiteux e Maurilio Ferreira Lima, formaram uma pequeno grupo de brasileiros residentes no país.

<sup>146</sup> O MPL, de acordo com Cruz (2016), foi um movimento organizado a partir de 1967 em São Paulo, cujo objetivo era unificar as esquerdas sob a liderança de Arraes. Suas principais ações ocorreram no sentido de dar suporte financeiro aos exilados. Segundo o autor, Arraes e os irmãos Silvio e Marcio Lins criaram a empresa Intrade S.A. com o objetivo de intermediar negociações entre diferentes empresas e o governo argelino, de maneira que parte do lucro fosse destinado ao MPL. Contudo, após divergências entre os mesmos, a sociedade foi desfeita.

se encontravam, conseguindo a documentação necessária e passagens. Contudo, a partir de um documento podemos conjecturar que uma tentativa de articulação poderia estar em elaboração: em 1970 esteve em solo argelino, o uruguaio Alberto Conrado, que utilizava o nome de Altair, agente infiltrado nas organizações de resistência latino-americanas (FERNANDES, 2017) e, ao retornar, teria levado, dentre outros documentos, uma cópia de uma carta de Arraes a Marighella, datada de janeiro de 1967<sup>147</sup>. É importante salientar que, nesse momento, ainda não havia ocorrido seu rompimento definitivo com o PCB, o que pode indicar também que Arraes intentava um acordo com o grupo mais radicalizado do Partido. O fato é que tais tratativas, se existiram, não se concretizaram. O assassinato de Marighella pode ter sido o elemento que fez com que as mesmas se inviabilizassem.

Mesmo assim, antes do total desaparecimento do MPL, em novembro de 1969 (ROLLEMBERG, 2002) Arraes e pessoas próximas já articulavam outro movimento: a *Frente Brasileira de Informações*<sup>148</sup>, conhecida pela famigerada sigla FBI ou simplesmente *Front*. A ideia era novamente unir amplos setores das esquerdas para a denúncia da ditadura. Além de denúncias, o boletim da FBI apresentava dados acerca da realidade brasileira, com objetivo central de contra argumentar a propaganda realizada pelo governo. Para Cruz:

Para a *Frente Brasileiro de Informaciones*, a reunião de dados sobre o país possibilitava apresentar denúncias contra o regime, buscando a visibilidade internacional para as arbitrariedades cometidas contra os direitos humanos, bem como dar relevância às lutas promovidas internacionalmente pelos movimentos operários, pela Igreja, organizações clandestinas de intelectuais e estudantes de modo a demonstrar o descontentamento da sociedade brasileira em relação à ditadura e ampliar o apoio a sua causa. (CRUZ, 2010, p. 55)

Assim, a Frente passou a ser um grande projeto de denúncia do que acontecia no Brasil, aos poucos aglutinando em torno de si, militantes das mais variadas organizações. O projeto se ampliou e também passou a ter tensionamentos, sobretudo com a chegada dos “40 trocados” pelo embaixador alemão, como será demonstrado a seguir. Almeri, por ser próximo a Arraes, apresenta a sua perspectiva:

O contingente de brasileiros residentes em Alger foi sempre muito pequeno até o final dos anos sessenta. A maioria tinha ligações com o Dr. Arraes. [...] Somente a partir dos anos setenta é que desembarcaram em Alger os que foram trocados por embaixadores sequestrados no Brasil. Representando diversos partidos e movimentos, estes militantes políticos atraíam outros que chegavam com as ideias as mais fantasiosas possíveis. (MELLO, 2006, p.34)

<sup>147</sup> Arquivo Nacional. Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar. Centro de Informações do Exterior. Documentação da Argélia. Altair. 15 de agosto de 1970. Identificação: BR\_AN\_BSB\_IE\_025\_001\_10p.

<sup>148</sup> Não analisei o acervo do FBI, tendo em vista que esse já havia sido objeto de pesquisa de Cruz (2010, 2016).

A partir da memória de Almeri podemos compreender minimamente um pouco do período de 1965 até junho de 1970: um pequeno grupo de brasileiros vinculados sobretudo a Miguel Arraes. Em junho, essa realidade muda, em virtude da chegada dos trocados, os quais, segundo o autor, chegaram promovendo um grande “barulho” naquele território.

## 2.2 “Do Inferno ao Paraíso”: os banidos em solo argelino

“Do inferno ao paraíso”: é dessa forma que Carlos Fayal (2017) caracterizou a saída do Brasil e a chegada à Argélia após ser trocado pelo embaixador alemão. Sair da prisão brasileira, onde a tortura era prática sistemática contra aqueles que resistiam e, imediatamente chegar a um espaço em que fosse visto como revolucionário, sendo bem visto e bem tratado, é marcante na memória dos indivíduos que passaram por tal experiência.

No dia 11 de junho de 1970, durante a Copa do Mundo do México, mencionada na introdução, uma ação conjunta entre duas organizações armadas, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e a Ação Libertadora Nacional (ALN) sequestrou o embaixador alemão Ehrenfried Anton Theodor Ludwig von Holleben no Rio de Janeiro e exigiu a libertação de 40 presos políticos brasileiros. O sequestro seria o terceiro, após o do embaixador estadunidense Charles Elbrick e do cônsul japonês em São Paulo, Nobuo Okushi, que libertaram, respectivamente, 15 e 5 presos políticos. Tal prática, em total de quatro, foi uma estratégia das organizações de resistência para libertar militantes que, em caso de permanência nas prisões da ditadura, provavelmente seriam assassinados e seus corpos desaparecidos. Além da liberdade, os militantes exigiam a leitura de manifestos nas emissoras de TV e rádio, uma estratégia de driblar a censura que imperava na mídia nacional.

A ditadura brasileira, em resposta a ação de sequestro do embaixador estadunidense, instituiu em 1969, por meio do AI-13, a pena de banimento do território nacional para os presos que fossem trocados pelos diplomatas estrangeiros, justificando assim a periculosidade desses sujeitos identificando-os como ameaça à segurança nacional. O banimento, uma figura jurídica proibida pelo direito internacional, tendo em vista que fazia o indivíduo perder a nacionalidade, foi assim formalizado. Dessa forma, caso retornassem ao território brasileiro após serem banidos, os militantes seriam sumariamente assassinados, como demonstrado anteriormente. Segundo Denise Rollemberg:

Os *banidos* não recebiam passaporte. A partir de então, o Estado brasileiro os queria ‘apátridas’. No entanto a Convenção de Genebra, que estabelece critérios para a concessão do estatuto de refugiado, não reconhece a condição de apátrida, salvo em casos excepcionais, onde não é possível, em nenhuma hipótese, atribuir-se uma

nacionalidade ao refugiado. Os *trocados* através dos seqüestros, apesar das intenções da ditadura, mantinham a nacionalidade ante a comunidade signatária da Convenção. (1999, p. 76)

Podemos fazer uma ressalva na afirmação da autora, porque mesmo que os indivíduos trocados mantivessem, a nível internacional a nacionalidade brasileira, não eram reconhecidos como tal pela ditadura, de forma que saíam do país sem nenhum tipo de documento e os consulados negavam todos os pedidos. Em muitos casos demoravam anos para conseguir algum documento, geralmente que os reconhecesse como refugiados. Essa situação é lembrada por Mauricio Paiva, um dos trocados:

Daquele momento em diante, a par da condição comum de *banidos* e inimigos de primeira grandeza do regime brasileiro, cada um viveria o seu próprio drama. Contudo, não poderíamos sequer imaginar o que viria pela frente. Para ser sincero, nem mesmo sabíamos o real significado e alcance do estatuto que acabávamos de assumir. Que *banido* era sinônimo de *desterrado*, de *apátrida*, era uma definição que se encontrava em qualquer dicionário. O que não sabíamos é que esse estigma vinculava-nos ao destino de não-cidadãos, que *sem-Pátria* é o mesmo que sem identidade nacional e sem direitos de nenhuma espécie. Não sabíamos que estávamos colocados nos escaninhos dos mortos-vivos e que a nossa existência seria menos reconhecida pelas leis das Nações do que pelos arquivos das polícias de quase todo o mundo e, conseqüentemente, pelas listas negras de embaixadas e aeroportos. Longe estávamos também de imaginar que iniciávamos uma jornada de adversidade de toda ordem, uma nova jornada que seria, para muitos, ainda mais trágica que a anterior. De fato, para apenas lembrar as tragédias maiores, dos quarenta que éramos sete estariam mortos ao fim de poucos anos: um em acidente no exílio de Paris e seis assassinados pela repressão no Brasil. (PAIVA, 2004, p. 90)

Para além de exilado, figura com a qual muitos não se identificavam, o banimento passou a outorgar uma identidade a esses sujeitos, tendo em vista a suposta extrema periculosidade que essa condição representava: a menção a que seriam mais reconhecidos pelas polícias do que pelas nações. Na análise retrospectiva de Paiva aquele seria só um intervalo. Contudo, a Argélia seria apenas o início de um processo exilar que duraria, para o autor, um pouco menos de 10 anos. Ao mesmo tempo, rememora aqueles que perderam a vida: um acidentalmente, e outros assassinados pelo aparato repressivo ao tentarem voltar para o Brasil, ou seja, a ditadura colocando em ação a ameaça de morte aos banidos que retornassem.

A ação de sequestro do embaixador da Alemanha Ocidental teve um rápido desenrolar: em cinco dias, quarenta presos políticos brasileiros estavam na Argélia e o agente diplomático em liberdade. A rapidez é relacionada com o fato de que os preparativos para a ação haviam caído em mãos dos órgãos de segurança no momento da prisão de militantes da VPR no mês de abril de 1970, após o suicídio de Juarez Guimarães de Brito e a prisão de sua companheira, Maria do Carmo Brito. A partir do desmantelamento de grande parte da organização, um grupo decidiu por manter a ação tal qual planejado, para libertar as pessoas que integravam a VPR e também militantes de outros grupos. Esse fato é relatado na obra de memória de Alfredo Syrakis,



*Os Carbonários: memórias da guerrilha perdida*<sup>149</sup>, bem como a ação, na qual Syrkis desempenhou também a função de tradutor entre os militantes e o embaixador, pois von Holleben não falava português. Maria do Carmo Brito<sup>150</sup>, a Lia na clandestinidade, também menciona:

*A noite que passei sendo interrogada pelo capitão Guimarães, logo que cheguei de volta ao DOPS do Rio, todas as perguntas eram em torno do sequestro do embaixador alemão, cujos planos estavam comigo, e que foi feito igualzinho, porque o Juarez morreu, então ninguém da unidade dele caiu.*

*Mas eu vivia um pandemônio tão grande, que nem tinha me dado conta. Como poderia imaginar que o pessoal tinha feito a mesmíssima ação, com o mesmo embaixador, tudo igual? (p.99)*

[...]

*Foi o sequestro mais rápido da história, por causa da assinatura do acordo nuclear com a Alemanha, para as usinas de Angra I e II – só que ninguém sabia disso. Então, libertaram todo mundo rapidinho, porque o acordo estava em jogo.*

*O pessoal atirou no que viu e acertou no que não viu. (VIANNA, 2003, p. 101)*

A narrativa de Maria do Carmo possui elementos de passado e presente que se entrecruzam: o primeiro é nomear o torturador, numa clara perspectiva de denúncia do que sofria e como meio para tentar se alcançar a justiça. O segundo é o fato de ter falado sob tortura, fornecendo algumas informações acerca da sua organização, com destaque para a desenvolvida no ano de 1969, conhecida como “Ação do Cofre” da qual trataremos mais adiante. Essa atitude, marginalizou a militante na estrutura da sua organização, de maneira que suas ações passaram a ser sistematicamente desqualificadas (VIANNA, 2003). Também a menção aos acordos comerciais em discussão entre Brasil e Alemanha naquele momento poderiam ser prejudicados caso a ação tivesse um desfecho negativo, como havia ocorrido na Guatemala<sup>151</sup> em abril do mesmo ano. Carlos Fayal, que também estava preso, rememora a atuação dos agentes da repressão:

Então... eu sei que o seguinte... depois desse papo que eu já sabia do negócio, os caras já terem me pressionado e tal e coisa, e que eu não sabia de nada do sequestro. Eles tavam morrendo de raiva porque tinha caído o sequestro do alemão. O sequestro do alemão caiu. Não sei se cê sabe disso. Eles descobriram o plano de sequestrar o embaixador alemão. Um mês antes, 20 dias antes, uma coisa assim. Por isso que eles tavam alucinados. E nós fomos e fizemos o mesmo sequestro que eles já tinham prendido uma porrada de gente que tinha planejado sequestrar o alemão. Então eles

<sup>149</sup> Uma das primeiras obras de memória de militante da luta armada, publicada em 1980.

<sup>150</sup> As memórias de Maria do Carmo Brito foram publicadas por Martha Vianna. No texto da obra se intercalam a narrativa da autora e as palavras da militante, as quais são identificadas pela fonte em itálico. Optei por manter tal formatação para que o leitor saiba quando é transcrição da fala de Maria do Carmo e quando é Vianna que narra.

<sup>151</sup> No dia 31 de março de 1970 o embaixador da Alemanha Ocidental na Guatemala, Karl von Spreiti, foi sequestrado. O pedido dos revolucionários era pela liberdade de 17 presos políticos, mas que o governo guatemalteco negou a soltura. Com a ausência de acordo, o embaixador foi assassinado. Tal fato gerou uma reação da Alemanha e, pensamos que a conjunção com outros fatores, em especial comerciais, fez com que a ação da ditadura em prol da liberdade de von Holleben possa ter se dado de maneira rápida.

ficaram totalmente desmoralizados. Por isso que o sequestro foi violento né. (FAYAL, 2017)

A violência a que o narrador se refere se relaciona com aquela praticada pelos agentes da repressão contra os militantes presos, alguns dos quais poderiam saber os detalhes da ação. O fato de o embaixador estar presente numa lista já conhecida pelos órgãos de segurança atraiu os olhares da imprensa. As capas do jornal *O Estado de São Paulo*<sup>152</sup> dividiam a atenção entre o desenrolar da ação e as informações sobre a escalção do Brasil para os jogos da Copa. Na edição de 13 de junho há a menção ao fato de que o nome de von Holleben figurava entre os prováveis embaixadores a serem sequestrados pelos grupos “terroristas”<sup>153</sup>. Ainda no dia 13, uma das manchetes afirmava que o governo atendia a primeira das condições, de forma que “demonstra estar disposto a tudo para conseguir a libertação de von Holleben” (Gôverno atende condições. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 13/06/70, capa).

No dia seguinte, 14 de junho, o jornal publicou de que “Tôdas as condições são aceitas” (p.12), mencionando a “repulsa” da sociedade em geral ao sequestro. Membros do aparato repressivo mostravam desconforto em relação à atitude tomada pelo governo, avaliada como capitulação ante os “subversivos”. As narrativas de alguns dos trocados demonstram a explosão de violência contra aqueles cujos nomes constavam na lista dos 40. Após o aceite das condições dos militantes, Carlos Fayal (2017) rememora os instantes antes de sua ida para o aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro:

E na hora, numa manhã seguinte... da história que tinha sequestrado... foi rápido até... foi dois dias depois... é... entra os caras na minha cela... os caras a paisana, tudo garotão assim... óculos escuros, metralhadora na mão, não sei o que... entra um outro e fala: “segue aqui”. Sem dar muita conversa. Aí eu segui. Aí eles... vira pra cá, vira pra lá... nunca tinha andado muito naqueles caminhos, por baixo da PE, não sei o que.

<sup>152</sup> A escolha do periódico para análise deu-se por meio da maior facilidade ao seu acesso: pude buscar as edições para pesquisa *online*. Foram consultadas as edições dos dias 12 a 20 de junho de 1970. A imprensa, como fonte de pesquisa, merece um cuidado teórico-metodológico específico. É importante destacar que sua “atuação delimitam espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 258). Contudo, não tenho como objetivo central analisar a ação a partir dela, apenas apresentar a maneira pelo qual o fato foi tratado. Para uma melhor compreensão de tais cuidados, consultar: Cruz; Peixoto, 2007; Lucca, 2005.

<sup>153</sup> A grande imprensa, de forma geral, sempre tratou os militantes como adeptos do terror, de forma a deslegitimar qualquer forma de ação política. Dessa forma, junto com a censura que imperava (nas suas mais variadas nuances), era muito difícil ter alguma repercussão na mídia. A publicação dos manifestos foi uma forma de quebrar tal proibição. Não tenho como objetivo analisar a forma com que a ação foi representada pelos jornais, mas percebe-se que em conjunto com as informações sobre o desenrolar do sequestro do embaixador, notícias que deslegitimavam a luta dos militantes eram sistematicamente reproduzidas. Da mesma forma eram colocadas fotos da família do mesmo, numa explícita tentativa de jogar com a sensibilidade dos leitores, e que ressaltavam os esforços do governo ditatorial para recuperá-lo com vida, de maneira que algum eventual acidente seria de responsabilidade dos sequestradores. É importante ressaltar que, de acordo com Aquino (2002), o jornal *O Estado de S. Paulo* teve a censura prévia a entre agosto/setembro de 1972 a 03/01/75, de forma que podemos conjecturar que a cobertura referente ao sequestro do embaixador alemão derivou da autocensura e também do posicionamento político-ideológico do periódico.

Aí os caras falaram “Que que cê tem a dizer? Cê vai ser fuzilado aqui”. Aí eu falei... “Bom, melou alguma coisa aí... mas bom, depois do que eu passei resolve logo o assunto”. Que que eu tenho a falar? Aí o cara foi e botou o revólver e pé! Picotou. Aí ele falou “Barba em 1 minuto”. Aí eu falei “Ah, se ferraram né”. Mandou fazer a barba em 1 minuto, aí se ferraram né. Aí eu voltei, aí fui avisando o pessoal “Tão fuzilando todo mundo de onda aí”. Entrei na porrada logicamente, mas avisei lá. Acabei com a festa deles fazer esse terror. Então foi isso. (FAYAL, 2017).

Daniel Aarão também relata a violência a que foi submetido antes de sair:

[...] passamos uma noite no DOI-CODI, onde fomos devidamente espancados e barbarizados, ameaçados... de fuzilamento. Alguns camaradas passaram pela simulação do fuzilamento. Eu não passei por essa experiência, mas fui espancado, fui maltratado né. Porque os policiais tavam indignados com o fato do governo ter capitulado diante das exigências dos revolucionários. Então, é... não foi fácil passar essa noite lá. Mas no dia seguinte de manhã então, fomos todos agrupados no pátio do DOI-CODI, aquele facínora chamado capitão Gomes Carneiro, acho que tá vivo ainda, fez um discurso é... denunciando o governo como fraco e nós estávamos sendo soltos, que aquilo era um absurdo, que eles lá se esforçavam tanto pra nos prender e agora íamos ser todos soltos, e avisava que quem voltasse seria imediatamente morto, né. Bem, nós entramos então nos carros, nos camburões, e fomos pro Galeão, onde fomos fotografados e tal. É interessante observar que na Ilha Grande ainda, nós fomos muito fotografados, é... esse exercício se repetiu no DOI-CODI. Fotografados por brasileiros e por agentes dos Estados Unidos, que não escondiam a sua identidade. Conversavam entre si em inglês e etc. (AARÃO, 2017).

A suposta capitulação do governo teria feito com que a violência contra os revolucionários fosse praticada de maneira mais intensa. Outro elemento a se destacar na sua narrativa é o que se refere ao fato de negar a utilização do termo “sequestro”, pois o que houve teria sido crime político, identificado enquanto ação revolucionária, e não um simples crime comum:

**Débora:** e o processo durante o sequestro? Vocês souberam que tinha ocorrido?

**Daniel:** não, não houve sequestro. Houve ação de captura. Ação guerrilheira. Sequestro é um crime comum. Foi uma ação guerrilheira... ação revolucionária né... que teve lugar naquela época. Então... continua a sua pergunta. (AARÃO, 2017).

Na sua fala anterior, assim como na de Maria do Carmo, aparece o elemento da denúncia ao agente do Estado que controlava os presos políticos que saíam. Outro componente que merece destaque é a menção à presença de agentes estadunidenses fotografando os banidos. A colaboração repressiva entre os Estados do Cone-Sul, tendo a Operação Condor como seu ápice, assim como o treinamento realizado por agentes brasileiros na Escola das Américas, no Panamá, não se configuram em novidade para os pesquisadores, mas o entrevistado faz questão de mencionar a sua presença em território nacional. Essas fotografias constituíram as listas de “terroristas internacionais”. Maria do Carmo rememora esse momento alguns anos depois, quando da busca por asilo, em virtude do golpe no Chile:

Polícia é polícia, em qualquer lugar do mundo. Então trate de se vestir bem que eles te respeitam – aconselhou a amiga Vânia Bambirra, quando Maria do Carmo se preparava para a viagem ao Panamá.

E lá foi ela mais uma vez fantasiada de gente fina, saia, botas, uma senhora elegante. A ideia era chegar o mais discreta possível, pois havia sempre a possibilidade de surgir a Interpol, que está em toda a parte. Não queria aparecer como a Maria do Carmo do Grupo dos 40, banida para Argel, a companheira de Lamarca no comando da VPR. Foi pensando em todos esses detalhes que ela teve um cuidado especial ao preencher a ficha de desembarque: utilizou seus documentos chilenos, onde constava como Maria do Carmo de Oliveira e Souza Dutra. Uma mistura de seu sobrenome de solteira (Dutra de Oliveira) com o sobrenome do pai (Oliveira de Souza). Invertido, como se faz nos países de língua espanhola. O sobrenome da mãe é o último. E assim, encarnando este novo personagem, esperava passar despercebida.

Fazia mais de 40 graus no aeroporto do Panamá. Foram todos levados para uma sala e, um a um, iam sendo chamados. Maria do Carmo aguardava sua vez, quando finalmente ouviu:

- Maria do Carmo Brito!

A elegante senhora Oliveira e Souza Dutra, suas botas de couro no calor do Caribe, tudo em vão. A Interpol tinha uma pasta enorme, com a ficha completa de todos os exilados. (VIANNA, 2003, p. 138).

Mesmo com todo o cuidado em não parecer militante, quando já tinha abandonado a perspectiva da transformação via luta armada, de forma a buscar uma nova identidade distante daquela construída pelos órgãos da repressão, Maria do Carmo foi reconhecida pela Interpol. O fato de ser banida contribuía ainda mais para essa constante vigilância, tendo em vista a conexão repressiva estabelecida entre as ditaduras e a manutenção de centros de informação do governo brasileiro nos mais variados locais do globo. Paiva também rememora esse reconhecimento quando, em 1974, buscava asilo em diferentes embaixadas em Buenos Aires (PAIVA, 2004). Hoje, a partir da documentação, sabemos que a Aeronáutica enviou álbuns com fotos dos banidos e das crianças para a DSI/MRE, logo após o sequestro. Ou seja, não importava a idade, o fato de estar entre os banidos, mesmo sendo criança, era um indicativo de que era “inimigo interno”<sup>154</sup>. A partir dessa identificação percebemos as dificuldades impostas para tais indivíduos no decorrer dos anos seguintes. Ladislau Dowbor recorda o transporte de São Paulo, onde estava preso, para o embarque no Rio:

Olha, ah... nós fomos inspecionados... os que estavam em São Paulo, tá? Portanto, no DOPS ali, levaram a gente pra um andar acima, um grupo né... que ia vir de São Paulo. A gente ia ser levado pro Rio, pra embarcar pra Argélia e... teve um general que veio inspecionar a gente né? Ah... aí eles... olhando as coisas... aí olhando... eu tenho isso aqui... tá vendo isso aqui? Dá pra ver, não? [mostra a canela com uma cicatriz]. Isso aqui era um buraco. Isso eram queimaduras de terceiro grau de choque elétrico. Isso que os fios tavam envoltos em algodão molhado né... pra não deixar marcas. Era um buracão desse tamanho que tava aqui, sangrando... evidentemente... essa coisa. Ele olhou isso aqui, né, olhou pra mim e disse “Que serviço porco!”. Quer dizer, o problema dele não era a tortura né, o problema é que tinham deixado marca (risos). Porque normalmente... eu tinha recebido um tratamento especial não por mim, alguma

<sup>154</sup> Arquivo Nacional. Centro de Informações da Aeronáutica. Elementos banidos do território nacional. 24 de junho de 1970. Identificação: BR\_DFANBSB\_Z4\_SNA\_TRR\_0018\_p161-162.

importância, mas porque eles achavam que eu sabia onde tava o dinheiro. E não era por razões políticas, mas pra chegar... pra meter a mão no dinheiro mesmo, entende. A bandidagem era generalizada. Chamava forças da ordem né, enfim. É... e o resultado era esse. Então nós fomos juntados ali e depois fomos levados, a noite, pro campo de Marte e do campo de Marte fomos levados... ah... de avião militar, enfim... sem assento, simplesmente sentados ali no chão... no metal ali. Fomos levados pra Base Aérea do Galeão né, pra parte militar do Galeão e ficamos aguardando o embarque pra Argélia. Aí tem essa foto famosa do grupo lá na... na realidade ali que a gente se juntou os 40. Alguns não se conheciam, evidentemente... pra embarcar né. (DOWBOR, 2017)

O dinheiro a que o depoente se refere corresponde ao obtido na ação que roubou um cofre do ex-governador de São Paulo, Adhemar de Barros, que se encontrava na casa de Ana Benchimol Capriglione. No total, US\$ 2,4 milhões de dólares foram expropriados através de uma ação executada pela VPR; o dinheiro seria utilizado na luta armada contra a ditadura (MACIEL, 2015). Percebe-se novamente o caráter de denúncia contido no relato, sobretudo quando da menção ao agente que reclama que a tortura não teria sido bem aplicada, pois havia deixado marcas no corpo. O já mencionado rápido desenrolar da ação, fruto da conjugação de vários elementos, entre os quais destaco o futuro dos acordos comerciais com a Alemanha Ocidental, fez com que as condições dos militantes fossem rapidamente aceitas pelo governo. Syrkis rememora:

No quarto dos fundos, Bacuri [o comandante militar da ação] passava a limpo a lista, numa folha de papel de seda, a cata-milho, sobre a velha Olivetti, compondo sem erros, em maiúsculas, os nomes dos quarenta companheiros, que íamos remover do Gulag patropi, para as Arábias, pela Varig. (1980. p.189)<sup>155</sup>.

No dia 15 de junho de 1970, o governo da ditadura publicou a lista dos 40 militantes que seriam banidos para o território argelino. Eram pessoas da VPR, as que estavam no topo da lista, junto com militantes da ALN, COLINA, MR-8, e aquele considerado o mais ilustre dos trocados: Apolônio de Carvalho<sup>156</sup>, então militante do PCBR. A notícia da chegada dos militantes em Argel foi comemorada pelo grupo que realizou o sequestro: “Me acordaram horas mais tarde, o aparelho em clima carnavalesco. As agências internacionais acabavam de confirmar a chegada do Boeing no aeroporto de Argel. Missão cumprida!” (SYRKIS, 1980, p. 192). Na sequência o embaixador alemão foi libertado.

<sup>155</sup> Essa forma estereotipada com que o autor se refere ao Oriente Médio – “arábias”, pode ser problematizada a partir da obra *Orientalismo*, de Edward Said (1990).

<sup>156</sup> Nasceu em 1912 em Corumbá, MS. Foi preso no governo Vargas e expulso do Exército. Militante histórico do PCB, Apolônio lutou na Guerra Civil Espanhola, nas Brigadas Internacionais. Posteriormente, somou-se à resistência francesa contra o nazismo. Anos depois, no Brasil, acompanhou o rompimento com a linha pacifista preconizada pelo PCB, junto com Jacob Gorender e Mario Alves, formando o PCBR, grupo de resistência armada à ditadura. Após sua prisão foi um dos “40” trocados. Depois de quase dois anos na Argélia, estabeleceu-se na França, retornando ao Brasil com a anistia e participando da fundação do PT. Fonte: Carvalho (1997).

Os relatos afirmam que o transporte até o aeroporto, assim como a viagem até Argel foi carregada de muita tensão. Todos os entrevistados, assim como as obras de memória mencionam o fato de que os militantes foram algemados dois a dois, com um agente da repressão. Na memória de Maria do Carmo:

Um resto de maço de Continental sem filtro, uma caixa de fósforos e um lenço. Nem um pouquinho da sonhada terrinha brasileira. Foi tudo o que Maria do Carmo levou ao embarcar.

No avião, algemados de dois em dois, os presos eram acomodados, um na janela, outro no meio e um policial ao lado.

*Ainda faltavam algumas horas para a liberdade. Foi quando alguns policiais abriram mapas enormes e começaram a perguntar a cada um dos presos: por onde vocês vão entrar no Brasil de volta para fazer a guerrilha?'* (VIANNA, 2003, p. 103).

O fato de deixar o país somente com a roupa do corpo é marcante nas narrativas pelo componente traumático que contem, tendo em vista que a imagem corrente de uma viagem é aquela preparada, em que o indivíduo leva o essencial para a sua permanência no espaço ao qual se desloca. Contudo, a saída abrupta da prisão e a chegada em outro país não era uma viagem corriqueira, mas sim, estratégia encontrada pelas organizações de resistência para que a vida daqueles que se encontravam nas mãos do aparato de terror do Estado brasileiro fosse mantida. E, assim como a perspectiva da continuidade da luta estava colocada para os militantes, os agentes da repressão sabiam que o combate à ditadura continuaria, como podemos depreender a partir das questões que foram elencadas a Maria do Carmo. Cid Benjamin também rememora:

[...] em certos momentos da viagem conversei com um oficial que se sentou ao meu lado. Ele era dos tais que “respeitavam o inimigo”. Perguntou se eu voltaria ao Brasil clandestinamente. Diante da resposta positiva, advertiu:

- Quero te dizer uma coisa: o preço de vocês saírem é, de agora em diante, não criarmos mais cobra. O pessoal importante vai ser morto.

- Já esperava por isso – respondi. (BENJAMIN, 2013, p. 144)

É importante destacar que essa estratégia de, aparentemente um agente ser “bom” e o outro “mau” era seguidamente utilizada para tentar convencer algum militante a falar alguma informação de relevância. Daniel Aarão também lembra o desconforto da viagem:

E o único desconforto, grande, é que a gente foi algemado. Eu fui algemado com um camarada que eu não conhecia então, médico, já morreu, Almir Dutton. Que era da VPR. Eu fui então com ele pra Argélia. Algemado. A gente pra comer tinha que trazer minha mão aqui, levava a mão pra ele e ele comia também. Era uma coisa muito desagradável. Pra ir ao banheiro também... tínhamos que pedir, eles vinham, tiravam a algema e... não faltaram ameaças né... ao longo do vôo. Embora alguns policiais, é... mais simpáticos outros menos né. (AARÃO, 2017)

Liszt trata da viagem como sem novidades, mencionando apenas o desconforto de estar algemado:

Vou dizer a minha impressão. Depois que cê sai do avião... porque no avião você tava algemado... até pra ir fazer xixi no banheiro tinha que pedir permissão. Ir lá, tirar. Era uma viagem aérea... tava todo mundo no mesmo avião, os policiais e nós, então não teve muita... novidade aquela viagem. (VIEIRA, 2017).

Ladislau rememora a viagem intercalando os sentimentos de diversão e tensão:

Olha, a viagem... nós tínhamos assim... ah... eram 40 prisioneiros... tinha 20 seguranças... pessoal de polícia política, de militares, enfim... eles não se identificaram porque... e algemados né... dois a dois nos assentos. Tava com o sargento Nóbrega [também trocado]... algemado comigo. Era muito divertido... porque um avião da Varig, com todo seu luxo né... então eu sei que as moças serviam a gente e não entendiam a coisa, mas serviam o que era o menu da Varig, enfim. Naquela época se recebia um bife, bonito, essas coisas. Pra cortar o bife eu tinha que acompanhar a mão do Nóbrega né, por causa dos braços algemados um ao outro né. Negócio ridículo. O fato é que... que é significativo que como eu tava na janela eu vi... uma mudança, uma inversão na posição das estrelas né. E a gente sabia, porque se de repente eles descobrissem a localização do embaixador alemão, o avião iria voltar né. Tanto é que a gente passou a palavra... que se fosse, se se confirmasse, a gente ia derrubar aquilo, não ia voltar né. Então foram momentos muito tensos né, e muita gente ali tava saindo de interrogatório, de uma barbárie enfim. Imagina as moças, barbarizadas e todo esse negócio. Mas o fato é que inverteu de novo, não sei o que que houve ali. Nunca, nunca soube. E... tipo... quatro horas da manhã a gente desembarcou em *Dar el Beida*, aeroporto de *Dar el Beida*, em Argel, onde tava a imprensa do mundo todo. Impressionante. Todo mundo. Toda a imprensa mundial tava ali né. Que é muito raro você tirar gente dos sistemas de tortura e diretamente dizer “Olha, tá aqui”. Quer dizer... frente a todo que, o que a diplomacia brasileira e tudo, os jornais brasileiros e os correspondentes internacionais no Brasil diziam que não, que tão restabelecendo a ordem, enfim, que eram bandidos terroristas, estas coisas. (DOWBOR, 2017)

Na sua fala, a tensão que predominava na viagem se explicita no momento de inversão da posição das estrelas<sup>157</sup>, a qual poderia ser apenas parte do plano de voo. Caso o avião fosse retornar ao Brasil, em virtude do encontro do embaixador antes da chegada dos trocados em Argel, a decisão do grupo seria de derrubá-lo, pois, no caso de volta, a execução sumária os aguardava, segundo as ameaças recebidas antes do embarque. Ao mesmo tempo em que demonstra a tensão, Dowbor analisa o quão ridículo era fazer com que os militantes permanecessem algemados, sobretudo no momento de se alimentarem. Por fim, reflete acerca da importância da ação pelo caráter de denúncia que ela continha; ele mesmo estava com marcas da tortura pelo corpo e, assim, a ditadura brasileira poderia ser denunciada internacionalmente, o que, segundo o governo Médici, consistia em uma verdadeira “campanha difamatória no exterior”. Assim, a mídia internacional poderia constatar claramente qual era a prática da

<sup>157</sup> A mudança se relaciona com a troca de Hemisfério: do Sul para o Norte.

ditadura em relação aos presos políticos, embora os caracterizasse como criminosos comuns ou terroristas.

O jornal o *Estado de S.Paulo*, na edição de 16 de junho, fez a cobertura de todo o processo da viagem: desde o embarque no Rio, até a chegada em Argel, junto com fotografias dos banidos, exigência dos militantes que realizaram a ação (Imagem 1). Inclusive, o jornal publicou uma pequena reportagem cujo título “Argélia, refúgio de esquerdistas” demonstrava que o país era visto como um espaço de apoio a militantes de esquerda, muito embora o governo argelino afirmasse que o aceite aos banidos tivesse ocorrido “por questões humanitárias” (*O Estado de S.Paulo*, 16/06/70, p. 5).

Nesse momento é importante ressaltar que, no decorrer da pesquisa, não foram encontrados documentos que tratam da negociação ocorrida entre o governo brasileiro e o argelino para o envio dos militantes banidos. Sabe-se que as organizações que realizaram a ação almejavam enviar os trocados para a Argélia, o México (que já havia recebido aqueles das duas ações anteriores) ou o Chile. Para o país africano, que se destaca na recepção a exilados, também era uma forma de “marcar posição” ante os outros, firmando-se no cenário internacional, embora tal ação também pudesse acarretar represálias de outros nações, o que, no caso em tela, não ocorreu. Cerca de dois meses antes, apenas um telegrama da Secretaria de Estado para a Embaixada brasileira em território argelino solicitava o envio de uma lista com os nomes dos brasileiros “asilados”<sup>158</sup> no país<sup>159</sup>.

Algumas considerações são necessárias sobre a imagem 1, sobretudo em relação à mulher que se encontra sentada, na extrema direita da imagem: Vera Sílvia Magalhães, militante do MR-8 que em virtude da tortura sofrida não conseguia andar. Nesse primeiro momento, poucas pessoas fazem o sinal da vitória – o V com os dedos indicador e médio – pois, mesmo que a ação tivesse obtido sucesso, a chegada ao destino final ainda era incerto, como mencionado nas narrativas anteriores. Sobre esse momento, Paiva afirmou:

- “Uma foto para a posteridade” – ordenou o major encarregado de despachar-nos para a Argélia, forçando o bom-humor.

Sentimos que chegara a hora da partida. Não faltava ninguém: os companheiros de São Paulo tinham chegado pouco antes, junto com as quatro crianças que também faziam parte da lista divulgada pelos sequestradores do embaixador. Todos nós, os quarenta prisioneiros e as crianças, havíamos preenchido uma quantidade de fichas datiloscópicas suficiente para renovar o fichário dos serviços de informação brasileiros e, possivelmente, alguns mais. Ao lado do quartel, na pista da Base Aérea do Galeão, esperava-nos o avião, pronto para decolar. Nada mais faltava, pois, senão

<sup>158</sup> Coloco a palavra entre *aspas* pois a grande maioria dos exilados na Argélia não tinha o estatuto de asilado. Contudo, é a palavra utilizada pelo documento diplomático.

<sup>159</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty. Telegrama. Asilados políticos brasileiros na Argélia. 21 de maio de 1970.



a fotografia que registraria a nossa identidade comum de *banidos*. (PAIVA, 2004, p. 83)



**Imagem 3:** Os 40 banidos antes do embarque.<sup>160</sup>

Diferente é a imagem quando do desembarque na Argélia (Imagem 4), onde se percebe que a “vitória” é comemorada por um grande número de trocados. No centro da foto temos um militante carregando Vera Sílvia. Ele é Cid Benjamin e rememora:

Desembarcando na Argélia, nos vimos diante de um batalhão de jornalistas de agências internacionais. Fui chamado para carregar Vera Sílvia, impossibilitada de caminhar devido às torturas. Até providenciarem uma cadeira de rodas, eu a levei nos braços pela pista do aeroporto. A cena deu margem à mais expressiva fotografia da nossa chegada e ganhou as páginas de jornais do mundo inteiro. (BENJAMIN, 2013, p.144)<sup>161</sup>

<sup>160</sup> Fonte: Memorial da Democracia. Disponível em: < <http://memorialdademocracia.com.br/card/40-sao-trocados-por-embaxador-alemao>>. Acesso em: 18/03/18. É importante ressaltar a presença das crianças trocadas. Eram 4: Carlos Max do Nascimento que tinha 6 anos; Zuleide Aparecida do Nascimento, 5 anos, Samuel Dias de Oliveira, 9 anos e Ernesto Carlos Dias do Nascimento com então 2 anos. Eram netos, o último de criação, de Tercina Dias de Oliveira, uma das banidas e que era vinculada a VPR (tinha uma casa de fachada, na qual as crianças também viviam, no Vale do Ribeira, quando da tentativa de implantação de um foco guerrilheiro). Na obra *Infância Roubada*, Zuleide afirma que considerada “miniterrorista” pela ditadura. A saída das crianças só foi possível devido à profunda insistência de Tercina. Após um mês na Argélia foram para Cuba, de onde retornaram em meados dos anos 1980.

<sup>161</sup> Não pude identificar se a imagem a que o narrador se refere é a mesma. Contudo, ela é significativa do momento.



**Imagem 4:** Os banidos após a chegada.<sup>162</sup>

A chegada e o grande número de jornalistas presentes para a cobertura também é elemento de destaque no seu relato. O objetivo da ação que era de libertar 40 presos políticos e denunciar internacionalmente a ditadura brasileira havia sido cumprido. Contudo, a busca desenfreada da repressão sobre os militantes responsáveis pelo sequestro era anunciada pelo *O Estado de S. Paulo* do dia 18 de junho de 1970, através da manchete que “Há elementos para a captura dos raptadores” (p. 09), e que as operações eram mantidas em sigilo.

A viagem para a Argélia foi objeto de análise detalhada pelos órgãos de informação da ditadura. Um relatório de procedência da CISA<sup>163</sup>, intitulado *Transporte de Banidos para a Argélia*, apresenta o desenrolar da viagem e o que supostamente os banidos haviam declarado durante esta, em resposta às questões dos agentes que os acompanhavam:

[...] 5 – Tomamos todas as precauções com os terroristas, evitando a possibilidade de atos de violência, que forçassem o avião a alterar sua rota, no sentido do MÉXICO. Esse propósito estaria plenamente justificado, considerando-se o efeito publicitário

<sup>162</sup> Fonte: <[https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2012/04/08/interna\\_politica,287584/relatorio-inedito-do-governo-militar-acompanhou-todos-os-passos-da-esquerda-no-brasil.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2012/04/08/interna_politica,287584/relatorio-inedito-do-governo-militar-acompanhou-todos-os-passos-da-esquerda-no-brasil.shtml)>. Acesso em: 20/03/18.

<sup>163</sup> Arquivo Nacional. Acervo dos Órgão de Informações do Regime Militar. Centro de Informações da Aeronáutica. “Transporte de Banidos para a ARGÉLIA”. Arquivo Nacional. Identificação: BR\_AN\_BSB\_VAZ\_109\_0139.

que o desembarque do “TIME DOS 40” causaria, ao ocorrer num país em que toda a imprensa internacional encontra-se reunida, em virtude da disputa da Copa do Mundo.  
[...]

14- Durante nossa permanência, pelo tempo de 1,15 horas, no Aeroporto Internacional de Argel, a aeronave ficou sob rigorosa vigilância, obviamente, para evitar qualquer surpresa no retorno.

O documento buscou apresentar os principais aspectos da viagem, pois após a chegada em Argel havia o receio que algo acontecesse com o avião, como sabotagem ou algo do gênero. A desconfiança de que a rota de voo pudesse ser modificada caso os banidos realizassem alguma ação para tal era presente. A mudança de perspectiva sobre os trocados é relatada por Daniel Aarão, quando menciona que os representantes do governo brasileiro não eram bem-vindos no país de destino, enquanto os “terroristas”, que passaram a ser tratados como “revolucionários”, sim:

Quando chegamos lá na Argélia tivemos o prazer de ver o governo argelino, porque os policiais brasileiros queriam descansar... sair né. Fazer compras no *free shop*, passar o dia na Argélia, mas o governo argelino proibiu. Mandou o avião dar a volta e se mandar pro Brasil. Abastecer e voltar ao Brasil. Eles não tiveram nem o direito de tocar o solo argelino. Então aí... as algemas foram tiradas né... nós desembarcamos e logo havia uma grande coletiva... muitos representantes da imprensa né... muitas fotos da época sobre isso. (AARÃO, 2017)

Essa impressão sobre a imediata mudança no tratamento também é compartilhada por Paiva: “Quem haveria de imaginar, por exemplo, que eu um dia estava atrás das grades, numa minúscula cela, e no outro estaria na Argélia, com o mundo largo à minha frente, que um dia era tratado como bandido e no outro o seria como herói.” (PAIVA, 2004, p. 22)

Na sequência do documento da CISA<sup>164</sup> foram relatadas as supostas falas dos banidos, as quais foram resumidas no item “Opiniões gerais”. Percebe-se que a maior preocupação dos agentes era em relação ao retorno para o Brasil e as próximas ações que seriam realizadas pelos militantes:

- êles voltarão com documentos falsos;
- nôvo sequestro libertará maior efetivo;
- [...]
- as autoridades argelinas não deram muita atenção aos subversivos;
- [...]
- a tripulação do avião e os agentes receberam souvenir: 3 garrafas de vinho, cesta com frutas (laranja e ameixa); alguns receberam capas;
- [...]
- as crianças já têm codinomes;
- rota de retorno ao Brasil:  
ARGEL – MADRID – HAVANA – MÉXICO – BRASIL
- [...]

<sup>164</sup> Idem.

- os próximos sequestros serão:
- autoridades da repressão – para justicamento
- industriais e familiares – para obtenção de dinheiro;
- diplomatas – para troca de presos.
- Permanecerão 6 meses na Argélia em treinamentos e retornarão logo a seguir para o Brasil.<sup>165</sup>

Uma suposta conversa com Apolônio de Carvalho também foi transcrita. Elemento de destaque é o respeito a patente militar do banido, ou ainda estratégia para obter a simpatia do mesmo:

Provocamos o banido Apolônio de Carvalho, indagando:  
 - coronel, será que dentro em breve retornarei a Argel em missão idêntica a esta?  
 - o inquirido respondeu com um sorriso significativo, que não deixou margem a dúvidas: “OS BANIDOS ESTÃO CONFIANTE NA CONTINUIDADE DAS AÇÕES SUBVERSIVAS NO BRASIL.”<sup>166</sup>

Imediatamente após a chegada dos banidos à Argélia, foi eleita uma comissão para dar entrevistas à imprensa presente no aeroporto. Ela foi constituída a partir do critério de representatividade das organizações e também dentre aqueles que soubessem falar francês ou inglês. A partir das entrevistas percebi que tal comissão foi composta inicialmente por Apolônio de Carvalho, Ladislau Dowbor e Fernando Gabeira, que também podemos notar na fotografia a seguir<sup>167</sup>. Três são os elementos de destaque: o primeiro deles é a bandeira argelina ao fundo, o segundo, a liderança notória assumida por Apolônio de Carvalho naquele momento, inclusive com a atenção atenta do restante do grupo e, por fim, no canto inferior direito, Vera Silvia com a cesta de boas-vindas oferecida. Apolônio rememora:

Ladislau Dowbor, Gabeira e eu somos os porta-vozes do grupo. Meus cabelos brancos dão-me, porém, a condição de decano. Agradeço a acolhida, explico a razão de ser dos sequestros de embaixadores, a situação do Brasil sob a ditadura militar. E as ameaças que pesam sob os companheiros que ficaram. Denuncio a morte dos outros. Dado o cansaço e as emoções, minha voz é um sussurro apenas ampliado pelos microfones. (CARVALHO, 1997, p. 210).

---

<sup>165</sup> Idem.

<sup>166</sup> Ibidem.

<sup>167</sup> Sobre a imagem 5 é necessário fazer alguns comentários. Ela compõe o acervo do Instituto Miguel Arraes, em Recife, e está localizada no fundo denominado “Exílio”. Contudo, não está catalogada. A confirmação de que as mesmas foram realizadas em Argel ocorreu em contatos com os banidos e identificação da autora. De acordo com uma das funcionárias do Instituto, Marcela Guimarães, é provável que as fotos faziam parte de reportagens publicadas na imprensa europeia.



**Imagem 5:** entrevista concedida pelos banidos na chegada em Argel. Fonte: Acervo do Instituto Miguel Arraes.

A chegada dos brasileiros é também lembrada por Mauricio Seidl, que, acompanhado de Arraes, estava no aeroporto:

Os setenta brasileiros que foram banidos em troca do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher foram para Argel, mas eu não conhecia nenhum deles. Eram de várias organizações, adeptos da luta armada, guerrilheiros urbanos. Alguns inclusive me convidaram para entrar para suas organizações; eu não aceitava, pois estava mais engajado na minha própria sobrevivência e empenhado na minha nova carreira, de piloto civil – que é também apaixonante -, e completamente afastado da vida política brasileira (inclusive porque no Brasil estava proibido de fazer ambas as coisas); além disso eu não acreditava em revolução à distância. Deixei de ser interessante para eles; quem ia me visitar eram os ex-militares. (SEIDL, s/d, p. 113).

Na sua narrativa há uma confusão inicial entre o sequestro do embaixador alemão e o do suíço. Os setenta trocados pelo suíço foram, em janeiro de 1971, enviados para o Chile. Pode ser um indicativo do seu pouco contato com a militância política, já que, em vários momentos

da obra, refere ao seu “exílio voluntário” como um período de “cooperação”<sup>168</sup> com as nações recém-independentes. Contudo, menciona o contato entre ele e os que chegaram. Diferentemente dos militantes, que pretendiam continuar a luta contra a ditadura, Mauricio se preocupava com a sobrevivência imediata e, pelo fato de não poder retornar ao Brasil, via a impossibilidade de fazer política. Sua maior aproximação foi com aqueles que foram, em algum momento, das Forças Armadas. Luiz Arraes (2019), ainda criança, também lembra dessa chegada: “Meu pai foi pro aeroporto e ele chegou numa alegria. Foi de madrugada que eles chegaram. A gente não foi. Mas depois a gente visitava eles num centro que eles ficaram... em Ben Aknoun.”

Uma das lembranças mais presentes acerca do desembarque na Argélia dos trocados, pelo menos entre as narrativas dos militantes da VPR acessadas até o presente, é a “história do Ali Babá e 40 ladrões”. Liszt, com um tom bem-humorado e visivelmente emocionado, afirmou:

Uma coisa curiosa que eu sempre achei muito engraçado, não sei se cê sabe disso, é que quando nós chegamos na Argélia, no mesmo dia, chegou pra visitar a Argélia, o rei da Arábia Saudita.

**Débora:** não.

**Liszt:** não sabe disso? O rei da Arábia Saudita era muito rico, evidentemente, e nós éramos 40, então (tosse)...

**Débora:** o senhor quer uma água?

**Liszt:** não. É mais pela emoção de tá falando coisas do passado. Aí os jornais da Argélia estamparam em manchete “Chegou Ali Babá e os 40 ladrões” (risos).

**Débora:** não, essa eu não sabia. (risos)

**Liszt:** então foi muito engraçado. “Ali Babá e os 40 ladrões”. Claro, é evidente, que era a grande manchete lá da... ainda mais que é história árabe mesmo né. (LISZT, 2017)

Ladislau Dowbor também rememora o momento:

Tem esse negócio que eu conto no livro, que era uma piada... no dia que a gente desembarcou na Argélia, tava lá na manchete do *El Moudjahid*, o jornal oficial deles, em grande manchete, “Desembarcam os 40 prisioneiros brasileiros né”. E uma coluna lateral no *El Moudjahid* tava assim “Em visita oficial chega o rei Faisal da Arábia Saudita”. O que imediatamente os argelinos, que são de literatura francesa, entre outros né, interpretaram como “Ali Babá e os 40 ladrões” (risos). (DOWBOR, 2017).

Na narrativa de Maria do Carmo:

*Fomos levados para o saguão do aeroporto, onde houve uma cerimônia simbólica. Em nosso nome falou Apolônio de Carvalho, que tinha um francês perfeito e além do*

---

<sup>168</sup> Os cooperantes foram militantes, sobretudo técnicos dos mais variados níveis, que em determinado momento se deslocaram a países recém-independentes, em especial do continente africano, para participar do processo de reconstrução após as independências. Um dos países que mais recebeu cooperantes brasileiros, que eram na maioria exilados, foi Moçambique.

*mais era coronel da Legião de Honra da França. Os argelinos nos explicaram que estavam numa situação delicada, porque o rei da Arábia Saudita, Al Faissal, estava de visita ao país.*

*O momento era solene e carregado de muita emoção.*

*Mas, de repente, a irreverência brasileira explodiu, e ninguém resistiu à gozação: quarenta guerrilheiros e o rei da Arábia Saudita! Só podia ser Ali Babá e os quarenta ladrões... (VIANNA, 2003, p.103).*

O jornal *El Moudjahih*, a irreverência brasileira ou uma piada interna: a memória de cada militante registrou de forma diversa a coincidência da chegada dos “40” com a presença do rei saudita Faisal. Contudo, é importante destacar que a chegada é lembrada com bom-humor, diferente da tensão que teria caracterizado o período da viagem. O alívio da chegada, representado também na imagem 4 fez, com que a alegria fosse um sentimento presente. De acordo com Portelli percebemos que a articulação dos fatos que a memória realiza nunca é igual - “[...] um tabuleiro em que todos os quadrados são iguais”, mas sim “[...] uma colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes, porém, formam um todo coerente depois de reunidos [...]” (PORTELLI, 1997, p. 16).

Todos os relatos acessados até o presente mencionam com alegria o nome de Ben Aknoun<sup>169</sup>, o local onde foram levados e alojados os brasileiros banidos. Liszt Vieira (2017) afirma: “Eu não sei nada de árabe, mas esse nome eu nunca esqueci: Ben Aknoun”. Maria do Carmo também lembra a chegada, a qual teria sido cercada de delicadezas:

*Foi a primeira vez na minha vida que vi cerejas: em vasilhas enormes, cheias de água. Cada um de nós tinha um revolucionário de algum país de fala portuguesa ao lado: angolanos, moçambicanos, cabo-verdianos... Uma total delicadeza dos argelinos. Foram estes companheiros de Angola, Moçambique e Cabo Verde que depois me ensinaram tudo o que aprendi sobre falsificação de documentos.*

Terminado o jantar, foram levados aos chalés, homens para um lado e mulheres para o outro. Os casais tiveram alojamentos separados.

*Quando entramos nos chalés, foi a coisa mais comovente: os argelinos tinham feito um kit para as mulheres e outro para os homens. O das mulheres tinha baby doll, rosa ou azul, calcinha, escova de dentes, sabonete, escova de cabelo, xampu, creme Nívea e um perfuminho. Jamais em minha vida vi uma coisa tão gentil: tudo o que você precisa ao sair de uma cadeia. Os homens ganharam depois um terno bonito, feito por um alfaiate italiano. Eram todos listradinhos, e vinham em três tons: bege, azul e cinza. Só que era tudo meio parecido, e mais tarde, quando tiveram que viajar para fora da Argélia, iam em pequenos grupos, para disfarçar.” (VIANNA, 2003, p. 104)*

Para a narradora, os anfitriões argelinos foram sensíveis: primeiro, por colocar um tradutor com cada brasileiro e preocuparem-se com seu bem-estar. Dessa forma, a saída da cadeia e a instalação no novo país foi uma experiência menos traumática, um espaço de

---

<sup>169</sup> Atualmente Ben Aknoun é uma comuna localizada próxima a Argel. É sede de vários órgãos do governo, embaixadas e universidades. Possui um amplo parque com chalés que, acredita-se, foi onde se instalaram os exilados.

recuperação. A preocupação dos anfitriões com esses detalhes foi emocionante e carregada de gentileza. Carlos Fayal menciona que Argel foi fundamental para curar as feridas que haviam sofrido na prisão:

E... os caras nos colocaram lá em Ben Aknoun, que era uma colônia dos franceses. No tempo lá de que eles tavam na Argélia. Na colônia de férias dos franceses lá. Então era um paraíso realmente... tudo jardinado, florido. Então pra curar a ferida foi realmente sensacional. E nós chegamos lá sem lenço, sem documento. Literalmente. Sem nada. Sem nada. Não tinha nada. Então eles nos deram tudo... pasta de dente, roupa, tudo. Fizeram... deram todo tipo de assistência.

**Débora:** o governo argelino ficou auxiliando vocês?

**Carlos:** direto, totalmente. Totalmente. A gente vivia na dependência deles. Inclusive eles nem nos davam muita liberdade de ação... tinham lá suas razões... de Estado. E falavam “Ó, tem o perigo da CIA”, não sei o que. Tinham lá suas razões né. Então nós ficávamos realmente, praticamente só ali em Ben Aknun mesmo. Pra mim foi excelente, porque eu tava muito quebrado realmente, muito ferido... e ... apesar que tava com a cabeça muito boa porque... pelo fato de ter resistido né... não ter comprometido... essa coisa toda. E ao mesmo tempo estava... com as quedas todas do pessoal... enfim. Mas foi... chegamos lá nessa situação. Então era interessante, pra você entender... tinha várias casinhas... então a casa geralmente tinha um quarto pra casal e tinha um lugar assim, tinha duas beliches né. Então geralmente ficava assim, umas quatro pessoas em cada casinha daquelas. E aí mais ou menos por afinidade, pessoal de organização, então foi tudo... tudo funcionou bem.

**Débora:** e as organizações começaram... entre os 40, a tentar algum tipo de articulação, assim?

**Carlos:** é... havia... as feridas eram muito grandes né. Então por exemplo, tinha alguns problemas, algumas organizações que... algumas pessoas que teriam saído, que não deveriam ter saído... porque aquele negócio... teriam aberto na tortura... então havia uma compreensão um pouco radical ali naquela ocasião né. Então isso atrapalhou um pouco né... essa relação... porque isso criava dificuldade em todo mundo se ajustar ali melhor né. (FAYAL, 2017).

Alguns itens da sua entrevista são importantes para compreendermos como o processo de saída do Brasil era difícil, tanto pessoal como politicamente: o primeiro deles se relaciona à ausência total de documentos e itens básicos de sobrevivência, de forma que o governo argelino foi o responsável por tudo. O segundo, refere-se ao processo de recuperação física e mental, embora, na sua concepção estava muito bem, em virtude de “ter resistido” e “não ter comprometido”, ou seja, não ter repassado aos agentes que o torturaram informações sobre a sua organização. Na sequência fala das tensões entre os militantes, pois, segundo narra, alguns não deveriam ter sido trocados pelo fato de terem “aberto” informações durante as sessões de tortura, como já demonstramos anteriormente. Ele mesmo, na sequência da fala, a partir de reflexões posteriores sobre o que a tortura causa em cada indivíduo, afirma que a compreensão da esquerda era um tanto radical acerca de tal problemática. Sobre esse elemento, relacionado



com a “traição”<sup>170</sup> que muitos militantes teriam cometido, presente nas narrativas e em obras de memória, Gasparotto afirma:

A intensidade da crítica à postura dos militantes variava conforme a gravidade da “traição” praticada e seus desdobramentos. Muitos foram criticados em sessões de crítica e autocrítica, inclusive dentro dos próprios presídios. Havia também punições mais severas, como a expulsão da organização ou a exclusão no nome do militante da lista de troca de prisioneiros no caso de um sequestro político. (2008, p. 173).

Fayal foi o único dos narradores que levantou essa questão das divergências entre os indivíduos nesse momento. Contudo, a partir de outras fotografias disponíveis<sup>171</sup>, percebe-se que, quando possível, os membros de uma mesma organização estavam sempre juntos. Por fim, outro ponto presente é a que ele se refere como pouca mobilidade, incentivada pelos argelinos em virtude da provável presença de agentes da inteligência de outros países e também como uma estratégia de tentar manter menos tensas as relações com o Brasil. Como mencionado anteriormente, antes do embarque todos foram muito fotografados e, a partir da colaboração repressiva entre os países, provavelmente tiveram seus passos vigiados em qualquer lugar que estivessem, como de fato ocorreu, pois aqueles que tentaram entrar no Brasil após o banimento, como mencionado, acabaram assassinados. Outro elemento para diminuir a mobilidade dos banidos pode se relacionar com a tentativa de não gerar atritos nas relações entre os dois países.

É importante compreender que em 1969, inclusive, uma missão comercial brasileira visitou o país e alguns acordos foram assinados, sobretudo relacionados à venda de café. Em contrapartida, o secretário de Boumediene visitou o Brasil buscando apoio para a área de construção civil (VIZENTINI, 1998). Nesse sentido, a construtora Rabello, em uma política de expansão de mercados, buscava se inserir na Argélia, tendo em vista às inúmeras obras que estavam sendo construídas no país (CAMPOS, 2012). Ou seja, era importante para os dois países a manutenção de relações amistosas. Vizontini (1998) ressalta que, desde o governo Costa e Silva se instaurou a premissa da diplomacia da prosperidade, quando a ideia da segurança deveria ser aliada à da prosperidade econômica, sem esquecer que vinculada às premissas do capitalismo dependente. Nesse período se formou o “Grupo dos 77”, ou dos países em desenvolvimento, cuja primeira reunião foi sediada em Argel em 1968. O então presidente da Comissão de Representação no Exterior e futuro ministro das relações exteriores, Antônio Azeredo da Silveira, teria dito que “a melhor resposta à subversão é o desenvolvimento” (VIZENTINI, 1998). Percebe-se que os dois países possuíam o desenvolvimento como

<sup>170</sup> A “traição”, segundo a autora, poderia ser de vários tipos. Não pretendo problematizá-la de maneira exaustiva, mas apenas demonstrar que o processo de convivência entre vários grupos da esquerda não ocorria sem tensões.

<sup>171</sup> Que compõe o arquivo do Instituto Miguel Arraes.

objetivo, embora os projetos políticos em curso fossem sobremaneira distintos: o brasileiro num constante aumento da desigualdade social e exploração de trabalhadores e o argelino com o objetivo de fazer com que a população pudesse acessar direitos e criar as mínimas condições de sobrevivência, ante a destruição a que fora submetida o país.

Ladislau Dowbor relata que o impacto maior foi ser recebido em um local que oferecia condições de dignidade, pois, ao sair dos cárceres da ditadura, marcados por condições precárias, o estranhamento com a recepção era inevitável. Seu testemunho, marcado por alguns silêncios em relação a tais aspectos, evidencia a dificuldade em lembrar:

Depois da chegada nós tivemos um monte de entrevistas no aeroporto e depois nós fomos levados a um lugar... lugar muito simpático, muito bucólico, na parte alta de Argel, ah... chamado Ben Aknoun. Ah... e em Ben Aknoun é uma casa de repouso para idosos... não tínhamos idosos, mas tá, enfim... e cada um de nós recebeu, sabe, cama, escova de dente, ah, sabe... a gente bem... eu sem sapato... enfim... não é só sem papéis, sem nada... estrepado, sujo, enfim. Nunca ninguém tomou banho ali né... alguns há meses, eu também, uns ensanguentados... esse o negócio (silêncio)... quer dizer... tiraram dali... o... então o choque de você entrar num lugar, sabe, limpinho, dormir com lençóis, enfim, não jogado no chão, essas coisas né. Um choque muito, muito forte né. Se acordar ali, árvores, passarinhos, tinha até uns coelhinhos que brincavam ali naquele conjunto né. (DOWBOR, 2017)

Após um intenso período de violência a que foi submetido, o estranhamento era estar em um espaço com condições de dignidade. Percebe-se assim que a memória dos trocados pelo embaixador, durante o período em que estiveram na Argélia é marcado pelo processo de recuperação da saída da prisão e de denúncias do que ocorria no Brasil. Ladislau, na sua obra de memórias, afirma:

Fomos recebidos com imenso carinho espontâneo da população, recém saída de anos de luta contra o ocupante francês. Não pagávamos táxi, recebiam-nos as famílias. Raras eram as que não tinham tido mortos ou torturados. A tecnologia do pau-de-arara e do choque elétrico combinados nascera ali, parte menos conhecida de *la culture* francesa. Sentiam-se plenamente identificados. As circunstâncias são determinantes para os valores. Ninguém imaginaria ali chamar-nos de terroristas, ou de estudantes iludidos. Os representantes da frente de libertação de Angola nos explicavam as suas formas de luta, os vietcongs nos sugeriam estratégias, o movimento palestino nos explicava os seus dramas, o Black Panther dos Estados Unidos queria saber do movimento negro no Brasil, o Makatini discutia conosco das formas de arrancar Mandela da prisão. Com três quartos da riqueza mundial nas mãos de um grupo de países ricos, com dramáticas lutas para fugir do colonialismo e do subdesenvolvimento, lutar não era uma questão de extremismo: era uma questão de decência. A vontade de mudança aparecia como generalizada. (DOWBOR, 2000, p. 27-28)

Carinho espontâneo: havia uma identificação imediata dos argelinos com os brasileiros recém-chegados, tendo em vista que todos lutaram contra regimes de opressão, havendo inclusive a denúncia de que os franceses exportavam técnicas de violência experimentadas

contra os argelinos para outros países. A obra de Dowbor é permeada por reflexões que colocam a luta por mudanças, em especial econômicas, como uma ética de preocupação com a humanidade e a sua atuação no presente enquanto economista, reflete esse elemento. Tanto é que o subtítulo da sua obra de memória analisada é “A economia para além das equações”. Da mesma forma, registra a solidariedade de grupos de outros locais que enfrentavam conflitos por libertação e buscavam aprimorar suas técnicas de combate, solicitando apoio dos recém-chegados. Liszt aponta esses aspectos em poucas palavras:

A minha impressão quando eu cheguei... tava saindo da tortura... isso era uma loucura. Cheguei e acho que dormi dois dias seguidos. Eu acordei o Ladislau me chamando, me chamando, me chamando. Na época eu era Fred. Tive vários nomes, Bruno, Fred. Porque pelo seguinte, a imprensa tava toda lá e só quem falava francês era o Ladislau e eu. E o velho Apolônio. [...]  
E aí... e eu falei que falava francês e inglês. Então eles precisavam de mim pra atender os jornalistas. Que era um monte de jornalista. Eu tava dormindo porque eu não aguentava. Aí eu acordei assim, lá fui eu pra trabalhar. Atender os jornalistas, não sei o que. Aí ficamos alguns dias atendendo jornalista. (LISZT, 2017)

No seu relato há menção ao alívio por poder dormir combinado com a continuidade das tarefas. O fato de ser chamado por um dos seus nomes da clandestinidade, Fred, remete a confusão estabelecida naqueles primeiros momentos após a chegada: não era definido o que fariam na sequência, por isso a necessidade de manter estruturas de proteção pessoal e também da organização. Paiva também menciona as inúmeras atividades:

[...] levávamos uma vida movimentada na colônia de Bem-Aknoun. Afora o intenso convívio com os amigos que nos visitavam, jogávamos futebol, fazíamos ginástica, estudávamos francês, líamos, curtíamos a paz do bosque e dos jardins e, naturalmente, tínhamos razões de sobra para papos sem fim entre nós mesmos. Nos primeiros dias, os que gostavam de futebol assistiram os jogos do final da Copa e, ao que me lembro, fizeram coro com a ‘Pátria de chuteiras’. (PAIVA, 2004, p. 86)

Essas atividades também são rememoradas por Maria do Carmo:

*Logo no primeiro dia, já começou a rotina de dar entrevistas e fazer contatos. Apareceram jornalistas das principais revistas e jornais da Europa, que ficavam lá acampados.*

*E, além disso, o capitão Altair Campos introduziu a ginástica, que foi um negócio muito legal: ficava todo mundo de manhã naquele abaixa, levanta, um, dois, três.*

*Aí, nos levaram para comprar roupas, e trouxeram um barbeiro. Eu entrei na fila e cortei meu cabelo igual ao de homem. Adorei, porque antes da prisão tinha pintado meu cabelo de amarelo-canarinho e naquela altura ele estava de todas as cores do arco-íris...*

*Os argelinos e mais todo o pessoal das colônias portuguesas que estava por lá começaram a organizar várias atividades para a gente. Tinha aula de francês para todos os níveis. Quem já sabia alguma coisa, tinha feito Aliança Francesa, como o Daniel Aarão Reis, companheiro do MR-8, e eu, era só aula de conversação. (VIANNA, 2003, p. 104)*

A retomada de atividades físicas também é mencionada por Daniel Aarão (2017): “A gente fazia ginástica, começamos a recuperar a nossa condição física e... num ambiente muito... muito simpático da parte dos argelinos. Nos receberam com muita amizade e fidalguia. E nós tivemos lá a possibilidade de ficar então... asilados na Argélia.”. Essa visibilidade que os banidos tiveram, ao menos nos primeiros momentos, não passou despercebida pela representação diplomática brasileira no país. Em um telegrama da Secretaria de Estado para a Embaixada, encontramos:

Vossa Senhoria deverá dizer oralmente que as referências amistosas do Comandante Djelloul foram transmitidas ao Ministro de Estado, o qual apreciou devidamente o desejo expressado da manutenção da harmonia com as autoridades brasileiras. Por isso mesmo é que não compreendemos como está sendo permitido aí que os terroristas banidos do território nacional e que aí se encontram editem e distribuam um boletim mimeografado sob o título ‘Frente Brasileira de Informações’, com fotografia e entrevista de Carlos Lamarca e declarações de Joaquim Câmara Ferreira, nas quais se prega a guerra revolucionária. Deverá Vossa Senhoria pedir que, no interesse das boas relações entre o nosso país e a Argélia, esse Governo faça cessar esse procedimento.<sup>172</sup>

Alguns aspectos merecem atenção: o primeiro deles é o agradecimento pelo fato de a ação ter corrido tranquilamente, num desejo de manter as relações entre os países. Contudo, o fato de que os banidos dessem entrevistas e realizassem denúncias era visto como uma violação ao acordo inicial. Contudo, há uma confusão na representação brasileira, pois afirma que aqueles passaram a editar o boletim da FBI, o que era falso, pois isso era feito pelo grupo de Arraes. Posteriormente, os banidos se engajaram na sua produção, mas não nesse primeiro momento. Outra instrução no sentido de cercear qualquer direito proveniente da cidadania brasileira foi enviada pelo Itamaraty para a embaixada:

As circunstâncias de sua saída do Brasil e, especialmente, a condição de banidos, lhes vedam qualquer direito a contarem com o amparo e a proteção das autoridades diplomáticas e consulares brasileiras. Nessas condições, vossa senhoria não deverah [sic] atender nenhum pedido que as referidas pessoas lhe venham a fazer para a execução dos atos que usualmente podem ser praticados em favor dos cidadãos brasileiros residentes no exterior.<sup>173</sup>

Percebe-se assim que os banidos, considerados os maiores inimigos da ditadura, ficaram sem nenhum tipo de proteção no exterior. Seguiam sendo perigosos em qualquer circunstância e sua vida devia ser dificultada ao máximo; assim o “inimigo interno” permanecia sendo monitorado caso adentrasse em alguma repartição brasileira. Em outubro do mesmo ano, o Centro de Informações do Exército enviou para a DSI/MRE a seguinte informação: “Este

<sup>172</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty. Secretaria de Estado para Embaixada em Argel. Telegrama. Presos políticos banidos para a Argélia. 17 de julho de 1970.

<sup>173</sup> Idem.

centro remete para que sejam difundidos pelas Embaixadas, 50 (cinquenta) álbuns contendo fotografias dos elementos banidos do Território Nacional.”<sup>174</sup> Percebe-se que a sessão de fotos mencionada por Aarão (2017) e Maria do Carmo alimentava tais álbuns, atualizados após o banimento dos 70 para o Chile. Logo após a chegada dos 40, Yara Gouvêa fez sua primeira viagem para Argel:

Os companheiros chegaram em Argel... eu fui ao encontro deles. É quando eu encontro Miguel Arraes e dessa viagem mesmo, em Argel... como eu já fazia todo esse trabalho de divulgação em vários países europeus... já tinha criado pequenos núcleos, não só na Suíça, como na Alemanha, como na Bélgica, como na França, como na Holanda, independente de qualquer coisa... e fazia pequenos núcleos de estudos. Nós estudávamos textos, etc e tal. Daí com a participação de locais... sempre. Daí... surge a ideia de que eu, faria uma antena da Frente Brasileira de Informações em cada país europeu. Não só em cada país europeu como estendemos as antenas também para os Estados Unidos, para Moscou, para a China e enfim... internacionalizamos a Frente Brasileira de Informações. O boletim seria feito em Argel e nós reproduziríamos os boletins. (GOUVÊA, 2019)

Yara, nesse momento, era próxima da VPR; ao mesmo tempo em que se dirigiu para Argel para receber os companheiros, aproximou-se de Miguel Arraes e de seu projeto de denúncia. A partir de então, seu exílio foi marcado por essa atividade. Seu nome de guerra, Sônia, inclusive, foi dado por Apolônio, em um momento em que se encontrava distraída: “Meu nome de guerra foi dado pelo Apolônio. ‘Sonha, Sônia’ e começou a me chamar de Sônia. Alguns filhos do Arraes me chamam de Sônia até hoje... e grudou.” (GOUVÊA, 2019). Esse nome é utilizado também por Bona Garcia na sua obra de memória para se referir a Yara, quando relata a sua primeira viagem para Argel, ainda como membro da VPR. Daniel Aarão faz uma série de avaliações sobre a presença em Argel:

Bem, apareceu a figura também do Miguel Arraes. Miguel Arraes tava lá já há alguns anos e nos ofereceu também muito boa acolhida e ele é... é... naquela época ele simpatizava muito com as organizações de luta armada. É... havia a impressão, no estrangeiro, e no Brasil também, que a nossa força era muito mais considerável que aquela que a gente tinha realmente. E nós estávamos muito otimistas com aquilo que a gente chamava “a guerra revolucionária”. Nós estávamos muito otimistas porque, embora tivéssemos sofrido muitas perdas, mortos já né, a gente tinha tido as ações do embaixador americano, depois a do cônsul japonês, depois a do alemão. Todas exitosas. Tínhamos tido alguns baques já, porém, a expectativa geral daqueles 40 revolucionários era de muito otimismo. Ainda. E o Arraes, apesar de ser um político muito experiente... ele se deixou... como outros né... envolver por essa atmosfera, né. E ele, e ele... adotou uma posição assim de... de aliança... com os grupos revolucionários. E se dispôs a ajudá-los na medida das suas possibilidades. (AARÃO, 2017).

---

<sup>174</sup> Arquivo Nacional. Centro de Informações do Exército. Elementos banidos do território nacional. Identificação: BR\_DFANBSB\_Z4\_DPN\_BRA\_BEE\_0029\_p4.

Esse relato é representativo de como a memória atua: para além da rememoração de como foram recebidos por Miguel Arraes e as expectativas dos militantes de retorno à luta, há uma análise, feita *a posteriori*, de que os grupos revolucionários e, inclusive um militante experiente como Arraes, estavam equivocados na sua avaliação política. O sucesso de algumas ações, em especial de sequestro de representantes diplomáticos, teria feitos com que todos ficassem envoltos “por essa atmosfera” de otimismo. Dora Schwarzstein afirma: “Lo que es interesante en los testimonios no son los hechos del pasado sino la manera en que las memorias fueron construidas y reconstruidas como parte de una conciencia contemporánea.” (p. 75-76). A consciência contemporânea de Daniel Aarão é que havia um erro de avaliação sobre o momento e isso é partilhado na sua narrativa sobre o passado. Novamente aparece a simpatia de Arraes pelos grupos armados mas que, ao que as evidências indicam, não se concretizou de fato. Luiz Arraes também possui a lembrança da presença dos “40” em Argel:

A gente visitava eles num centro que eles ficaram... em Ben Aknoun. O que mais me chamou a atenção... olha que eu tava lá há um ano e pouco foi... tinha um refeitório grande, era um lugar agradável, um pouco... quartel vamos dizer... tinha umas casinhas dentro de um bosque, era razoavelmente confortável... pra quem tava... uma maravilha. Mas, podia se morar lá. Era o negócio da língua portuguesa! 40 pessoas mais uns outros lá falando português. Estranhíssimo! Eu pensei que nunca mais ia ouvir aquilo. E a gente era um pouco adotado por todo mundo né. Tudo pirralho brincando. (ARRAES, 2019)

Como visto anteriormente, Arraes aconselhou os filhos a não pensarem no retorno, tendo em vista que a ditadura brasileira poderia ser longa, como de fato o foi. Dessa forma, o número grande de indivíduos falando português, foi um dos elementos de estranhamento para a então criança. Outro aspecto que chamava a atenção do menino era o relacionado à participação dos banidos em ações armadas:

Eu as vezes me assustava. Porque eu ainda tinha uma cabeça católica. E o negócio da violência, da coisa, eu ficava muito impressionado. Isso me impressionava muito. Eu não achava eles bandidos, não, não cheguei a esse ponto. Mas eu ficava muito dividido. Aí eu lembro que eu li uns textos que me aliviaram, de Jorge Amado, que a violência, se fosse pra trazer a paz... ela podia ser usada. (ARRAES, 2019)

Para uma criança com formação católica, era estranho ouvir tantos relatos de violência, com destaque para o fato de que seu pai estava, ao menos naquele momento, oferecendo apoio aos sujeitos que haviam participado de ações desse cunho. Essas sensações são particulares de cada sujeito e, mesmo que o exílio ou, no caso em tela, os efeitos produzidos em uma criança a partir do contato com os banidos devem ser objeto de reflexão. Dora Schwarzstein (2001) afirma que os fatos históricos devem ser analisados e compreendidos a partir do prisma do

efeito que produzem nos indivíduos. Dessa forma, o exílio, mesmo sendo um fenômeno que atingiu amplos setores das sociedades latino-americanas, não consegue ser compreendido na sua totalidade se o pesquisador não levar em consideração a resposta individual.

A partir do analisado, concluí que os banidos, ao menos nesse primeiro momento, não se consideravam exilados, tendo em vista o desejo de retornar para o Brasil e dar sequência a luta. Dessa forma, a Argélia foi vista como um espaço de rearticulação e de curar as feridas, como mencionado por Maria do Carmo, que não dormia em virtude da tortura. É importante ressaltar que, mesmo sendo exibido um filme de violência, o fato de estar cercada de companheiros fez com que a mesma se recuperasse:

*Os argelinos organizaram várias sessões de cinema. Para assistir, por exemplo, filmes como A Batalha de Argel. Ali, no escurinho, cercada de amigos e companheiros por todos os lados, eu comecei a dormir. Só acordava quando a luz acendia. De repente aprendia a dormir de novo. (VIANNA, 2003, p. 105)*

A presença da maioria dos banidos em Argel foi curta: um pouco mais de um mês. Após tal período, a maioria, em torno de 30 partiu pra Cuba. Paiva afirma:

Entretanto, o futuro não está escrito na Bíblia nem no Corão, e tampouco na palma da mão. A única coisa certa, para quase todos nós, era que a Argélia seria um porto de passagem. Como também o seria Cuba. O mais seriam consequências de consequências...  
Naqueles dias, tínhamos pressa de chegar. Ou de tomar o caminho de nunca chegar. Nem nos passava pela cabeça viver o destino dos espanhóis, que fazia mais de 30 anos estavam esperando retornar à Espanha no ano seguinte. Isso, nunca! (PAIVA, 2004, p. 90)

Percebe-se, a partir do relato, que o exílio não era uma perspectiva, de forma que, para os militantes, estava fora de questão que sofressem algo parecido com a vivência dos republicanos espanhóis exilados do regime franquista. Ser exilado não era uma possibilidade para a maioria. Assim, o autor menciona a pressa para chegar, provavelmente ao Brasil novamente, fato que não ocorreria antes de 1979. Assim, para a grande maioria dos banidos, o período na Argélia foi curto. Por exemplo, no ano 2015, ainda durante a escrita do projeto para a tese, entrei em contato via internet com outras pessoas que passaram pelo país e também eram do grupo dos 40. Dulce Maia<sup>175</sup>, ao ser questionada sobre seu interesse em dar o relato para a pesquisa, respondeu-me com a seguinte mensagem: “Débora, passei pouco tempo em Argélia. Nem dois meses. Pouco para lhe fornecer informação sobre esse período, além do mais eu estava mal e sem condição de sair do local aonde fomos alojados. Boa tarde.” Na mesma linha

---

<sup>175</sup> Militante da VPR. Passou por diversos países no exílio, tais como Portugal e Guiné Bissau. Após o retorno, dedicou-se a projetos ambientais e culturais. Faleceu em 2017.

foi a resposta de Cid Benjamin<sup>176</sup>: “Débora, aceitaria ajudar de bom grado, mas não teria o que dizer. Mal cheguei à Argélia, viajei para Cuba. Assim, não teria o que dizer”. Contudo, Cid não mencionou o período posterior que ficou no país, antes do retorno programado para o Brasil, mas que não aconteceu, fato relatado no seu livro. Assim, compreendo que, para alguns dos “40”, o período de estada na Argélia foi de recuperação da violência para a retomada posterior da luta. Por volta de um mês após a chegada à Argélia, o governo cubano, interessado em dar treinamento de guerrilha para o grupo, propôs a ida dos mesmos para o país, com o argumento de participarem dos festejos de 26 de Julho<sup>177</sup>. Tal convite foi aceito pela quase totalidade dos militantes, de forma que permaneceram na Argélia Apolônio de Carvalho, que intentava ir para a França, Ladislau Dowbor, Maria do Carmo Brito e Ângelo Pezzuti, membros da VPR que tiveram que ficar para resolver a questão relacionada com a “ação do cofre”. Altair Luchesi de Campos<sup>178</sup> também ficou, de forma que sua família posteriormente se deslocou para o território argelino.

Liszt afirma que não havia muita perspectiva de futuro na Argélia em virtude da falta de dinheiro e planejamento. O horizonte imediato era ir até Cuba fazer treinamento de guerrilha, em virtude da ausência de condições, materiais e de planejamento, da sua organização:

A chegada e um mês... não deu pra fazer muito plano pra futuro, a não ser... o governo cubano tava convidando pra fazer treinamento. Era a única coisa que tinha no horizonte, de imediato era isso. Não tinha... nem tínhamos recursos. Não era só recursos materiais não... não tinha condições de planejamento a médio e longo prazo. (LISZT, 2017).

Aspecto ainda a se mencionar é a ausência da possibilidade de entrar em outros países. Martins Filho (2019) ao analisar a documentação do serviço secreto britânico mostrou que este atentava para o fato dos banidos terem ido para a Argélia e aventava a hipótese de que haveria a participação do governo argelino no sequestro, inclusive pela presença de Arraes há anos no país. Contudo, esse argumento foi refutado por outras esferas do governo britânico, tendo em vista a suposta vida reclusa que Arraes levava. Contudo, a partir da ação da embaixada brasileira em Londres, o equivalente ao Ministério da Justiça emitiu a normativa sobre os banidos: “[...] não fossem emitidos vistos nem se permitisse entrada no Reino Unido aos brasileiros da lista e pedia atenção nos postos de controle, uma vez que portadores de passaporte argelino não precisavam de visto para ingressar no país.” (2019, p. 48). Dessa maneira, a quase totalidade

---

<sup>176</sup> Cid foi militante do MR-8. Passou como exilado pela Suécia. Atualmente é jornalista. Sua obra de memória é utilizada como uma das fontes para o trabalho.

<sup>177</sup> Dia da Rebeldia Nacional. Rememoração da tentativa de tomada do quartel de Moncada.

<sup>178</sup> O mesmo teria sido preso por ser amigo de Carlos Lamarca.



dos banidos foi pra Cuba. Nesse momento, há outra anedota lembrada. Relaciona-se com as roupas oferecidas pelo governo argelino para os indivíduos. Eram todos iguais, apenas mudava a cor. Quando questionei sobre a documentação utilizada na saída para Cuba, Fayal afirmou:

**Carlos:** não, ali foi uma coisa de governo pra governo. Eu e os outros. Era até engraçado (risos) porque o pessoal falava “Cês ficam disfarçados né”. Todo mundo com o mesmo terno (risos).

**Débora:** é... uma das coisas que eu li é que o governo fornecia as mesmas roupas...

**Carlos:** é (risos)... todo mundo fingia que não conhecia um ao outro... polícia secreta de Portugal... uma piada assim. Pô, o cara olhava (risos)... então tem uns folclores interessantes. (FAYAL, 2017).

A partida também foi objeto da narrativa, um tanto irônica, de Paiva:

Aguardando a hora do embarque, estávamos no saguão do aeroporto, no mesmo lugar onde desembarcávamos cerca de um mês e meio antes diante de dezenas e dezenas de jornalistas. Fazia menos de dois meses que as nossas fotografias haviam sido estampadas nas primeiras páginas de muitos jornais e revistas pelo mundo afora. No entanto, agora estávamos clandestinos, despistando a partida para Havana. De repente íamos sumir de Argel como quem evapora. A CIA e o SNI iam ficar desnorteados, procurando-nos por toda parte.

As nossas malas eram todas iguais e o alfaiate do presidente Boumedienne encarregou-se de uniformizar-nos: sapatos iguais, camisas iguais e ternos do mesmo corte e tecido, embora de duas cores. Quem escolheu terno cinza, recebeu também uma calça bege e vice-versa. Aproximadamente a metade uniformizou-se de cinza, e a outra de bege. Eu fazia parte do grupo cinza, quer dizer, do grupo de terno cinza. Éramos “turistas” uniformizados e agíamos como se não conhecêssemos uns aos outros. (PAIVA, 2004, p. 95-96)

Contudo, diferentemente do que a maioria imaginava, a ida para Havana não passou despercebida. Em um telegrama do mês de agosto de 1970 enviado para a Secretaria de Estado, alguns elementos são de destaque:

2. Acredito, realmente, discernir um sensível desgaste político do Sr. Miguel Arraes e seus seguidores, junto a certas áreas do governo argelino; há indícios de que tal desgaste começa a atingir, igualmente, os quarenta extremistas, alguns no momento em Havana, e alguns provavelmente em Paris; sinto uma mudança de atitude, relativamente ao Brasil, de personalidades locais importantes, muitas das quais começam a ter uma visão mais objetiva dos problemas brasileiros [...]

7. Neste momento de reconsideração argelina da realidade brasileira, creio muito importante a atividade dos arquitetos brasileiros, que nos escritórios da organização “Comedor”, preparam os projetos da Universidade de Constantine e da Cidade Nova de Argel [...]. Igualmente importante é a atividade do Embaixador Hafid Keramane, grande incentivador dos contatos [sic] entre homens de negócios do Brasil e da Argélia.<sup>179</sup>

Alguns dias depois, em um pedido de passaporte de um casal que também trabalhava com Niemeyer, encontramos a referência:

<sup>179</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty. Telegrama. O governo argelino face à realidade brasileira. 21 de agosto de 1970.

Pertence, assim, ao núcleo da colônia brasileira local, que representa a melhor influência brasileira junto às autoridades e sociedades locais, para contrabalançar e superar a campanha sistemática de desprestígio que intentam, certamente, os elementos subversivos, asilados e banidos, juntamente com o noticiário tendencioso da imprensa cubana e de certos setores da imprensa europeia com forte repercussão na imprensa local. [...] <sup>180</sup>

A partir dos dois documentos percebemos algumas características da atuação da embaixada: como veremos no decorrer do texto, o argumento do desgaste político de Miguel Arraes ante as autoridades argelinas foi constantemente utilizado pela representação brasileira quando almejava minimizar a sua atuação. Da mesma forma, percebe-se que já havia a informação de que provavelmente os banidos haviam partido para Havana ou se encontravam em solo francês <sup>181</sup>. Importante destacar que, nos documentos repressivos, as palavras “asilado” e “exilado” se confundem, mas em relação aos banidos, não. Ou seja, o banimento, cujo sinônimo era “terrorista” fez com que esses indivíduos adquirissem uma identidade relacionada à periculosidade, de forma que, no momento da sua volta, havia uma grande preocupação, assim como com o retorno dos cassados imediatamente após o golpe, a exemplo de Arraes.

Outro elemento de destaque é a apreciação do trabalho da equipe de Niemeyer, na qual Ana Angélica se encontrava, como elemento positivo para a construção de uma impressão positiva do Brasil. Ou seja, como estava em situação regular em solo argelino e por pertencer a um grupo que fazia o país ter uma boa imagem, sua atuação não era vista como perigosa. O fato é que em nenhum documento da embaixada acessado, Ana Angélica é citada, com exceção de um pedido de renovação de passaporte, em 1975 <sup>182</sup>. Sobre a presença de Maurilio no país, os primeiros documentos datam de 1977, quando este passou a reivindicar um passaporte. Até então, ele e Ana tinham realizado a renovação do passaporte diplomático do mesmo por “métodos próprios”. Ela afirma que, mesmo não parecendo, sua presença devia estar sob vigilância:

Maurilio nunca pediu asilo político. [...] O governo do Brasil pediu notícias de Maurilio Ferreira Lima e o governo argelino dizia: ‘Não conhecemos esse senhor. Não consta.’ Então tinha mais bônus do que ônus isso. Porque, certamente, a gente era mais vigiado porque não estava sob proteção, mas a gente não percebia isso. (MELO, 2019)

<sup>180</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty. Telegrama. Solicitação de passaportes. Sr. Augusto Cezar Perazzo e Senhorita Telma Maria Lins Perazzo. 24 de agosto de 1970.

<sup>181</sup> Contudo, a partir das evidências, acredita-se que a presença em solo francês, ao menos nesse momento, não tinha ainda ocorrido.

<sup>182</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty. Divisão de passaportes. Relação de passaportes concedidos. Comuns. Janeiro de 1975 a fevereiro de 1976.

Mesmo que provavelmente os mesmos estivessem sob vigilância esta não era percebida, o que também poderia ser um elemento perigoso, caso alguma ação da repressão brasileira viesse a ocorrer. O documento anterior também destaca a atuação do embaixador argelino Keramane, então considerado como um elemento importante nesse contato. O que, pressupõe-se, ainda não era de conhecimento da embaixada, era que as ações de Keramane estavam sendo monitoradas pelo SNI, pois o mesmo atuaria como elemento de ligação entre a VPR e a os exilados na Argélia, como veremos no tópico a seguir.

Dessa forma, encerrou-se o ciclo argelino para muitos dos banidos. Como reiterado, o período no país acabou sendo somente de rearticulação com vistas a voltar para o Brasil. É possível que a tranquilidade do período fez com que a memória da maioria dos banidos o relacionasse com as anedotas mencionadas. Assim, a maioria das organizações ainda atuantes, com exceção da VPR, intentava enviar seus militantes para fazer treinamento em Cuba, o que ocorreu. Os militantes dessa organização que ficaram em solo argelino, tinham uma missão específica: tentar recuperar o dinheiro adquirido por meio de uma ação que ficou conhecida como “Roubo do cofre”, na qual nos deteremos a seguir.

### **2.3 “Criança mal educada no cenário internacional”: as tensões entre o Brasil e a Argélia em 1970**

“Uma criança mal-educada no cenário internacional”<sup>183</sup>: ao retratar a conversa que tivera com um representante do governo argelino, o diplomata brasileiro José Murillo de Carvalho se referiu dessa forma ao país, tendo em vista as supostas ações do governo magrebino em outros espaços. Essa ação foi notória no desenrolar da “ação do cofre.” Como mencionado, com a partida da maioria dos banidos, o grupo de exilados brasileiros em Argel diminuiu significativamente. Contudo, suas ações continuaram. O comando da VPR lá permaneceu. De acordo com Maria do Carmo Britto:

*A ideia de deixar o comando na Argélia era porque de lá a comunicação com o Brasil era mais fácil do que em Cuba. Além disso, eu tinha a missão de encontrar a pista do dinheiro do cofre do Adhemar. Combinamos que mais tarde iríamos pra Cuba – não naquele primeiro momento. (VIANNA, 2003, p.108)*

---

<sup>183</sup> Arquivo Nacional. Embaixada do Brasil em Argel para Secretaria de Estado. Telegrama. 08 de junho de 1970. Identificação: BR\_DFANBSB\_N8\_0\_PSN\_EST\_0164\_.

O dinheiro a que Maria do Carmo se refere é o que foi expropriado em uma ação em 1969<sup>184</sup>. Num total de 2,5 milhões de dólares, o dinheiro obtido a partir da ação da VAR-Palmares tinha que ser dividido, pois o grupo não tinha estrutura para mantê-lo todo. Num primeiro momento, um milhão teria ficado sob custódia do então embaixador argelino no Brasil Hafid Keramane. O restante seria distribuído entre a organização no Brasil. Contudo, uma divergência no grupo, fez com que o mesmo se dividisse, de maneira que a VPR voltou a existir. Dessa forma, novamente parte do fruto da ação foi dividido. De acordo com Cardoso, Arraes seria uma espécie de tutor do dinheiro:

Keramanne teria a missão de abrir uma conta para a VAR-Palmares na Suíça, que seria usada para abastecer os militantes exilados, muitos vivendo em péssimas condições financeiras. Nenhum militante teria acesso ao dinheiro sem passar antes pelo aval de um velho conhecido da esquerda brasileira, cassado pelos militares logo após o golpe de 64, Miguel Arraes. O ex-governador de Pernambuco, exilado em Argel, aceitou de bom grado o papel de avalista. (2011, p. 83)

Em abril de 1970, uma das comandantes da VPR, Maria do Carmo, foi presa. No seu relato menciona que a maioria das perguntas feitas pelos agentes que a torturavam se relacionava ao paradeiro do dinheiro<sup>185</sup>. Como se descobriu que o embaixador argelino esteve envolvido na articulação que tirou o montante do país, houve um grande esforço no sentido de montar uma estratégia para provar a participação do mesmo. Assim, há um grande conjunto documental<sup>186</sup> que versa sobre o assunto, cuja produção iniciou no dia 18 de junho de 1970, ou seja, logo após a saída dos “40” e se estendeu durante o segundo semestre de 1970, quando ocorreu a troca do embaixador argelino no Brasil. Ao analisarmos a documentação percebemos que havia posicionamentos divergentes entre a comunidade de informações e a embaixada brasileira naquele território acerca de que atitude tomar em relação ao embaixador Keramane. Como demonstrado anteriormente, ele era visto pela embaixada brasileira como um elo positivo entre as duas nações; mas para os órgãos de segurança no Brasil, era um agente subversivo. Inicialmente, após a prisão de Maria do Carmo, tentou-se montar uma estratégia para buscar provas que o comprometessem. Após a sua prisão, com o suicídio do seu companheiro, Maria do Carmo, foi submetida a violenta tortura, com o intuito de arrancar informações que

---

<sup>184</sup> Para detalhes sobre a ação, consultar: Cardoso (2011)

<sup>185</sup> É importante ressaltar que, em meio às ações repressivas praticadas pelos agentes estatais, inúmeros foram os relatos de sumiço de objetos e valores. Ou seja, além da prisão dos militantes e da recuperação de documentos, os agentes muitas vezes dividiam entre si o que consideravam interessante. No caso do cofre, em virtude do montante envolvido, essa busca tornou-se mais intensa. Nas palavras já mencionadas de Ladislau Dowbor (2017): “A bandidagem era generalizada.”

<sup>186</sup> Dossiê constituído por documentos dos diferentes órgãos de informação e segurança. Intitula-se: “Argélia – relações Brasil/Argélia (Expulsão do Embaixador da Argélia no Brasil)”. Sua identificação é: BR DFANBSB N8.0.PSN.

permitissem recuperar o dinheiro. Consequentemente, uma operação, via CIE, foi montada para tentar provar a suposta participação do embaixador no episódio: a prisioneira escreveu uma carta ao mesmo solicitando parte do que se encontrava com ele:

Estamos com um sério problema. Completamente sem dinheiro. Escrevo para o senhor porque, embora JUAREZ tenha dito que o retirou daí, acredito que seja mais uma contra-informação dele, pois era extremamente criterioso, tanto quanto ao dinheiro, tanto quanto no que se refere ao contato com a Embaixada.

Assim que for possível, irei aí pessoalmente. Por favor, se possível entregue US\$ 10 mil ao portador.<sup>187</sup>

Não foi possível confirmar se a carta foi entregue ao destinatário. Contudo, o plano foi prejudicado em virtude da ação que trocou os 40 prisioneiros, dentre eles, Maria do Carmo. Cardoso (2011) afirma que a ação foi realizada justamente para libertar os militantes da VPR, enviá-los para a Argélia e voltar a ter o acesso ao montante, tendo em vista as enormes dificuldades pelas quais passava a organização. Ladislau também relaciona a tortura a que foi submetido com o desejo dos agentes de encontrarem o dinheiro: “Porque normalmente... eu tinha recebido um tratamento especial não por mim... alguma importância, mas porque eles achavam que eu sabia onde tava o dinheiro. E não era por razões políticas, mas pra chegar... pra meter a mão no dinheiro mesmo, entende.” (LADISLAU, 2017).

Em virtude da ação que libertou os 40, o Itamaraty, em telegrama para a Presidência, ainda no dia do embarque dos banidos afirmou que:

[...] foi-nos solicitado que nenhuma providência fosse tomada, no nível diplomático, contra o referido Embaixador, a fim de não prejudicar a referida operação. [...] Parece ter desaparecido a possibilidade de ser levada a cabo a operação planejada pelo CIE e, portanto, o obstáculo principal para a adoção das medidas diplomáticas cabíveis contra o Embaixador Keramane.<sup>188</sup>

A partir de então, CIE e MRE passaram a fazer um levantamento das ações de Keramane, utilizando como argumento central a fala de Maria do Carmo. Inicialmente, o Itamaraty sugeriu que o mesmo fosse imediatamente declarado *persona non grata*, lembrando um episódio de 1967, em que um funcionário da Embaixada argelina já havia sido expulso, pois o mesmo teria se utilizado da mala diplomática da embaixada da Argélia para troca de correspondência entre exilados no Uruguai e militantes no Brasil<sup>189</sup>. As reflexões sobre o fato do governo argelino saber das ações realizadas por seus funcionários são constantes, pois Fatih,

<sup>187</sup> Arquivo Nacional. Argélia – relações Brasil/Argélia (Expulsão do Embaixador da Argélia no Brasil). Identificação: BR\_DFANBSB\_N8\_0\_PSN.

<sup>188</sup> Idem.

<sup>189</sup> Arquivo Nacional. Centro de Informações do Exterior. 02 de junho de 1972. Atividades de Fatih Agha Bouayed. Identificação: BR\_AN\_BSB\_IE\_008\_006\_2p.

ao retornar ao país, tornou-se conselheiro para assuntos da América Latina no Ministério dos Negócios Estrangeiros. Essa ação fez com que José Murillo de Carvalho, então atuando em solo argelino mencionasse em Telegrama para a Secretaria de Estado: “[...] Este país está acostumado comportar-se na vida internacional como uma espécie de criança mal educada habituada a se desmandar impunemente sem que nada lhe aconteça e assim quando recebe corretivo não pode evidentemente compreendê-lo.”<sup>190</sup> Ou seja, havia uma insatisfação do Itamaraty em relação as ações praticadas por membros da representação argelina.

Contudo, algumas ponderações sobre eventuais repercussões internacionais de uma ação de expulsão eram avaliadas, em um estudo sucinto enviado para o Presidente: “A exploração do incidente pela imprensa internacional, face à associação que inevitavelmente virá a ser feita com o acolhimento dos 40 terroristas na ARGÉLIA, será mais um fator perturbador de nosso prestígio no exterior.”<sup>191</sup> Percebe-se assim que os órgãos de informação, mesmo sabendo do papel desempenhado por Keramane, sabiam dos eventuais prejuízos que poderiam ocorrer para o Brasil, também no plano econômico, como mencionado nos documentos, com destaque às campanhas de denúncia que já vinham ocorrendo. Em novembro de 1970 o governo argelino solicitou *agrément*<sup>192</sup> para o novo embaixador, de forma que a expulsão acabou não acontecendo. É importante destacar ainda, que Keramane foi para a Argélia logo após a chegada dos “40” e de lá não retornou. Ou seja, é provável que o mesmo soubesse que suas ações estavam sob monitoramento do governo brasileiro e, a solução encontrada foi a sua substituição. Ainda é possível que o mesmo, em virtude da chegada dos militantes da VPR no seu país, tenha ido resolver tal pendência, como afirma Cardoso: “Keramane só movimentaria a conta e entregaria os dólares a um militante depois que recebesse o aval de Arraes. Esse, no entanto, só daria permissão depois de ouvir Juarez ou Maria do Carmo.” (2011, p. 111). Assim, realizou-se a ação e Maria do Carmo pode ser ouvida por Arraes, como a mesma afirmou.

Após o segundo semestre de 1970, o assunto ficou em suspenso na comunidade de informações, embora possam ter existido diligências com o objetivo de encontrar o montante. O tema voltou a ser objeto de apreciação em 1973, tendo em vista um suposto encontro entre Maria do Carmo, Angelo Pezzuti e Hafid Keramane na Bélgica, onde o último teria entregue o restante dos dólares ao casal:

Para conhecimento de Vossa Excelência, transmito o que se segue: a DSI do Itamaraty recebeu do Centro de Informações do Exército um ‘informe’ – classificado como

---

<sup>190</sup> Arquivo Nacional. Argélia – relações Brasil/Argélia (Expulsão do Embaixador da Argélia no Brasil). Identificação: BR\_DFANBSB\_N8\_0\_PSN.

<sup>191</sup> Idem.

<sup>192</sup> Ação em que um governo solicita permissão para atuação de indivíduos no seu corpo diplomático.

provavelmente verdadeiro e de fonte idônea – segundo o qual o Senhor Hafid Keramane, Ex- Embaixador da Argélia no Brasil, deve ter entregue a dois terroristas brasileiros, em dezembro de 1973, na Bélgica, o restante do produto do assalto.<sup>193</sup>

Contudo, Maria do Carmo havia encerrado o assunto no fim do ano de 1970: “*Quando chegou o fim do ano, consegui recuperar a parte do dinheiro do cofre que tinha ficado com a VPR e o colocamos sob custódia de gente acima dos partidos, gente da chamada revolução mundial. A tarefa estava cumprida.* (VIANNA, 2003, p. 111). Há também a memória de Ladislau:

Durante muito tempo eu fui responsável por esse dinheiro então eu fazia os contatos adequados que me faziam chegar o dinheiro que repassava, por exemplo, pro pessoal do Chile, pro pessoal, segundo as diversas necessidades digamos. Muitas vezes, digamos, financiar passagens, gente que tinha que sair do Brasil e coisas do gênero né. Ah... quando eu voltei depois do Chile né, que eu resolvi me afastar, resolvi também me afastar do dinheiro. Chegou a conclusão o seguinte né: esse dinheiro, nós não temos estrutura política pra administrá-lo, digamos. Porque a gente não quer esse dinheiro, não quer, transformá-lo em instrumento de sobrevivência pessoal ou coisa do gênero. Ah... e o que eu lembro da decisão é que a gente repassaria pra alguns movimentos de libertação, e em particular o MPLA, certo? Isso se resolveu digamos essa parte. (DOWBOR, 2017)

Nesse momento, algumas reflexões sobre as fontes documentais utilizadas para a compreensão do evento são necessárias: como mencionado, há um extenso compilado do que foi produzido pelos órgãos da chamada comunidade de informações, tais como resumos das informações obtidas dos presos, depoimentos de próprio punho, assim como foram também incluídas os telegramas trocados entre a embaixada brasileira em Argel e a Secretaria de Estado do MRE. Era feita a análise da documentação e uma espécie de síntese, com conclusões, era enviada para a Presidência da República, de modo a subsidiar as decisões que seriam tomadas pelo ditador-presidente, com destaque para a eventual expulsão de Keramane. No caso em tela, a decisão não precisou ser tomada, tendo em vista a mudança realizada pelo governo argelino. Contudo, percebe-se que a organização documental demonstra a comunicação realizada por diferentes órgãos do governo – CIE, SNI, Itamaraty, chegando ao ditador que ocupava o mais alto cargo da República. Sobre essa dinâmica de coleta, produção e análise dos dados Fernandes (2018) afirma que o ciclo se completa com a difusão da informação para as autoridades, de maneira que o diálogo é permanente.

---

<sup>193</sup> Arquivo Nacional. Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Memorando. Argélia. Apoio a elementos subversivos brasileiros. 18 de janeiro de 1974. Identificação: BR\_DFANBSB\_Z4\_SNA\_TRR\_0029\_p35-36.

Ou seja, a partir do evento em análise, foi possível compreender toda a dinâmica da produção da informação dos órgãos repressivos, desde a prisão dos militantes, até a entrega das conclusões à Presidência, o que demonstra a articulação das diferentes esferas participantes da operação. Sobre o fato em si, é importante ressaltarmos que, ao não acessarmos a documentação produzida pelos serviços de informações argelinos, não temos como averiguar como a questão foi tratada. Contudo, a estratégia adotada, de remoção do mesmo para a atuação dentro da Argélia, sem que nenhum tipo de represália fosse adotada, faz-nos levantar a hipótese de que o governo Boumediene tinha conhecimento da ação dos seus representantes diplomáticos e, no momento em que a tensão ocorreu, o mesmo tenha sido estrategicamente retirado do Brasil.

Outra preocupação do estado brasileiro era com a liberdade de articulação dos exilados, sobretudo aqueles que ficaram em solo argelino. Nesse sentido, várias ações foram tomadas no sentido de tentar cercear tais iniciativas. Uma das ações que desencadeou uma ação de interferência se relaciona com a tentativa de denunciar no continente europeu as arbitrariedades cometidas no Brasil. Yara Gouvêa, na sua ida a Argel, propôs:

Quando vou a Argel, além desse trabalho... teve coisas assim... no encontro com quem estava lá ainda... em Argel... eu encontro aquele pessoal com aquelas marcas de tortura. Aquilo me jogou num momento em que eu tinha passado na prisão. Eu digo pra eles “Vocês topam a gente fazer um programa?”. Antes de sair de Argel eu perguntei. Eles disseram “Claro que a gente topa, imagine. Você tem condições de fazer isso?”. Eu disse “Tem”. Em um mês eu tinha preparado um programa de televisão. TV Suisse Romande ela tem... ela cobre toda a Europa. [...] E eu falei pra Apolônio “Apolônio, por favor”. Na época com 60 e poucos anos, 62 mais ou menos, ele já tinha o cabelo todo branco... aquele homem né... E eu preparei a biografia dele. Eu dizia “Lutou na guerra civil espanhola, participou da resistência francesa... ganhou a maior condecoração que alguém possa ter no final da Segunda Guerra Mundial...”. Eu disse “Esse homem, de 60 e poucos anos, foi pendurado no pau de arara e ainda tem as marcas”. Daí... combinei com o cameraman, etc e tal. Eu disse “Não coloque relógio nem nada... você vai erguer assim, mostrar as marcas e você vai suspender a sua calça e mostrar as marcas que você tem no tornozelo.” Ele fez exatamente isso. Então a gente faz um programa de televisão... ele mostrando isso e o Ladislau... ele tinha verdadeiras crateras feitas pelos choques elétricos, as queimaduras de cigarro, tanto na perna quanto na barriga. Disse “Você vai levantar as calças, você vai levantar a sua blusa porque nós precisamos mostrar os traços da tortura”. Isso teve um impacto, um impacto. Porque... uma coisa é você falar da tortura, outra coisa é você mostrar... um cara que a gente tinha apresentado... Guerra Civil Espanhola, foi resistente na Segunda Guerra Mundial... foi condecorado pelas suas ações de bravura né... durante... enquanto resistente da Segunda Guerra Mundial. Aquilo fez “Bu” na Europa! Eu vou dormir assim... Super feliz. No dia seguinte, eu levanto... eu morava num foyer de estudante, levanto e vou comprar um croissant, um pãozinho e eu olho assim... na Suíça tem aqueles jornais, quadradinhos né... você pega o seu jornal você põe uma moedinha lá e tem sempre a manchete colada. Vejo: “Brasileiros expulsos da Suíça”. Eu me aproximo... e éramos nós expulsos da Suíça. (GOUVÊA, 2019)

Como mencionado, a ida de Yara para a Europa teve como objetivo central realizar a denúncia da ditadura brasileira, articulada com estudos em diferentes espaços. Assim, devido ao seu trânsito entre vários grupos, com destaque para os de defesa dos direitos humanos,



aconteceria a viagem citada. Esta, financiada pela VPR, buscaria de maneira central denunciar a tortura promovida pela ditadura brasileira. Contudo, em virtude das ações empreendidas pelo governo brasileiro, Apolônio e Ladislau acabaram expulsos do país, como ela afirma:

Quem financiou a ida deles foi a VPR. Né. Que pagou o bilhete de avião. Não houve financiamento nenhum. E naquele momento eu não coloquei os organismos internacionais... foi uma coisa realmente que eu fiz de iniciativa própria, porque eu tinha já aqueles contatos no meio da informação inclusive televisiva, etc, etc. É claro que do momento da expulsão... o primeiro organismo que veio pra prestar foi a Associação Internacional dos Direitos humanos, dizendo que era uma coisa inadmissível. Naquele dia mesmo eu fico sabendo que o governo suíço tinha acatado uma solicitação do governo brasileiro, feita através do ministro Delfim Neto. Delfim estava em Zurique, participando de uma reunião econômica, ficou imediatamente sabendo, deve ter se comunicado aqui pelos canais, etc e tal. Durante a noite já o governo agiu... solicitou e o governo suíço acatou. (GOUVÊA, 2019)

Os fatos também são rememorados por Apolônio:

Em toda a parte, um envolvimento curioso e tendencialmente confiante. Entre os estudantes, uma solidariedade aberta e permanente. Há porém, um tema polêmico, ou no mínimo um traço de estranheza: os sequestros de diplomatas. Explicamos nossas razões: os sequestros são um ato defensivo; antes e acima de tudo, visam salvar as vidas ameaçadas de nossos irmãos e irmãs prisioneiros. Alinhamos dados chocantes e reais sobre as torturas, os assassinatos que se sucedem, as ameaças que pesam sobre nossos presos políticos, muitos entre a vida e a morte, nas prisões militares. [...]

Mesmo no ambiente incrédulo da Suíça, ganhamos pontos.

Nossa estada nesse país, contudo, vai ser muito curta. Segundo consta na época, as multinacionais de origem suíça, Nestlé a frente, pressionam o Conselho Federal de Berna. Como seja, nossa expulsão é decidida em poucos dias. A intolerância e a brutalidade da medida chocam setores amplos da população. [...] Em Genebra, a Liga dos Direitos Humanos retarda nossa partida, com pretextos variados, por uma semana. Continuamos solicitados para entrevistas, conferências, visitas às cidades próximas. Como se nada houvesse. (CARVALHO, 1997, p. 211)

Alguns aspectos do seu relato merecem destaque: o primeiro deles se relaciona com a incompreensão da estratégia política adotada pelos grupos armados, em especial o da captura de diplomatas. Inclusive, a defesa desta por Apolônio foi uma das justificativas utilizadas pela Suíça para a sua expulsão. Essa reflexão sobre as formas de resistência utilizadas será constante na década de 1970, sobretudo após o golpe no Chile e a quase completa dizimação dos grupos armados, em que a perspectiva associada aos direitos humanos passará a ser predominante. O segundo elemento se relaciona a quem realizou de fato o pedido para a expulsão: nas suas palavras foram algumas empresas; mas, ao analisarmos a correspondência trocada entre as embaixadas brasileiras, sobretudo na Suíça e na Argélia, percebemos que o governo fez inúmeros movimentos com o objetivo de que a expulsão fosse concretizada. Em telegrama do

Itamaraty para a embaixada em Berna, temos: “Vossa Excelência deverá empreender gestão urgente no sentido de obter o cancelamento da referida reunião.”<sup>194</sup>

Uma questão que se coloca é: com que documentos os mesmos foram de Argel a Berna? Nesse sentido, a embaixada brasileira de Argel concluiu que os banidos possuíam um documento de viagem argelino e que o visto suíço foi concedido por engano:

3. Consegui apurar, contudo, em conversa cordial com o Encarregado de Negócios da Suíça, que o funcionário da Embaixada responsável pelos serviços consulares, assoberbado de trabalho, concedera, por mera inadvertência, vistos àqueles banidos brasileiros. Justificando-se pelo descuido cometido, que muito lamentava, disse-me o Encarregado de Negócios que, em mais de uma oportunidade, a Embaixada negara vistos a brasileiros aqui asilados. Segundo o meu informante, logo que o engano foi descoberto, um funcionário da Embaixada se dirigiu a residência dos referidos indivíduos, no ‘Cercle Familiar de Ben Aknoun’, com o fim de recuperar os documentos de viagem e cancelar os vistos concedidos, mas que a sua tentativa malograra, porque os três banidos já haviam deixado a Argélia com destino à Europa.<sup>195</sup>

Não foi possível averiguar se o visto foi concedido realmente por engano. Contudo, a partir do fato da expulsão podemos conjecturar que algum tipo de pressão sobre as autoridades suíças ocorreu. Ou seja: a ditadura brasileira buscava pressionar outros Estados com o objetivo de cercear a mobilidade dos exilados, como demonstrado também com relação à Inglaterra. Na análise da documentação brasileira, houve uma gestão para tal e, possivelmente grupos econômicos alinhados com o governo auxiliaram nesse processo. Gomes (2019) afirma que a estratégia amplamente utilizada pela ditadura para a proteção da sua imagem externa foi a descaracterização das ações políticas dos denunciantes.

A partir do evento da expulsão de Apolônio e Ladislau, a presença de Yara no país europeu tornou-se problemática, como rememora:

Eu passei a ter... eu disse “Eu vou permanecer aqui, vou continuar fazendo o trabalho que a Frente Brasileira de Informação pediu que eu fizesse, mas eu comecei...” eu não dava um passo sem... sem ter alguém que estivesse me seguindo, de perto ou de longe. [...]  
E existiam dois lugares onde eu poderia estar relativamente segura. Um era Argel e o outro era Havana. Pelo trabalho que eu tinha começado e sem avaliar muito o que isso poderia representar enquanto mulher e muito jovem... o fato da minha escolha... eu fui pra Argel. (GOUVÊA, 2019)

<sup>194</sup> Arquivo Nacional. DSI/MRE. Campanha difamatória contra o Brasil. Atividades de APOLÔNIO DE CARVALHO e LADISLAU DOWBOR na Suíça. 03 de novembro de 1970. Identificação: AC\_ACE\_31736\_70\_p2-6.

<sup>195</sup> Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Telegrama. “Vistos concedidos pela Embaixada da Suíça em Argel a três banidos brasileiros.” 27 de novembro de 1970.

Percebe-se que as opções para a mudança eram limitadas, tendo em vista que caso optasse por outro país europeu provavelmente o sentimento de insegurança continuaria. Assim a Argélia foi escolhida pela presença de Arraes, mas o elemento relacionado ao fato de ser mulher em um país de ampla maioria islâmica não foi levado em consideração, o que a fez ter alguns problemas posteriormente: “A Frente Brasileira de Informação passa a ser o único motivo da presença de Sônia naquele mundo tão diferente do seu, tão dolorosamente diferente. Ser mulher ocidental em Argel não é fácil. O assédio nas ruas muitas vezes é penoso. Ela não usa véu.” (GOUVÊA, 2007, p. 60). Essa dificuldade de adaptação das mulheres, sobretudo solteiras e que andavam a sós pelas ruas, é um elemento que marca as narrativas.

Ao fim do ano de 1970 outra ação de captura no Brasil movimentou as relações entre os dois países: a do embaixador suíço. Apolônio (1997) rememora que precisou explicar para a imprensa que o evento não foi planejado como represália pela expulsão anterior. Novamente a Argélia foi aventada como destino dos trocados, desta vez em número de 70, e, de fato, aceitou em recebê-los. Contudo, uma das condições seria que o embaixador brasileiro em Argel se dirigisse ao governo, como um sinal de amizade entre os dois países<sup>196</sup>. Entretanto, em janeiro de 1971, os mesmos foram enviados para o Chile, que estava em efervescência em virtude da eleição do socialista Salvador Allende para a Presidência. Mesmo assim, percebe-se que o país continuava como uma possibilidade de destino para os exilados. Inclusive, durante as negociações realizadas, as publicações do jornal oficial argelino eram objeto de protestos por parte da representação brasileira, assim como a suposta proteção aos banidos que lá permaneciam:

[...] Declarei ao Senhor Adjali que, tendo esgotado todos os meus meios de persuasão e as minhas advertências, protestava energicamente, em nome do Governo brasileiro, contra o noticiário publicado por EL MOUDJAHID, na sua edição de hoje, que eu considerava injurioso ao Governo brasileiro, bem como contra as atividades políticas dirigidas contra meu país pelos terroristas brasileiros aqui asilados, com a tolerância do governo argelino, comprovadas pelo noticiário que, na mesma edição, se refere aos apelos à ‘opinião internacional’ enviados pelos asilados a vários organismos internacionais, em contradição com os princípios e regras, mundialmente aceitos, que regem o instituto do asilo político.<sup>197</sup>

Percebe-se que o embaixador buscava fazer com que cessassem as denúncias realizadas pelos trocados, no sentido de que estas feriam o direito ao asilo. Contudo, é importante ressaltar que, dos “40”, nenhum obteve esse estatuto, tendo em vista o desejo da

<sup>196</sup> Arquivo Nacional. Sequestro do embaixador da Suíça. Consulta ao governo da Argélia para eventual recebimento dos terroristas. 15 de dezembro de 1970. Identificação: BR\_DFANBSB\_Z4\_SNA\_TRR\_0013\_5p.

<sup>197</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty. Telegrama. “Sequestro do Embaixador da Suíça no Rio de Janeiro. Noticiário de EL MOUDJAHID injurioso ao Brasil. Protesto do Embaixador do Brasil em Argel.” 16 de dezembro de 1970.

ampla maioria de retornar ao Brasil. As evidências indicam que os únicos que almejavam permanecer, sem retornar ao Brasil, eram Apolônio de Carvalho, cujo objetivo era ir para a França, o que só conseguiu em 1972 (CARVALHO, 1997), e Altair Campos, que levou a família para Argel, como mencionado, e, em fins de 1973, mudou-se para o Peru.

Em 16 de dezembro de 1970 a Secretaria de Estado informou a embaixada em Argel que esta deveria suspender a gestão no sentido de enviar os trocados para o país, tendo em vista que o destino seria o Chile<sup>198</sup>. Assim, ante a realização da última ação do tipo, mais 70 brasileiros foram salvos.

Dessa maneira, compreendo que a primeira etapa do exílio brasileiro na Argélia, quando houve uma maior circulação de militantes, se encerrou. A partir de então, o espaço passou a ser visto por militantes da luta armada, em especial da VPR e do MR-8 como uma base de apoio e de entrada na Europa, para os primeiros, e de retorno para o Chile, após o treinamento em Cuba, para os segundos. Nos dois casos, os planos foram brutalmente frustrados, com o desmantelamento das organizações e o golpe no Chile, como analisarei no próximo capítulo.

---

<sup>198</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty. Telegrama. “Declarações de banidos brasileiros em Argel. Suspensão de gestão.” 16 de dezembro de 1970.

### **3 “Não dá pra querer comer feijão todo o dia”: a segunda fase do exílio em solo argelino (1971-1979)**

“Não dá pra querer comer feijão todo o dia”: é assim que Ana Angélica (2019) afirmou que foi possível passar o período de exílio de maneira menos conturbada. Ou seja, não querendo reproduzir sua vida no Brasil. Assim, o segredo estaria em tentar conviver mais proximamente com a sociedade receptora, ante a ausência, pelo menos até 1977, de uma perspectiva concreta de retorno. O presente capítulo busca analisar o que compreendemos como um segundo momento de exílio brasileiro na Argélia, ocorrido entre os anos de 1971 e 1979. Como visto anteriormente, do grupo dos 40 banidos, motivo de maior preocupação do aparato repressivo com o que ocorria naquele país, poucos lá permaneceram. Dos que ficaram, a maioria pertencia à VPR e tinha uma tarefa específica para cumprir: retomar o contato com o dinheiro da “ação da cofre”. Uma vez que a mesma foi realizada, esses militantes saíram do território magrebino com destino ao Chile. Para a maior grupo dos “40”, a perspectiva após a saída, era fazer treinamento em Cuba e retornar para o Brasil, dando continuidade à luta. Não se consideravam exilados, portanto. Na obra já citada de Liszt Vieira (2008) o período em que o mesmo passou em solo argelino é intitulado “Intervalo” enquanto que o capítulo que denomina “Exílio” é posterior àquele. Como mencionado, para os banidos, esse pouco tempo vivido em solo argelino foi muito mais um período de recuperação, tanto que as memórias são sobremaneira positivas, com inúmeras anedotas, como as que relacionam o rei da Arábia Saudita e a viagem para Cuba. Contudo, o país africano seguiu como um ponto de apoio para o retorno ao Brasil que estava sendo organizado pelos grupos armados, com destaque para a VPR e o MR-8 e que era considerado seguro e com facilidade para a obtenção de documentos. É o que Ribeiro (2017) classifica como “trânsito revolucionário”. Como veremos, a expectativa da volta ao Brasil foi frustrada com o golpe no Chile e o “exílio no exílio”, como mencionado por alguns que sofreram tal experiência, foi o que restou. Novamente, a Argélia foi o destino para alguns dos que vivenciaram esse difícil contexto.

A partir de 1974, após a chegada dos que estavam no Chile, o fluxo de brasileiros no país africano diminuiu consideravelmente, sobretudo pelo dismantelamento dos grupos armados pela ditadura brasileira e o golpe em Allende. O Cone-Sul não era mais um espaço seguro para o trânsito e a permanência de cidadãos brasileiros perseguidos no seus país (cabe lembrar que quase dois meses antes da queda de Allende, a democracia uruguaia também havia sofrido um golpe de Estado ancorado na DSN. Sendo assim alguns países europeus se tornaram o principal polo receptor de exilados. A partir de então ocorreu de maneira mais intensa um

processo de crítica, sob variados matizes, à opção pelas armas, simultaneamente com o contato com grupos que utilizavam a defesa da bandeira dos direitos humanos, somado às possibilidades de ação dentro dos países de acolhida, prática que se tornou uma estratégia política para o enfrentamento da ditadura brasileira, assim como o paulatino fortalecimento da causa da anistia.

Esse segundo momento de exílio em solo argelino, por sua vez, pode ser dividido em outras duas fases. A primeira, que vai de 1971 até 1975, quando o fluxo de indivíduos nesse território diminuiu consideravelmente, tendo em vista as independências dos países africanos de língua portuguesa, assim como a Revolução dos Cravos, em Portugal, fatos que fizeram com que a “Meca da Revolução” deixasse de ser uma referência, pois os militantes que até então lá estavam foram consolidar as revoluções em seus países. Mauricio Seidl, por exemplo, partiu da Argélia para trabalhar em Moçambique. Ana Angélica e Maurílio, quase foram para a Angola<sup>199</sup>. Assim, segundo Lula Arraes (2008, p. 76), a Argélia foi, aos poucos, ficando esvaziada: “Argel não tinha mais seus exilados. Para nós era como uma cidade vazia.”

A segunda fase, que compreende o intervalo entre 1976 e 1979, ou seja, até a aprovação da anistia no Brasil, pode ser caracterizada como de manutenção de uma vida relativamente estável e da participação, sobretudo de Miguel Arraes, nos movimentos pela anistia que se desenrolavam no continente europeu. Nesse período permaneceram em solo argelino a sua família e os brasileiros que seguiam trabalhando em diferentes funções, alguns, inclusive, no governo local. Em 1979, com exceção de Yara Gouvêa, que havia casado com um marroquino e partido para viver no Marrocos, os exilados brasileiros que ainda permaneciam na Argélia não hesitaram em retornar para o Brasil<sup>200</sup>. Encerrou-se assim o capítulo argelino em relação à permanência de pessoas perseguidas pela ditadura brasileira de segurança nacional.

### **3.1 “Eu me sentia como um órfão sendo adotado com carinho”: o exílio entre 1971-1975**

Meu réveillon anterior tinha sido de solidão e desalento, mas na passagem de 1970 para 1971 Eliane e eu estávamos juntos, contentes, e foi em nossa casa que recebemos amigos que um ano antes nem sonhávamos em conhecer: Jô e Beth, Sylvio e Isabel Lins, os pais de Sylvio e sua irmã Sônia, Maurílio e Ana Ferreira Lima, Maurício e Peggy Seidl. Até aqueles dias nós tínhamos permanecido equidistantes dos ‘pereira e dos padilha’, isto é, dos protagonistas da luta interna do MPL. Mas, à medida que crescia a nossa amizade com Jô e Beth, nós nos aproximávamos de um dos lados. (KNAPP, 2013, p. 136)

---

<sup>199</sup> Ambos estavam com empregos em território angolano, inclusive a mudança já havia sido enviada. Contudo, dias antes da partida, Ana Angélica foi acometida de uma doença e decidiram não mais partir.

<sup>200</sup> Com exceção das crianças, as quais não tinham uma memória sobre o Brasil, como veremos no decorrer do texto.

Como mencionado no capítulo anterior, Carlos Knapp chegou na Argélia em 1969 e passou a exercer inúmeras funções, sobretudo a partir da ação de Miguel Arraes. Contudo, após alguns desentendimentos e, como o mesmo afirma, a aproximação com outras pessoas envolvidas na disputa pelo MPL, houve um gradual afastamento do ex-governador. Seu texto demonstra o quanto a experiência exilar pode ser flutuante: no ano anterior, a solidão; no seguinte, a alegria por estar com pessoas queridas e outras que não imaginava conhecer. Da mesma forma, Bona Garcia, na frase que dá intitula essa seção, rememora com carinho a chegada na Argélia após o violento golpe no Chile. Contudo, mesmo com a recepção, permaneceu em torno de um ano no país, ou seja, mesmo que a adoção ainda tivesse ocorrido de maneira tranquila, não foi o suficiente para que ele e sua família conseguissem se adaptar satisfatoriamente.

Aspecto que deve ser destacado, e que ainda se relaciona com a fala de Knapp, diz respeito às disputas entre os exilados: poucos foram os momentos em que brasileiros de distintos matizes políticos conseguiram entrar em um consenso acerca das estratégias a serem utilizadas na forma de enfrentar a ditadura<sup>201</sup>. A partir dos relatos, podemos perceber que a relação de Arraes com outros grupos, particularmente em relação aos banidos, não ocorreu sem problemas. O mesmo Knapp (2013) afirma que Arraes havia ficado incomodado com o “barulho” que os banidos fizeram na sua estada em Argel, fato também rememorado por Almeri (2006). Até aquele momento o país estava relativamente fora da vigilância intensa da ditadura brasileira, com exceção do próprio Arraes, o que, como vimos, mudou com a chegada dos “40”. Com isso, é provável que as atividades desenvolvidas, sobretudo pela Frente Brasileira de Informações, tenham sido monitoradas de maneira mais acurada, embora as vezes houvesse uma aparente confusão nos documentos sobre quem fazia o boletim: o CIEEx afirmava, em alguns momentos, que a produção era feita pelos banidos, contudo, sabemos que o projeto era tocado por, especialmente, Arraes, Marcio Moreira Alves e Yara Gouvêa. Com a chegada dos “40” se formou uma direção colegiada internacional, com representantes das distintas organizações, estratégia abandonada em 1972, em virtude das divergências (CRUZ, 2016).

Ainda em janeiro de 1971 nasceu, ao que as evidências apontam, o primeiro brasileiro filho de exilados em solo argelino: Eduardo, filho de Ana e Maurílio. A mesma rememora a dificuldade encontrada para registrá-lo na embaixada:

Quando meu filho nasceu, o primeiro nasceu, eu fui pra embaixada registrar meu filho. 71. Ele é de 17 de janeiro de 71. Aí eu fui registrar ele e tinha o papel da maternidade

---

<sup>201</sup> É possível afirmar que as campanhas pela anistia, que ganharam força a partir de 1975, tenham sido um desses momentos. Mesmo assim, algumas disputas continuaram presentes.

dizendo que era meu filho e de Maurílio. Aí eu fui com esse papel e fui registrar. Aí disseram “Bom, a senhora vai registrar, mas pra botar o nome de seu marido, ele vai ter que vir aqui. Eu disse “Ele não pode vir aqui porque aqui é território brasileiro”. Porque se ele fosse ele poderia ser preso ali. “Aí então infelizmente a gente não pode dar”. Eu fiz uma briga lá, briguei, briguei... nada, nada e nada. Aí eu disse a ele o seguinte “Olhe, eu tenho uma sugestão: a embaixada coloca nos jornais que tem uma pessoa com o papel da maternidade que é casada na igreja, no religioso, com Maurílio, que teve um filho. [...] Aí o senhor dá 48 horas, 72... pra Maurílio ou negar, contestar ou... ficando calado, aceita. Aí disseram “Mas não pode”. Aí eu disse “Bom, nesse caso eu vou para os jornais”. Porque tinha os correspondentes do Le Monde e outros... “E dizer que eu tenho um filho que vai ser filho sem pai porque a embaixada tá se negando a registrar.” [...] Eu sei que eu fiz tanto rolo, que eu acho que pra calar a minha boca chegamos na situação seguinte: registravam em meu nome, de Maurílio e pegaram dois caras da embaixada, que precisava dois caras da embaixada, Julio e Hélio, e os dois de testemunha. E aí ficava os dois de testemunha mas no nome de Maurílio. (LINS, 2019)

Em 1974, nasceu o segundo filho, Bruno, e o procedimento foi o mesmo: “Já tinha esse precedente, fez o mesmo papel. 74. Eram as mesmas testemunhas.”<sup>202</sup> (LINS, 2019). Percebemos, a partir do relato de Ana Angélica, o quanto foi difícil fazer o registro, sobretudo do primeiro filho, tendo em vista que, legalmente, o pai deveria realizá-lo. Contudo, o fato de Maurílio ter sido cassado em 1968, e ainda utilizar um passaporte cujo carimbo de validade havia sido falsificado por Ana, tornava arriscada demais sua ida até a embaixada. Os relatos de tais empecilhos são comuns entre os exilados, ou seja, havia uma ação deliberada das representações diplomáticas brasileiras em cercear os exercícios dos direitos básicos dos nacionais. Um fato da mesma natureza é rememorado por Seidl, já em Moçambique<sup>203</sup>, nos anos finais da década de 1970, quando alguns brasileiros, após a independência do país, para lá se deslocaram. Seidl tentou interceder junto ao embaixador brasileiro naquele país pelos exilados brasileiros que ali se encontravam, pois não possuíam passaporte e nem podiam registrar seus filhos. Na sua resposta, Italo Zappa<sup>204</sup> teria afirmado:

O problema de registrar os filhos está resolvido; você pode avisar a todos os brasileiros que a partir de agora eles podem ir à embaixada registrar seus filhos. Quanto ao passaporte, é um problema mais delicado, existem ordens e circulares do SNI e do Itamaraty, mas prometo que vou trabalhar para consegui-los. (SEIDL, s/d, p.162).

<sup>202</sup> Alguns dias após a entrevista realizada com Ana Angélica, a mesma me enviou fotos das duas certidões de nascimento, com o objetivo de comprovar documentalmente as dificuldades encontradas. As mesmas encontram-se assinadas pelas testemunhas.

<sup>203</sup> Para maiores detalhes sobre o exílio de brasileiros em Moçambique, consultar: Azevedo (2011).

<sup>204</sup> Nasceu em 1928 na cidade italiana de Paolo. Adquiriu a nacionalidade brasileira de acordo com a Constituição de 1937. Iniciou na carreira de diplomata em 1952. Serviu em Genebra, Washington, Buenos Aires, Montevideu, Lima. Nos anos 1970 teria se encontrado com alguns líderes dos processos de independência africanos, como Agostinho Neto e Samora Machel, para articular o reconhecimento dos países após a libertação de Portugal, com o objetivo de fortalecer as relações econômicas entre os países. Foi o primeiro embaixador brasileiro em Moçambique. Nos anos 1980 serviu em Pequim e, em 1986, após o restabelecimento das relações diplomáticas com Cuba, foi embaixador nesse país. Faleceu em 1997. Fonte: ZAPPA, Italo. *Verbete. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.



A partir da trajetória diplomática de Zappa podemos perceber que haviam brechas a explorar em certos desajustes entre a lógica e a compreensão de certos funcionários responsáveis pela política externa e a ação mais homogênea da política interna brasileira no período, de forma que não é possível realizar a transposição direta das diretrizes de um para o outro campo. O próprio Italo Zappa foi um dos responsáveis pelo reconhecimento da independência dos países dominados por Portugal no continente africano, contribuindo para o estreitamento das relações econômicas entre as nações. Contudo, os brasileiros que lá se encontravam, especialmente como *cooperantes*, continuavam a ser considerados *inimigos internos* do Brasil e, por isso, não eram considerados sujeitos de direitos. Ou seja, deliberadamente existiam dois tipos de ação: uma em relação aos países e outra relacionada aos nacionais exilados.

Ao mesmo tempo em que teve o exercício de direitos cerceados, a memória de Ana Angélica em relação ao embaixador brasileiro na Argélia daquele momento, Paulo Leão de Moura, lembra que o mesmo era “Muito sério, muito decente” e rememora uma história que circulava entre a comunidade brasileira no país de que o diplomata havia afirmado que não perseguiria exilados (LINS, 2019). Contudo, como Ana também afirma, não havia qualquer tipo de relação com a embaixada, de forma que, quando se estabelecia alguma forma de contato, era somente o estritamente necessário. Em relação à Argélia, percebemos, paulatinamente, uma diminuição na correspondência relativa aos exilados e uma preocupação com a aproximação e o estreitamento das relações comerciais com o Brasil. Contudo, mesmo aqueles indivíduos que, teoricamente, estavam auxiliando nesse intercâmbio, também eram monitorados pelo CIEEx, como consta no informe de 15 de dezembro de 1971 acerca da entrada no Brasil de doze estagiários argelinos na construtora Rabello:

[...] não constam antecedentes suspeitos. Entretanto, cabe assinalar que a maioria deles, a serem corretas as datas de nascimento de seus passaportes, não teria podido participar, por sua pouca idade, da rebelião argelina, durante a guerra da Argélia, terminada em março/1962. Contudo, é provável que, se não são membros do FLN (“Front de Liberación National”), partido único da Argélia, de orientação “nacionalista e progressista”, não é impossível que tenham ligações importantes com o PCA (Partido Comunista Argelino), que apoia, em certas circunstâncias, o FLN.<sup>205</sup>

Percebe-se que, mesmo com a aproximação entre os países, realizada sobretudo a partir da inserção de grandes empreiteiras brasileiras no país magrebino, como a Rabello S.A.e Mendes Júnior (CAMPOS, 2012) a vigilância sobre a entrada de indivíduos que poderiam ser

---

<sup>205</sup> Arquivo Nacional. CIEEX. Entrada de elementos argelinos no Brasil. Estágio na firma Construtora Rabello.

subversivos era permanente. No início de 1973 outro fato relacionado à Rabello S.A. foi objeto de um telegrama da embaixada ao Brasil: dessa vez com funcionários brasileiros,

Fui informado de que os engenheiros ANTONIO CARLOS ORTIZ, DUGRACI BARBOSA, IVBALDO RIGHI JUNIOR e SIDNEY ANTONIO MOREIRA DA SILVA teriam sido dispensados pela firme RABELO, nesse país, por insuflarem operários contra a direção da companhia e que regressariam ao Brasil neste fim de semana. Rogo confirmar e informar com a máxima urgência a companhia aérea, o voo de regresso, data, hora e local de chegada ao Brasil.<sup>206</sup>

Ou seja, mesmo com a eventual aproximação que vinha acontecendo entre os países, especialmente após a realização das obras projetadas por Niemeyer, que foi o responsável pela indicação da construtora brasileira (CAMPOS, 2012) o monitoramento do trânsito de sujeitos que podiam ser considerados nocivos à segurança nacional, permanecia. Mesmo assim, entre 1971 e 1973, a Argélia seguiu sendo um espaço de organização dos grupos armados, com destaque para a VPR e o MR-8. Ana Angélica rememora uma maior convivência com alguns dos banidos que lá permaneceram e a doação de uma mala com um carimbo falso utilizado para falsificar documentos:

Aí ficamos muito tempo com Apolônio de Carvalho, sabe? Me liguei muito a Apolônio de Carvalho, a Ladislau Dowbor, Jamil que a gente chamava... o nome de guerra dele era Jamil, o Ângelo Pezzuti, a Maria do Carmo Brito. Esses ficaram mais ligados a gente porque moraram mais tempo lá na Argélia. E então quando a gente... Apolônio tinha facilidade de que ele serviu à resistência francesa... ele tinha alguma documentação... pra ele. Mas tinha gente ligado a ele que não tinha, sabe? E aí Maurilio então cedeu. Agora Maurilio disse “Olha, quem quiser, eu tenho essa documentação, mas é... a gente tá pisando num terreno, não é... que é muito difícil. Eu não quero ter responsabilidade... pegar o passaporte de ninguém... que depois... numa fronteira vá ser preso, não é. Então eu não quero saber de quem é o passaporte.” Aí a gente preparou uma mala diplomática como a gente tinha né... e deu pra cada organização, sabe? A gente deu. Porque se quisesse usar... usava... se não quisesse, não usava. (LINS, 2019)

Certos elementos da sua fala merecem destaque: como dito anteriormente, a presença de Apolônio de Carvalho é a mais rememorada entre os banidos. No período em que esteve na Argélia, tentando o asilo em solo francês, Apolônio recebeu a visita da sua companheira, Renée e, após a libertação dos 70 presos em troca do embaixador suíço que foram para o Chile, a do seu filho, René Louis (CARVALHO, 2012). Percebemos assim que a Argélia também era um local seguro de encontro para as famílias, por isso, tantas memórias positivas acerca do período que os indivíduos lá passaram. Mesmo com o trauma recente da prisão, o espaço de liberdade é o de predominância na memória dos que lá estiveram. A mãe de Miguel Arraes e

---

<sup>206</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty. Embaixada brasileira em Argel para Secretaria de Estado. Telegrama. Dispensa de engenheiros da firma Rabello. Regresso ao Brasil. 30 de fevereiro de 1973.

outros familiares também faziam viagens do Brasil para o país e, algo comum, estendiam o roteiro até países da Europa. Aspecto ainda importante da fala de Ana é o concernente à obtenção de documentos, pois ao compreender a necessidade de regularizar sua situação, ela e Maurílio realizaram uma ação de solidariedade para os que não portavam nenhum documento: a doação de um carimbo que poderia ser utilizado para carimbar os eventuais passaportes conseguidos. Contudo, em virtude do risco que isso implicava, o casal não quis saber se o material seria, ou não, utilizado e nem por quem. Percebeu-se que a permanência em solo argelino, muitas vezes, era determinada pelo tempo necessário para a obtenção de documentos e as ações de solidariedade individual, não importando a organização política a qual os sujeitos pertenceriam, eram comuns. Yara, que recebeu um curso de falsificação de documentos ministrado por membros da resistência francesa, também atuou nesse sentido:

Eles [passaportes] foram comprados... todos... com o dinheiro do cofre do Adhemar. Eles foram comprados aonde? Eles foram comprados em Montevideú e foram comprados em Quito, no Equador. Tudo era verdadeiro. Eu recebia o passaporte virgem. Eu preenchia como eu quisesse. [...] Até carimbo em relevo eu reproduzia com a total perfeição. O carimbo de borracha também reproduzia com total perfeição. Isso graças aos velhos resistentes franceses. Que foram professores de uma severidade... (GOUVÊA, 2019)

Observamos que nos anos iniciais da década de 1970, o território argelino continuou sendo um local propício para a ação de grupos que intentavam retornar ao Brasil. Cruz (2016) afirma que Onofre Pinto e Ladislau Dowbor ficaram em uma casa que foi conseguida pelo então professor na Universidade de Argel, Bayard Demarie Boiteux<sup>207</sup>. Os mesmos realizaram inúmeras viagens entre a Europa e o Chile, mas a base fixa era Argel. Em 1972 houve uma reunião da VPR no Chile, que produziu inúmeras rupturas. Na obra de memória de Yara, menciona-se o fato de que os “alicerces da esperança” (2007, p. 66) ruíram, de forma que: “Sônia prefere ficar em Argel, cuidando do que sobrou da Frente Brasileira de Informação. Prefere continuar aprendendo com o doutor Arraes a sabedoria sertaneja.” (2007, p. 67). Na entrevista concedida, ela segue a reflexão:

---

<sup>207</sup> Nasceu em Florianópolis, em 1916. Já no Rio de Janeiro, participou do enfrentamento ao Estado Novo. Formou-se em Matemática e era doutor em Economia. Como membro do Partido Socialista Brasileiro participou ativamente da campanha “O petróleo é nosso”. Ocupou a presidência do sindicato estadual dos professores do Rio de Janeiro em 1952. Na década de 1960 se aproximou de Leonel Brizola e participou da Guerrilha do Caparaó, sendo condenado a 12 anos de prisão, que foram reduzidas para 3. Em 1970 partiu para a Argélia, onde permaneceu até a Revolução dos Cravos. Foi professor na Universidade de Argel. Após o retorno participou da fundação do PDT. Fonte: COSTA (2007). Não foram encontradas maiores informações acerca da sua presença em território argelino além da menção a sua presença em alguns espaços e um pedido realizado pelo mesmo para substituição do passaporte, datado de 03 de outubro de 1973. É possível inferir que sua saída do país ocorreu com o uso do seu passaporte, portanto, era um exilado em situação regular.

Quando eu fiz isso, Débora, eu sabia que eu estava me condenando a um momento bastante grande sem tirar os pés de Argel. Mas, a isso agregaram outros fatos também... né. Houve em 1973, a queda de Allende... os companheiros brasileiros se distribuíram por todas as partes. (GOUVÊA, 2019)

Após a saída da VPR, Yara, ou Sônia, como continua a ser chamada por alguns (elemento que demonstra a forma com que os codinomes, para muitos, ainda fazem parte das suas identidades), escolheu, dentre as limitadas opções, permanecer em solo argelino e continuar o trabalho na FBI. Esta teve a direção colegiada abandonada em 1972, sobretudo, como já mencionado, pelos distintos posicionamentos dos grupos que a compunham (CRUZ, 2016). Assim, cada grupo nos diferentes países em que o boletim era editado estabelecia o que seria publicado. No mesmo ano, Knapp deixou a Argélia, com o argumento de que lá não conseguiria alcançar seus objetivos profissionais: “Apesar do relativo bem-estar conquistado, a Argélia, estava claro, não era campo para eu reconstruir minha vida profissional e aplacar meu apetite de vencedor.” (KNAPP, 2013, p. 145). Ou seja, mesmo que existissem oportunidades, a situação pessoal também determinava os destinos de exílio.

Durante esse período, o território argelino serviu ainda como base para o MR-8, num esquema que visava preparar o retorno ao Brasil. A organização determinou que os militantes saíssem de Cuba, se estabelecessem na Argélia, depois fossem para o Chile e, dali, retornassem ao Brasil. Daniel Aarão fazia parte desse grupo:

No Brasil a situação estava cada vez piorando mais... e nós tínhamos a impressão de que a gente voltando poderíamos ser um reforço né. Nessa altura a gente tinha já estabelecido uma base na Argélia. Que era assegurada por um militante nosso e sua mulher, que eram nossos militantes aqui no Brasil, mas que tinham é... ido pro exílio por conta própria né. E... tinham se estabelecido na Argélia. (REIS FILHO, 2017)

Tal base da organização foi mantida em sigilo, de forma que outros militantes do grupo, como Franklin Martins, já estariam no Chile se preparando para o retorno. Contudo, essa segunda viagem dos militantes a Argélia também apresentou empecilhos. A clandestinidade e as dificuldades encontradas, sobretudo em relação aos documentos necessários para a entrada no país são rememoradas:

**Daniel:** E... de sorte que eu... do nosso grupo... fui o primeiro a sair lá da... lá de Cuba né... e... a gente pegava um avião da Aeroflot... ia pra Moscou, depois a Praga e depois de Praga a gente entrava na Europa. Mas eu... de Praga vim diretamente pra Argélia, pra Argel né. Tinha um passaporte falso né... e a gente... eu cheguei na Argélia e logo tive um problema, porque quando eu cheguei na Argélia... eu tinha um passaporte belga né, mas o meu francês era muito vagabundo.

**Débora:** feito onde o passaporte?

**Daniel:** em Cuba. Quer dizer, o passaporte foi pego na Europa né. A gente tinha alguns militantes em Paris que se dedicavam a, entre outras coisas, também tentar pegar passaportes frios né. Passaportes bons. E eu ganhei esse passaporte lá em Cuba

né... um emissário nosso trouxe esse passaporte e... o passaporte era muito bom. O problema é que os cubanos, pra variar né, sua incompetência enorme né... os cubanos esqueceram, né... de que eu ir pra Argélia eu tinha que ter visto no passaporte belga. Então quando eu cheguei em Argel com passaporte belga e a imigração viu que eu não tinha é... visto... eles me recusaram. “Tá pensando que ainda tá no mundo colonial? Você precisa visto pra você entrar. Como é que cê não tem visto?”. Eu fiquei perplexo. Uma falha enorme na segurança cubana. Bem, aí eu disse “Bem, o que que eu vou fazer?”. Aí eles me disseram “Bom, cê vai voltar no próximo avião pra Praga”. Aí eu disse “Bem, então eu queria que vocês...”. Eu tinha um endereço alternativo caso acontecesse algum imprevisto. Aí eu dei pra eles esse telefone e endereço, que era o telefone do Rios, né. O Rios, ao receber o telefone mobilizou a segurança argelina. A segurança argelina foi lá no aeroporto e me autorizou... a entrar... na Argélia. É... evidentemente que o Arraes foi consultado né, mas liberou. Foi uma falha de segurança, porque o Arraes ficou sabendo que eu tinha entrado na Argélia. Não precisava ter sabido disso. E outras pessoas devem ter sabido lá... espões quaisquer né... sei lá quem habitava aquele aeroporto né. Enfim. Bom, aí... o Rios tinha preparado pra mim e... pra eu sair de circulação... um apartamento em Oran. Então eu fui pra lá. Foi mais ou menos em maio de 71 né... que eu cheguei na Argélia. E aí eu fiquei lá em Oran, isolado. Tinha um apartamento, montado, mobiliado e ali eu fiquei. Eu andava de bicicleta, nadava, fazia minha ginástica, estudava, lia, fazia minha comida, né. E morei então em Oran... quase um ano. O Rios ia me visitar... uma vez por mês.... me levava notícias e tal. (AARÃO, 2017)<sup>208</sup>

Certos aspectos da fala de Daniel Aarão devem ser destacados. O primeiro deles se diz respeito à intensa articulação e circulação de militantes, entre América Latina, Europa e o norte da África realizada para que documentos e esquemas de passagem entre países fossem viabilizados da forma o mais segura possível. É o que Ribeiro (2017) problematiza como uma espécie de militância transnacional, tendo em vista os distintos locais necessários para a sua concretização, ainda durante a fase revolucionária da maior parte desses quadros. O segundo elemento se vincula com a crítica aos cubanos – “sua incompetência clássica” – demonstrando uma análise permeada por elementos do presente: até aquele momento Aarão estava treinando em Cuba e almejava seguir a luta no Brasil, de forma que considerava suficiente o apreendido até então, a partir da experiência revolucionária cubana<sup>209</sup>. Outro aspecto se relaciona com certo mal-estar pelo fato de Miguel Arraes ter sabido da sua entrada no país, pois o objetivo era permanecer clandestino. Assim, os órgãos de segurança, argelinos e de outros países – “sei lá quem habitava aquele aeroporto né” - saberiam da sua presença. Cruz (2016, p.85) afirma que: “A entrada dos brasileiros em Argel dependia da autorização do governo. Miguel Arraes informava as causas da entrada ou da saída de cada brasileiro em Argel para Djelloul Malaika, responsável pela assistência aos exilados no governo de Boumedienne”. Ou seja, a partir dessa informação seu esquema poderia ser comprometido, o que, ao final, não ocorreu. Mesmo assim,

<sup>208</sup> Sebastião Rios foi um militante que participou do sequestro do embaixador estadunidense Charles Elbrick. Não foram encontradas maiores informações sobre sua trajetória.

<sup>209</sup> Em outro momento da entrevista, refere-se ao treinamento como um “vestibular para o cemitério” e afirma que a expressão foi cunhada por José Dirceu.

o governo argelino teria conhecimento da base do MR-8 em seu território e poderia adotar uma política de vigilância, tendo em vista o constante diálogo realizado entre as autoridades diplomáticas dos dois países em que haviam cobranças por parte dos representantes do governo brasileiro e afirmações argelinas de que a movimentação dos exilados era pequena. Carlos Fayal, ao lembrar o curto período na Argélia, também menciona as diferenças entre os grupos de luta armada e Arraes:

E na Argélia... você tinha... como eu disse... você tava muito... saiu ali do inferno, caiu no paraíso lá de Ben Aknun e ao mesmo tempo você tinha uma questão da comunicação complicada. Um detalhe importante que ajudou bastante foi o Arraes né. Porque o Arraes já morava lá... ele, pra cê ter uma ideia, ele morava dentro do palácio do Boumediene. A casa dele era uma casa dentro do palácio. E ele... foi lá, recebeu e tal. Mas é claro que ele tinha lá toda sua... todo seu esquema... suas, suas... seus pensamentos... seus interesses lá. Então não houve um entrosamento assim. (FAYAL, 2017)

Sua fala faz com que sejam percebidas as próprias diferenças de articulação das organizações, pois anteriormente vimos que Maria do Carmo, da VPR, afirmou que era mais fácil se comunicar do território argelino, diferentemente de Fayal, membro da ALN. Yara, quando ainda fazia parte da VPR, recebeu a incumbência de realizar o trânsito entre Arraes e as organizações armadas, como afirma:

E qual que foi meu papel junto a Miguel Arraes? Eles disseram... você vai servir de meio de campo entre o doutor Arraes e as organizações armadas. Hoje eu disse “você era louca”. Porque o doutor Arraes, ele tinha uma visão muito clara da luta democrática e ele não aceitava nenhum tipo de organização armada. Mas ele aceitava todos os companheiros da onde viessem... e eu servindo de meio de campo entre o pensamento do Arraes e o pensamento dos companheiros das organizações armadas [...]. (GOUVÊA, 2019)

Como já mencionado, não existem evidências, além da já citada suposta correspondência entre Arraes e Marighella, de que o governador cassado teria afinidade com as propostas de resistência armada. Contudo, em virtude de buscar a aglutinação do maior número de setores possível em torno de um projeto, Arraes transitava entre os membros dos grupos, tanto é que, como visto, era o fiador do montante da VPR no exterior. Contudo, as falas anteriores de Aarão e Fayal demonstram um desconforto com o líder: o primeiro com o fato da estada na Argélia ser do seu conhecimento e o segundo quando menciona a ausência de entrosamento. Yara, atualmente, vê como sua tarefa como uma “loucura”, tendo em vista a atual compreensão da impossibilidade de articulação entre projetos tão díspares, afirmando que, inclusive havia momentos em que chorava tamanha a intransigência de determinados grupos (GOUVÊA, 2019).

No tempo em que permaneceram em Oran, os membros do MR-8 rememoram as experiências, inclusive com a adoção de um time de futebol para torcer. Num país de maioria islâmica, em que a religião havia sido um fator aglutinador de forças para a luta contra o dominador francês, as diferenças não eram sutis. Cid Benjamin relata não só a diferença em relação às mulheres, mas ao comportamento entre homens e a formação de masculinidades. Percebeu que a construção de papéis sociais para homens e mulheres também é influenciada pela cultura. Joan Scott (1995) utiliza esse processo para formular a categoria analítica gênero. Nas palavras de Cid:

Nos meses que passamos lá, eu e Daniel começamos a acompanhar o campeonato argelino de futebol, tornando-nos torcedores do Moloudia Club D'Oran, um dos dois times da cidade. Certa vez, Maria Augusta resolveu nos acompanhar ao estádio, a despeito das advertências do argelino vizinho de porta, que se tornara nosso amigo e que ia conosco aos jogos. Foi barrada na bilheteria. Na Argélia, mulher não podia entrar em estádios de futebol.

Esse mesmo vizinho, que era casado, umas quantas vezes quando caminhávamos para o estádio, tratava de dar a mão a Daniel, para constrangimento deste último. Era comum que, na Argélia, homens que não formam um casal andassem de mãos dadas. A situação me divertia muito. (BENJAMIN, 2013, p. 149)

A única mulher do grupo, Maria Augusta Carneiro<sup>210</sup>, em entrevista concedida a Denise Rollemberg em meados da década de 1990, menciona esse estranhamento cultural ao frequentar um banho coletivo. É a narrativa que mais destoa das outras:

O salão de banho era enorme. As mulheres ficavam peladas, as cantoneiras de ladrilho em volta, de onde sai água fria e quente. O vapor. A água sai do chão. Você senta no chão para tomar banho. Se esfrega e vai jogando água com a cuia. O banho é coletivo, todas juntas, a água corre pelo chão de ladrilho. Aquele cenário é terrorífico. As mulheres são verdes, tatuadas. Vão se tatuando conforme sua condição de mulher: a mãe, a avó... o corpo vai sendo tatuado, contando uma história. Tinham umas velhas com as costas, os braços, todos tatuados. As tatuagens não aparecem porque as mulheres vivem cobertas. Uma coisa horrorosa... com a falta de sol, ficam feias, macilentas... Fui vendo aquela coisa... Tinham umas mulheres que são esfregadoras de pedra-pome... elas esfregam a pedra no teu corpo. Só se toma banho uma vez por semana, então, o corpo fica todo gorduroso... Fazem com força. Tiram o sebo todo. Aquele ambiente foi mexendo, mexendo, mexendo... teve uma hora que eu caí, desmaiei. (CARNEIRO *apud* ROLLEMBERG, 1999, p. 131).

---

<sup>210</sup> Maria Augusta Carneiro, ou Guta, nasceu em 1947 em Montes Claros, MG. Nos anos 50 a família mudou-se para o Rio de Janeiro e passou a militar no movimento estudantil, participando também da JEC. Com o golpe, foi expulsa da escola e enviada aos EUA pela família. Em 1965 retorna e passa a cursar Direito na UFRJ. Assim inicia sua militância na DI-GB. Presa em maio de 1969 foi uma das militantes trocadas pelo embaixador estadunidense em 1969. Enviada para o México, foi logo para Cuba, onde fez treinamento de guerrilha até reencontrar seus companheiros e tentar retornar para o Brasil. Após o golpe no Chile, exilou-se na Suécia até o retorno para o Brasil, com a anistia. Participou da fundação do PT e militou em grupos de defesa dos Direitos Humanos como o Tortura Nunca Mais/RJ. Na Petrobrás foi coordenadora da comissão da diversidade. Faleceu em 2009. Fonte: Projeto Mulher 500. Disponível em: <<http://www.mulher500.org.br/guta-1947-2009/>>. Acesso em 20/07/20.

Percebemos que a adjetivação de “cenário terrorífico”, “coisa horrível” e “feias” reflete um perfil feminino construído, de forma que a enorme diferença sentida fez com que a mesma, inclusive, tivesse um mal-estar físico. Nenhum dos relatos analisados acerca da diferença cultural sentida na Argélia pelos que lá se encontravam em determinado momento do seu exílio reflete com tamanho estranhamento o mencionado por Maria Augusta. Podemos refletir também sobre o momento de construção dessa entrevista (meados dos anos 90), pois em virtude de que hoje se busca uma maior compreensão dessas diferenças, os adjetivos usados pela mesma possivelmente não seriam repetidos, em virtude da preocupação com a adjetivação sobre o “outro”. Diferentes foram as percepções acerca desse mundo tão desconhecido para os brasileiros. Percebi que o tempo permanecido em território argelino e o contato com a sociedade fazem com que os relatos difiram sobremaneira no que se refere à compreensão de um espaço que difere tanto do brasileiro. No relato de Yara há a menção às relações estabelecidas e o quanto importante estas foram para a sua adaptação:

Quando eu cheguei e comecei a morar em Argel, fiz três grandes amigos: uma delas se chama Josee Fanon, a companheira de Franz Fanon, o que escreveu “O salário do Medo” [Georges Arnaud], e o outro foi aquele grande escritor argelino que escreveu “As sandálias de borracha” que é a vida de Ho-Chi-Minh. Eles me ajudaram a compreender a Argélia e o mundo árabe. Eles me ensinaram o respeito pela diferença. Porque se você ver o comportamento dos brasileiros... que olhavam pros argelinos e faziam “béééé”, porque só comiam carneiro ou coisas assim... foram graças a essas pessoas [...] que eu me abri a diferença. E hoje eu posso dizer pra todo mundo que a coisa mais importante da vida é respeitar as diferenças. [...] E eu fico pensando nesse mundo árabe o quanto a civilização ocidental deve ao mundo árabe e que hoje ela cospe em cima, porque ela é devedora. [...] Então eles me deram essa abertura e me ajudaram muito a passar os anos que eu passei na Argélia, respeitando e sendo respeitada. Porque eles me ensinaram essa reciprocidade, e eu devo a eles. (GOUVÊA, 2019)

Essa abertura para o mundo novo é o que Sznajder e Roniger (2013) afirmam ser a ampliação dos horizontes dos indivíduos. Contudo, como mencionado, não era o objetivo da grande maioria dos militantes lá permanecer e, portanto, essa compreensão imediata não era considerada necessária. Como Aarão mencionou, o objetivo era chegar ao Brasil. O escopo não foi alcançado, pois as informações que chegavam demonstravam que a repressão estava pondo fim aos grupos de resistência. Dessa forma, o Chile, que vivia uma experiência até então inédita na América Latina, foi o novo destino dos militantes do MR-8.

No início de 1973, um evento que ficou conhecido como “O Massacre da Chácara de São Bento”<sup>211</sup> fez com que Yara mobilizasse uma ampla campanha de denúncia contra o

---

<sup>211</sup> Seis militantes da VPR, Soledad Barret, Jarbas Marques, Eudaldo Gomes da Silva, Evaldo Luiz Ferreira de Souza, Pauline Reichsul e José Manoel da Silva, que estavam em um sítio no município de Paulista, PE, foram atraídos com o objetivo de continuar as ações armadas, a partir de um esquema montado entre a repressão,



indivíduo responsável pelo assassinato de 6 militantes: o Cabo Anselmo, agente infiltrado nas organizações de esquerda e responsável pela prisão de dezenas de pessoas. O relato é longo mas deve ser mencionado, pois são vários os elementos para análise:

É preciso dizer que entre tempos tinha ocorrido o assassinato de Pauline, de Soledad, dos outros aqui em Olinda e que nós tínhamos denunciado... que daí tínhamos a certeza absoluta de que cabo Anselmo era um traidor. Levou muito tempo para que Onofre acreditasse nisso e foi fatal para Onofre. Logo depois que nós começamos a denúncia do cabo Anselmo... eu fiquei desesperada. Quando o major, que foi trocado pelo embaixador alemão, que fazia parte do grupo dos 40, major Almir ele chegou na minha casa e disse “Cê tá bem? Tá bem Soninha?”, “Sim, major... que que foi?”, “Eu quero que cê sente aí... eu tenho uma notícia... acho que vai doer”, eu disse “Fala, fala logo” aí ele disse assim: “Cê era muito amiga de Pauline, né?”, eu disse “Sim, muito amiga dela”. “Bom, ela foi morta pela polícia”. Eu disse “Como?”. Daí comecei a me virar, me virar, me virar... Mario Japa chega, entretanto a Argel e me diz que foi o cabo Anselmo. Daí eu disse: “Cê tem certeza, Japa?”. Eu colaborava muito com o Prensa Latina. E fui até o Prensa Latina, fui ver os cubanos na embaixada. Disse “Vocês me conseguem todas as fotos do cabo Anselmo antes e depois das operações plásticas, que ele fez lá em Cuba?” Eles me deram tudo. Em duas semanas eu tinha todas as fotos do cabo Anselmo. Eu virei o mundo com essas fotos. Eu disse “Traidor não merece outras coisas. Eu vou divulgar essas fotos no quinto dos infernos”... e divulguei. Aonde eu pude divulgar as fotos do cabo Anselmo, eu divulguei. (GOUVÊA, 2019)

Yara, além de companheira de militância, era amiga íntima de uma das assassinadas, Pauline, aspecto essencial para compreender a profunda tristeza que a invadiu, associada com a impossibilidade do adeus, elemento fundamental para a concretização do luto na cultura judaico-cristã. Dessa forma, o sentimento transformou-se em desejo de denúncia, ação que a mobilizou ao buscar responsabilizar o indivíduo que articulou os assassinatos: o cabo Anselmo. Contudo, Yara sabia que corria riscos ao realizar tal ação: “Eu sei que pediram que eu tomasse muito cuidado depois de ter feito essa ação. Não me arrependo nunca de ter feito isso. Dizer pra você que eu me sinto segura... até o momento da minha morte eu nunca vou me sentir.” (GOUVÊA, 2019). Ou seja, a denúncia realizada foi possível porque a sua autora estava em um espaço considerado seguro para tal, diferentemente de muitos dos seus companheiros que foram assassinados, mesmo fora das fronteiras brasileiras. Ainda assim, Yara afirma que o sentimento completo de segurança, até o presente, nunca será completo, pois os indivíduos continuam vivos e, em virtude da ausência de uma justiça de transição efetiva no Brasil, impunes.

Mesmo com a significativa diminuição da presença de brasileiros em território argelino, a embaixada, constantemente enviava informações acerca das relações do governo

---

especialmente o delegado Fleury e o agente duplo José Anselmo dos Santos. Para maiores informações, consultar: Campos (2017).

com a comunidade exilada, como nesse informe assinado pelo então embaixador Davi Silveira da Mota Jr.<sup>212</sup>:

[...]

2. É bem de ver que o comprometimento efetivo de Argel na luta dita anti-imperialista e anti-colonialista não é proporcional nem aos arroubos de retórica em que vem vazado o pensamento político do país, nem à sua reputação de centro mundial da revolução.

3.[...] comentaristas e analistas das coisas do país, dentro e fora dele, coincidem em que existe uma hierarquia entre os vinte e tantos grupos refugiados na Argélia, à qual corresponde o maior ou menor favor, que, ao menos ostensivamente, encontram por parte do Governo Boumediene.

[...]

7. Quanto aos ‘refugiados brasileiros’, ouço e leio que se incluem nesse último escalão, e que dispõem somente de um ‘bureau de coordenação’ chefiado pelo Senhor Miguel Arraes. Essa versão, aliás, é também a corrente nos meios oficiais argelinos, que invariavelmente dizem ou deixam entrever que a presença dos ‘refugiados’ em apreço é destituída de maior significado, que o Governo Boumediene estaria hoje convencido de que os mesmos não representam um ‘movimento de libertação’ autêntico e sim pessoas empenhadas numa simples luta pelo poder no Brasil, que os ‘refugiados’ estão abandonando o país à procura de outra base de operações mais propícia, etc. na verdade, não pude ainda recolher elementos de informação que me facultem subscrever essa versão. Se, ao que parece, a ação desses brasileiros se concentra hoje mais em Paris do que em Argel, há outros dados, contraditórios, que indicariam ser sua vinculação e influência com a Argélia maior do que esta admite diante de nós: v.g., o tratamento ‘diplomático’ conferido ao Senhor Arraes, o status de ‘consultor’ ou ‘conselheiro’ para assuntos brasileiros de que desfruta junto a este Governo, as aulas de guerrilha ministradas na Argélia a brasileiros adversários do regime de Brasília. Pontos esses que deverão ser esclarecidos antes de que se chegue a uma conclusão sobre o crédito que merece o propalado ‘esfriamento’ de Boumediene para com os brasileiros em questão.<sup>213</sup>

O telegrama em análise buscava informar o Itamaraty acerca das relações estabelecidas pelo governo argelino com os grupos de libertação que lá se encontravam. A percepção era de que, além do apoio retórico, pouco o governo fazia, tendo em vista os interesses de aprofundamento dos intercâmbios, sobretudo comerciais, com os países considerados do bloco ocidental. Dentro dessa perspectiva haveria uma hierarquia de tratamento para com os diferentes grupos: num primeiro momento figurariam grupos como Movimento Popular de Libertação da Angola (MPLA) e a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), reconhecidos internacionalmente. É importante lembrar que a Argélia, naquele momento, era talvez a maior liderança, junto com o Egito de Nasser, do continente africano, a partir da

<sup>212</sup> Nasceu em Curitiba, PR, em 1927. Em 1950 ingressou no serviço diplomático. Trabalhou no Canadá, na Bolívia e na França até ser representante do Brasil junto à ONU, entre 1965 e 1967. Após três anos no Brasil, foi representar o país na África do Sul, sendo deslocado em 1972 para a Argélia, onde permaneceu até 1977. Posteriormente serviu na Venezuela, Bélgica e Uruguai. Aposentou-se do MRE em 1991. Fonte: MOTA JUNIOR, Davi Silveira da. *Verbetes. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

<sup>213</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty. Embaixada do Brasil em Argel para Secretaria de Estado. Telegrama. “Movimentos de libertação” instalados na Argélia. Refugiados brasileiros. 20 de setembro de 1972.

perspectiva terceiro-mundista, aliado ao fato de ser próxima ao continente europeu. Os brasileiros resistentes, nessa concepção, estariam no fim da lista, tendo em vista o suposto pouco alcance de suas ações. Contudo, o embaixador aponta uma contradição: a ação de Miguel Arraes ante o governo, tendo em vista que o mesmo seguiria possuindo um passaporte diplomático, viajando quando e por onde quisesse, e ainda atuando como consultor do governo. Esse elemento permeia a correspondência trocada entre a embaixada e a Secretaria de Estado até o fim da década de 1970. Ou seja, mesmo que as autoridades argelinas atribuísem uma suposta insignificância aos exilados brasileiros no país, a proteção extrema a Miguel Arraes demonstra que este possuía um relativo status ante o governo. Inclusive Magdalena Arraes rememora a sensação de segurança pessoal que sentia no país:

Eles tinham o maior cuidado com isso. A gente sempre morou em algum lugar próximo ao palácio do governo. Porque o palácio era um lugar muito guardado, muito vigiado e ali eles sabiam que a gente estava em segurança. Qualquer coisa, eles seriam avisados. Na Argélia nós nos sentíamos absolutamente seguros. (ARRAES *apud* CAVALCANTI; COLARES, 2015, p.92)

Podemos aventar a hipótese de que as ações realizadas pelo mesmo representavam mais bônus do que ônus para os negócios do país. Inclusive, Knapp sugere que a suposta briga pelo espólio do MPL teria sido intermediada pelo governo argelino:

É possível que os próprios algerianos tenham promovido o armistício entre as partes. O certo é que o acordo aconteceu em seguida: a empresa Intrade continuou pertencendo ao MPL com Sylvio Lins à testa, e o grupo de Arraes ficou com metade da comissão produzida pela já aludida venda de petróleo da Argélia ao Brasil [...] (KNAPP, 2013, p.143 -144)

Cruz (2016) mostra que Arraes, durante o seu exílio, tinha uma série de participações em distintas empresas, as quais eram fonte de renda para a família e de emprego para diversos exilados. Percebi que foi uma estratégia utilizada pelo ex-governador durante o período, inclusive, aproveitando o fato de atuar, mesmo que informalmente, como consultor de negócios do governo argelino.

Entre os anos de 1972 e 1973 nova crise diplomática, menos documentada que a anterior, aconteceu, embora seu desfecho tenha sido a expulsão de um conselheiro da embaixada argelina no Brasil. Em uma viagem de Damasco para o Rio de Janeiro, o mesmo foi preso no aeroporto de Amsterdam, portando cartas-bomba e materiais para a confecção de explosivos; o destino final seria Buenos Aires. Assim, em novembro de 1972, o mesmo foi

expulso do Brasil.<sup>214</sup> É possível afirmar que a menor visibilidade do episódio pode ter ocorrido em virtude da posição que o funcionário ocupava, e pelo fato do evento não ter ocorrido no Brasil (embora houvesse menções a sua militância na Organização para a Libertação da Palestina). Mas também podemos considerar que havia um processo de aproximação comercial em curso, com contratos de compra e venda de petróleo sendo assinados entre os países (VIZENTINI, 1998).

Mencionamos anteriormente que, ante a impossibilidade de retorno para o Brasil, o Chile de Allende passou a ser o destino dos militantes. Naquele momento, milhares de brasileiros exilados lá se encontravam, alguns participando ativamente da vida política chilena, que passava por um processo *sui generis* na América Latina, a denominada *via chilena para o socialismo*<sup>215</sup>. Carmen Helena Barbosa do Vale e Apolo Heringer Lisboa, clandestinos, saíram do Brasil com destino ao país andino. Carmen rememora todo o processo, desde o momento de conseguir os documentos falsos em São Paulo, até a chegada em Santiago. A saída ocorreu pelo Rio Grande do Sul, rumo ao Uruguai e, posteriormente, Buenos Aires. O argumento utilizado pelo casal para justificar a viagem era o da lua-de-mel:

A hora que atravessou a cordilheira... nossa mãe... aquela coisa bonita. Mas de repente, quando o carro parou, eu comecei... eu saí e comecei a chorar, comecei chorar, comecei a chorar e o pessoal “Que que é foi?”, aí uma senhora “Isso é comum minha filha, isso é o mal da altitude. Vem cá vem tomar um chá”. Mas eu chorava sabe de que? Primeiro, toda a descarga. E segundo, eu não queria sair do país, não. Eu não queria sair. (VALE, 2019)

A fala de Carmen nos fornece indícios da forma com que a saída do Brasil foi um processo violento para muitos, tendo em vista que a mesma afirma que não queria fazê-lo. Contudo, no início de 1973, a situação de desmantelamento quase completo dos grupos de armados urbanos, fez com que o exílio fosse a solução encontrada para a preservação imediata das suas vidas. Ou seja, a perseguição intensificou-se de tal forma que o exílio tornou-se a única opção de sobrevivência. Dessa forma, inicialmente o Chile foi o espaço escolhido pelo casal, tanto é que o sentimento de alívio só acontece quando da chegada nesse país. Com o golpe de 11 de setembro de 1973, apoiado pelo governo brasileiro e com intensa participação da

<sup>214</sup> Arquivo Nacional. Embaixada do Brasil em Argel para Secretaria de Estado. Telegrama. 25 de fevereiro de 1973. Identificação: BR\_DFANBSB\_Z4\_DPN\_ENI\_0013\_15p.

<sup>215</sup> Em 1970, uma ampla coalisão de partidos políticos, denominada Unidade Popular ganhou a eleição, estratégia que ficou conhecida como “via chilena para o socialismo”, tendo em vista a ocupação de estruturas do Estado burguês com o objetivo de realizar a transição socialista. De acordo com Sader (1982) esse foi o grande erro da Unidade Popular, tendo em vista que ante a ameaça de mudanças, a burguesia chilena, apoiada intensamente pelos EUA e pela ditadura brasileira, promoveram uma campanha de desestabilização econômico-política, que culminou com o violento golpe que derrubou o governo de Salvador Allende. Para compreender o processo que culminou no golpe e a presença de exilados brasileiros no Chile, consultar Marques (2011) e Dias (2019).

embaixada naquele país (DIAS, 2019), a permanência nesse território se tornou insustentável. Não houve, de acordo com a autora do trabalho citado, nenhuma ação da representação diplomática nacional no sentido de preservar a vida dos cidadãos. Pelo contrário, a perseguição, a partir da ideia de fronteira ideológica, foi a regra.

Novamente, a mudança seria o caminho e é a partir desse momento que muitos militantes passam a se considerar exilados de fato. Machado (1979, p. 97) afirma que, ao analisar os diferentes caminhos do exílio feitos pelos brasileiros: “Se não houvesse o Chile, não sairiam tantos ‘exilados’ do Brasil. Pois, além dos asilados políticos de fato ou de direito, os chilenos receberam um contingente de brasileiros que se tornaram exilados a partir do Chile.” Tal afirmação, contudo, deve ser vista com algumas ressalvas, pois se os brasileiros foram para o Chile é porque o medo imperante no Brasil não permitia que os mesmos realizassem na sua plenitude o que almejavam, sobretudo a participação em um projeto de significativa mudança social.

Em solo argelino, na emblemática data de 11 de setembro de 1973, nasceu o primeiro filho de Yara, Ziad, com seu então companheiro marroquino, também exilado e condenado a morte no seu país de origem. Ela reflete sobre a sociedade em que estava inserida, com destaque para a contradição que apresentava: uma cultura tão brilhante e um tratamento tão cruel com muitas mulheres. Assim, rememora a solidão que enfrentou durante toda a sua gravidez, agravada pelas constantes informações de assassinatos de companheiros que se encontravam no Brasil:

Mundo contrastante é o que Omar lhe apresenta, com sua brilhante civilização e suas aberrações, cujo grande ônus é pago pelas mulheres. Mundo de homens e para homens. Sônia começa a compreender o que é ter um companheiro árabe. Você sabe a que horas ele sai de casa, mas nunca a que horas ele vai voltar. (GOUVÊA, 2007, p.70)

No Chile, a situação após o golpe, é relatada de maneira dramática pelos brasileiros que lá se encontravam. Percebo que para a maioria a ruptura com o projeto revolucionário ocorreu, sobretudo, a partir desse momento. A narrativa de Cid Benjamin é emblemática nesse sentido, quando menciona que o “verdadeiro exílio” se iniciava nesse momento, pois até então a preocupação central era o retorno para o Brasil. Nas suas palavras o exílio era associado a criação de raízes no novo país, tendo em vista a ausência de perspectiva de retorno:

A queda de Salvador Allende, num momento em que se consumava o processo de desarticulação total da esquerda armada no Brasil, representou para mim o início de uma segunda fase do exílio: não se tratava mais de me preparar para a volta clandestina, mas de buscar a sobrevivência em países estranhos, por um tempo indeterminado. Não é exagero dizer que o verdadeiro exílio começou ali. Até então o

que tinha vivido era a preparação para o retorno. Estava no exterior, mas sem criar qualquer espécie de raiz. Minha cabeça estava no Brasil. (BENJAMIN, 2013, p.182-183).

Bona Garcia retirou do Chile a esposa e filho com auxílio de um padre e, na sequência, conseguiu entrar na embaixada da Argentina (GARCIA, 1989), que também foi destino de Apolo e Carmem. Após a saída do país todos foram para a Argentina. Contudo, o país vizinho não aceitava pedidos de asilo, em virtude do momento político conturbado pelo qual passava. Tanto Apolo quanto Bona relatam sua maratona por embaixadas, as quais negavam sistematicamente os pedidos:

E aí, quando apertou o cerco eu liguei pro Arraes. Digo “Arraes, eu preciso sair daqui [da Argentina] e nenhum país me aceita”. E é verdade isso. [...] Nenhum país me aceitava, porque nós tínhamos o carimbo de terroristas e sequestradores. Bom, aí o Arraes disse: “Pode deixar, daqui a 3 dias tu vai no consulado, eu vou conseguir um *laissez passer* pra você entrar na Argélia”. E foi assim que a gente foi pra Argélia. Inclusive era tão vigiado que na Espanha, quando o avião aterrissou na Espanha eu fui preso em Madrid. Era a época do Franco, generalíssimo Franco. Então aí até vir o avião da Argélia pra nos levar pra lá. (GARCIA, 2016)

O cerco a que Bona se refere é a infiltração de “cachorros”<sup>216</sup> e a constante presença de agentes da repressão brasileiros em território argentino. Como havia estado na Argélia no ano anterior, ainda militante da VPR, teve acesso a Arraes e pode realizar o contato. Percebemos também a rapidez com que a situação foi organizada, o que nos faz inferir que o contato de Arraes com as autoridades responsáveis era próximo. Ainda no Chile, a presença repressiva era notada: “No Chile, eu recebia as cartas de meus familiares, ou abertas ou com fotografias rasgadas. Mesmo na época da Unidade Popular o aparato de repressão e informação se manteve” (GARCIA, 1989, p.131). Ou seja, mesmo bem vistos pelo governo de Allende, a vigilância se mantinha presente e, ainda que fora do Brasil, sua sobrevivência não estava garantida. Sua militância contra a ditadura dentro de um grupo de luta armada, assim como o banimento no grupo dos 70, era o argumento utilizado pelas embaixadas de outros países para negar o pedido de asilo. No seu livro, segue o relato: “O governo argelino deu minha passagem e a ONU as da Célia e do Rodrigo, porque como saímos da embaixada da Argentina no Chile, éramos refugiados das Nações Unidas. A ida para a Argélia foi uma viagem para o desconhecido.” (1989, p. 148)

---

<sup>216</sup> Assim eram conhecidos aqueles militantes que passaram a trabalhar para a repressão. Bona se refere ao ex-sargento Alberi, que, afirmando que a VPR havia se reorganizado no Brasil, levou vários militantes a uma emboscada no Parque Nacional do Iguazu, como relatado por Palmar (2006).

Após o golpe no Chile, a ONU foi responsável pelo traslado de milhares de exilados que estavam naquele país em busca de outros locais. Aluizio Palmar menciona que, inclusive em Buenos Aires, havia um hotel alugado pelo ACNUR, o Cecil Hotel, para a permanência dos que buscavam asilo (PALMAR, 2006). A busca de Apolo também é relatada a partir das dificuldades:

Eu fui pra Argélia porque... eu tentei ir pra Alemanha, que minha avó era alemã... Heringer... então eu achei que isso teria um peso muito grande. Tanto é que eu procurei a Alemanha Ocidental, que eles me falavam que tinha mais mobilidade... e procurei a Alemanha Oriental também. Qualquer uma servia. Não consegui... por vários motivos contraditórios. Um, porque eu não era comunista e outro porque eu era comunista. Alemanha Oriental queria que eu tivesse sido membro do Partido Comunista e me chamava de... guevarista... guerrilheiro... e a Alemanha Ocidental falava que eu era comunista. Então... aí eu tentei a Romênia, porque a língua muito parecida com o português... eu ficava escutando rádio a noite assim... internacional, na clandestinidade. Eu achava que chegando lá eu ia entender melhor do que o espanhol. É mais parecido com o português do que o espanhol. Só que eles não aceitaram também e... era comunista lá... Ceacescu. E eles falaram que eu era guerrilheiro, terrorista. Falei “Uai, quer dizer que os comunistas não me apoiam?”. E eu sendo... correndo risco de vida aqui. Aí eu procurei a Argélia, que é um país muçulmano, e fui aceito na Argélia... me deram todo o apoio e... gostei muito de ter ido pra lá. Foi uma nova janela que eu abri. (LISBOA, 2016)

A narrativa de Apolo sobre a sua busca também demonstra a dificuldade de encontrar países que aceitassem receber pessoas que haviam participado da luta armada. O episódio da negativa das duas Alemanhas e o controle exercido pelo Partido Comunista é exemplar de tal situação, independente da situação vivida pelo militante (acusado de comunista por uns e de guevarista pela ortodoxia da orientação dos PCs). A situação na Argentina era tensa e o desejo de sair era forte, pois a conexão repressiva entre os países do Cone-Sul, mesmo que informalmente, estava articulada. Assim, o país vizinho não aceitava pedidos de asilo, elemento acompanhado de perto pelo aparato repressivo. Em um informe do CIEx para os outros órgãos de informação, classificado em A-1, datado de 19 de outubro de 1973, ou seja, pouco mais de um mês após o golpe no Chile encontramos o seguinte:

2. [...] somente aos asilados chilenos é que será permitida a permanência, ainda que na condição de asilados territoriais, na Argentina. Todos os demais, inclusive os brasileiros, não poderão ficar em território argentino.
3. A estes últimos, isto é, não chilenos, foi concedido um ‘permiso de transito’, que equivale a um ‘laissez passer’ internacional, até que sejam concluídas as gestões já iniciadas pela Chancelaria argentina junto aos governos do México, Cuba, Argélia e Itália, no sentido de obter sua aquiescência a receber aqueles que asilados que para esses países escolheram ir.<sup>217</sup>

<sup>217</sup> Arquivo Nacional. Centro de Informações do Exterior. Subversivos estrangeiros na Argentina, oriundos do Chile. 19 de outubro de 1973. Identificação: BR\_AN\_BSB\_IE\_011\_003\_p83.

Palmar (2006) também relata que a capital do país vizinho estava repleta de agentes no momento da chegada dos brasileiros vindos do Chile, em especial porque a maior parte dos setenta militantes trocados após o sequestro do embaixador suíço estava em Buenos Aires. Enquanto esteve na Argentina, Palmar (2006, p. 47) buscou incessantemente por um país que o recebesse: “Estava cômico de que se eu fosse preso a prisão significaria a morte na tortura. Os banidos do país estavam jurados pela ditadura”. Mauricio Paiva relata, ironicamente, que mesmo recebendo o aceno positivo de acolhida pelo governo argelino, o fato de não ser casado, fez com que ele declinasse do pedido:

O governo argelino, que tão bem me recebera quatro anos antes, concedeu-me asilo novamente, mas com uma condição: minha companheira não podia seguir comigo, “porque não éramos casados”. Engraçados esses muçulmanos: eles têm várias mulheres e eu não podia ficar junto da minha única mulher, a menos que fosse de papel passado. O embaixador argelino ficou muito irritado quando agradeci e dispensei o asilo nessas condições. Não sei por que ficou irritado. Será que, em situação semelhante, ele deixaria a sua mulher – ou as suas mulheres, sei lá – para trás? (PAIVA, 2004, p. 198-199)

Para Apolo, o golpe no Chile foi responsável pelo desencadeamento de uma série de rupturas, tanto a nível pessoal quanto político:

Eu fiquei na clandestinidade com a minha esposa... que eu tinha casado com ela. Eu casei em 68 né. Só que tem que... a gente vivia... foi tudo muito rápido. Eu era muito reprimido na Igreja protestante... negócio de namorar, sexo. Aí movimento estudantil... dedicação intensa e tal. Eu era meio tímido também... negócio de namorada. Eu só sei que... depois vem guerrilha e clandestinidade e a gente perseguido. Aquilo ali chegou uma hora que explodiu aquele casamento, sabe? Aquele casamento explodiu e eu separei. E uma coisa interessante... quando teve o golpe que derrubou o Allende, um monte de casal separou. A violência do golpe... ela promoveu uma série de fenômenos psicológicos. Eu já tava insatisfeito, aí cê perde a casa, esconde na embaixada, começa a dormir no chão, perde as referências, isso tudo ajuda. “Ah! Vamos mudar de vida!”. (LISBOA, 2016)

Apolo faz uma análise de toda a sua trajetória para explicar aquele momento de mudança abrupta: desde a adolescência marcada pela timidez, o casamento marcado pela clandestinidade, a perda de companheiros, o golpe chileno e as vivências em situações limites nas embaixadas (marcadas pela transitoriedade e precariedade), tudo parecia apontar para um futuro absolutamente incerto. Maren e Marcelo Viñar explicam esses momentos de ruptura: “O peso da perda paranoica traduz-se por explosões agressivas ao nível do casal, da relação pais/filhos, das velhas amizades.” (1992, p. 70-71).

A ida do casal para a Argélia ocorreu pelo intermédio de Bona Garcia: “Aí o Bona falou ‘Gente, porque vocês não vão pra Argélia? Lá eles precisam de gente no domínio da saúde.’ Aí nós fomos e em dois dias a Argélia aceitou. Aí nós fomos pra Argélia.” (VALE,



2019). Diferentemente de Mauricio Paiva e sua companheira, Carmen e Apolo, mesmo separados de fato, eram legalmente casados e ambos possuíam curso superior na área da saúde, detalhe que pode ter facilitado o aceite, além da rápida intervenção de Arraes. Da mesma forma, o ACNUR providenciou a ida de ambos: “Então... Foi a ONU que pagou a passagem pra gente e tudo. Aí o papel de refugiado saiu rápido, não demorou. Aí nos levaram para... chamada... colônia de férias Ben – Aknoun” (VALE, 2019). Na sequência rememora o primeiro encontro com Arraes: “Nós fomos lá vê-lo. Ele foi ultra simpático. Falou ‘Pode vir quando vocês quiserem. Tenho todos os jornais aqui, vocês podem vir e ler a vontade.’, Certo? Ficamos amigos dele. Maurílio era muito engraçado.” (VALE, 2019). Percebemos a própria mudança de perspectiva dos exilados que chegaram em território argelino: diferentemente dos “40”, que buscavam apenas o tempo de recuperação, Carmen e Apolo, ao visitarem Arraes, almejavam um contato mínimo com a família que poderia representar o Brasil naquele espaço tão díspar<sup>218</sup>, tendo em vista a ausência de outras pessoas da sua organização.

No relato de Carlos Fayal, que havia passado pelo território argelino quando do banimento em 1970, também foi rememorada o aceite do país africano após o golpe no Chile:

E só quem se habilitou pra nos aceitar, no mundo inteiro... foi Cuba, Argélia e... Suécia. Que aliás, o embaixador sueco, o Harold Edelstan salvou centenas de vidas... com a coragem dele. Inclusive os cubanos né. Pessoal ia invadir com armamento pesado a embaixada cubana e ele botou a bandeira sueca lá. Um negócio impressionante... quantas vidas ele salvou. E... então... aí nós negociamos... no caso com a Suécia... eu achava que... pra Argélia culturalmente era mais complicado... viver na Argélia... apesar da solidariedade e do tratamento que o governo argelino... o povo argelino nos deu... foi muito legal. Foi assim, assim... fora de sério mesmo, geral. E o... e o... mas aí tem essa coisa né... problema cultural... ali é mais complicado né. Você... me lembro que eu tava namorando a Soninha [Sônia Maria de Moraes] num táxi né... fui dar um beijo nela e o cara freou e expulsou a gente do táxi, quase bateu ali (risos). (FAYAL, 2017)

Fayal, militante da ALN até o momento em que esteve no Chile e em virtude do seu banimento, também teve as opções de exílio limitadas: Cuba, Argélia ou Suécia. Ora, inicialmente soa estranho a escolha, limitada ao extremo, pelo país europeu, exemplo de estado de bem-estar social, tendo em vista a perspectiva revolucionária que a maioria dos militantes tinha até então. Justificando a escolha pela diferença cultural que havia sentido no curto espaço em que esteve no país magrebino, faz a opção pela Europa. Novamente faz-se importante compreender essa mudança de perspectiva política causada pela grande ruptura que foi o golpe contra Allende. Pezzonia (2018) afirma que outro momento também foi importante para a crise do ímpeto revolucionário: os eventos que fizeram com que a radicalidade da Revolução dos

<sup>218</sup> A entrevista com Carmen foi permeada por momentos em que a mesma rememorou a amizade que estabeleceu com Ana Angélica Ferreira Lima e, em menor medida, com Célia Garcia.

Cravos em Portugal fosse abandonada em prol de acordos com setores conservadores. Compreendo que, mesmo que o projeto radical ainda estivesse presente, o golpe nas esquerdas brasileiras a partir do Chile foi determinante para que a grande maioria dos indivíduos, com destaque para aqueles cujos relatos acessei, mudasse, ao menos estrategicamente, sua perspectiva política. É importante ressaltar que tais mudanças não ocorreram em um sentido único: houve quem avaliasse como equivocada a estratégia da opção pelas armas, outros que era a única forma possível no momento, mas que havia chegado ao limite. A partir do conceito do “repertório de ação” Marques (2011) demonstrou o quanto as estratégias políticas utilizadas pelos exilados foram se alterando também conforme o país de acolhida: a passagem e estadia no Chile, e, posteriormente, na França, quando da adoção de bandeiras relacionadas aos direitos humanos. Contudo, a escolha por países europeus era questionada por alguns exilados, como Ana Angélica afirma quando questionada sobre o cotidiano em solo argelino:

O cotidiano era o seguinte... era uma questão... primeiro de abertura da pessoa para o povo, para a cultura, pra você se integrar nesse país. Muita gente não conseguiu viver a Argélia. Primeiro porque, uma coisa muito crítica sobre a política interna e externa da Argélia. A política externa da Argélia era muito mais avançada do que a política interna. Eu acho que o Boumediene tinha vontade de abrir muito mas não podia dar esse espaço grande, sabe? Cada passo que ele dava assim, na política externa... ele as vezes tinha que fazer concessões ao pessoal mais conservador, sabe? Na interna. Porque... na época que eu morei as moças não usavam véu, iam pra faculdade, conviviam com rapazes. Era vida ocidental. Mas quanto mais ele na... parte externa, ele ia se tornando... se libertando mais... da aproximação soviética, que Ben Bella era mais ligado... aí ele fazia concessões ao lado mais muçulmano, sabe? [...] arabizavam o ensino. E o pessoal que ia pra lá ficava dizendo “Não, a Argélia não é socialista, não é isso, não é aquilo”. Gostavam muito de ir pra Paris, pra ficar em Londres, pra ficar na Suécia. Então era um negócio muito mais... que usavam a favor. Porque ninguém queria ficar em Cuba, ninguém queria ficar na Argélia, mas não dizia nada se ficava na Alemanha, entendeu? (LINS 2019)

Ana, que passou 10 anos em solo argelino, e não era militante orgânica de nenhum grupo de resistência à ditadura, afirma que a adaptação se relacionava diretamente com a vontade individual, pois, por mais que a Argélia apresentasse dificuldades, também oferecia oportunidades. Todavia, a forma com que o país desenvolvia seu projeto político, assim como Cuba, seria visto de maneira muito crítica por inúmeros membros da luta armada, os quais, segundo ela, preferiam ficar em solo europeu, o que demonstraria uma postura contraditória dos militantes, que não almejavam viver nos países cujos projetos políticos defendiam. A própria entrevistada busca compreender e justificar as diferenças entre a política interna e externa do país, sobretudo ao buscar se aproximar do chamado mundo ocidental, momento em que, internamente, fazia concessões aos grupos mais conservadores. Contudo, percebemos que a inserção, sobretudo profissional, a que Ana se refere, ocorreu de maneira mais fácil para os

que já possuíam um diploma de nível superior, tendo em vista a quase total ausência desse tipo de profissionais no país. O diálogo mencionado por Carmen é exemplar dessa situação:

Eu falei que eu era farmacêutica bioquímica. “Ué, mas aqui não tem fábrica de medicamentos”. [...] “Você é farmacêutica, você sabe trabalhar em laboratório”. Falei “Não sei, mas eu aprendo”. Um cara que estava animado com a guerra de libertação, queriam construir. Queriam construir um laboratório da pediatria ali. (VALE, 2019)

Assim, para os poucos exilados que chegaram na Argélia após o golpe no Chile, a permanência tinha como objetivo central a reestruturação pessoal. Ou seja, a militância política, era relegada a um segundo plano tamanha a mudança sucedida após a dramática experiência chilena. No território magrebino as denúncias realizadas pela FBI se sucediam, assim como as notícias da violência repressiva cometidas pelo Estado ditatorial brasileiro. Luiz Arraes lembra de dois desses momentos, um ocorrido em 1971 e outro em 1974:

Meu pai recebia muita gente. Seu escritório, à tarde, era reservado a conversas. Pessoas de todos os tipos. Algumas não queriam mostrar o rosto, saíam a passos apressados, a maioria com nome falso.

Um dia Coqueiro passou a tarde lá. Era um baiano simpático, de quem gostávamos muito. Havia sido da guerrilha urbana. Fora barbaramente torturado até ser trocado por algum embaixador sequestrado. Saiu do escritório e juntou-se a nós, brincalhão como sempre. Despediu-se normalmente.

Na semana seguinte, chegaram revistas brasileiras com sua foto. Jazia numa poça de lama, um revólver na mão. Um grotesco cenário montado quando todos sabiam que ele havia sido pego de surpresa. Meu pai, muito abalado, repetia sem parar: ‘Eu tanto que falei para ele não ir’. Havia provavelmente um espião entre os exilados, um ex-envolvido na guerrilha.

- Ele não devia ter voltado. Eu sabia que isso iria acontecer.

O desmantelamento do Partido Comunista foi grande abalo para meu pai. Um de seus dirigentes não suportara ser torturado e entregou os companheiros.

A morte que mais lhe doeu era a de David Capistrano, seu amigo. (ARRAES, 2008, p. 64)

A fala de Lula abrange vários fatos localizados em diferentes momentos no tempo, desde 1971 a 1974. Contudo, a partir dela, podemos destacar elementos que demonstram o trânsito de diferentes pessoas pelo escritório de Arraes, com destaque para os membros da luta armada,<sup>219</sup> assim como de eventuais agentes duplos. Também percebemos que a Argélia era um espaço de trânsito para o retorno ao Brasil. Como demonstrado em momento anterior, há evidências de que o agente uruguaio Alberto Conrado, que usava como um dos codinomes Altair, assim como o chileno Carlos Ariztia (CRUZ, 2016), estiveram em território argelino.

<sup>219</sup> Aderval Alves Coqueiro nasceu em Aracatu, BA, em 1937. Operário, participou da construção de Brasília, indo posteriormente para São Paulo, em 1961, onde trabalhou como operador de máquinas e vendedor ambulante. Militou no PCB, PCdoB, até passar para a Ala-Vermelha, quando foi preso em 1969. Foi um dos 40 militantes trocados pelo embaixador alemão. Com o retorno ao Brasil no início de 1971 foi assassinado pela ditadura. Fonte: < <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/aderval-alves-coqueiro>>. Acesso em: 13/07/2020.

Não obstante, é possível que a margem de atuação de tais agentes naquele território tenha sido ínfima, tendo em vista os poucos exilados que lá se encontravam e a provável ação das autoridades argelinas constringendo sua presença. Assim, as notícias de assassinatos de pessoas próximas se sucediam, como aconteceu com Yara; a tristeza da perda aumentava em virtude da distância. Percebemos que, independentemente de ser ou não quadro do PCB, as sucessivas perdas de companheiros de luta contra a ditadura representavam abalos imensuráveis. A reflexão sobre o país de origem não deixou de acontecer com o então adolescente Lula Arraes:

Senti nessa época que não dava mais para continuar brasileiro e orgulhosos de sê-lo. O Brasil, real, com o qual eu tinha que me contentar, além de terrível por sua violência, o era também por sua distância. O que fazer então?

Tornar-me argelino, nem pensar. Já que era à Argélia que eu atribuí a responsabilidade por todos os meus males. Restou-me como opção ser francês. Impossível: eu era moreno demais pra isso. *Trop basanné*. Resultou disso tudo que eu não tinha mais pátria, não tinha mais onde cair morto. (ARRAES, 2008, p. 36)

A crise de identidade relacionada ao país de origem, sobretudo entre crianças e jovens, é um elemento presente nos relatos: há a memória de um país distante que, de certa maneira, teria sido responsável pela sua saída, relacionado com a confusão a partir da imagem construída pela ditadura dos exilados como “bandidos e terroristas”; associa-se a isso a vivência em um país profundamente diferente dos referenciais que existiam na vida privada, assim como a impossibilidade de assumir outra identidade. Ou seja, crianças e adolescentes se encontravam em uma espécie de limbo: não encontravam a identificação com nenhum espaço geográfico, cultural ou nacional.

A forma encontrada para superar as perdas e para minimizar tais impactos era seguir o processo de denúncia. Entre 1974 e 1976 ocorreu o Tribunal Bertrand Russell<sup>220</sup> II, o qual, embora não possuísse poder jurisdicional de fato, publicizou os crimes cometidos pela ditadura brasileira e pelas congêneres sul-americanas. Suas ações tinham como objetivo ouvir testemunhas vítimas da tortura e apresentar, ante a sociedade internacional, o que estava ocorrendo nos países da região. Assim, Miguel Arraes foi convidado por Lelio Basso, presidente do Tribunal, para ser um dos assistentes de acusação contra a ditadura brasileira. Cruz (2016) afirma que a denúncia obteve repercussão na sua primeira sessão, quando foram

---

<sup>220</sup> A ideia do Tribunal Bertrand Russell foi concebida pelo filósofo britânico do mesmo nome e sua primeira sessão ocorreu em 1967, em Estocolmo, para julgar os crimes de guerra cometidos pelos EUA no Vietnã. A presidência do mesmo coube a Jean Paul Sartre. A segunda sessão, como mencionado, ocorreu entre os anos de 1974 e 1976 e foi presidida pelo senador socialista italiano Lelio Basso. Buscava-se inicialmente denunciar os crimes cometidos pela ditadura brasileira, mas, após o golpe no Chile, o objetivo se estendeu, de maneira que o mesmo ficou intitulado como “Tribunal Russell II pela repressão no Brasil, no Chile e América Latina”. As discussões realizadas foram publicadas e traduzidas e se encontram disponíveis no site: <[http://www.cchla.ufpb.br/ncdh/?page\\_id=1169](http://www.cchla.ufpb.br/ncdh/?page_id=1169)>. Para maiores informações consultar: Ferreira (2016).

ouvidos depoimentos de exilados brasileiros que sofreram tortura física e utilizados dossiês produzidos pela FBI. Percebemos de maneira nítida, neste caso, o que Sznajder e Roniger (2013) afirmam ser a estrutura quádrupla do exílio, ou seja, a inserção dos exilados em um espaço de atuação transnacional, ações que passaram a ser mais comuns a partir da década de 1970, e com argumentos até então não utilizados. Ou seja, diferentemente dos migrantes, os exilados buscam exercer pressão ou influenciar, mesmo que a distância, nos seus países de origem.

Outro movimento de destaque para os brasileiros foram as ações realizadas pela Anistia Internacional, objeto de preocupação por parte das representações diplomáticas brasileira. Em um telegrama de 1º de junho de 1973 da Secretaria de Estado para a Embaixada em Argel, encontramos a solicitação, após conversa com o embaixador argelino no Brasil quando da exibição de um filme de denúncia na Holanda, cujos depoimentos foram tomados na Argélia. É importante atentarmos para a utilização da fonte diplomática, como demonstram algumas expressões supostamente ditas pelo embaixador do país, como “processo gradual e necessariamente lento”, o que nos pode inferir acerca da ausência de vontade do governo argelino de atuar no cerceamento da ação dos exilados naquele território. Contudo, como a diplomacia exige houve uma resposta, mas que não ocorreria imediatamente:

O Embaixador da Argélia foi chamado ao Itamaraty [...]. O Embaixador Lakhdari lamentou o ocorrido e adiantou que o filme não seria exibido na Argélia. Reiterou existir posição política deliberada do Governo argelino – decidida recentemente -, no sentido de, num processo gradual e necessariamente lento, dificultar esse tipo de atividades; tal política gradualística levaria, ainda no dizer do Embaixador argelino, algum tempo até produzir resultados concretos. Rogo a Vossa Senhoria enviar esforços no sentido de obter maiores informações sobre a realização dos filmes (v.r., quando foram tomados os depoimentos, ligações do produtor do filme e da ‘Amnesty International’ com as autoridades argelinas, relação dos asilados brasileiros que ainda se encontram na Argélia, etc), informações essas que possam servir de elementos de juízo para apurar o grau de responsabilidade do Governo argelino na questão.<sup>221</sup>

Ainda em junho de 1973, um informe da DSI/MEC<sup>222</sup> afirmava que entre junho de 1972 e abril de 1973 haviam sido enviadas 2.800 cartas da Anistia Internacional às mais diversas autoridades, civis, religiosas e militares brasileiras solicitando informações sobre os

<sup>221</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty. Secretaria de Estado para Embaixada em Argel. Telegrama. Filme projetado na Holanda. Entrevistas em Argel de subversivos brasileiros. 01 de junho de 1973.

<sup>222</sup> O documento é composto por uma carta da Anistia vinda da Holanda e direcionada ao reitor da UFMG, pois se relacionava com a prisão de um professor da referida instituição. A carta foi encaminhada para a AESI e posteriormente respondida pela DSI/MEC. O trecho citado é o da resposta final da DSI. Encontrei o documento a partir da busca pela palavra-chave “Frente Brasileira de Informações”, tendo em vista que a análise da documentação da DSI/MEC não é o escopo dessa pesquisa.

presos políticos a partir de dados fornecidos pela FBI. A orientação inicial do SNI era da que as mesmas ficassem sem nenhum tipo de resposta, de maneira que conclui:

Não há indícios de término, pelo menos a curto prazo, da campanha insidiosa movida pela ‘AMNESTY’ pois essa entidade é instrumento da ‘Frente Brasileira de Informações’, que, por sua vez, subordina-se ao MCI, e, sabe-se que essa ‘frente’, promovida pelo Comunismo Internacional, visa a denegrir a Imagem do BRASIL, mediante ações contínuas a longo prazo.<sup>223</sup>

João Roberto Martins Filho (2019) afirma que a AI foi uma das principais responsáveis pela inclusão do tema relacionado aos direitos humanos no cenário transnacional. Tanto é que o ano de 1972 foi dedicado pela mesma à denúncia da tortura no Brasil, fato também elencado por Cruz (2016), que afirma que a organização, ao não obter permissão para entrar no Brasil, elaborou um dossiê acerca do tema. A divulgação do mesmo em 1972, ano em que a independência brasileira completou 150 anos, foi utilizada pela ditadura com o argumento de que estaria ocorrendo uma campanha difamatória contra o Brasil no exterior. É possível inferir, a partir da análise da documentação, que é possível que setores do governo ditatorial não tenham compreendido o alcance dos grupos transnacionais, tendo em vista a responsabilização completa da FBI pelas denúncias e que esta instrumentalizaria a AI com vistas a “manchar” a imagem do Brasil. A FBI, por sua vez, seria um meio de ação do tão propalado comunismo internacional, ou seja, o objetivo final de toda a ação era a tomada de poder pelos comunistas, justificativa para a realização da repressão. Também podemos afirmar que, embora com alcance limitado, o fato do boletim da Frente circular por vários países de distintos continentes, conferiu-lhe função de destaque na denúncia do que ocorria no Brasil, assim como acerca da inserção de novos temas no debate político. Rollemberg (2002) levantou a existência de aproximadamente 50 publicações acerca da ditadura que circularam nos mais variados países durante o período. No caso do boletim da FBI, Yara rememora o processo de produção em território argelino, ao mesmo tempo em que explica a maneira pela qual as notícias chegavam. Percebemos a preocupação com a referência a obtenção da informação e a efetividade da mesma:

O meu recurso era uma tesoura, papel sulfite. A Branca, não a mãe, a filha, irmã do Marcito, o Marcio Moreira Alves, ela tinha conseguido estabelecer uns canais. Eu recebia toda a imprensa brasileira, todas as revistas brasileiras. Isso do lado da imprensa. Nós tínhamos criado uma rede de informações que vinha do Brasil... impressionante. Im-pres-si-o-nan-te. E chegava. [...] E Branquinha, ela fazia com que as coisas passassem pelos EUA, Canadá e chegassem a mim. As vezes, torturas bárbaras que tinham ocorrido no DOPS, em São Paulo, me chegavam em 2, 3 dias.

<sup>223</sup> Arquivo Nacional. DSI/MEC. Campanha contra o Brasil. “Amnesty International.” 25 de junho de 1973. Identificação: BR\_DFANBSB\_AT4\_0011\_0022\_d.

Pelos canais. Todas fontes fidedignas. Nós nunca publicamos uma informação que não tivesse fundamento. Tudo tinha fundamento. (GOUVÊA, 2019)

Assim, mesmo com as dificuldades envolvidas na produção, desde em relação à informação até as materiais, percebemos a importância dessas estratégias transnacionais de denúncia. Martins Filho (2019) menciona que o ano de 1971 teria trazido o tema da tortura nos presos políticos para o debate e tão cedo não sairia. Ou seja, os países do mundo ocidental passaram a ser também pressionados pelas suas sociedades no que se refere a um posicionamento acerca do que ocorria no Brasil. Assim, organizações internas, como a OAB, também inseriram o tema nas suas agendas (ALVES 1984).

Ante as dificuldades de produção do boletim da FBI, Yara afirma que em determinado momento somente ela era a responsável pela sua montagem, de maneira que a periodicidade da publicação foi diminuindo. Cruz (2011) datou o fim dos trabalhos em 1975, mas Yara o situa entre 1976 e 77. Ao mesmo tempo, outros textos de autoria de Arraes foram sendo publicados, como análises da realidade brasileira.

O ano de 1974 marca o fim do trabalho de Ana Angélica nos projetos desenvolvidos por Niemeyer, os quais demandavam uma rotina de ausência relacionada à família. O emprego seguinte, em uma empresa do governo argelino, tinha a mesma peculiaridade, tendo em vista a abrangência nacional dos projetos:

Aí fiquei trabalhando pra Ecotec. Eu fiz um conjunto habitacional. Eu não tive sorte, não, viu? Eu fiz um conjunto habitacional em Sétif, esse teve um terremoto, tudo... Sétif foi destruída toda. Trabalhei num centro administrativo, sabe? Perto de Oran... trabalhei... nesse que eu trabalhava perto de Oran, eu ia... porque a gente... tudo era centralizado em Argel. A gente ia pra lá de avião e voltava de noite ou dois dias depois. [...] Ia de manhã, via as obras e depois voltava de noite. Quando eu chegava em Argel tava Maurilio com Eduardo nas costas me esperando no aeroporto. Porque... assim... era um vida muito dura sabe? Essa parte. Primeiro eles iam na creche defronte lá de casa... era árabe. Depois eles foram pra ser alfabetizados. Aí tinha que ser na escola francesa. (LINS, 2019).

A manifestação sobre o problema da alfabetização dos filhos nos permite inferir que os pais, mesmo no exílio, almejavam que as crianças tivessem a formação a partir do alfabeto latino e não o árabe, tendo em vista a perspectiva, mesmo que distante, de retorno para o Brasil ou mudança para algum outro país que tivesse tal referência gramatical. Ou seja, mesmo parecendo difícil, o desejo da volta persistia cotidianamente.

Na próxima seção analisaremos os últimos anos do exílio no território argelino, quando os membros da comunidade lá exilados puderam retornar para o Brasil. Faz-se importante

salientar que o grupo lá existente se tornou uma comunidade, mesmo que pequena, em virtude do compartilhamento de referenciais e do constante contato que havia entre as famílias.

### **3.2 “Não tinha tempo de ficar chorando exílio, não”: os anos finais do exílio na Argélia (1975-1979)**

Anteriormente mostramos o quão doloroso foi para Carmen o processo de saída do Brasil, pois a mesma não queria que acontecesse. Contudo, após o golpe de Estado no Chile, a curta passagem pela Argentina e a posterior ida para a Argélia, ela se concentrou em buscar estratégias de sobrevivência. O intenso envolvimento com seu trabalho a fez afirmar que “não tinha tempo para ficar chorando exílio, não”. Ou seja, sem a perspectiva de retorno para o Brasil, o vínculo com os projetos realizados em Argel, fez com que o exílio tivesse outro significado: o de poder, de fato, colaborar com a melhoria do sistema de saúde argelino. Da mesma forma, Luiz Hildebrando, como demonstramos no capítulo anterior, também buscou desenvolver projetos que não havia conseguido executar em solo brasileiro. Diferentemente dos banidos, os exilados que saíram após a queda de Allende do Chile, inclusive a maior parte dos “40”, passou a ter outras perspectivas, tendo em vista a derrota do processo de construção do socialismo pelo governo da Unidade Popular. A partir das entrevistas e das obras de memória analisadas, compreendemos que é nesse momento que o exílio foi percebido de fato pela maioria dos militantes. Por outro lado, o fato da oposição, representada pelo MDB, ter obtido uma significativa votação em 1974 fez com que a ideia avanço político pela via eleitoral fosse aventada<sup>224</sup>; assim como as distintas formas de auto-crítica realizada pelos grupos armados, diante da derrota no plano militar, reforçou, em muitos exilados, o entendimento de que a estratégia eleitoral era a forma possível para mudar a situação brasileira.

Esse período caracterizou-se, de maneira geral, para aqueles que se encontravam em território argelino, como sendo de reestruturação pessoal. Contudo, aos poucos, como mencionado no início do capítulo por Lula Arraes, Argel foi se esvaziando, em virtude da Revolução dos Cravos em Portugal, da queda de Franco na Espanha e das posteriores independências dos países africanos lusófonos. Bona Garcia e Célia decidiram não ficar no país e buscaram se exilar na França. O principal argumento utilizado foi o da diferença cultural e o desejo de conviver com mais brasileiros:

---

<sup>224</sup> Como é sabido, tal possibilidade não ocorreu, tendo em vista a constante mudança nas regras realizadas pelos ditadores, como a Lei Falcão e o Pacote de Abril. Para maiores informações, consultar Alves (1984).



Trabalhei num empresa chamada *Chantier Populaire de Reboisement*, mas mais a minha parte era organizar os canteiros de obras que tinham lá. Eu tinha feito um pouco de engenharia, então já achavam que eu era engenheiro.

[...] E na Argélia, foi muito bom. Eu agradeço muito os argelinos pela recepção. Só que é bem diferente, entendeu? Uma cultura diferente, a forma é diferente. Por exemplo, eu cheguei lá e eles foram fazer um documento de viagem pra mim, escrito em árabe e aí perguntaram: “Qual o nome que tu quer que bote no documento?”. Tudo assim, não tinha mistério. Quisesse me chamar de Pedro, me chamaria de Pedro. Eu digo “Não, bota o meu mesmo, tô exilado aqui né”.

[...] Pra mulher era muito difícil a integração. Então eu ia num restaurante com a Célia, meio-dia, todo mundo parava de comer e ficava olhando e tal. Porque mulher não entrava em restaurante. Pra sair junto não dava, tinha que sair com aqueles vestidos. E a Célia ficou grávida lá e nasceu mais um filho lá. Então tava ficando muito difícil pra conviver. Não é que foi mal, não, a obrigação era nossa em se adaptar à cultura deles. Só que é uma cultura milenar, diferente da nossa. Então foi um problema assim. E de participação também. Porque a única participação que eu tinha era mais com o Miguel Arraes, que a gente acabou muito companheiro, amigo. Eu ia visitá-lo, ele me visitava, enfim. E poucos brasileiros que tinha, entendeu? Não era muito a colônia. E nós queríamos participar, trocar ideia, participar dos movimentos pela anistia, e lá tu sabes que isso não existe. Então era mais difícil. (BONA GARCIA, 2016)

Assim, Bona e Célia, com seus dois filhos (o mais novo nasceu em território argelino no mês do Ramadã, período muito difícil de acordo com o próprio narrador, em virtude da quase total ausência de apoio para a realização do parto) decidiram ir para a França. Contudo, mesmo que estivessem desvinculados de uma organização de resistência, o desejo de participação política foi um dos elementos que contribuiu para a mudança, articulado a uma revisão das ações até então realizadas. Embora ressaltasse que passou a “pensar por si”, o desejo de uma articulação maior teria sido um dos elementos responsáveis pela mudança:

Pensando, analisando, comecei eu mesmo a tirar as minhas conclusões, a ter o meu ponto de vista, porque éramos acostumados a tirar conclusões em grupo, dentro do partido, então se concordava em conjunto. Na Argélia comecei a concordar sozinho, a ter a minha visão política. Concluí que o que estivemos fazendo não era o caminho para transformar a sociedade. Aí me deu uma vontade de dizer isso aos outros brasileiros, e não aguentei mais a Argélia. (BONA GARCIA, 1989, p. 165)

Assim, houve a mudança para o país europeu, articulada por Miguel Arraes: “Então eu não tinha organização nenhuma, não tinha partido nenhum, e aí o Arraes acabou me ajudando a sair de lá. Aí usei um passaporte falso pra sair e acabei indo pra França.” (BONA GARCIA, 2016). É importante perceber que Arraes, mesmo com a significativa diminuição de brasileiros em solo argelino, continuou a ser uma referência para os que lá continuavam, fato que perdurou até o fim do exílio. Na trajetória de Bona, Arraes foi o responsável pela sua entrada e saída da Argélia. Contudo, mesmo com a diminuição das atividades políticas, o monitoramento repressivo do Estado brasileiro continuou, como podemos perceber em trechos de cartas enviadas por Bona e sua esposa para o Brasil, enquanto ainda se encontravam em solo

africano<sup>225</sup>. Faz-se fundamental mencionar que, mesmo que a carta enviada fosse de Célia, o título do documento produzido pela agência do SNI de Porto Alegre estava no nome de Bona. Ou seja, Célia não era considerada alvo direto, apenas seu esposo. Essa reflexão acerca da correspondência violada também foi mencionada por Knapp: “No começo e durante todo meu período na Algéria, aquele vespeiro de subversivos muito vigiado, a comunicação era bem precária. Um selo da Algéria era convite para a violação do envelope no Brasil.” (KNAPP, 2013, p. 172). Ele afirma que a violação da correspondência era em virtude do fato de ser um “vespeiro de subversivos”, mas percebemos que essa foi uma ação continuada com as correspondências vindas do país, mesmo após a diminuição do trânsito.

Contudo, mesmo com a vigilância, a presença de Apolo no país só foi percebida em abril de 1975, ou seja, quase um ano após a sua chegada a Argel, quando o mesmo se dirigiu até a embaixada para solicitar um passaporte: “[...] 2. Não encontrei o nome do interessado nas listas e circulares pertinentes, nem sabia de sua presença nesse país.”<sup>226</sup> Podemos inferir, a partir desse fato, que como Apolo não era um dos banidos, seu nome não constava em nenhuma das listas enviadas pelo Itamaraty às embaixadas, quer dizer, não estaria presente entre aqueles considerados os maiores inimigos do país. Contudo, o fato de não ser banido, não assegurava a obtenção do passaporte: como mencionado, o fato de estar exilado e ser anteriormente vinculado a uma organização política, era o suficiente para receber a negativa do documento. Não foi encontrada a resposta do telegrama, mas lanço a hipótese de que o pedido foi negado, pois em 20 de janeiro de 1979 outro pedido foi feito pelo autor e o objeto era o mesmo<sup>227</sup>. Nesse momento, o embaixador afirmou que iria conceder o passaporte, exceto se houvesse orientação em contrário. Ao que as evidências indicam, a negativa foi a resposta, tendo em vista que Apolo só obteve o documento após a aprovação da anistia no Brasil<sup>228</sup>. Mesmo assim, afirmou que a relação com a embaixada era cordial: “A gente ia na embaixada pra arrumar uma coisa e era muito bem tratado. Eles não assumiam atitude de militar contra nós não. Eles só não podiam dar passaporte, não era por culpa deles.” (LISBOA, 2016).

---

<sup>225</sup> Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informações. Brasileiros Banidos. João Carlos Bona Garcia. 08 de maio de 1974. Identificação: AC\_ACE\_71002\_74\_p2.

Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informações. Brasileiros Banidos. João Carlos Bona Garcia. 05 de julho de 1974. Identificação: AC\_ACE\_72830\_74\_p2

<sup>226</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty. Embaixada para Secretaria de Estado. Telegrama. Pedido de passaporte. Apolo Heringer Lisboa. 18 de abril de 1975.

<sup>227</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty. Embaixada para Secretaria de Estado Telegrama. Pedido de passaporte. Apolo Lisboa. 20 de janeiro de 1979.

<sup>228</sup> Arquivo Nacional. Telegrama enviado pela DSI/MRE ao consulado brasileiro em Antuérpia. 06 de setembro de 1979. Identificação: BR\_DFANBSB\_Z4\_DPN\_PES\_PTN\_0472\_p133.

O período em tela, nos relatos analisados, é o da tentativa de organizar uma rotina, pessoal e profissional, no país acolhedor, assim como manter, minimamente, o processo de denúncia do que ocorria no Brasil. Entrementes, mesmo que a relação com a embaixada fosse razoável, o cerceamento aos exilados era evidente. Yara rememora que, em determinado momento recebeu um convite para trabalhar na China, contudo, recebeu um passaporte válido somente para a Argélia. Na sua obra, encontramos:

Ela sente vontade de gritar diante do funcionário consular que lhe entrega o documento. Em vez do grito, o que sai é riso amargo. Do funcionário, nem um sorriso. Ali, eles recebem e executam as ordens do Serviço Nacional de Informações (SNI). Sussu [nome utilizado por Yara no texto] assina os papéis apresentados por ele e sai com o passaporte que lhe permite ir de Argel a qualquer outra cidade argelina. (GOUVÊA, p.76)

Em um relatório da Divisão de Passaportes em solo argelino enviado ao Itamaraty, que contava com a relação dos documentos concedidos entre janeiro de 1975 e fevereiro de 1976, encontramos a informação de que o mesmo havia sido concedido a Yara<sup>229</sup>. Percebemos nesse momento como os relatos acerca do exílio são fundamentais para compreendermos o quanto a vida no exterior foi dificultada pela ação dos agentes do Estado, pois, caso analisássemos somente o documento proveniente da Divisão de Passaportes, teríamos, na análise a informação de que o documento teria sido concedido sem maiores implicações. O mesmo foi entregue, de fato, mas sua validade restringia-se a Argélia. Ou seja, não tinha nenhuma utilidade para a solicitante, de maneira que sua mobilidade foi cerceada ao extremo. Outro episódio que atesta a forma com que os exilados eram desconsiderados pelas autoridades diplomáticas se relaciona à crise ocorrida em 1976 entre a Argélia e o Marrocos, acerca do posicionamento argelino diante dos pedidos de autonomia do território conhecido como Saara Ocidental. Em um memorando datado de 02 de fevereiro de 1976 o embaixador brasileiro em Argel questionou o chefe do departamento da África, Ásia e Oceania: “[...] o Embaixador do Brasil em Argel consulta a Secretaria de Estado ‘sobre as diretrizes e medidas de ordem prática aplicáveis ao pessoal brasileiro residente no país na eventualidade de uma precipitação das hostilidades que as torne necessárias’.”<sup>230</sup> Praticamente um mês após a solicitação, em 03 de março de 1976, a embaixada em Argel recebeu a resposta:

[...] vossa excelência deverá comunicar ao principal responsável pelas empresas brasileiras que operam nesse país, que deverá preparar um plano de evacuação de seus

<sup>229</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty. Divisão de Passaportes. Relação de passaportes concedidos – comuns.

<sup>230</sup> Arquivo Nacional. Embaixada do Brasil em Argel. Memorando para o Chefe do Departamento da África, Ásia e Oceania. Questão do Saara Ocidental. Situação dos brasileiros na Argélia. 02 de fevereiro de 1976. Identificação: BR\_DFANBSB\_Z4\_REX\_EBR\_0018\_8p.

empregados brasileiros para ser executado em caso de deflagração de conflito armado, envolvendo a Argélia. [...] Sob a responsabilidade dessa Missão diplomática ficará a preparação do plano de evacuação dos brasileiros residentes nesse país, que não sejam ligados a empresas privadas, nem aí se encontrem na condição de asilado político.<sup>231</sup>

Percebe-se que a recomendação proveniente do Itamaraty se relacionava com a proteção das empresas nacionais, com destaque para a Rabello S.A e Mendes Junior, que haviam expandido os negócios para a Maurîtânia (CAMPOS, 2012) e seus funcionários; ou seja, os exilados eram considerados não cidadãos, portanto, não merecedores da proteção nacional.

No mesmo ano, Miguel Arraes novamente projetou-se na arena internacional ao participar ativamente da Conferência Internacional da declaração dos direitos fundamentais dos povos, ocorrido em agosto de 1976. Nas palavras do informe da DSI/MRE: “O BRASIL mereceu citações ofensivas por parte da imprensa local, que proporcionou ampla cobertura ao encontro, e por ocasião da intervenção de MIGUEL ARRAES, intitulada a DEPENDÊNCIA NA AMÉRICA LATINA.”<sup>232</sup>

É importante salientar que, como já dito em outros momentos, a necessidade de manutenção das estruturas de vigilância precisava ser constantemente demonstrada: dessa forma, o conceito de inimigo interno precisava ser flexibilizado conforme as circunstâncias. É perceptível que Miguel Arraes preocupou durante todo o seu tempo de exílio os órgãos de segurança e inteligência, com destaque para as atividades relacionadas com a FBI. Yara, talvez a principal executora do projeto, seguiu seu trabalho na Frente, articulado com outras funções, inclusive na Universidade de Argel:

Nós paramos de fazer o boletim, não foi em 1974, foi bem depois. Nós paramos lá pelos anos 1976, 77 de fazer o boletim. Porque eu passei a ser a única pessoa a fazer tudo. Além disso, nós diversificamos. Além do boletim, nós passamos a fazer dossiês muito importantes, né. Pra mim o mais importante foi a questão nacional. Todos eram assinados por Miguel Arraes, tinha que ter alguém que assinasse. Mas nós fizemos dossiês importantíssimos... que eram verdadeiras monografias. Mas a questão nacional, sempre presente... até hoje.

[...] A rotina na universidade foi o seguinte: foi Magdalena Arraes que me disse em dado momento que tava achando que eu não tava muito bem, não. Precisava diversificar um pouco, porque eu passava a minha vida a falar e a redigir sobre tortura, fazer denúncia de tortura, isso e aquilo... e que ela estava achando que eu precisava, né... ter um equilíbrio maior de vida... é claro que comecei a tecer relacionamentos interpessoais, isso e aquilo. Foi quando ela indicou pra Universidade de Argel o meu nome e... o diretor do Instituto de Fonética e Linguística, quando viu meu currículo ficou doido... me chamou pra lá. Foi difícil? Foi difícilimo. Porque todos os

<sup>231</sup> Arquivo Nacional. Secretaria de Estado para Embaixada em Argel. Minuta de Telegrama. Evacuação de brasileiros. 03 de março de 1976. Identificação: BR\_DFANBSB\_Z4\_REX\_EBR\_0018\_8p.

<sup>232</sup> Arquivo Nacional. Divisão de Segurança e Informações/Ministério das Relações Exteriores. Argélia. “Conferência Internacional pela Declaração dos Direitos Fundamentais dos Povos.” 11 de agosto de 1976. Identificação: BR\_DFANBSB\_Z4\_DHU\_0037\_4p.

professores eram franceses. A universidade de Argel só funcionava através da cooperação francesa. Os professores eram franceses. Eu, tinha tido uma formação universitária um pouco mais ampla do que a deles e logo que eu entrei no instituto de linguística e fonética lá na Universidade de Argel eu comecei não só a divulgar uma corrente linguística, mas eu tinha lido muito e aprendido muito com Chomsky. Nossa. Aquilo foi um evento... uma coisa que você sabe muito bem, sendo uma universitária... é comum talvez dentro das universidades que se criem as suas igrejas também. Tanto que a um momento dado o próprio diretor do Instituto achou melhor eu me deslocar pra certas áreas. Então eu me desloquei para o Instituto de Psicologia, o que me obrigou, porque eu não tinha, pra dizer a verdade, uma real formação em psicolinguística, me obrigou a me reciclar. Mas pra escapar da fúria dos colegas. (GOUVÊA, 2019)

O relato de Yara permite que compreendamos várias dimensões da sua vivência no exílio: o primeiro e já problematizado diz respeito ao seu intenso trabalho na FBI, estrutura que foi diminuindo sua produção de informação e denúncia até tornar-se um divulgador de textos assinados por Miguel Arraes<sup>233</sup>, os quais tratavam de questões relacionadas ao Brasil daquele momento, desde o início dos anos 1970 até a proximidade da anistia. É perceptível a referência carinhosa à Magdalena, que em todos os relatos aparece como alguém que buscou manter uma aparente normalidade familiar em meio às inúmeras dificuldades enfrentadas. Essa normalidade, para Yara, significa a iniciativa para tentar se inserir em um ambiente além do puramente político, ante os efeitos perversos que o contato constante com denúncias de tortura estavam lhe trazendo. Assim, o trabalho na Universidade teve esse papel. Contudo, como demonstra, foram enfrentadas dificuldades, em virtude dos distintos posicionamentos acerca dos temas de pesquisa e docência. Ao mesmo tempo, seu relato atesta os desafios enfrentados, ao ter que se dedicar a objetos de estudo aos quais não estava acostumada. Percebemos a gama de vivências que Yara teve que enfrentar, junto com a criação de um filho ainda pequeno, que afirma que em determinados momentos era o tradutor de árabe de Arraes. No relato de Magdalena, há a rememoração do tempo em que também foi professora na mesma Universidade:

Com o tempo eu fui me encaminhando e passei a dar aulas de português na Faculdade da Argélia, setor de Letras. Trabalhei lá uns dois ou três anos. Me senti muito bem fazendo isso.

Os argelinos se interessavam por aprender a nossa língua e se interessavam também por terem noções de literatura. Então que me senti muito gratificada por esse interesse. Ao mesmo tempo, a gente buscava os pontos em comum, porque eram dois países que tinham passado por uma colonização, tanto o Brasil quanto a Argélia, e costumávamos conversar sobre esse aspecto. (ARRAES *apud* CAVALCANTI, COLARES, 2015, p. 91)

---

<sup>233</sup> Alguns dos textos escritos por Arraes durante o exílio, como “A questão nacional” foram publicados pela Fundação João Mangabeira, do PSB.

Ao que as evidências indicam, esse foi o período em que mais exilados brasileiros se inseriram profissionalmente na sociedade argelina e o sentimento preponderante é o de gratidão, de maneira que a busca de semelhanças entre os países eram constantes. Apolo também rememora, inferindo que ao mesmo tempo em que pode exercer a profissão, a sociedade de acolhida também foi beneficiada com o seu trabalho. Ou seja, uma via de mão-dupla:

Aí eu comecei a morar em Argel, trabalhar no Hospital Universitário lá, pertinho de Argel. Colado na cidade. E fiquei quase 5 anos trabalhando... como médico.

**Débora:** todo esse tempo no mesmo hospital?

**Apolo:** no mesmo hospital e na mesma casa. Depois pessoal arrumou apartamentos maiores, 2, 3 quartos. Eu não sei porque, se eu não pedi ou se eu tava satisfeito em morar no centro, não sei que que foi não. Era um apartamento muito pequeno, sabe? Era assim... [mostra pequeno] Depois eu consegui que eles dessem um outro colado, aí a gente uniu um com o outro assim.

[...] Eu era médico, então eu fui ser pneumologista. Eu ajudava o tratamento. Então eles tiveram muito ganho em levar pra lá técnicos, médicos. (LISBOA, 2016)

Na fala de Carmen o elemento preponderante é a rememoração dos desafios enfrentados e da possibilidade de construção, algo que havia sido totalmente cerceado no Brasil:

Com o tempo... saiu o trabalho pra mim. Aí eu comecei a trabalhar pouco a pouco. Então a questão primeiro era... encomendar material, porque não tinha nada, mas dinheiro eles tinham. “Primeiro que precisa é bilirrubina, porque tem muito casamento consanguíneo e dá muito problema de icterícia neo-natal.” [...] Chegou rápido, tinha dinheiro. [...] Eu estudava noite e dia. Não tinha tempo pra ficar chorando exílio não. Se eu não estudasse não ia aprender a fazer os trem. Eu fiquei muito entusiasmada. Eu fui indo junto com eles... falei “Bom, o que eu não pude fazer lá eu vou fazer aqui”. Tinha minhas reuniões... políticas. (VALE, 2019)

Mesmo com o afastamento da organização, ela recorda que existiam pequenas reuniões de discussão acerca do que ocorria no Brasil, a partir das publicações brasileiras enviadas a Arraes. Da mesma maneira, para Apolo, esse foi um momento de rever as posições que tinha até então, sobretudo a partir do que classificou como “massacre” das organizações de esquerda (LISBOA, 2016). O exílio, como enfatizamos, foi um espaço de rever posições e incluir novas pautas: o feminismo, a luta antirracista, a preocupação com o meio-ambiente foram se tornando reflexões presentes entre os exilados. É possível afirmar que, em virtude da pequena comunidade brasileira na Argélia, essas demandas não foram, ao menos inicialmente, acessadas. Contudo, em um determinado momento, Danda Prado propôs a Yara a criação de um grupo de mulheres como os que já existiam em solo europeu<sup>234</sup>. Porém, a proposta não

---

<sup>234</sup> Para maiores detalhes sobre a relação do exílio com o feminismo, consultar: Marques (2015); Soihet (2010) e Pedro; Wolff (2007).

obteve êxito, em virtude das diferenças culturais evidentes, em especial o fato de ser considerada uma mulher ocidental num país de referenciais eram muito distintos:

Olha, ela queria muito que eu formasse um grupo em Argel e eu falei pra ela das dificuldades. Mas como eu a ajudei a formar um grupo que se chamou Nosotras, e que teve uma... um trabalho bastante importante. Tanto que a primeira reunião, do movimento de liberação das mulheres em Paris, que foi feito na Mutualité, esse teatro onde tinha os grandes eventos etc e tal. E que Simone de Beauvoir nos ajudou a fazer... eu estava lá... nessa primeira reunião. Da mesma forma que participei naqueles momentos de alguns eventos... queimar sutiã em praça pública. Pro total desespero familiar né. Em Argel eu consegui fazer muito pouco, muito pouco... você já imagina a dificuldade de ser mulher em Argel, quanto mais querer levar aquelas lutas que nós estávamos tentando levar ao nível do mundo desenvolvido como na França, Estados Unidos e... Eu colaborei bastante com Nosotras, escrevendo e... assim como escrevi em outras revistas etc e tal. (GOUVÊA, 2019)

É perceptível que a pequena comunidade de exilados residente em solo argelino limitada pelas diferenças socioculturais, se sentiu pressionada, como no caso de Bona, e almejasse um maior espaço de interação e articulação para além daquele país. Se analisarmos especificadamente o caso de Miguel Arraes, toda a ação política do mesmo envolvia estratégias que perpassavam por distintos continentes. Ou seja, o próprio fazer político do ex-governador foi ressignificado, tendo em vista a necessidade de ação em um espaço mais amplo. Nos anos finais da década de 1970, sua ação se centrou em dois desafios: relacionada a propriedade de uma livraria em Paris; e as tentativas de articulação de uma ampla frente de oposição, tendo em vista que os movimentos pela anistia e pela redemocratização vinham se fortalecendo<sup>235</sup>. Encontramos duas referências relacionadas à propriedade da livraria em Paris: a primeira no relato de José Maria Rabêlo, quando este chegou em solo francês:

[...] após algumas conversações, consegui convencer Miguel Arrais a comprar a firma dos portugueses e transformá-la em um grande centro de venda de livros de divulgação da cultura latino-americana na Europa. (2001, p. 184-85)

Desempenhávamos também um papel político, denunciando os crimes das diversas ditaduras de nosso continente, a começar pela brasileira.

Deixei o emprego em 31 de dezembro de 1978, por divergências com o grupo de Arrais [sic] e porque me preparava para a volta, que parecia iminente. Sob a direção do grupo ela continuaria até julho ou agosto, tendo sido vendida depois a uma firma francesa, que a descaracterizou por completo.

Quando vem à baila esse assunto, sempre surge alguém indagando sobre minhas relações com o Arrais [sic] e sobre os negócios dele no exílio.

Devo confessar, antecipando-me a um possível questionamento do leitor, que foram relações difíceis, algumas vezes, penosas. (RABÊLO, 2001, p. 186)

A segunda referência à existência da livraria a encontramos na biografia de Arraes escrita por Rozowykwiat (2006), contudo, não foi possível identificar quais foram as maiores

<sup>235</sup> Para uma discussão acerca do processo que culminou com a aprovação da Lei da Anistia (L. 6.683/79), consultar: Lemos (2018); Gallo (2020).

tensões entre os envolvidos. Pezzonia (2018) nos fornece alguns indícios relacionados ao desentendimento acerca da formação de uma frente de oposição: como mencionado, Arraes sempre pensou em articular uma frente única e, em muitos dos seus textos, afirmava que a presença de todos no MDB seria a melhor estratégia para combater a ditadura. Contudo, Rabêlo aproximou-se de Brizola, quando este foi para Portugal, em 1978, e houve o lançamento da Carta de Lisboa, na qual se estruturaram as bases para a retomada dos princípios trabalhistas. O autor afirma que esse momento foi de grande euforia, tendo em vista que não há evidências de nenhum encontro pessoal entre os dois líderes exilados desde 1964. O que existiam eram correspondências trocadas e enviados por terceiros, como Marcio Moreira Alves e Carlos Figueiredo de Sá. Ou seja, foi um momento de esperança para a rearticulação pública da oposição no exterior. Arraes esteve na recepção ao líder gaúcho em Portugal e participou das coletivas de imprensa e discussões realizadas naquele momento. Contudo, não foi selado nenhum acordo e cada um dos líderes seguiu a sua própria estratégia.

Como mencionado anteriormente, uma maior articulação ocorreu quando da luta pela anistia, com comitês sendo criados em distintos países. Inúmeros encontros ocorreram e Lemos (2018, p. 267) menciona que existia um “Grupo Brasileiro de Apoio na Argélia à Luta pela Anistia” que se fazia presente nos espaços de discussão. Inferimos que esse coletivo devia estar ligado ao próprio Arraes e pessoas próximas, como Maurilio Ferreira Lima, tendo em vista que em nenhum outro documento encontramos referência ao mesmo.

Ao mesmo tempo em que a luta pela anistia ganhava fôlego, interna e externamente, percebemos que as relações econômicas entre Brasil e Argélia se fortaleciam. Lemos (2018) cita uma série de exemplos ocorridos a partir de 1974 que fizeram com que o Brasil, enquanto nação interessada em se desenvolver dentro do concerto das nações capitalistas, passasse a dar maior importância aos países que passavam por uma mudança na sua configuração: reconhecendo imediatamente o novo governo português advindo da Revolução dos Cravos, de orientação socialista, e as independências das ex-colônias portuguesas como Guiné Bissau, Angola e Moçambique. Percebemos que o alinhamento imediato com os EUA, ocorrido nos primeiros anos após o golpe de 1964, foi paulatinamente sendo substituído pelo chamado “pragmatismo responsável”, a política externa característica do governo Geisel (VIZENTINI, 1998), quem também iniciou o processo controlado de abertura “lenta, gradual e segura”.

Percebi que, no período em análise, ocorreram várias tratativas entre os dois países, inclusive com a possibilidade de visita das autoridades argelinas e cooperação no que se refere



ao desenvolvimento da tecnologia relacionada a energia nuclear<sup>236</sup>. No ano de 1976 um informe da DSI/MRE fez referência a negociação entre os países para estabelecer um acordo acerca da concessão de vistos<sup>237</sup>, o que faz inferir uma aproximação para incentivar a circulação de cidadãos entre as nações.

Em contrapartida, em meados de 1977 a preocupação do aparato de vigilância voltou-se para as tentativas de retorno daqueles exilados que, em tese, não possuiriam pendências judiciais relacionadas à luta armada. Em um documento do CIE encontramos a seguinte assertiva acerca deles: “A grande maioria dos exilados brasileiros é fruto do período 1964 – 1973, onde se enquadra a fase militarista da subversão comunista em nosso território”<sup>238</sup>. No decorrer do texto percebemos uma preocupação acerca do retorno e da inserção no PCB ou PCdoB e a possibilidade da rearticulação visando novas ações de guerrilha. Alia-se a este fato as campanhas de denúncia que vinham ocorrendo no exterior, as quais priorizavam a anistia como bandeira e a necessidade da concessão de documentos, sobretudo passaportes e registro de crianças. No mesmo ano, em fevereiro encontramos a transcrição, realizada pela DSI/MRE, de um boletim de exilados chilenos acerca de uma atividade realizada com as crianças, intitulado “Crianças latino-americanas se encontram”<sup>239</sup>. Percebemos inicialmente a preocupação com o intercâmbio entre os exilados latino-americanos. Na sequência há a transcrição do documento publicado:

O tópico em questão deixa ver os laços existentes entre os citados refugiados, inclusive brasileiros. O ponto de apoio dessa ‘comunidade’ política é, naturalmente, a Embaixada de CUBA, da qual, conforme informou o Embaixador do Brasil em ARGEL, é assíduo frequentador o SENHOR MIGUEL ARRAES.

[...]

Nós, crianças, devemos também participar da luta atualmente travada pelos povos da América Latina por sua libertação.

Esta frase pode interpretar o espírito que anima todas as crianças e que se encontraram na quinta-feira, 6 de janeiro, no centro para cantar, recitar seus poemas e se divertir como todas as crianças, mas como parte da memória e do engajamento com outras crianças que estão atualmente nos países latino-americanos ocupados pelos fascistas.

[...]

Um dos momentos mais emocionantes do ato foi marcado pela entrega, por uma criança ao representante cubano, de uma pequena bandeira para enviar das crianças latino-americanas da Argélia às crianças cubanas pelo significado da ilha como o primeiro território livre da América Latina

<sup>236</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty. Telegrama. Energia nuclear. Urânio. Possibilidade de cooperação Brasil - Argélia. 22 de novembro de 1978.

<sup>237</sup> Arquivo Nacional. DSI/MRE. BRASIL – ARGÉLIA. Projetos de Acordo sobre vistos em passaportes e tratamento aduaneiro. 12 de novembro de 1976. Identificação: BR\_DFANBSB\_Z4\_DPN\_ENI\_0271\_p27-28.

<sup>238</sup> Arquivo Nacional. Centro de Informações do Exército. Retorno ao país de indivíduos contrários à Rev 64. 11 de fevereiro de 1977. Identificação: BR\_DFANBSB\_Z4\_SNA\_0017\_p28-29.

<sup>239</sup> Arquivo Nacional. DSI/MRE. Refugiados brasileiros em Argel. 04 de fevereiro de 1977. Refugiados brasileiros em Argel. Identificação: BR\_DFANBSB\_Z4\_DPN\_ENI\_0279\_p16-17.

O ato terminou com a participação do famoso compositor e folclorista uruguaio Daniel Viglietti que ocorreu durante duas noites na Argélia e que ele queria assistir e participar do canto da manifestação das crianças latino-americanas.<sup>240</sup>

Esse foi o único documento encontrado que versa sobre as relações estabelecidas entre os exilados latino-americanos em solo argelino. Em outros momentos, sobretudo nos anos iniciais da década de 1970, havia somente a menção a circulação de indivíduos e alguns contatos. É importante salientar que, assim como o exílio brasileiro possui especificidades de países de destino, os exílios dos seus vizinhos platinos também, como demonstram Jensen (2007) e Yankelevich (2010) nas obras acerca da experiência entre argentinos na Catalunha e no México, respectivamente. Ou seja, é possível inferir que a ida dos brasileiros para a Argélia se deu a partir da presença e também ação de Miguel Arraes, da maneira em que o país foi um destino de exílio possível em diferentes momentos.

Entre 1977 e 1979, Maurílio Ferreira Lima, fez da tentativa de obtenção do seu documento de viagem uma campanha a favor da anistia. Como já demonstrado, o registro de seus filhos, realizado por Ana Angélica, foi um processo difícil. Em 23 de março de 1977, ao que as evidências apontam, enviou a primeira carta à embaixada brasileira em Argel solicitando um passaporte<sup>241</sup> ao que não obteve resposta. Ana Angélica afirmou que, durante algum tempo, seu companheiro utilizou um passaporte angolano, mas as regras de segurança faziam com que nem ela soubesse o nome que ele adotou:

Maurílio conseguiu um passaporte português. De um cara, que ele era português mas optou pela nacionalidade angolana. Aí fez um passaporte português e deu a Maurílio. E aí Maurílio ficou usando esse passaporte e a gente não sabia o nome. Porque tem essa coisa: quando você vai usar um passaporte com outro nome só você e quem deu... não pode esse negócio de outra pessoa saber. Segurança da gente né. Aí eu sabia que Maurílio tava com outro documento, mas eu não sabia a nacionalidade nem o nome da pessoa. (LINS, 2019)

É importante ressaltar que Maurílio, durante grande parte do seu período em solo argelino trabalhou em setores relacionados ao governo, como Ana afirmou. Ou seja, é provável que a utilização de tais documentos era de conhecimento das autoridades que faziam “vista grossa” do fato. A estratégia adotada pelo ex-parlamentar brasileiro foi de denunciar publicamente suas tentativas de obtenção do referido documento. Simultaneamente promovia uma denúncia contra o Brasil junto à Comissão Internacional do Direitos do Homem. Na solicitação de 1977, tirada de circulação pelas autoridades, há a seguinte conclusão:

---

<sup>240</sup> Idem.

<sup>241</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty. Carta de Maurílio Ferreira Lima solicitando passaporte. 27 de março de 1977.

[...] existência de um movimento no exterior, para organizar e unificar solicitações para a renovação de passaportes de brasileiros cassados, esquerdistas e comunistas que se encontrarem fora do BRASIL, mediante decisão favorável do Tribunal Federal de Recursos, a exemplo de casos já ocorridos naquela Suprema Corte, e com o intuito de por em evidência a posição do Brasil com relação aos Direitos Humanos.<sup>242</sup>

Maurilio recebeu um passaporte brasileiro válido por três meses, fato que foi se repetindo no decorrer de 1978. A cada nova arbitrariedade no Brasil, o ex-parlamentar enviava ao Ministro das Relações Exteriores uma carta e a publicizava, fato que se tornou uma campanha, inclusive de eventos relacionados à, ainda desconhecida como tal naquele momento Operação Condor. Em uma delas encontramos:

Ao mesmo tempo que V.S. afirma que sou um caso de Segurança Nacional e que por isso não tenho direito a passaporte, segundo a Resistência Chilena, as Embaixadas do Brasil em Santiago, Montevideo e Assunção tem fornecido passaportes brasileiros com nomes falsos a estrangeiros a serviço da ‘comunidade de informações’ dessas capitais, por ocasião de missões muito especiais, como assassinatos, atentados, sequestro contra lideranças políticas chilenas e uruguaias exiladas.<sup>243</sup>

Em outra carta de 27 de maio de 1979, ou seja, alguns meses antes da aprovação da Lei da Anistia, Maurilio aventa a possibilidade de retorno, da mesma forma que sugere a responsabilização daqueles que cometeram violações de direitos humanos. Podemos perceber, a partir da correspondência, que a anistia ampla estava no horizonte desses sujeitos e, na sua concepção, seria possível realizar a depuração nas funções públicas até então desempenhadas por apoiadores da ditadura. Ou seja, o Itamaraty, na compreensão do mesmo, havia deixado se se comportar como um órgão de Estado e passara a servir à ditadura, fato que deveria ser investigado:

Mais uma vez protesto contra essa violência que representa por parte de vossos serviços, um flagrante desrespeito à Lei, a impunidade com a qual vosso Ministério tem procedido desde a instalação da ditadura militar, desrespeitando os direitos de centenas de milhares de brasileiros que se encontram no exterior, é apenas conjuntural, pois reconquistando o estado de direito, chamaremos à barra dos tribunais os responsáveis pelos constantes desmandos e atos ilegais praticados por vosso Ministério.

[...] o vosso Ministério, verdadeiro apêndice da comunidade de informações, confiscou milhares de passaportes e negou registro a centenas de criancinhas nascidas no estrangeiro.<sup>244</sup>

<sup>242</sup> Arquivo Nacional. Renovação e/ou concessão de passaporte. Movimento existente no exterior. Maurilio Ferreira Lima. Ex-deputado cassado. 18 de maio de 1977. Identificação: BR\_DFANBSB\_Z4\_DHU\_0042\_9p.

<sup>243</sup> Arquivo Nacional. Centro de Inteligência da Aeronáutica. Relatório Mensal de Informações. Maio de 1979. Identificação: BR\_DFANBSB\_Z4\_DPN\_ENI\_0200\_p269-271.

<sup>244</sup> Idem.

Os “ventos da anistia” que sopravam passaram a pautar o debate no exílio. Ribeiro afirma que era importante que “[...] los comités de lucha por la amnistía ganaran visibilidad en el exterior, creando hechos políticos, conquistando espacio en los medios europeos,” (2018, p. 60), em virtude do fato de que só a pressão interna não seria suficiente para o desenrolar do processo. A autora afirma que em 1978, em Roma, Lelio Basso organizou a Conferência Internacional pela Anistia, de forma a visibilizar a pauta. O senador italiano, de acordo com Lula Arraes, era amigo de seu pai, o que facilitava o trânsito junto aos setores progressistas europeus. Inclusive, por sua ação, o assassinato de Arraes teria sido evitado:

Porque teve um episódio que o Hoffmann foi lá e disse “Você vai receber três pessoas, não pergunte quem são”. Aí chegaram 3 pessoas... duas falavam castelhano e uma falava um pouco francês. E disseram pro meu pai que a extrema direita das Forças Armadas da América Latina tinham se reunido e tinham decidido matar as lideranças civis. Tanto é que ele perdeu o Michelini, o Guterres, dois senadores, amigos dele desses tribunais. Do tribunal Russel. E no Brasil era Juscelino, Jango... Lacerda e meu pai. E os três tiveram mortes discutíveis. Esse pessoal avisou antes a meu pai. Ele ficou muito tempo na Argélia sem sair, quando ia era com essa história... não ia pra França. [...] A polícia italiana dava proteção... porque o Lelio Basso tinha muito prestígio. (ARRAES, 2019)

A Operação Condor, como já dito, atuou em inúmeros países, inclusive com um atentado na Itália contra Bernardo Leighton e sua esposa, deputado no Chile da Unidade Popular e que havia decidido ir para a Europa denunciar a ditadura chilena (SLATMAN, 2018). É possível que a ditadura, em virtude do papel desempenhado por Arraes antes do golpe de 1964, mas também desde o exílio durante a ditadura e prevendo seu retorno, tivesse interesse em assassinar o líder pernambucano. Contudo, o fato de ter permanecido em solo argelino, um espaço considerado seguro em virtude da proteção governamental, teria sido um empecilho para a consecução do plano. Miguel Arraes, em uma série de textos (PEREIRA, 1997), conclamava a união dos setores de resistência, em torno da plataforma comum da redemocratização. Mas, como dito anteriormente, essa estratégia não foi a adotada. Mesmo assim, com a aprovação da Lei da Anistia puderam voltar para o Brasil a grande maioria dos que se encontravam exilados. É esse o tema do próximo tópico.

### 3.3 “Voltar da Argélia pra que?”: o retorno ao Brasil

Y hasta qué punto los que regresen comprenderán  
ese país distinto que van a encontrar?  
De una y otra parte aflorarán prejuicios inevitables.  
Va a ser de todas maneras una experiencia inquietante,  
Que sólo tendrá un buen desenlace si tanto  
Los de fuera como los de dentro proceden  
Sin esquematismos, dispuestos a recibir

No sólo las noticias, sino también los estados de ánimo,  
 Las preguntas acuciosas, los análisis temerarios,  
 Las transformaciones, aún las temperamentales,  
 Que pueden darse en un u otro lado.  
 Que los amigos, o los hermanos, o los miembros de  
 Una pareja, al reencontrarse, sepan de antemano que  
 no son ni podrían ser los mismos. (BENEDETTI, 1983)

Entrei na década de 70 em Argel. E, pela primeira vez, ouvi uma frase que iria ouvir ainda nos meus 9 anos seguinte: - No próximo ano, a festa é lá! Lá: o Brasil. (ARRAES, 2008, p. 34)

A pergunta que inicia esse tópico foi feita por Mariana Arraes na obra já mencionada acerca da trajetória de sua mãe, Magdalena. Ela segue na reflexão:

Quem tinha laços recuperou esses laços, então fiquei meio assim que não sou de lugar nenhum. Para mim, foi mais uma quebra.  
 Meus irmãos tinham mais raízes, acho que eu e Pedro é que tínhamos menos. Nunca me senti voltando, reencontrando coisas e ficando feliz por isso, mas eu não tinha muita coisa pra reencontrar. (ARRAES *apud* CAVALCANTI; COLARES, 2015, p. 124)

A partir das falas de Mariana e Lula e da poesia do uruguaio Mario Benedetti, podemos dimensionar vários elementos que compõem o processo de retorno do exílio. O primeiro deles, relacionado com aqueles que saíram ainda crianças ou nasceram no exterior, que se refere a ausência de memória sobre o país: o que existia era uma memória repassada geracionalmente; ou seja, o que as crianças “conheciam” sobre o país ou o passado era a partir das falas de seus pais ou pessoas próximas, a partir de uma memória “por tabela” (POLLAK, 1992). Na sequência da sua fala, Mariana afirma que não tinha o que reencontrar, pois o Brasil, para ela era uma ficção, algo distante da sua percepção do real. É possível afirmar, inclusive, que essa quebra mencionada, tenha sido o início de processo de separação para a mesma, tendo em vista que não encontrava motivos para retornar da Argélia, cujos referenciais, embora distantes dos da vida privada, eram os que conhecia de maneira próxima. Para Paiva (2009) o retorno foi o primeiro desenraizamento, cujo destino era profundamente marcado pela trajetória dos pais, embora a autora reflita que, diferentemente dos pais, que refletiram sobre o exílio durante todo o seu desenrolar, para os “herdeiros do exílio” como menciona, isso só teria ocorrido nas proximidades da anistia.

Já a reflexão de Lula se refere à espera: 9 anos imaginando que o próximo réveillon ocorreria no Brasil. As reflexões acerca do exílio se referem, em inúmeros casos, à síndrome “das malas prontas”, ou seja, o desejo de estar sempre pronto para o retorno ou, como Paiva (2004) afirmou possuir “uma vida de caracol” com a casa sempre às costas. Por fim, Benedetti

faz a reflexão do país que será encontrado com o retorno: provavelmente um muito diferente daquele que foi deixado, em alguns casos, como de Miguel Arraes, 16 anos antes. O poeta afirma que todos, os que ficaram e os que partiram, deveriam buscar o que os unia e ter paciência ante os tantos questionamentos que iriam surgir, afinal, na grande maioria dos casos, o país encontrado ao regresso, era completamente distinto do que existia quando da partida, de maneira que todos estavam feridos e sofreram as consequências da ditadura: “Todos estuvimos amputados: ellos, de la libertad; nosotros, del contexto.”

Benedetti (1983) criou o conceito de *desexilio* para se referir a esse momento relacionado com o processo de retorno, que muitas vezes poderia ser tão problemático quanto à partida. O autor apresenta um elemento importante a ser considerado: a decisão de voltar. Para a partida, como demonstrado, não havia a opção de permanecer enquanto que a volta poderia ser opcional. O tema dos retornos do exílio ainda não foi objeto de preocupação específica na historiografia brasileira, assim como a mudança de projetos políticos que aconteceram e a permanência de uma estrutura de vigilância sobre os sujeitos que adentrou a chamada Nova República. Lemos (2018) afirma que o projeto liberal democrático foi vencedor, tendo em vista o abandono da perspectiva revolucionária pelos grupos de resistência. Assim, o processo transicional haveria sido permeado pela manutenção dos interesses da burguesia nacional, haja vista, inclusive, a ausência de responsabilização, que ainda perdura, de grandes conglomerados econômicos acerca das violações de direitos ocorridas no período. Outro elemento que ainda não foi objeto de reflexão e mencionado de maneira inicial por Ribeiro (2018) se relaciona com as implicações da não concessão de anistia a um grupo<sup>245</sup>. Ou seja, mesmo que o processo de retorno ocorresse de maneira intensa, não foram todos os perseguidos contemplados pela referida lei, demonstrando as limitações do instrumento legal e também do processo de abertura.

Lastra (2016), a partir do método comparativo, analisou o processo de retorno dos exilados na Argentina e no Uruguai, de maneira a compreender a forma com que os Estados e as organizações da sociedade civil receberam esses sujeitos, assim como o espaço ocupado pelos mesmos. É importante salientar, inicialmente, que o Brasil não teve nenhuma política oficial de recepção aos exilados. Inferimos que, em virtude do número reduzido de pessoas em tal situação, se compararmos aos vizinhos platinos, essa demanda não ganhou a mesma visibilidade em nosso país e a grande maioria voltou pelos próprios meios.

---

<sup>245</sup> O segundo parágrafo do artigo primeiro excluía do benefício da anistia aqueles que haviam sido condenados por práticas de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal. Muitos só saíram do cárcere após terem suas penas revistas a partir da reformulação da Lei de Segurança Nacional.

O marco para o retorno foi a aprovação da Lei da Anistia, em agosto de 1979. Sua aprovação foi um processo complexo que deve ser entendido a partir da dinâmica dialética da sociedade daquele momento. Também é importante salientar que essa bandeira esteve no debate político desde 1964, mas ganhou notoriedade a partir da criação do Movimento Feminino pela Anistia e dos Comitês Brasileiros pela Anistia em meados da década de 1970. Esse processo foi longo, permeado por dúvidas, inclusive, acerca da possibilidade do retorno, como Magdalena rememora:

Quando soubemos da anistia, foi um rebuliço. Primeiro, a gente não acredita muito; segundo, vai continuando e tal e aí você vê que é possível. De repente você está dentro dessa!

Nós fomos nos preparando mentalmente para que isso acontecesse, sabíamos que ia acontecer e ficamos no aguardo de saber qual era o momento mais conveniente para aquilo. Em momento algum eu duvidei de que iríamos voltar um dia. (ARRAES *apud* CAVALCANTI, COLARES, 2015, p. 116)

Percebe-se que a possibilidade de retorno já mobilizava uma ampla gama de sentimentos e também de medos. Não se sabia como a ditadura reagiria ao retorno e também se imaginava que poderia ser apenas um engodo para a prisão dos que se encontravam exilados, até porque era visível o profundo descontentamento de alguns setores militares com o processo de abertura, mesmo que restrito e marcadamente lento. Magdalena segue refletindo:

Não tínhamos uma ideia clara do que iríamos encontrar, tudo se baseava um pouco no que ouvíamos das pessoas que passavam pela Argélia. Mas o acúmulo de tudo o que tinha acontecido pesava muito, não é? As pessoas presas, mortas, isso pesava muito na nossa mente. A volta estava carregada de tudo isso, de tudo o que tinha acontecido nesse período e que nós tínhamos sofrido indiretamente porque estávamos proibidos de voltar, não podíamos contatar com as pessoas, foi bastante difícil, foi bastante pesado. (ARRAES *apud* CAVALCANTI, COLARES, 2015, p. 11)

Essa reflexão acerca dos “ventos da anistia”, associada a vitórias nas eleições, foi feita por Ana e Maurilio quando decidiram enviar o filho mais velho para passar as férias no Brasil em 1978:

Quando já tava se falando, em 78... teve uma onda... um bocado de gente da oposição ganhou a eleição mesmo... o irmão de Maurilio ia ser candidato a deputado... Jarbas Vasconcelos era candidato ao senado. Meu filho, o mais velho, um dia... quando a gente ainda tava deitado... ele bateu na porta e disse que queria falar com a gente. A gente mandou ele entrar. Ele disse “Eu vim falar com vocês”. Ele tava bem assim... agitado. Aí “O que é filho?”. Ele disse “Eu não dormi direito de noite”. – “O que foi que houve?”. Você nunca espera... Ele “Eu tava pensando nos problemas que eu tenho”. Um menino de 7 anos né... problemas. “O que é, filho?”. Ele disse: “Eu tenho 3 problemas muito grandes. Sabe o que? Eu nasci na Argélia e não sou argelino, eu estudo na escola francesa e não sou francês e eu sou brasileiro e não conheço o Brasil. E eu tava pensando a noite todinha que tem uma coisa que eu posso fazer... eu posso resolver.” - “O que é filho?”. “Eu quero conhecer o Brasil. Eu quero ir pro Brasil”. Aí a gente disse... “Você não pode... o Brasil não é perto... você só tem 7 anos, vai sentir

saudade, a gente não vai estar lá.” “Eu pensei nisso tudinho, eu tenho muito medo, mas eu quero”. Aí a gente viu que tinha que mandar ele né. Porque eu tinha notado que ele, de um tempo pra aquele dia... ele tava fazendo muita careta sabe. Aí ele veio. Ficou na casa de minha mãe... que ele nunca tinha visto. Ele conhecia a avó paterna e a tia. Aí a gente mandou ele. E eu tava com muito medo. (LINS, 2019)

Percebemos, a partir do relato de Ana a reflexão trazida por seu filho, aproximada daquela compartilhada anteriormente por Lula, essa indefinição da identidade a partir da experiência exilar. No caso de Eduardo, filho de Ana e Maurílio, nascido no exílio, o conhecimento do país de seus pais existia apenas mediante as memórias destes. Um elemento importante, que também está presente, é o desejo de que a abertura ocorresse, embora não se soubesse quando nem de que forma. Em outros momentos, a entrevistada inclusive fez a crítica de quem viajava constantemente para o Brasil, o que descaracterizaria o exílio:

Primeiro meus filhos vieram... porque eu tive que mandar meu filho em 78. Porque quando eu fui pra lá... eu era registrada na embaixada, eu não tinha processo eu não tinha nada. Por exemplo... a esposa de [...] ... ela vinha todo ano, passava as férias aqui com as filhas e tudo. Eu disse “Eu não quero fazer isso porque a gente tem que caracterizar que tem uma ditadura”. Que exilada é essa que vai e vem, traz menino, traz avô pro menino conhecer? Depois eu não queria que meus filhos é... sofressem nenhuma influência aqui... de família. Porque as vezes tem família que diz: “Vem menino, vem passar as férias.” Aí pega aquela maravilha, leva pra tudo que é passeio. “O Brasil é uma maravilha”. Aí os meninos já tem um problema de dizer... são criados no exterior “como é que é meu pai, é bandido? Porque meu pai não pode vir pra cá, porque? Porque vai ser preso?”. Na cabeça de uma criança preso é bandido... então a gente tem que trabalhar essas coisas na cabeça dos meninos. [...] eu não achava correto, aí nunca mandei. (LINS, 2019)

Nesse momento podemos novamente retomar a reflexão acerca do que caracterizou o exílio enfrentado por milhares de brasileiros. O fato de Ana estar em situação regular junto à própria representação consular brasileira em Argel poderia ser utilizado como argumento para afirmar que a mesma não era exilada. Entretanto, algumas ponderações devem ser realizadas: o fato de seu companheiro Maurílio ser um perseguido político, fez com que a mesma também estivesse sob vigilância, de forma que o medo do retorno e as prováveis represálias da ditadura fizeram com que não retornasse antes da anistia. Ao mesmo tempo, afirma que o seu não retorno era um ato de denúncia, pois no seu entendimento os exilados deveriam agir para caracterizar a ditadura no Brasil. Por fim, argumenta que os efeitos do exílio nas crianças também se manifestavam, pois existia a associação de que retornar ao país de origem, implicava em prisão por cometimento de crimes comuns. Lula Arraes retornou em 1978 e estabeleceu esse momento como um marco na sua vida. Ao falar sobre isso reflete, minimamente, o momento político que enfrentávamos no momento da entrevista, em julho de 2019. Fazia a consideração se não teria sido mais conveniente ter permanecido em solo europeu:



Em 78 eu tinha que tomar uma decisão na minha vida. Já era permitido a gente voltar. A gente voltou de férias, pra conhecer o Brasil, rever, enfim. Aí eu disse “Não, eu quero morar aqui”. Porque se não, era irreversível... eu taria lá ainda. Até não sei se nas condições atuais... não seria realmente... mas agora tá tarde... pra voltar.<sup>246</sup>

A reflexão acerca do que poderia ter ocorrido caso o exilado tivesse permanecido no país de destino é presente em alguns relatos, particularmente se analisado o momento em que a entrevista ou publicação do livro foi realizada. No caso de Lula, a ascensão ao poder de um grupo político de extrema direita, que faz apologia à ditadura. A partir do olhar do presente ele reflete se a vida em solo europeu não teria sido melhor. Esses elementos acerca da volta também são levados em consideração por quem teve filhos no exílio. Ou seja, não foi somente uma decisão com base na vida apenas do indivíduo, mas definiu o destino das crianças e jovens, o que, em muitos casos, como o de Mariana, foi sinônimo de primeira ruptura – com a sua referência de local geográfico até então. Bona afirma que se questiona sobre as suas decisões na forma como a vida dos filhos ocorreu:

Porque é uma decisão, ainda mais quando você tem filhos, tu pensa nos filhos também. Então, muitas vezes aqui pensei: “Puxa, eu mudei a vida dos guris”, entendeu? Porque se eu ficasse lá, hoje, eles seriam franceses, teriam casado com francesas, tinham filhos franceses, entendeu? Teriam uma vida francesa. Eu trouxe eles pra cá na marra, porque eles não decidiram. (BONA GARCIA, 2016)

A proximidade da aprovação da lei da anistia não impedia a persistência da negativa da concessão de passaportes; tal fato continuava sendo a prática corrente. Carmen fez a solicitação e, em 21 de junho de 1979, recebeu a negativa<sup>247</sup>, em virtude da condenação que recebera. Em 30 de agosto, dois dias após aprovação da lei, a concessão do documento foi autorizada<sup>248</sup>. Assim, pode retornar ao Brasil.

Dentre os exilados brasileiros que estavam na Argélia no momento da aprovação da anistia, Yara foi a que mais demorou a voltar: primeiro por questões pessoais; num segundo momento, por questões de manutenção de uma estrutura, caso o processo de abertura política regredisse, tendo em vista os atentados perpetrados por setores repressivos. Ela comenta, quando questionada do porquê da demora em retornar: “Primeiro, pra eu guardar esses contatos todos que eu guardava, inclusive na França... e todo esse trabalho que eu fazia, mantendo aqueles vínculos inclusive de apoio... e guardando os apoios partidários... vendo o desenrolar

<sup>246</sup> A permissão para voltar se refere a obtenção do passaporte, tendo em vista que, segundo seu relato, durante algum tempo ele e seus irmãos permaneceram sem documentos, por negativas da embaixada.

<sup>247</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty. Pedido de concessão de passaporte. Carmen Helena do Vale Heringer. 21 de junho de 1969.

<sup>248</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty. PACOM. Autorização. Anistia. CARMEN HELENA DO VALE HERINGER. 30 de agosto de 1979.

da situação no Brasil.” (GOUVÊA, 2019) Contudo, antes do retorno definitivo, ela tinha realizado uma viagem para o Brasil com o objetivo de avaliar a situação e também apresentar seus filhos à família brasileira:

Na verdade eu vim... Miguel Arraes tinha muito receio de voltar... e ele queria saber das possibilidades dele retomar uma atividade política aqui no Brasil. Nós tínhamos feito uma reunião frustrada em Lisboa, com a presença de Marcio Moreira Alves, Leonel Brizola e Almino Afonso. A ideia de Miguel Arraes era criar uma frente, em que pelo menos esses homens políticos voltassem juntos. Não deu certo [...] Com muito medo. Daí ele tinha pedido que eu tomasse contato com o MDB. E foi uma das cenas mais... emocionantes... a minha família, organizou uma recepção... quando o avião da Air France pousou, eles fizeram um círculo de mãos dadas... no avião. E todos tavam com flores brancas e com bolas bexigas brancas. E claro... Na época não tinha passarela, a gente descia a escadinha... todo mundo olhando aquilo... “Que é isso, que é isso?”. Eu também dizia “O que é isso?”. Eu nunca iria imaginar o que fosse aquilo. E muitas faixas dizendo que eles almejavam a paz e a reconciliação. Então foi essa a minha recepção. É claro que tinha um delegado da Polícia Federal me aguardando... junto com meu pai, no interior do aeroporto que me interrogou... e eu disse que eu tinha vindo para uma visita familiar... que eu voltava. Na verdade Miguel Arraes me mandou... minha família conheceu os meus filhos... Eu tive que dizer pra eles que a mamãe, na verdade não se chamava Sônia, se chamava Yara. E eles foram maravilhosos. Eles me olharam e disseram assim “A gente já sabia” (risos). Eu achei aquilo maravilhoso. (GOUVÊA, 2019)

O relato de Yara contempla vários elementos acerca das dificuldades, mas também de emoções relacionadas a sua volta. Inicialmente é importante salientar que o exílio é decorrente de uma derrota do projeto político pelo qual se lutava (ROLLEMBERG, 1999; JENSEN, 2007) e o retorno, no caso brasileiro, foi fruto de uma conjunção de fatores: o desgaste da política ditatorial e a pressão de segmentos da sociedade civil são apenas alguns deles. Apesar disso, percebe-se que, mesmo com o eventual enfraquecimento da ditadura, o receio era presente e a estratégia de associação com o MDB visava o fortalecimento da frente de oposição. O evento relacionado à chegada, com balões e cartazes, é rememorado por muitos exilados, sendo uma estratégia que dava maior visibilidade a quem chegava e diminuía a possibilidade de eventuais tentativas de prisão. A imprensa e os advogados eram mobilizados para as datas de retorno. Mesmo assim, os relatos sobre ter que “dar explicações” às autoridades no aeroporto foram comuns. Por último, resgata novamente a relação das crianças que, durante os primeiros anos da sua infância, conviveram com o codinome que a mãe utilizava durante o período de exílio como se fosse o nome real. Ou seja, a crise de identidade não era só relacionada a sua própria experiência, mas se projetava também às pessoas próximas.

O processo de retorno é apresentado, muitas vezes, como recheado por grandes festas nos aeroportos e de reinserção automática dos exilados. Contudo, tal perspectiva deve ser analisada com cuidado: o Brasil havia mudado, os projetos políticos foram muitas vezes alterados e a ditadura continuava. Deveria ocorrer todo um processo de reinserção, pessoal e

profissional, que muitas vezes foi difícil. Carmem menciona a recepção, mesmo que não a quisesse; seu argumento é o de que não fez mais do que ninguém, e sua ação relacionava-se com o que acreditava ser correto. Inicialmente a reflexão política continuou a ser realizada, mas logo foi abandonada:

Aí, o Apolo já tinha vindo, todo mundo. Foi aquela leva. Eu não queria vir com a leva. Eu não queria confusão. Eu não queria que ninguém fizesse aquela confusão que tava fazendo no aeroporto, de ser recebido. Eu fiz mobilização, não fiz nada de mais especial que ninguém. Então eu queria chegar tranquila. Cheguei tranquila. Avisei minha família que vinha. Peguei meu ônibus, cheguei na minha cidade, aí foi uma festa... nossa mãe. Na rodoviária já tava a turma.

[...] Quando eu voltei, aí eu fui pras reuniões lá em Belo Horizonte. Pras reuniões políticas. Tinha gente de vários grupos políticos. Conversando “O que fazer”? Eu escutava, eu escutava. Fui a várias. E eu falava: “Eu não sei o que fazer agora, não sei o que que é certo”. Apesar de que quando eu tava lá eu lia muita coisa de Brasil. Uma coisa é você ver a distância. Outra coisa é você estar aqui. As coisas aqui mudaram muito, eu não posso me engajar em uma coisa, sem saber. Tudo o que eu fiz eu acreditava no que eu tava fazendo. E aquela hora eu não tava acreditando em nada daquilo. Eu ouvi falar na possibilidade de construção de um outro partido, que seria o PT, e isso eu achei interessante. Mas não tinha nada de concreto. E tava aquela “brigaiada”. Não tô pra isso agora não, eu quero é paz. (VALE, 2019)

Percebemos que a ação política, ao menos no primeiro momento após a volta, foi vista como motivo de disputas, o que a motivou a manter-se afastada, até por não acreditar naquelas novas perspectivas, com exceção da formação do PT. A reflexão também se relaciona ao que era visto a partir do exterior e a não percepção de muitas mudanças que ocorreram, o que fazia com que não compreendesse a dinâmica existente. Assim, Carmen regularizou sua situação, separando-se formalmente de Apolo e adquirindo nova carteira de identidade. Após um período no Brasil retornou a Suíça para terminar um curso que havia iniciado. Mesmo com tal formação, afirma que a reinserção profissional não foi simples, mesmo com a experiência que havia adquirido.

A dinâmica das famílias também mudou com o processo de retorno. Os filhos de Miguel Arraes sentiram que o pai se afastou, em virtude da reinserção política do ex-governador. O mesmo filiou-se no MDB e passou a disputar espaço no partido, pois novos líderes haviam surgido e consolidado influências e projetos que não estavam dispostos a ceder (ROZOWYKWIAT, 2006). Tal fato é um aspecto presente e pouco analisado na historiografia: o grupo político alijado em 1964, não conseguiu recuperar o mesmo espaço que possuía no contexto do governo Jango e outras lideranças que haviam surgido ocupavam, com destaque, o cenário que cabia à oposição, enquanto disputavam as novas estruturas partidárias em construção. Essa circunstância é remorada por Mariana, que só no momento do retorno passou a ver o pai como um sujeito político: “Para mim, não era um retorno, porque eu não me

lembrava de nada. Era esquisito porque eu nunca tinha visto ele como político antes. Acho que foi uma sensação de perda. Nós tínhamos um convívio muito mais próximo na Argélia e aí perdemos isso. Foi bem pesado pra gente.” (ARRAES *apud* CAVALCANTI; COLARES; 2015, p. 123). Percebemos que, para as crianças e jovens que passaram o início das suas vidas no exílio, o retorno era a partida, o início de um processo que, para os seus pais, era o final. Rollemberg (1999) apresenta alguns casos de filhos que decidiram retornar para os seus países da infância, o que, ao que as evidências apontam, não aconteceu entre os que passaram pela Argélia. Assim, o convívio com os filhos foi muito mais intenso durante o período exilar do que no retorno, o que demonstra novamente uma ruptura. Lula diz que o pai, quando da chegada dos filhos, havia dito pra imaginarem que nunca mais retornariam ao Brasil e, portanto, deveriam organizar suas vidas, de maneira a não entrarem no ciclo da espera que não acaba, de forma a imobilizar os sujeitos em virtude da “vida entre parênteses”:

O exílio... meu pai tinha uma definição... era como se a vida tivesse sido suspensa, era entre parênteses. E ele insistia... primeira coisa que ele disse pra gente foi que a gente pensasse que nunca mais ia voltar. Que era a melhor coisa pra cabeça. Porque se não a gente não ia fazer nada. Porque todo mundo vivia de modo improvisado por isso. Ninguém comprava uma cadeira, uma poltrona, ninguém pendurava um quadro. Então meu pai dizia “Gente, aproveitem... pra se aperfeiçoar”. (ARRAES, 2019)

Magdalena, em grande medida, foi responsável pela organização de uma rotina familiar: “Numa situação dessas a gente não espera o tempo passar, nós vamos vivendo. Cada dia é um dia e temos que ir tocando as coisas.” (ARRAES *apud* CAVALCANTI, COLARES, 2015, p. 92). A mesma faz uma avaliação do período na Argélia, e conclui que o desenrolar positivo, deveu-se, em grande medida, à receptividade do governo:

As pessoas têm que ter uma rotina de vida. Então eu trabalhei, cuidei da casa, da família, nunca me senti estrangeira, no sentido de me sentir repelida. Ao contrário, nós sempre fomos muito bem acolhidos.

Participávamos das coisas da política argelina, pois eles eram muito ligados nisso. Tudo se conversava, era um ambiente muito bom. Quando Miguel precisava viajar, ir à França, ele ia com toda a cobertura. Viajava com passaporte argelino e sempre tínhamos muito cuidado, ele nunca andava sozinho, era sempre acompanhado. Mesmo porque ele não sabia nada de Paris, tinha que ter alguém que soubesse.

Você não pode voltar, mas você tem que ver o que pode fazer. Por sorte nossa, nós tivemos essa acolhida da parte dos argelinos que foi uma coisa extremamente importante do ponto de vista familiar, porque nos aceitaram com a família toda, com a meninada toda e abriram espaço para a gente se estabelecer e para trabalhar.

Então, tivemos um apoio total, ajuda financeira, inclusive. Enquanto a gente não conseguiu se adaptar, trabalhar, essa coisa toda, a gente teve ajuda, lugar para morar, tudo isso. (ARRAES *apud* CAVALCANTI; COLARES, 2015, p. 89-90)

Percebemos que o destino de exílio e a recepção do governo receptor, influenciou sobremaneira na forma como o mesmo é rememorado, pois a atuação governamental teria sido

peça fundamental para a organização do novo espaço, assim como com o fornecimento de documentos, abertura para a participação na vida política, no âmbito das relações de trabalho e a recepção da numerosa família. Nesse momento, podemos refletir acerca das diferentes formas em que o exílio é compreendido, a partir de alguns recortes específicos. Como dito, Arraes era a referência para a pequena comunidade brasileira no país. Apolo afirma que:

O Arraes era uma espécie de um chefe nosso... o grande morubixaba<sup>249</sup> né. Então o Arraes morava em lugar melhor... também era normal né... ele foi governador e tal. A Argélia tinha interesse político de ter contato com algum brasileiro que amanhã pudesse ser presidente da República, ter importância no comércio exterior. (LISBOA, 2016)

Bona Garcia também reflete acerca das diferenças entre os exilados, que ele classifica em três grupos:

Tem dois tipos de exilados, três tipos. Isso eu boto no livro também. E é verdadeiro, é o que eu acho. O exilado governador, do tipo. Chega num outro país e ele é o governador, o outro país o recebe pensando em ele voltar e ser presidente ou governador. Tem o exilado que não é nada disso mas tem pai rico ou é rico. [...] E tem o exilado que não é, não foram nenhuma personalidade política e que não tem dinheiro. Esse aí tem que suar e trabalhar. Mas eu acho que é o que mais leva vantagem. Porque? Por que ele tem que rapidamente se integrar na comunidade. Então ele tem que fazer tudo ligeiro. Ele tem que aprender o idioma, conseguir documentação, conseguir trabalho e aí ele se integra na comunidade. Esse é o grande diferencial. (BONA GARCIA, 2016)

A partir das três falas distintas podemos compreender como o exílio - uma experiência que faz com que os referenciais de vida até então presentes mudem completamente - foi compreendido por pessoas que passaram pela Argélia. Tal reflexão pode se estender para outros locais tendo em vista o componente pessoal da análise: o papel que os sujeitos ocupavam anteriormente no país de origem, tendo em vista os possíveis interesses da nação receptora, a forma com que ocorreu a acolhida e a inserção na vida social do novo espaço. Ou seja, os entrecruzamentos entre classe, raça, geração e gênero, com destaque para esse último elemento no caso argelino devem ser levados em consideração no momento em que a estruturação da memória sobre o período é realizada. Contudo, não é possível pensar tais especificidades sem refletir acerca da sociedade expulsora, no caso em tela, o Brasil sob a égide da DSN, que buscou acabar com todas as experiências contestatórias do *status quo*, das quais participaram aqueles que foram obrigados a partir para o exílio.

---

<sup>249</sup> Líder indígena.

A relação estabelecida com o governo argelino é rememorada com carinho por Ana Angélica, em virtude da intensa inserção profissional que teve naquele país e também pelo fato dos seus filhos terem nascido na Argélia:

E o governo argelino foi muito correto com a gente porque... [...] eu tinha direito, eu, Maurílio não... a uma passagem pro meu país por ano... pra mim e meus filhos, mas como eu não vinha, eles me davam uma coisa chamada MCO... que é feito um cheque no valor da passagem e eu podia usar como eu quisesse... no ano todo. Aí quando a gente avisou que ia voltar... dei aviso prévio aquelas coisas. Aí eles... quando fomos pegar a passagem... tinha a minha, de Maurílio, de meus filhos... ida pro Brasil e volta do Brasil pra Argélia. Aí a gente disse “Não, a gente tá indo de vez”. E eles disseram “Não, vocês... ainda é ditadura lá e vocês não sabem o que espera vocês. Se vocês chegarem lá e virem que essa ida foi um erro... vocês voltem. [...] O momento em que vocês passarem dificuldades, vocês saibam que são um pouco argelinos... vocês tem dois filhos argelinos”. Porque a gente teve os filhos lá né. (LINS, 2019)

Percebemos assim que a relação estabelecida foi cordial, tendo em vista o que eventualmente poderia acontecer no Brasil quando do retorno. Não há nenhum relato de hostilidade em relação aos exilados brasileiros que lá se encontravam, embora em muitos documentos trocados, as autoridades diplomáticas brasileiras insistissem em utilizar esse argumento para minimizar as ações realizadas no país. Quando do seu retorno, ainda em setembro de 1979, Miguel Arraes afirmou que o período exilar foi de aprendizado e que a partir daquele momento colocaria em prática o que teria aprendido com outro povos:

Este momento é encruzilhada e confluência. Marca uma época e inicia outra. É saudade e deixar de ter saudade. É sentir-se mais velho e menos velho: a idade que avançou, o tempo que passou, idade e tempo que me pouparam para assistir, ver com meus próprios olhos, ouvir com meus próprios ouvidos, sentir na pele esse reencontro. Reencontro do povo com seu destino, forjado por ele mesmo. Estou mais moço porque reencontramos a História. E aqui, encruzilhada e confluência, deixo o exílio e me reincorporo como democracia, como homem do povo, ao seu destino. As armas que trago são poucas. São as mesmas. Talvez ampliadas pelo conhecimento da luta dos oprimidos de outras terras. São aquelas evocadas pelo poeta: Tenho apenas duas mãos e o sentimento do mundo. (ARRAES apud PEREIRA, 1997, p. 185)

O líder pernambucano, ao dirigir-se àqueles que o esperavam, utilizou-se do aprendizado adquirido no exílio para se reencontrar com seu povo e, por mais que o tempo tivesse passado, sua principal estratégia permanecia a mesma: a defesa da democracia. Percebemos que Miguel Arraes, buscou se distanciar daqueles que haviam se utilizado das armas como estratégia, apontando para um discurso de apaziguamento. Sua fala buscou estabelecer uma linha de continuidade com sua trajetória interrompida na década de 1960, pois as palavras de Drummond também haviam sido utilizadas quando assumiu o primeiro mandato como governador de Pernambuco, em 1963.

As avaliações realizadas acerca do período exilar, entre os que passaram pela Argélia, são, apesar das dificuldades mencionadas, positivas. É importante ressaltar que as mesmas foram realizadas em momento posterior, ou seja, a partir da visão retrospectiva daqueles sujeitos. Se analisarmos os relatos do exílio publicados em Cavalcanti; Ramos (1978) e Costa (1980) percebemos que as avaliações são distintas, em virtude da proximidade temporal com os eventos e a incerteza acerca do retorno ao Brasil. Ana afirma que: “Foi uma revolução em mim mesma. Eu comecei a ver um mundo que eu não conhecia.” (LINS, 2019) Apolo também faz uma avaliação:

Porque, se eu tivesse ido pra um país da Europa ocidental eu não teria acrescentado nada a minha... as contradições do mundo... eu taria num país que... Europa. Um país árabe, muçulmano e africano. Para você ver... africano... eu conheci muitos exilados de outros países que lutavam contra o colonialismo... africano, árabe, muçulmano... tem os berberes, cabiles né. Então cê vê... eu acrescentei muita coisa. E eu podia ir a Europa quando eu quisesse. Era perto né. (LISBOA, 2016)

Para o ex-militante, a vivência na Argélia fez com que sua compreensão de mundo se ampliasse, em virtude do contato com outras experiências revolucionárias e sociedades distintas. Esse elemento também é marcante nos relatos: a convivência com mutilados da guerra de libertação argelina e a curiosidade acerca do Brasil. Mas, como dito anteriormente, por mais que haja a memória positiva, a única mulher que passou parte do exílio solteira, rememora as dificuldades enfrentadas, com destaque para o fato de compreender todo o período como permeado por dificuldades. Nesse sentido, Yankelevich (2011), ao problematizar as memórias exilares afirma que, por mais que busquemos algumas constâncias, como no caso em tela, essas serão diversas. Yara afirma:

Não teve nenhum momento de facilidade... a década passada em Argel. Primeiro porque eu chego muito jovem e sozinha. Absolutamente só. [...] Não tinha coragem de entrar num restaurante sozinha. [...] Eu andava como ando hoje... de calça comprida. Não falei do assédio... assédio direto... eu punha o pé na rua...nossa... não conseguia dar dois ou três passos... vestida daquele jeito... imagina sem véu, daquele jeito. Muito duro, mas eu aguentei. (GOUVÊA, 2019)

Dentre as diferenças sentidas, as relacionadas ao gênero são as predominantes. O fato de desconhecer os códigos socioculturais de uma sociedade tão díspar, ocasionava alguns entraves, sobretudo para os que permaneceram anos no país. Carmen lembra um desses momentos em que a sua análise produziu uma falsa interpretação do evento do qual participava, em que, ao pressupor que a classe dos sujeitos também interferisse, ou não, na felicidade dos sujeitos:

O primeiro casamento que eu fui... como eu te falei eu fiz amizades e o povo me chamava pras festas. O primeiro casamento que eu fui era um cara que era do partido... muito simplório... mas querido, tinha contatos com a gente. E quando eu cheguei no casamento, as mulheres começaram a fazer aquele “uhuhuh”. Cê já escutou? Menina, eu achei que elas tavam chorando, porque a menina ia casar com um cara e não conhecia o cara. Eu falei “Mas que coisa triste, que coisa horrível essa sociedade.” Fiquei assim, apavorada. E ele lá... alegre e tal.

Depois, me convidaram, mais tarde, pra uma festa de casamento em outro... mas aí... um casamento mais rico e tal... e eu fui. Aí, menina, aquelas senhoras com aquelas roupas lindas, sabe, com bijuterias e tudo, só mulheres. Uma, a bonita, que dançava aquelas danças... elas alegres e tal. O “uhhuhh” era de alegria. Eu falei “o huhuh é de alegria”! Uma alegria! (VALE, 2019)

Assim, percebemos que os elementos preponderantes da memória do exílio na Argélia nesse último momento são os relacionados às diferenças, mas também com a segurança profissional e pessoal. Contudo, mesmo com a presença desses aspectos, nenhum dos exilados, como dito, hesitou em retornar ao Brasil. A decisão sobre o retorno não foi simples, ante a permanência da ditadura, o que implicou na continuidade da vigilância sobre inúmeros militantes. A volta foi permeada por sentimentos como esperança e o medo: a primeira relacionada com o processo de abertura e o último, com os reveses que o mesmo poderia sofrer.



## CONCLUSÃO

Ao concluir a entrevista com Ana Angélica, ela pegou suas chaves e me mostrou o chaveiro que as acompanhava: um mapa da Argélia coberto com a bandeira do país. Mencionou que o encontrou aleatoriamente, enquanto fazia outras compras, mas imediatamente o adquiriu e diz que carrega a Argélia consigo. Ou seja, mesmo com o fim do exílio, o país continuou na sua trajetória e, ainda que recentemente, não hesitou em possuir um objeto que a lembrasse cotidianamente. Assim, embora muitos caracterizem o exílio como um intervalo, o fenômeno é muito mais complexo que apenas a saída e o posterior retorno ao país. Inclusive a historiografia, em certos momentos, adota essa perspectiva, pois evidencia os fatos ocorridos internamente, de forma que exclui os exilados da agência política. Contudo, tal perspectiva vem se alterando substancialmente, sobretudo a partir de meados dos anos 2010, quando os exílios começam a compor um campo específico de pesquisa.

Com essa perspectiva a presente tese objetivou compreender o fenômeno do exílio de brasileiros na Argélia. Exílio esse decorrente da ditadura de segurança nacional instalada no Brasil em 1964 e que, de acordo com Sznajder e Roniger (2013) foi caracterizado como um processo de “exclusão institucional”. Mesmo proporcionalmente inferior aos exílios das ditaduras congêneres do Cone-Sul, o regime de exceção que se estabeleceu no Brasil fez com que saíssem do Brasil milhares de cidadãos considerados nocivos à segurança nacional.

Antes de tecer as considerações finais, é necessário apontar algumas mudanças que ocorreram na pesquisa, sobretudo no último ano, tendo em vista a leitura e análise das fontes documentais. Diferentemente do planejado, optei por separar os capítulos a partir de uma perspectiva cronológica e não pelo tipo de fonte, tendo em vista que percebi que a estratégia inicial não seria viável. Explico: inicialmente almejava analisar a documentação dos órgãos de informação, como CIEx e DSI/MRE em tópicos específicos. Contudo, ante o fato de que tais registros não são tão presentes, em virtude de que se relacionavam sobretudo com pessoas em trânsito pela Argélia e com os banidos, a necessidade de cruzar com os relatos, obras de memória e o que foi produzido pela Embaixada, tornou-se fundamental.

O título do trabalho “Da ‘meca da revolução’ a ‘um país vazio’”, buscou dar conta da dinâmica da maior presença, ou não, do trânsito e permanência de exilados no país. No decorrer do trabalho também abandonei a análise do acervo proveniente do Instituto Miguel Arraes, ante a impossibilidade temporal de analisá-lo a contento durante o período do doutorado. Penso que esse processo é parte constituinte do fazer histórico, quando os caminhos da pesquisa

apresentam dificuldades ou não correspondem ao inicialmente planejado. Dessa forma, coube a mim pesquisadora reavaliar e adequar a trilha às intempéries do caminho.

Assim, optei por dividir o trabalho em três capítulos: no primeiro, busquei compreender as especificidades da ditadura de segurança nacional brasileira, o exílio decorrente dela e o porquê da Argélia ter se tornado um destino. Percebemos que ante um acirramento de conflitos por toda a América Latina e a difusão das premissas da DSN, instaurou-se, em abril de 1964 uma ditadura que prendeu, torturou, assassinou, desapareceu e exilou milhares de cidadãos brasileiros que não se enquadraram no modelo almejado, de defesa do capitalismo e do chamado ocidente cristão. Sob a pecha de “comunistas” sujeitos de distintos matizes políticos e também aqueles que se encontravam nos “círculos concêntricos do medo” (PADRÓS, 2005) foram alijados do processo em curso no território nacional. O exílio então tornou-se o caminho para a sobrevivência, a possível articulação do retorno ao Brasil, em alguns casos, e a denúncia do que ocorria internamente. Dessa forma, busquei compreender a historicidade desse fenômeno que acompanha a humanidade: ante a perseguição, a saída do espaço de origem. Com a formação dos estados-nação, o exílio passou a ter um contorno específico, relacionado à impossibilidade de permanência dentro de uma fronteira delimitada, deixando de ser associado apenas à distância intransponível. A partir das premissas da DSN esse exílio teve uma característica específica, que o diferencia dos de outros momentos: atingiu sujeitos e pessoas do seus círculos que, ao não compactuarem com a ditadura, tornaram-se exilados. Assim, a Argélia foi um desses destinos possíveis e seguros ante as dificuldades de encontrar outros países que aceitassem brasileiros perseguidos e também pela identificação, mesmo que pequena, dos exilados com o projeto socialista argelino.

É possível afirmar que o longo e violento processo de libertação argelino foi responsável, posteriormente, pela acolhida de grupos com projetos políticos de esquerda, desde reformistas a revolucionários de forma que surgiu e amadureceu uma ideia de solidariedade terceiro-mundista. É nesse momento que Amilcar Cabral a denomina de “Meca da Revolução”. Procurei compreender também o estabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e Argélia, as quais iniciaram logo depois da independência e, a partir da Política Externa Independente desenvolvida nos primeiros anos da década de 60 até 1964, estavam se fortalecendo. Contudo, o golpe de 1964 e o alinhamento imediato da ditadura resultante às diretrizes da Guerra Fria paralisou aquele processo; somente após uma mudança de perspectiva, os países retomaram a aproximação. É importante, porém, compreender que essa dinâmica não foi linear, pois dentro da ditadura existiam setores que divergiam acerca de ter maior vínculo com países considerados do bloco socialista.

No segundo capítulo busquei compreender o período exilar que vai de 1965 até 1970, momento em que identifiquei um maior trânsito pela Argélia, embora seja importante ressaltar que as organizações de resistência armada tiveram um ponto de apoio no país até pelo menos 1973. Ao que as evidências apontaram, Mauricio Seidl, ao ser expurgado da Aeronáutica e passar um período na França, foi o primeiro exilado a chegar em solo argelino, no início de 1965. Em junho do mesmo ano Miguel e Magdalena Arraes, também desembarcam no país, o que fez com que o país passasse a constar no rol de nações que receberam resistentes, tendo em vista a importância atribuída a Arraes. Na sequência, pessoas próximas a ele também passaram a se deslocar para lá. Chamei esse momento de primeira fase do exílio argelino. A partir de então, a vigilância acerca das ações realizadas no país, assim como das viagens feitas por apoiadores de Arraes, passou a ser sistemática. Percebi que as informações que manejavam os serviços de segurança e inteligência provinham, sobretudo, da embaixada, de forma que apenas em dois momentos durante todo o período de exílio, segundo evidenciam os documentos, agentes repressivos infiltrados passaram pelo país. É possível inferir que, em virtude do controle exercido pelo governo argelino a partir das indicações de Arraes acerca da entrada e saída de brasileiros (CRUZ, 2016), tenha sido difícil exercer uma vigilância fora dos limites da embaixada, considerando as precauções do governo local. Também é possível afirmar que, ante o menor número de exilados não foi necessária a instalação de uma base do CIEEx em território argelino, diferentemente do que aconteceu em outros países, como demonstraram Fernandes (2018) no caso uruguaio, Dias (2019) na experiência socialista chilena, Pezzônia (2019) após a Revolução dos Cravos e Gomes (2019) para o caso francês. Percebi que os agentes na embaixada realizavam tal função, mesmo não tendo encontrado registros de reuniões políticas, por exemplo. Assim, afirmo que existia um controle indireto, principalmente sobre o que era publicado pela FBI.

Com a chegada dos “40”, o monitoramento aumentou substancialmente, sobretudo a partir dos seus movimentos visando o posterior retorno ao Brasil. Como demonstrado, surgiram divergências no interior do grupo próximo a Arraes, assim como uma tentativa de aproximação do mesmo com representantes da luta armada, em especial com a formação de uma direção colegiada da FBI. Contudo, como analisado, tal estratégia não perdurou por muito tempo. Podemos perceber que o exílio também foi um espaço de disputas entre distintos projetos políticos para o Brasil, embora naquele momento estivessem todos sofrendo a perseguição da ditadura. Para o grupo dos “40”, a Argélia foi muito mais um espaço de trânsito, recuperação da violência sofrida e também de uma nova possibilidade de rearticulação para as ações posteriores. Mesmo que houvesse uma memória positiva sobre tal momento, os que tiveram a

oportunidade de tentar voltar o mais rápido possível para o Brasil, preferiram se deslocar para outros países, como etapas de reaproximação às fronteiras nacionais.

Ainda busquei compreender dois momentos de tensão diplomática entre o Brasil e a Argélia, ocorridos ainda em 1970: a “quase” expulsão do embaixador argelino no país e as ações de denúncia realizadas por Apolônio de Carvalho e Ladislau Dowbor na Suíça, organizadas a partir de Argel. Percebi que, durante o período ditatorial, esse foi o período de maior estremecimento das relações entre os dois países. Mesmo assim, em nenhum momento houve ameaça de rompimento. Pelo contrário, no decorrer da década de 1970 uma relativa aproximação foi acontecendo, com o desejo brasileiro de se inserir economicamente entre os países em desenvolvimento.

Por fim, no último capítulo, tentei compreender a dinâmica da segunda parte do exílio, quando o trânsito de militantes diminuiu e, dentre os exilados que lá se encontravam, ocorreu uma inserção, sobretudo profissional, na vida do país. É importante assinalar que o golpe no Chile, em 1973, fez com que novos exilados se deslocassem para a Argélia, embora a perspectiva das organizações armadas tivessem sido abandonadas e reavaliadas de diferentes formas. Com as independências nos países africanos de língua portuguesa, a Revolução dos Cravos em Portugal e a morte de Franco na Espanha, Argel foi se tornando uma “cidade vazia”, como Lula Arraes afirmou. As eleições de 1974 no Brasil, com a vitória da oposição, a criação do MFPA e dos CBAs fizeram com que a bandeira da anistia tomasse fôlego a nível internacional. Assim, a esperança de voltar foi se fortalecendo. Em fins de agosto de 1979, com a aprovação da Lei da Anistia, puderam retornar os que lá estavam, embora esse processo já vinha ocorrendo, sobretudo com a vinda de crianças e adolescentes, os quais, aos poucos, foram se instalando no Brasil, país que para muitas delas era conhecido até então só pela memória compartilhada das pessoas próximas. É importante ressaltar que, embora o medo do que seria enfrentado fosse um sentimento comum, nenhum dos brasileiros exilados na Argélia, ao que as evidências indicam, hesitou em retornar, com exceção de Yara Gouvêa, que demorou um pouco mais, em virtude de questões profissionais e familiares, embora não estivesse em solo argelino e sim no Marrocos. O retorno, com destaque para os que saíram crianças ou nasceram no exílio, foi a primeira partida e, a partir de então, um novo mundo a ser descoberto.

Como demonstrado no decorrer de todo o trabalho, a embaixada brasileira em Argel foi um espaço de monitoramento das ações dos exilados, embora em menor medida do que aconteceu em outros países. Nesse sentido, o governo argelino, ao fornecer uma estrutura mínima de sobrevivência para os brasileiros, desempenhou um papel fundamental na proteção da vida dos nacionais exilados. Paradoxalmente procurou, intentava manter relações cordiais

com a ditadura do Brasil, tendo em vista as trocas comerciais realizadas ao longo do período. Isso mostra o quão complexas são as relações entre os países, de forma que não podemos fazer a transposição direta do que ocorre internamente para a política externa.

É importante ressaltar que, ao longo dos quase 15 anos de exílio de brasileiros no país magrebino, a dinâmica do processo e as relações entre os países sofreram inúmeras flutuações, de forma que não podemos olhar de maneira unívoca para o fenômeno. Embora quantitativamente pequeno – consegui elencar em torno de 150 pessoas – que em algum momento passaram pelo país, a Argélia teve um papel fundamental na configuração de estratégias de resistência, como a criação da FBI e também como um espaço de segurança para os brasileiros que lá se encontravam. Mesmo que social e culturalmente tão diverso do Brasil, a memória sobre esse período é de gratidão e de abertura para um mundo até então desconhecido.

Assim, a partir das perguntas que elencamos na introdução do trabalho, podemos afirmar, a partir da pesquisa que sim, constituiu-se uma pequena comunidade de brasileiros na Argélia, cujo expoente principal foi Miguel Arraes, quem montou importante estrutura em torno de si, tornando-se uma referência e transformando o país em um destino de exílio, algo importante a ser destacado diante do limitado número de nações que aceitavam receber brasileiros em tais condições. Tal grupo compartilhava referenciais de uma vida comum e constituiu-se em ponto de apoio para muitos que chegavam ao país em condições precárias: recém saídos da tortura, sem documentos, sem perspectivas.

Diferentemente de outros países em que houve a ação ostensiva do aparato de vigilância, com destaque para o CIEEx, percebi que em território argelino o monitoramento foi realizado sobretudo a partir da Embaixada. Outros órgãos atuavam a partir dos pontos iniciais das viagens de quem chegava à Argélia, com destaque para o Chile e a França. A partir das memórias percebi que quanto menor o tempo em território argelino maiores são as lembranças das anedotas, compreendendo o espaço como um intervalo *sui generis* na trajetória individual. Por outro lado, os sujeitos que permaneceram mais tempo, buscaram conhecer e se integrar de maneira mais efetiva naquele território, a princípio tão distante do brasileiro, mas sobre o qual Arraes afirmou que: “Ao passar pela primeira vez pelas ruas e pelos bairros populares da Argélia, se não fossem os turbantes que eles usam, eu teria confundido a massa com aquele que eu estava acostumado a ver na feira do bairro da Casa Amarela, no Recife.” (ARRAES *apud* PEREIRA, 1997, p. 168). Ou seja, a partir de uma expectativa de retorno muito distante, os exilados, com destaque para aqueles que foram nos últimos anos,

buscaram se integrar a sociedade. Esse elemento só foi reavaliado nos anos finais da década de 1970, quando a discussão pela anistia ganhava fôlego.

Assim, concluo essa tese com a afirmação de que os elementos que compõem o exílio na Argélia, precisam ser tomados em consideração quando analisamos a experiência exilar brasileira. Em virtude de que só recentemente tal agenda tem ganhado espaço nos estudos sobre a ditadura, a experiência exilar nesse país estava relegada a um plano secundário. Entretanto, como demonstrado no decorrer do texto, teve um papel deveras importante na articulação de distintas formas de resistência à ditadura, e as dinâmicas lá presentes ou pensadas desde o país, devem ser aprofundadas para que compreendamos, de maneira mais complexa, o fenômeno exilar brasileiro. Por fim, julgo ser fundamental não apenas tomarmos como escopo de análise o exílio em si, mas em conjunto com a política da ditadura que o originou: um evento historicamente localizado, cujo objetivo era acabar com todas as formas de contestação que existiam, as quais, em última instância, buscavam a mudança do país, tornando-o menos desigual.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AARÃO REIS FILHO, Daniel. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ALBERIONE, Eva. Narrativas contemporâneas de los exiliados hijos: esa particular manera de contarse. In: LASTRA, Soledad (org). *Exilios: un campo de estudios en expansión*. Buenos Aires: CLACSO, 2018, p. 197-210.

ALBERTI, Verena. *Ouvir Contar: Textos em História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALMEIDA, Anderson da Silva. *...como se fosse um deles. Almirante Aragão: Memórias, silêncios e ressentimentos em tempos de ditadura e democracia*. Rio de Janeiro: EDUFF, 2017.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Do alinhamento recalcitrante à colaboração relutante: o Itamaraty em tempos de AI-5. In: Oswaldo Munteal Filho, Adriano de Freixo e Jacqueline Ventapane Freitas (orgs.). *'Tempo Negro, temperatura sufocante': Estado e Sociedade no Brasil do AI-5*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008, p. 65-89.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1985.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Iamara Silva. Ecos da Revolução Russa na imprensa brasileira. *História e Cultura*, Franca, v. 6, n. 1, p. 61-82, mar. 2017.

AQUINO, Maria Aparecida de. Mortos sem sepultura. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org). *Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002, p. 513-532.

ARAUJO, R. N.; MARIN, R. A Guerra Revolucionária: afinidades eletivas entre oficiais brasileiros e a doutrina francesa (1957-1974). In: Maria Celina D'Araujo, Samuel Alves Soares e Suzeley Kalil Mathias. (Org.). *Defesa, segurança internacional e Forças Armadas*. I Encontro da ABED. Campinas: Mercado de Letras, 2008, p.189-204.

ARAÚJO, Rodrigo Nabuco. A voz da Argélia: a propaganda revolucionária da Frente de Libertação Nacional argelina no Brasil. Independência nacional e revolução socialista (1954-1962). *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 30, no 61, p. 401-424, maio-agosto 2017.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo; Comissão da Verdade Rubens Paiva. *Infância Roubada: crianças atingidas pela ditadura militar no Brasil*. São Paulo: ALESP, 2014.

ASSUMPCÃO, Marla Barbosa. *A fronteira geminada de Santana do Livramento-Rivera como marco das conexões políticas regionais e internacionais: repressão e resistência em áreas de interesse da segurança nacional (1964-1973)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

AZEVEDO, Desirée de Lemos. *Os melhores anos de nossas vidas: narrativas, trajetórias e trajetões de exilados brasileiros que se tornaram cooperantes na República Popular de Moçambique*. Dissertação. (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2011.

BARROS, Júlio César Pessoa de. *Conflitos e negociações no campo durante o primeiro governo de Miguel Arraes em Pernambuco (1963-1964)*. Dissertação (Mestrado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

BERTA, Sandra Letícia. *O exílio: vicissitudes do luto, reflexões sobre o exílio político dos argentinos (1976-1983)*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2007.

BISSIO, Beatriz. A posteridade do espírito de Bandung: Continuidade e ruptura na diplomacia do Sul 1955-2015. *Contra/Relatos Desde el Sur*, v. 12, p. 66, 2015.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p.13-42.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

BRASIL. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014, v. 1.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Os arquivos da polícia política como fonte. *Registro*, Indaiatuba, n. 1, p. 5-11, jul. 2002.

\_\_\_\_\_. Os arquivos e o acesso à verdade. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (orgs.) *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009, p. 424-443.

CAMPOS, Luiz Felipe. *O massacre da Granja São Bento*. Recife: CEPE, 2017.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A Ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985*. Tese (Doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2012.

CANCELA, Diogo Silva. “Solidariedade Internacional” – a Revolução Argelina e os Movimentos Anticoloniais (MPLA, FRELIMO e PAIGC) e Antifascistas (FPLN). Dissertação. (Mestrado em História). Coimbra, 2014.

CANDAU, Joël. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto, 2012.

\_\_\_\_\_. A memória e o princípio da perda. *Diálogos*. Maringá, v. 16, nº 3, p. 843-872, set/dez2012.



CARDOSO, Irene. *Para uma crítica do presente*. São Paulo: Editora 34, 2001.

CASTRO, Paulo de. *Argélia, a terra e o homem*. Rio de Janeiro: Forum Editora, 1971.

\_\_\_\_\_. *Terceira força*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura S.A, 1958.

CATELA, Ludmila da Silva. El mundo de los archivos. In: CATELA, Ludmila da Silva; JELIN, Elizabeth (Org.). *Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad*. Madrid: Siglo XXI, 2002, p. 195-221.

CHALIAND, Gérard. *Mitos Revolucionários do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

CHOTIL, Mazé Torquato. *Trabalhadores exilados: a saga de brasileiros forçados a partir (1964-1985)*. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 25, p. 83-106, nov. 2005, p. 83-106.

COLOMBO, Natalia Ruggiero. *Exílio, Ficção e Memória em Mario Benedetti: uma leitura introdutória*. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária), Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2013.

COMBLIN, Josep. *A ideologia de Segurança Nacional. O poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

CORTEZ, Lucili Grangeiro. *O drama barroco dos exilados do Nordeste*. Fortaleza: Editora UFC, 2005.

CRUZ, Fábio Lucas. *Brasileiros no exílio: Argel como local estratégico para a militância política (1965-1979)*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

\_\_\_\_\_. *Frente Brasileño de Informaciones e Campanha: os jornais de brasileiros exilados no Chile e na França (1968-1979)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo: São Paulo, 2010.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, dez. 2007, p. 253-270.

CUSTÓDIO, Tulio Augusto Samuel. *Construindo o (auto) exílio: Trajetória de Abdias do Nascimento nos Estados Unidos, (1968-1981)*. 2011. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

CYTRYNOWICZ, Roney. O silêncio do sobrevivente: diálogos e rupturas entre memória e história do Holocausto. In: SELIGMAN-SILVA, Marcio (org). *História, memória, literatura: o testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 123-138.

DIAS, Cristiane Medianeira Ávila. *Minha terra tem horrores: o exílio dos brasileiros no Chile (1970-1973)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

DUARTE-PLON, Leneide. *A tortura como arma de guerra – da Argélia ao Brasil: como os militares franceses exportaram os esquadrões da morte e o terrorismo de Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

Embaixada da República Argelina Democrática e Popular. *O livro na rua: Argélia*. Brasília: Thesaurus Editora, 2011.

FERNANDES, Ananda Simões. O controle da resistência e da solidariedade dos refugiados políticos no Brasil pela comunidade de segurança e informação da ditadura civil-militar brasileira: A comunidade de informação e segurança da ditadura brasileira. TALLER (Segunda Época). *Revista de Sociedad, Cultura y Política en América Latina*, Vol. 4, N° 5, pp. 144-155.

\_\_\_\_\_. *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

\_\_\_\_\_. *Burocratas da dor: as conexões repressivas entre os órgãos de informação das ditaduras brasileira e uruguaia (1973-1985)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

FERNÁNDEZ, Jorge Christian. *Anclaos em Brasil: a presença argentina no Rio Grande do Sul (1966-1989)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. O Tribunal Russell II e a voz da resistência à ditadura militar no Brasil. RIDH. Bauru, v. 4, n. 2, p. 93-110, jul./dez., 2016 (7).

FICO, Carlos. *Como eles agiam – os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. A Ditadura Documentada: Acervos desclassificados do regime militar brasileiro. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 21, n° 2, p. 67-78, jul/dez 2008, p. 67-78.

FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

GALLO, Carlos Artur (org.). *Anistia: quarenta anos, uma luta, múltiplos significados*. Rio de Janeiro: Gramma, 2019.

GASPAROTTO, Alessandra. A síndrome da traição: Apontamentos sobre a figura do “traidor” nas organizações de combate à ditadura brasileira. In: SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto

Grassi; KOLING, Paulo José. *Estado e poder: abordagens e perspectivas*. Cascavel: Edunioeste, 2008, p. 167-190.

GODOY, Ivan. *Argélia: tradição e modernidade*. São Paulo: Alfa-Omega, 2004.

GONZÁLES QUINTANA, Antonio. *Los archivos de la seguridad del Estado de los desaparecidos regímenes represivos*. Paris/Unesco / Conseil International des Archives, 1995.

GOMES, Paulo César. *Liberdade Viglada: as relações entre a ditadura militar brasileira e o governo francês – do golpe à anistia*. Rio de Janeiro: Record, 2019.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

GROPPO, Bruno. Los exilios europeos del siglo XX. In: YANKELEVICH, Pablo (Coord.). *México, país refugio. La experiencia de los exilios en el siglo XX*. México: Plaza y Valdés, 2002, p. 19-41.

HOBBSAWM, Eric. O presente como História. In: *Sobre História*. Companhia das Letras, 2013, p.315-331.

\_\_\_\_\_. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

\_\_\_\_\_. *A era dos impérios*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo E.; SOUZA, Tereza E. de. *A escrita da repressão e da subversão (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI, 2002.

JENSEN, Silvina Inés. *La provincia flotante: el exilio argentino en Cataluña (1976-2006)*. Barcelona: Fundació Casa América Catalunya, 2007.

\_\_\_\_\_. *Los exiliados: la lucha por los derechos humanos durante la dictadura*. Buenos Aires: Sudamericana, 2010.

\_\_\_\_\_. Exilio e História Reciente. Avances y perspectivas de un campo em construcción. *Aletheia*, vol.1, número 2, maio 2011.

\_\_\_\_\_. Los historiadores, los testigos, y el pasado reciente. Acerca de los límites de lo decible en el territorio del exilio. Salamanca: *Stud. hist.*, H.<sup>a</sup> cont., 28, 2010, p. 125-149.

JENSEN, Silvina; LASTRA, María Soledad. *Exilios: Militancia y represión: Nuevas fuentes y nuevos abordajes de los destierros de la Argentina de los años setenta*. La Plata: Edulp, 2014.

JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (orgs). *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.

JOFFILY, Mariana. A “Verdade” sobre o uso de documentos dos órgãos repressivos. *Dimensões*, vol. 32, 2014, p. 2-28.

\_\_\_\_\_. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 204 - 251, jan./mar. 2018.

KREUZ, Débora Strieder. “Elas têm um outro jeito de ser, de resistir”: a narrativa de mulheres sobre o feminismo e a sua militância durante a ditadura civil-militar brasileira. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

\_\_\_\_\_. “Oásis do Terror” - A ditadura brasileira e a vigilância internacional: a Argélia nos Sumários do Comunismo Internacional (1970-1973). *Dimensões*, v. 2, p. 214-231, 2019.

LACAPRA, Dominick. *Escribir la historia, escribir el trauma*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2005.

LASTRA, María Soledad. *Volver del exilio: Historia comparada de las políticas de recepción en las posdictaduras de la Argentina y Uruguay (1983-1989)*. La Plata: Universidad Nacional de la Plata, 2016.

LEITE, Maria Claudía Moraes. *A trajetória política de Leonel de Moura Brizola no exílio uruguaio (1964-1977)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

LE MOS, Renato Luís do Couto e. *Ditadura, anistia e transição política no Brasil (1964-1979)*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

LEVI, Primo. *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LIPPOLD, Walter Gunter Rodrigues. *Frantz Fanon e a rede internacional argelina: circulação de ideias revolucionárias e sujeito coletivo no jornal El Moudjahid (1956-1962)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2019.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p.111-153.

MACHADO, Cristina Pinheiro. *Os exilados: 5 mil brasileiros à espera da anistia*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

MACIEL, Wilma Antunes. VPR: contra a ditadura, pela revolução. In: SALES, Jean Rodrigues (org). *Guerrilha e revolução: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015, p. 96-110.

MAIA, Maria Manuela Alves. Documentos do Para-Sar nos “baús dos militares”. In: THIESEN, Icléia. *Documentos sensíveis: informação, arquivo e verdade na Ditadura de 1964*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014, p. 247-268.

MARIANO, Nilson. A matriz ideológica das ditaduras. In: SILVEIRA, Helder Gordim; ABREU, Luciano Aronne de; MANSAN, Jaime Valim (orgs.). *História e ideologia: perspectivas e debates*. Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo, 2009, p. 136-146.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider; ARTURI, Carlos S. O exílio enquanto um mecanismo de exclusão política durante o regime militar no Brasil. In: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Sylvania (orgs.). *Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil*. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014, p. 155-169.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. A esquerda brasileira exilada e o feminismo: a atuação política das brasileiras no Chile e na França (1968-1979). Projeto História, São Paulo, n. 52, pp. 112-139, Ago. 2015.

\_\_\_\_\_. Militância política e solidariedade transnacionais: a trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França (1968-1979). 2011. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

\_\_\_\_\_. *Ditadura, exílio e oposição: os exilados brasileiros no Uruguai (1964-1967)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Mato Grosso. Cuiabá, 2006.

MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 67, p. 29-50, 2008.

\_\_\_\_\_. A conexão francesa: da Argélia ao Araguaia. VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol.28, no 48, p. 519-536: jul/dez 2012.

\_\_\_\_\_. *Segredos de Estado: o governo britânico e a tortura no Brasil (1969-1976)*. Salvador: Saga Editora, 2019.

MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 28, nº 55, p. 245-263 – 2008.

MAZZEI, D. H. La misión militar francesa en la Escuela Superior de Guerra y los orígenes de la Guerra Sucia, 1957-1961. *Revista de Ciencias Sociales*. Universidad Nacional de Quilmes. Bernal, 2002, p. 105-137.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. O encontro marxismo-feminismo no Brasil. In: RIDENTI, Marcelo; AARÃO REIS, Daniel. *História do marxismo no Brasil: partidos e movimentos após os anos 1960*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 341- 373.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva/Fapesp, 2002.

NASSER, Salem. Olhares sobre as revoltas no mundo árabe. *Projeto História*, São Paulo, n. 46, p. 115-133, abr. 2013.

OLORUNTIMEHIN, B. Olatunji. A política e o nacionalismo africanos, 1919-1935. In: BOAHEN, Albert Adu (dir.). *História Geral da África VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. Brasília: Unesco, 2010, p. 657-673.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional – Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil Militar*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

\_\_\_\_\_. Elementos do Terror de Estado implementado pelas Ditaduras de Segurança Nacional. In: PADRÓS, Enrique Serra (org). *As ditaduras de segurança nacional: Brasil e Cone Sul*. Porto Alegre: CORAG: Comissão do Acervo da Luta contra a Ditadura, 2006, p. 15-22.

\_\_\_\_\_. História do Tempo Presente, Ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos. *Tempo e Argumento*, v.1, n.1, jan/jun 2009, p. 30-45.

\_\_\_\_\_. Terrorismo de Estado: reflexões a partir das experiências das Ditaduras de Segurança Nacional. In: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Sylvania (orgs.). *Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil*. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014, p. 13- 36.

PAIVA, Tatiana Moreira Campos. Memórias de uma herança: a experiência de filhos de exilados brasileiros da ditadura militar. In: SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson; TELES, Janaina de Almeida. *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 2009, vol.1, p. 135-150.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. Nosotras e o Círculo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris. *ArtCultura*. Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 55-69, jan/jun.2007

PENNA FILHO, Pio. Os Arquivos do Centro de Informações do Exterior (CIEX): O elo perdido da repressão. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 21, no 2, p. 79-92, jul/dez 2008, pág. 79-92

PEREIRA, Gustavo de Lima. *Direitos humanos e migrações forçadas: introdução ao direito migratório e ao direito dos refugiados no Brasil e no mundo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019.

PEZZONIA, Rodrigo. *Guarda um cravo para mim: os exilados brasileiros em Portugal (1974-1982)*. São Paulo: Alameda, 2019.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. *Projeto História*, São Paulo: PUC-SP, n. 15, p. 13-49, abril/1997.

\_\_\_\_\_. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, São Paulo, nº 14, p.25-39, fev/1997.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.5, nº 10, 1992, p. 200-212.

\_\_\_\_\_. Memória, Esquecimento e Silêncio. Rio de Janeiro: *Estudos Históricos*, vol. 2, nº 3, 1989, p. 3-15.

QUADRAT, Samantha Viz. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p. 19-41, jan-jun 2012.

REIS, Ramiro José dos. *Operação Condor e o sequestro dos uruguaios nas ruas de um porto não muito alegre*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

RIBEIRO, Maria Claudia Badan. Militância e Exílio: as trincheiras subterrâneas de Luta. FAHCE-UNLP/FHCE-Udelar, 2014, Montevideu. *II Jornadas de Trabajo sobre Exilios Políticos del Cono Sur en el siglo XX*, 2014.

\_\_\_\_\_. As redes políticas de solidariedade na América Latina. *Tempo e Argumento*, v. 08, p. 311-349, 2016.

\_\_\_\_\_. Legalidad dictatorial y violencia clandestina: los límites de la política brasileña ante el regreso de los exiliados. *Migraciones y Exilios*, v. 17, p. 53-79, 2018.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.

ROBIN, Marie-Monique. *Escuadrones de la muerte: la escuela francesa*. La Plata: De la Campana, 2014.

RONIGER, Luis. Exílio Massivo, Inclusão e Exclusão Política no Século XX. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 53, nº 1, 2010, p. 91-123.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre o exílio como tema de investigação: avanços teóricos e desafios. In: QUADRAT, Samantha Viz (org.). *Caminhos Cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p.31-61.

\_\_\_\_\_. Destierro y exilio en América Latina: nuevos estudios y avances teóricos. Buenos Aires: Eudeba, 2014.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e rades*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

\_\_\_\_\_. A imprensa no exílio. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Minorias Silenciadas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002, p. 451- 467.

SADER, Eder. Um rumor de botas. A militarização do Estado na América Latina. São Paulo: Editora Polis, 1982.

SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SAID, Edward. Reflexões sobre o exílio. In: \_\_\_\_\_ *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 46-60.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. *Inimigos imaginários, sentimentos reais: medo e paranoia no discurso anticomunista do Serviço Nacional de Informações (1970- 1973)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2014.

SCHWARZSTEIN, Dora. Historia Oral, memoria e historias traumáticas. *História Oral: Associação Brasileira de História Oral*. São Paulo, nº 04, junho de 2001, p. 73-83.

\_\_\_\_\_. Migración, refugio y exilio: categorías, prácticas y representaciones. *Estudios migratorios latino-americanos*. Año 16, nº48, 2001, p. 249-268.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, p.71-99, jul/dez.1995.

SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. *Sentinelas das fronteiras: o Itamaraty e a diplomacia brasileira na produção de informações para o combate ao inimigo comunista (1935-1966)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2013.

\_\_\_\_\_. Do Serviço de Estudos e Informações (SEI) ao Centro de Informações do Exterior (CIEEX): a institucionalização das políticas de informação e repressão ao comunismo no Itamaraty. *Locus: revista de história, Juiz de Fora*, v. 24, n. 1, p. 149-171, 2018.

SILVA, Jussaramar da. Serviços de Informações no Cone Sul: interconexões sob a égide da Doutrina de Guerra Revolucionária (1960-1990). *Libertas*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 1-24, 2015.

SILVEIRA, Helder Gordim da. Segurança Nacional, cooperação e conflito: o Brasil e as várias faces da América na geopolítica de Golbery do Couto e Silva. In: ABREU, Luciano Aronne de; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs). *Autoritarismo e cultura política*. Porto Alegre: FGV: Edipucrs, 2013, p. 153-177.

SILVEIRA, Lorenna Burjack da. *Ditadura e desterro: trajetórias de exilados brasileiros do golpe de 1964 nos Estados Unidos (1964-1979)*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

SLATMAN, Melisa. Evolución de los métodos de ataque contra dirigentes y figuras públicas en el exilio en el marco de la Operación Cóndor. In: LASTRA, Soledad (org). *Exilios: un campo de estudios en expansión*. Buenos Aires: CLACSO, 2018, p. 65-79.

SOIHET, Rachel. Mulheres brasileiras no exílio e consciência de gênero. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. *Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, p. 208-224.

SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis. *La política del destierro y el exilio en América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 2013.

TAPIA, Cristian Gutiérrez. *La contrasubversión como política: la doctrina de la guerra revolucionaria francesa y su impacto en las FF.AA. de Chile y Argentina*. Santiago: LOM Editores, 2018.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

YANKELEVICH, Pablo. *Ráfagas de un exilio: argentinos en México, 1974-1983*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.



YANKELEVICH, Pablo. Estudar o exílio. In: *Caminhos Cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p.11-30.

YAZBEK, Mustafa. *A revolução argelina*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

VICENZI, Roberta. *Nacionalismo árabe: apogeu e declínio*. Tese. (Doutorado em Ciência Política). Universidade de São Paulo: São Paulo, 2006.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998.

VIÑAR, Maren; VIÑAR, Marcelo. Exílio e tortura. In: *Exílio e tortura*. São Paulo: Escuta, 1992; p. 63-78.

## LISTA DE FONTES

### Entrevistas:

AARÃO REIS FILHO, Daniel. Rio de Janeiro, RJ: 22/03/17. Entrevistadora: Débora Strieder Kreuz. Arquivo de áudio: 1 hora e 3 minutos.

ARRAES DE ALENCAR, Luiz Claudio. Recife, PE: 15/07/19. Entrevistadora: Débora Strieder Kreuz. Arquivo de áudio: 1 hora e 38 minutos.

DOWBOR, Ladislau. Porto Alegre, RS: 19/10/17. Entrevistadora: Débora Strieder Kreuz. Arquivo de áudio: 1 hora e 27 minutos.

GARCIA, João Carlos Bona. Porto Alegre, RS: 03/05/16. Entrevistadora: Débora Strieder Kreuz. Arquivo de áudio: 1 hora e 21 minutos.

GOUVÊA, Yara Regina. Brasília, DF: 18/02/19. Entrevistadora: Débora Strieder Kreuz. Arquivo de áudio: 3 horas e 18 minutos

LISBOA, Apolo Heringer. Belo Horizonte, MG: 02/08/16. Entrevistadora: Débora Strieder Kreuz. Arquivo de áudio: 2 horas e 14 minutos.

LYRA, Carlos Eduardo Fayal de. Rio de Janeiro, RJ: 21/03/17. Entrevistadora: Débora Strieder Kreuz. Arquivo de áudio: 1 hora e 19 minutos.

MELO, Ana Angélica Lins de Albuquerque e. Recife, PE: 20/07/19. Entrevistadora: Débora Strieder Kreuz. Arquivo de áudio: 2 horas e 31 minutos.

VALE, Carmen Helena Barbosa do. Governador Valadares, MG: 26/02/19. Entrevistadora: Débora Strieder Kreuz. Arquivo de áudio: 1 hora e 49 minutos.

VIEIRA, Liszt Benjamin. Rio de Janeiro, RJ: 22/03/17. Entrevistadora: Débora Strieder Kreuz. Arquivo de áudio: 47 minutos.

### Obras de memória:

ALLEG, Henri. *A tortura*. São Paulo: Edições Zumbi, 1959.

ARRAES, Luiz. *Tempo: o de dentro e o de fora*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

BENJAMIN, Cid. *Gracias a la vida: memórias de um militante*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

BONA GARCIA, João Carlos; POSENATO, Júlio. *Verás que um filho teu não foge à luta*. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.

CARVALHO, Apolônio de. *Vale a pena sonhar*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CARVALHO, Renée France de. *Uma vida de Lutas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.

CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino. *Memórias do exílio, Brasil 1964-19??*. São Paulo: Editora Livramento, 1978.

COSTA, Albertina de Oliveira; et.al. *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

COSTA, José Caldas da. *Caparaó: a primeira guerrilha contra a ditadura*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

DOWBOR, Ladislau. *O mosaico partido: a economia além das equações*. Petrópolis: Vozes, 2000.

GOUVÊA, Yara; BIRCK, Danielle. *Duas Vozes*. São Paulo: Editora de Cultura, 2007.

KNAPP, Carlos H. *Minha vida de terrorista*. São Paulo: Prumo, 2013.

MELLO, Almeri Bezerra de. *Para além dos verdes mares*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Editora Massangana, 2006.

PAIVA, Maurico. *O sonho exilado*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

PALMAR, Aluízio. *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* Curitiba: Travessa dos Editores, 2006.

RABÊLO, José Maria; RABÊLO, Thereza. *Diáspora: os longos caminhos do exílio*. São Paulo: Geração Editorial, 2001.

SEIDL, Mauricio. *Vôo cego rumo ao exílio*. Rio de Janeiro: Europa Empresa Gráfica e Editora (sem data).

SILVA, Luiz Hildebrando Pereira. *O fio da meada*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

SYRKIS, Alfredo. *Os carbonários: memórias da guerrilha perdida*. São Paulo: Global editora e distribuidora ltda, 1980.

VIANNA, Martha. *Uma tempestade como a sua memória: a história de Lia, Maria do Carmo Brito*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

VIEIRA, Liszt. *A busca: memórias da resistência*. São Paulo: Editora Hucitec, 2008.

### **Biografias:**

CAVALCANTI, Lailson de Holanda; COLARES, Valda. *Magdalena Arraes: a dama da história*. Recife: Cepe, 2015.

ROZOWYKWIAT, Tereza. *Arraes*. São Paulo: Iluminuras, 2006.

PEREIRA, Jair. [et.al.]. *Miguel Arraes: pensamento e ação política*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. *Ruy Mauro Marini: Vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

### **Documentos consultados no Arquivo Nacional:**

Arquivo Nacional. Ministério da Guerra. Organização de Governo Brasileiro no exílio. 26 de outubro de 1965. Identificação: BR\_DFANBSB\_Z4\_SNA\_OEP\_0013\_4p.

Arquivo Nacional. Centro de Informações do Exterior. Viagem de MONIZ a Montevideú. Asilados na ROU. Asilados na ARGÉLIA. JOÃO GOULART. 17 de outubro de 1966. Identificação: BR\_AN\_BSB\_IE\_001\_006\_p33.

Arquivo Nacional. Ministério da Aeronáutica. Encontro de exilados brasileiros na Argélia (Março de 1966). 4 de abril de 1966. Identificação: BR\_AN\_BSB\_VAZ\_026\_0061.

Arquivo Nacional. Centro de Informações no Exterior. Asilados na ARGÉLIA. JOÃO GOULART. 17 de outubro de 1966. Identificação: BR\_AN\_BSB\_IE\_001\_006\_p33.

Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informações. Estrato de prontuário Artur José Poerner. BR\_DFANBSB\_N8\_0\_PSN\_AAI\_0010\_d110014\_p1-2.

Arquivo Nacional. Centro de Informações do Exterior. Atividades de CÂNDIDO ARAGÃO. 02 de setembro de 1968. Referência: BR\_AN\_BSB\_IE\_003\_009\_p17.

Arquivo Nacional. Acervo dos Órgão de Informações do Regime Militar. Centro de Informações do Exterior. Atividades de Maurilio Ferreira Lima. 08 de abril de 1969. BR\_AN\_BSB\_IE\_004\_004\_2p.

Arquivo Nacional. Embaixada do Brasil em Argel para Secretaria de Estado. Telegrama. 08 de junho de 1970. Identificação: BR\_DFANBSB\_N8\_0\_PSN\_EST\_0164\_.

Arquivo Nacional. Argélia – relações Brasil/Argélia (Expulsão do Embaixador da Argélia no Brasil). Identificação: BR\_DFANBSB\_N8.0.PSN.

Arquivo Nacional. Centro de Informações da Aeronáutica. Elementos banidos do território nacional. 24 de junho de 1970. Identificação: BR\_DFANBSB\_Z4\_SNA\_TRR\_0018\_p161-162.

Arquivo Nacional. Centro de Informações da Aeronáutica. Transporte de Banidos para a ARGÉLIA. 08 de julho de 1970. Identificação: BR\_AN\_BSB\_VAZ\_109\_0139.

Arquivo Nacional. Centro de Informações do Exterior. Documentação da Argélia. Altair. 15 de agosto de 1970. Identificação: BR\_AN\_BSB\_IE\_025\_001\_10p.

Arquivo Nacional. DSI/MRE. Campanha difamatória contra o Brasil. Atividades de APOLÔNIO DE CARVALHO e LADISLAU DOWBOR na Suíça. 03 de novembro de 1970. Identificação: AC\_ACE\_31736\_70\_p2-6.

Arquivo Nacional. Sequestro do embaixador da Suíça. Consulta ao governo da Argélia para eventual recebimento dos terroristas. 15 de dezembro de 1970. Identificação: BR\_DFANBSB\_Z4\_SNA\_TRR\_0013\_5p.

Arquivo Nacional. Centro de Informações do Exterior. 02 de junho de 1972. Atividades de Fatih Agha Bouayed. Identificação: BR\_AN\_BSB\_IE\_008\_006\_2p.

Arquivo Nacional. Embaixada do Brasil em Argel para Secretaria de Estado. Telegrama. 25 de fevereiro de 1973. Identificação: BR\_DFANBSB\_Z4\_DPN\_ENI\_0013\_15p.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Secretaria de Estado para Embaixada em Argel. Telegrama. Filme projetado na Holanda. Entrevistas em Argel de subversivos brasileiros. 01 de junho de 1973.

Arquivo Nacional. DSI/MEC. Campanha contra o Brasil. “Amnesty International.” 25 de junho de 1973. Identificação: BR\_DFANBSB\_AT4\_0011\_0022\_d.

Arquivo Nacional. Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar. Centro de Informações do Exterior. Subversivos estrangeiros na Argentina oriundos do Chile. 19 de outubro de 1973. Identificação: BR\_AN\_BSB\_IE\_011\_003\_p83.

Arquivo Nacional. Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Memorando. Argélia. Apoio a elementos subversivos brasileiros. 18 de janeiro de 1974. Identificação: BR\_DFANBSB\_Z4\_SNA\_TRR\_0029\_p35-36.

Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informações. Brasileiros Banidos. João Carlos Bona Garcia. 08 de maio de 1974. Identificação: AC\_ACE\_71002\_74\_p2.

Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informações. Brasileiros Banidos. João Carlos Bona Garcia. 05 de julho de 1974. Identificação: AC\_ACE\_72830\_74\_p2.

Arquivo Nacional. Embaixada do Brasil em Argel. Memorando para o Chefe do Departamento da África, Ásia e Oceania. Questão do Saara Ocidental. Situação dos brasileiros na Argélia. 02 de fevereiro de 1976. Identificação: BR\_DFANBSB\_Z4\_REX\_EBR\_0018\_8p.

Arquivo Nacional. Secretaria de Estado para Embaixada em Argel. Minuta de Telegrama. Evacuação de brasileiros. 03 de março de 1976. Identificação: BR\_DFANBSB\_Z4\_REX\_EBR\_0018\_8p.

Arquivo Nacional. Divisão de Segurança e Informações/Ministério das Relações Exteriores. Argélia. “Conferência Internacional pela Declaração dos Direitos Fundamentais dos Povos.” 11 de agosto de 1976. Identificação: BR\_DFANBSB\_Z4\_DHU\_0037\_4p.

Arquivo Nacional. DSI/MRE. Refugiados brasileiros em Argel. 04 de fevereiro de 1977. Refugiados brasileiros em Argel. Identificação: BR\_DFANBSB\_Z4\_DPN\_ENI\_0279\_p16-17.

Arquivo Nacional. Centro de Informações do Exército. Retorno ao país de indivíduos contrários à Rev 64. 11 de fevereiro de 1977. Identificação: BR\_DFANBSB\_Z4\_SNA\_0017\_p28-29.

Arquivo Nacional. Renovação e/ou concessão de passaporte. Movimento existente no exterior. Maurilio Ferreira Lima. Ex-deputado cassado. 18 de maio de 1977. Identificação: BR\_DFANBSB\_Z4\_DHU\_0042\_9p.

Arquivo Nacional. Centro de Inteligência da Aeronáutica. Relatório Mensal de Informações. Maio de 1979. Identificação: BR\_DFANBSB\_Z4\_DPN\_ENI\_0200\_p269-271.

Arquivo Nacional. Telegrama enviado pela DSI/MRE ao consulado brasileiro em Antuérpia. 06 de setembro de 1979. Identificação: BR\_DFANBSB\_Z4\_DPN\_PES\_PTN\_0472\_p133.

### **Documentos do Arquivo Histórico do Itamaraty:**

Arquivo Histórico do Itamaraty. Embaixada brasileira em Argel para Secretaria de Estado. Telegrama. Entrega de credenciais. 27 de julho de 1963.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Embaixada brasileira em Argel para Secretaria de Estado. Telegrama. Viagem do Embaixador Afonso Arinos a Argel. Audiência com o Presidente da República. 20 de novembro de 1963.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Embaixada brasileira em Argel. Telegrama. Missão do Senador Afonso Arinos. Posição Argelina quanto aos problemas da política mundial. 22 de novembro de 1963.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Embaixada brasileira em Argel para Secretaria de Estado. Telegrama. Comunicações da Embaixada em Argel. 20 de dezembro de 1963.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Embaixada brasileira em Argel para Secretaria de Estado. Telegrama. Convite ao embaixador Josué de Castro para expor tese brasileira. 16 de março de 1964.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Embaixada brasileira em Argel para Secretaria de Estado. Telegrama. Situação política do Brasil. Imprensa argeliana. 23 de abril de 1964.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Embaixada brasileira em Argel. Telegrama. Situação interna do Brasil. 14 de maio de 1964.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Secretaria de Estado para Embaixada brasileira em Argel. Telegrama. Situação Interna do Brasil. 28 de maio de 1964.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Embaixada brasileira em Argel para Secretaria de Estado. Telegrama. Entrega da Carta da Chancelaria ao presidente Ben Bella. Comentários sobre política externa. 14 de julho de 1964.

Arquivo Ministério das Relações Exteriores. Embaixada do Brasil em Argel para Secretaria de Estado. Telegrama. Situação interna na Argélia. Movimento Revolucionário de 19 de junho. 26 de junho de 1965.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Embaixada do Brasil em Argel para Secretaria de Estado. Telegrama. Medidas de segurança na Embaixada em Argel. 18 de fevereiro de 1966.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Secretaria de Estado para Embaixada em Argel. Telegrama. Instruções para o embaixador do Brasil em Argel. 03 de novembro de 1966.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Embaixada do Brasil em Argel para Secretaria de Estado. Telegrama. Viagem de Amílcar Cabral a Argel. 21 de fevereiro de 1967.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Embaixada do Brasil em Argel para Secretaria de Estado. Telegrama. Chegada de Eduardo Mondlane a Argel. 21 de março de 1967.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Embaixada do Brasil em Argel para Secretaria de Estado. Telegrama. Entrevista do Senhor Miguel Arraes à ‘Algérie Presse Service’. 07 de abril de 1967.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Telegrama. Asilados políticos brasileiros na Argélia. 21 de maio de 1970.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Secretaria de Estado para Embaixada em Argel. Telegrama. Presos políticos banidos para a Argélia. 17 de julho de 1970.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Telegrama. Embaixada do Brasil em Argel para Secretaria de Estado O governo argelino face à realidade brasileira. 21 de agosto de 1970.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Embaixada do Brasil em Argel para Secretaria de Estado Telegrama. Solicitação de passaportes. Sr. Augusto Cezar Perazzo e Senhorita Telma Maria Lins Perazzo. 24 de agosto de 1970.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Embaixada do Brasil em Argel para Secretaria de Estado. Telegrama. “Vistos concedidos pela Embaixada da Suíça em Argel a três banidos brasileiros.” 27 de novembro de 1970.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Embaixada do Brasil em Argel para Secretaria de Estado. Telegrama. Sequestro do Embaixador da Suíça no Rio de Janeiro. Noticiário de EL MOUDJAHID injurioso ao Brasil. Protesto do Embaixador do Brasil em Argel. 16 de dezembro de 1970.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Telegrama. Declarações de banidos brasileiros em Argel. Suspensão de gestão. 16 de dezembro de 1970.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Embaixada do Brasil em Argel para Secretaria de Estado. Telegrama. “Movimentos de libertação” instalados na Argélia. Refugiados brasileiros. 20 de setembro de 1972.

Arquivo Nacional. Embaixada do Brasil em Argel para Secretaria de Estado. Telegrama. 25 de fevereiro de 1973. Identificação: BR\_DFANBSB\_Z4\_DPN\_ENI\_0013\_15p.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Embaixada brasileira em Argel para Secretaria de Estado. Telegrama. Dispensa de engenheiros da firma Rabello. Regresso ao Brasil. 30 de fevereiro de 1973.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Secretaria de Estado para Embaixada em Argel. Telegrama. Filme projetado na Holanda. Entrevistas em Argel de subversivos brasileiros. 01 de junho de 1973.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Embaixada do Brasil em Argel para Secretaria de Estado. Telegrama. Autorização para substituição de passaporte. Bayard Demaria Boiteux. 03 de outubro de 1973.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Embaixada para Secretaria de Estado. Telegrama. Pedido de passaporte. Apolo Heringer Lisboa. 18 de abril de 1975.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Divisão de passaportes. Relação de passaportes concedidos. Comuns. Janeiro de 1975 a fevereiro de 1976.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Embaixada para Secretaria de Estado. Telegrama. Pedido de passaporte. Apolo Lisboa. 20 de janeiro de 1979.

Arquivo Histórico do Itamaraty. PACOM. Autorização. Anistia. CARMEN HELENA DO VALE HERINGER. 30 de agosto de 1979.

### **Periódicos**

Governo atende condições. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 13/06/70, capa.

Tôdas as condições são aceitas. *O Estado de S. Paulo*, 14/06/70, p. 12.

Argélia: refúgio de esquerdistas. *O Estado de S.Paulo*, 16/06/70, p. 5.

Há elementos para a captura dos raptos. *O Estado de S. Paulo*, 18/06/70, capa.

BENEDETTI, Mario. El “desexilio”. *El país*. 18/04/83. Disponível em: [https://elpais.com/diario/1983/04/18/opinion/419464807\\_850215.html](https://elpais.com/diario/1983/04/18/opinion/419464807_850215.html). Acesso em: 15/11/20